

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

RAQUEL MACHADO GONÇALVES CAMPOS

ENTRE ILUSTRES E ANÔNIMOS:
A CONCEPÇÃO DE HISTÓRIA EM MACHADO DE ASSIS.

Goiânia
2009

RAQUEL MACHADO GONÇALVES CAMPOS

**ENTRE ILUSTRES E ANÔNIMOS:
A CONCEPÇÃO DE HISTÓRIA EM MACHADO DE ASSIS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades.

Linha de Pesquisa: História, Memória e Imaginários Sociais.

Orientador:
PROF. DR. NOÉ FREIRE SANDES

Goiânia - Goiás
2009

RAQUEL MACHADO GONÇALVES CAMPOS

Entre ilustres e anônimos:

A concepção de história em Machado de Assis.

Dissertação defendida pelo Programa de Pós-Graduação em História, nível Mestrado, da Faculdade de História, da Universidade Federal de Goiás. Aprovada em: ____/____/____, pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

PROF. DR. NOÉ FREIRE SANDES (UFG)
(PRESIDENTE)

PROF. DR. MANOEL LUÍS SALGADO GUIMARÃES (UFRJ)
(ARGÜIDOR)

PROFA. DRA. FABIANA DE SOUZA FREDRIGO (UFG)
(ARGÜIDORA)

PROF. DR. SEBASTIÃO RIOS CORRÊA JÚNIOR (UFG)
(SUPLENTE)

Goiânia
2009

Para Marlon

AGRADECIMENTOS

A meu orientador, Dr. Noé Freire Sandes, agradeço pela seriedade, paciência e generosidade com que pautou a relação de orientação. Sua confiança, bem como sua desconfiança, foram fundamentais para o desenvolvimento do trabalho, nortearam a estruturação e o aprofundamento das discussões propostas. Como lhe disse, ele foi, indiscutivelmente, meu primeiro leitor, aquele a quem, acima de todos, cabia convencer.

É para mim motivo de grande satisfação poder contar com a leitura criteriosa e instigante dos professores Manoel Luís Salgado Guimarães e Fabiana Fredrigo. A eles envio meus sinceros agradecimentos, por terem gentilmente aceito participar da banca examinadora da dissertação. Com a professora Fabiana, minha dívida é dupla: o trabalho deve muito às críticas e sugestões por ela oferecidas quando da banca de qualificação, pelo que muito lhe agradeço. Agradecimentos que endereço igualmente ao professor Sebastião Rios, argüidor rigoroso e de cujos questionamentos a qualificação permitiu-me usufruir.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, onde desenvolvi esta dissertação, pelo apoio no cumprimento dos trâmites burocráticos necessários. Nomeadamente, às funcionárias Neusa e Elaine, sempre prestativas e simpáticas.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pela concessão de bolsa de pesquisa, a qual propiciou as melhores condições para a realização do trabalho.

Aos professores Márcio Pizarro Noronha e Carlos Oiti Berbert Jr.(do Programa de Pós-Graduação em História) e Heleno Godoy (do Programa de Pós-Graduação em Letras), cujos seminários contribuíram não apenas para o desenvolvimento desta pesquisa, como também para a descoberta de novas e estimulantes abordagens.

Thiago, Euzébio e Fabiane proporcionam-me mais do que a alegria de contar com suas amizades. Também apaixonados historiadores, não deixam de procurar contribuir. A querida Fabiane ajudou-me com as normas da ABNT. Os meninos ofertaram-me livros raros e fundamentais da fortuna crítica machadiana, como *Fontes para o estudo de Machado de Assis*, obra já esgotada de J. Galante de Sousa, presente do Euzébio de que me utilizei inúmeras vezes.

Com Ana, Matheus e papai, tenho dívidas enormes, impagáveis como os Padre-Nossos de Bentinho – e tanto mais quanto, como o Deus do personagem machadiano, eles estão sempre prontos a aceitar novos pedidos. Meus queridos irmãos receberam-me em suas casas, em Brasília, para realização de pesquisas na Biblioteca Central da Universidade de Brasília e nas Bibliotecas do Senado e da Câmara dos Deputados. Em suas primeiras semanas de férias no Brasil, após um afastamento de dez meses que nos deixou muito saudosas, Aninha pacientemente entendeu a ausência de uma irmã envolvida na conclusão de seu mestrado. Como em outras ocasiões, Matheus aceitou de pronto a incumbência de traduzir o resumo para o inglês, realizando-a com a competência que lhe é própria.

Sinto cada vez mais a infelicidade de já não poder agradecer aos meus pais, assim no plural, mas apenas ao meu pai, cujo apoio e estímulo desdobraram-se nos últimos anos, no esforço de valer pelo de dois. Apoio e estímulo sem os quais meus projetos permaneceriam irrealizados e minhas ambições intelectuais morreriam no nascedouro. Assim, agradecer em dobro não é apenas insuficiente, pois o fato é que não há agradecimento possível, não há agradecimento que baste.

Antes do Marlon, esta dissertação era outra, teria sido outra. Porque ele foi o encontro com a obra de Jacques Rancière, o desvio em relação ao projeto inicial, sobre os homens livres pobres na obra de Machado de Assis. Porque foi um interlocutor incansável e judicioso, lendo o trabalho, fazendo críticas, sugerindo caminhos e leituras. Mas, mais do que isso, antes do Marlon, eu é quem era outra. E, diante desse *ganho não previsto*, toda palavra de reconhecimento é pouca.

RESUMO

Esta dissertação investiga a concepção de história presente no pensamento sobre a literatura e na literatura de Machado de Assis, buscando demonstrar como elas abrem a possibilidade de que os anônimos sejam considerados sujeitos da história. Afirmando a igualdade da indiferença, elas questionam o cerne da concepção de história dos historiadores brasileiros do século XIX. Para estes, há história porque há desigualdade, porque há homens que são dignos de eterna lembrança e vidas destinadas ao esquecimento. Reivindicando o “princípio do qualquer representável” e equiparando ilustres e anônimos, Machado de Assis recusou uma partilha do sensível que assinala a cada um o seu lugar próprio: para a literatura nacional, temas nacionais; para a história, o homem ilustre. Instaurando um “pensamento da desordem nova” (Jacques Rancière), sua obra permitiria transformar em objeto da história e da literatura aquele que, por definição, era delas excluído: o *qualquer um*.

Palavras-chave: estética, história da historiografia, IHGB, literatura, Machado de Assis, sujeitos da história, objeto do saber histórico.

ABSTRACT

This dissertation investigates the conception of history in Machado de Assis' literature and thinking on literature, seeking to demonstrate how they set up the possibility of anonymous people being considered subjects of history. Asserting the equality of the indifference, they question the core of the conception of history of the 19th century Brazilian historians. According to them, there is history because there is inequality, because there are men who are worth of eternal memory and lives destined to oblivion. Claiming the "principle of any representable" and making equal the distinguished and the anonymous, Machado de Assis refused a partition of the sensible which gives each one its own place: for national literature, national themes; for history, the distinguished man. Stablishing a "thinking of the new disorder" (Jacques Rancière), Assis' work admits to turn into objects of history and literature those that, by definition, were once excluded: the *anyone*, and *the anything*.

Keywords: aesthetics, history of historiography, IHGB, literature, Machado de Assis, subjects of history, object of history knowledge

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I – Em face dos nomes da história	14
1.1 Um autor defunto	14
1.2 A concepção de história dos historiadores	16
1.3 “Um fecundo seminário de heróis”	30
1.4 Tradicional ou moderna?	45
1.5 O povo como sujeito? – Capistrano de Abreu e o IHGB	62
CAPÍTULO II – O acontecimento Machado de Assis	77
2.1 Um Machado de Assis historiador	77
2.2 Literatura, revolução estética e concepção de história	89
2.3 Literatura brasileira, nacionalismo literário e Machado de Assis	98
2.4 O acontecimento Machado de Assis: uma análise da “Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade”	107
2.5 Heresias machadianas	139
2.6 A arte das traduções	153
CONSIDERAÇÕES FINAIS	166
REFERÊNCIAS	168

INTRODUÇÃO

Há pouco menos de um ano, João José Reis, um dos mais destacados historiadores brasileiros da atualidade, lançou um livro sobre “escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX”. Uma temática que ele abordou a partir da vida de Domingos Sodré, africano liberto que dá nome ao livro: *Domingos Sodré, um sacerdote africano*. Ora, quem é Domingos Sodré? Por que ele merece que se lhe dedique um livro de história? Por que sua vida é uma vida que interessa à história? O que fez ele para conquistar o estatuto de objeto do historiador?

As respostas aparecem já antes do texto propriamente dito. Na orelha do livro, é possível ler: “A trajetória desse personagem, até agora desconhecido, é o ponto de partida do livro”. E, logo em seguida: “A descrição do engenho em que trabalhou, da cidade em que viveu, de sua prática religiosa e das redes de relações que constituiu não apenas conferem identidade ao africano anônimo da diáspora brasileira, como também descortina paisagens sociais insuspeitas: os espaços de negros e brancos na cidade; a sociabilidade (tensa) entre senhores, libertos e escravos, africanos e crioulos, homens e mulheres; os nexos entre justiça, polícia, política e religião”. E finalmente: “Retrato de uma época, sem dúvida, esta brilhante análise de João José Reis se projeta também, com muita nitidez, nos contornos do Brasil contemporâneo”.

Domingos Sodré era, até agora, um personagem desconhecido, um “africano anônimo da diáspora brasileira”. Mas sua obscuridade não constituiu empecilho para que o historiador lhe concedesse atenção, porque se considera que, por meio de sua vida anônima, é possível descortinar “paisagens sociais insuspeitas”; mais do que isso, é possível fazer o “retrato de uma época”.

Os termos com que o próprio historiador apresenta seu livro e o contexto no qual ele se enquadra são ainda mais inequívocos:

Estudos biográficos de indivíduos que experimentaram a escravidão – e mais ainda daqueles que conseguiram superá-la – representam um gênero narrativo de crescente interesse. [...]. *É possível fazer dessas histórias pessoais uma estratégia para entender o processo histórico que constituiu o mundo moderno* e, em particular, as sociedades plantadas na escravidão que dele brotaram.

Prospera, também no Brasil, o interesse por estudos biográficos desse tipo. *Não me refiro a biografias de grandes personagens*, abolicionistas negros, por exemplo, mas do

sujeito que viveu na sombra do anonimato, de quem não se tem memória constituída, ou cuja memória pertence mais ao mito do que à história. [...]. Independentemente de serem umas mais, outras menos documentadas, essas histórias pessoais, além de relevantes em sua singularidade, servem para melhor perceber experiências coletivas e iluminar contextos e processos históricos mais amplos e complexos. Foi o que se quis oferecer neste livro com a história de Domingos Sodré.¹

Manifesta-se aí, claramente, uma concepção de história. Que não se apresenta, como se pode notar, como uma concepção peculiar ao historiador que a expressa, mas sim como uma idéia compartilhada, que “prospera, também, no Brasil”. Ocupada com os processos históricos, a história volta-se para as histórias pessoais de sujeitos que viveram na sombra do anonimato. Relevantes por si mesmas – isto é, independentemente de seu impacto no curso dos acontecimentos, independentemente de terem sido ou não representativas – elas são o melhor meio para se compreender experiências coletivas e contextos e processos históricos mais amplos. Não é através da vida dos homens que se destacaram, tampouco do estabelecimento de uma média estatística, que contemplaria o caso geral, que se alcança a compreensão da história. O lugar onde melhor se pode vê-la, o lugar que melhor permite reconstruí-la, é essa vida obscura que o acaso dos documentos traz ao conhecimento do historiador, mas que, não por acaso, chama-lhe a atenção.

Mas qual a importância disso para uma dissertação sobre a concepção de história em Machado de Assis? O que se objetiva, aliás, com uma dissertação sobre a concepção de história em Machado de Assis? Que problemas estão aí implicados? Ou, para colocar de outra maneira, que problemas *não* estão aí implicados?

Nos últimos trinta anos, críticos literários e, na esteira destes, historiadores têm se interessado pela representação histórica presente na literatura de Machado de Assis. Após vários anos de debates sobre o suposto desinteresse do escritor pela realidade nacional, consolidou-se a certeza de que sua obra oferece um retrato da sociedade brasileira oitocentista, das características peculiares de nossa formação social escravista. A partir desse pressuposto, desenvolveu-se a tese de que, ao lado de uma configuração da estrutura social, há em Machado de Assis uma interpretação do sentido das mudanças históricas ocorridas durante o Segundo Império.

Propondo uma investigação sobre a concepção de história em Machado de Assis, este trabalho não se situa, no entanto, no interior daquela perspectiva. Não se trata de apresentar uma

¹ REIS, João José. *Domingos Sodré, sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 315-316. O livro foi lançado em 16 de setembro de 2008.

interpretação machadiana da história do Brasil no século XIX, de demonstrar que também ele fundou sua literatura em uma visão da sociedade nacional.

Muito pelo contrário, o esforço aqui empreendido é o de ressaltar a novidade de Machado de Assis, de enfatizar a medida de sua diferença em relação aos escritores e historiadores de sua época. A diferença que liga sua literatura a uma obra como *Domingos Sodré, um sacerdote africano*.

A história possui também, ela própria, uma história. Não há aí nenhuma novidade. Há tempos os historiadores debruçam-se sobre sua própria disciplina, seus pressupostos não problematizados, suas conexões políticas nem sempre manifestas. A investiga o sobre a história em Machado de Assis, todavia, nem sempre integra uma problemática desta natureza, não considera necessário chamar a aten o para o fato de que a disciplina da história era pensada e praticada – na época desse escritor de quem se diz que elaborou uma interpreta o da história – de maneira muito distinta da que é hoje. Isto se deve em parte ao fato de que, no Brasil, a discussão sobre a história da história associou-se a duas questões principais. Por um lado, os historiadores buscaram investigar o papel de sua disciplina no processo de forma o da na o. Por outro, interessaram-se por examinar o processo singular de epistemologiza o de sua disciplina no Brasil. Limitando sua preocupa o   parte disciplinar do saber, essa *démarche* excluía de sua análise o diferente conjunto de perspectivas que formavam o espaço do saber da história no século XIX. Situando-se nesse espaço,   possível não apenas reconhecer a constitui o e a historicidade de diferentes objetos do saber no interior de distintos territórios que o compõem, mas compreender como a disciplinariza o da história, então, irá excluir *a priori* determinados tipos de objetos, aos quais ela não poderá atribuir nenhum estatuto, senão aquele do não-saber. Fundamentalmente, isto significa que não existia “história em cousas miúdas”². Alguém como Domingos Sodré não tinha interesse para os historiadores, sua vida não era considerada um meio para se compreender “contextos e processos históricos mais amplos”, nem muito menos para se obter o “retrato de uma época”. Foi na literatura, primeiramente, que um tal

² Título de uma obra coletiva dedicada à análise historiográfica de crônicas de diversos autores brasileiros. As “cousas miúdas”, aí, designam a crônica, considerada g nero menor da literatura. Apropriando-nos da expressão, queremos indicar a possibilidade de se ver história em vidas miúdas. Ver: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo A. de Miranda (orgs.). *História em cousas miúdas*: capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

tipo de objeto histórico pôde se constituir. Há, portanto, condições propriamente literárias para a constituição de objetos do saber histórico.

Machado de Assis é um momento da história que transformou o lugar dos anônimos no saber da história, que conferiu dignidade histórica aos Domingos Sodrés. Sua concepção de literatura e sua literatura configuram um questionamento inédito da desigualdade que se encontrava na base da concepção de história dos historiadores de sua época. Elas pressupõem, portanto, uma inversão radical na concepção daqueles que podem ou não *fazer a história*. E abrem, assim, esse tempo em que *qualquer um* é considerado sujeito da história, em que qualquer vida obscura pode encarnar o verdadeiro sentido da história. Esta a história de que se trata neste trabalho.

1.

EM FACE DOS NOMES DA HISTÓRIA

1.1. Um autor defunto

Cinco de outubro de 1908. Sob a presidência do Barão do Rio Branco, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro inicia, às oito da noite, a sétima sessão ordinária do ano. Tendo por audiência um número expressivo de sócios³, o primeiro secretário perpétuo, Max Fleiuss, dá início aos trabalhos: lê a ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem debate. Em seguida, o presidente comunica as perdas sofridas pelo Instituto desde a última sessão. Tratava-se, então, do comendador José Luiz Alves, falecido a 25 de setembro. Alves, como os demais sócios mortos ao longo de 1908, deveria ser objeto de elogio fúnebre a ser realizado pelo orador, na sessão magna aniversária da fundação do Instituto, celebrada em 21 de outubro⁴.

A leitura da ata da sessão anterior e a notícia dos falecimentos, se houvesse, eram via de regra os procedimentos iniciais nas sessões do IHGB. Cumpridos esses, a reunião podia seguir rumos distintos, dependendo das circunstâncias. Havendo sócios que comparecessem para tomar posse, eles eram logo conduzidos à sala das sessões, onde o presidente recebia-os com algumas

³ Estavam presentes, além do mencionado primeiro secretário e do presidente: Visconde de Ouro Preto, Barão Homem de Mello, desembargador Antônio Ferreira de Souza Pitanga, Dr. Augusto Olímpio Viveiros de Castro, Conde de Afonso Celso, comendador Artur Ferreira Machado Guimarães, dr. Pedro Augusto Carneiro Lessa, general Gregório Taumaturgo de Azevedo, conselheiro Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque, general Emídio Dantas Barreto, Dr. Antônio Jansen do Paço, Carlos Lix Klett, barão de Alencar, José Francisco da Rocha Pombo, coronel Ernesto Senna, major Belisário Pernambuco, André Peixoto de Lacerda Werneck, Dr. Joaquim Xavier da Silveira Júnior, Eduardo Marques Peixoto, Drs. Alberto de Carvalho, Sebastião de Vasconcelos Galvão, comendador Tobias Lauriano Figueira de Melo e dr. Euclides da Cunha. “Sétima sessão ordinária em 5 de outubro de 1908”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LXXI (1908), parte segunda, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909, p. 558. Um total de 25 sócios, sem contar os quatro que tomariam posse nesta sessão e não estão listados inicialmente na ata. Em vários momentos da década de 1890, as sessões realizaram-se com menos de dez sócios e raramente contavam acima de quinze.

⁴ Entre 1849 e 1906, a Sessão Magna Aniversária foi realizada no dia 15 de dezembro, data que marca a primeira vez em que o imperador D. Pedro II presidiu a uma das sessões do IHGB e quando ele cedeu uma sala para as sessões ordinárias e para a biblioteca e arquivo. Em 1906, uma reforma dos Estatutos restabelece a celebração no dia preciso da fundação do grêmio. O primeiro secretário recém-eleito, Max Fleiuss, trata dessa alteração em seu “Relatório Anual”, cujo início oferece indícios assaz esclarecedores do sentido das mudanças: “Por muito tempo o aspecto do Instituto pareceu, não a poucos, o de uma instituição obsoleta, ankylosada pela vetustez, a psalmodiar [sic: palmodiar] em tom baixo victorias de outras eras, para as quaes se voltava com uma obstinação quasi enferma.” “Acta da Sessão Magna Commemorativa do 68º Anno da Fundação”. *Revista do IHGB* (daqui em diante, *RIHGB*), tomo LXIX (1906), parte segunda, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908, p. 453.

palavras de boas-vindas. Seguiam-se os seus discursos de apresentação e um discurso de acolhida, proferido pelo orador. Caso contrário, podia-se passar à leitura do expediente ou dos pareceres das comissões, à votação desses pareceres ou à proposição de nomes para sócios. Na sétima sessão de 1908, quatro sócios tomam posse: Alexandre José Barbosa Lima, Luiz Antonio Ferreira Gualberto, Alfredo Augusto da Rocha e Norival Soares de Freitas. Antes que o fizessem, porém, o Barão do Rio Branco apresentou uma indicação unanimemente aprovada pelos presentes: “a inserção na acta de um voto de pesar pelo fallecimento de Machado de Assis, o illustre presidente da Academia Brasileira de Lettras”.⁵

O romancista, cronista, contista, poeta, dramaturgo, crítico Machado de Assis havia morrido em 29 de setembro, aos 69 anos. Não era membro do IHGB, daí a necessidade de votação para que um voto de pesar fosse inserido na ata da sessão de cinco de outubro de 1908. A proposta de Rio Branco não foi a única manifestação do Instituto diante da morte do escritor. Na mesma sétima sessão, o segundo secretário interino, Augusto Olímpio Viveiros de Castro, leu a seguinte proposta, assinada por Euclides da Cunha e pelo Conde de Afonso Celso: “Propomos que se reedite no proximo numero da *Revista* do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro ‘O Velho Senado’, de Machado de Assis, para que se archive uma das mais bellas paginas da nossa historia contemporanea”.⁶ Esta, como a de Rio Branco, foi aprovada. “O Velho Senado”, publicado originalmente em 1895 na *Revista Brasileira*, de José Veríssimo, e republicado por Machado de Assis no volume *Páginas Recolhidas*, de 1899, foi novamente editado no tomo LXXI, parte primeira, da *Revista* do IHGB. Foi, então, antecedido de um artigo sobre “a individualidade do pranteado escritor”, de autoria do Conde de Afonso Celso. A “Nota” que o acompanha traz uma justificativa da publicação do texto: “É um trabalho historico, que embora já publicado alhures, está perfeitamente de accordo com os designios da *Revista*, na qual ficará para sempre lembrado”.⁷

“Uma das mais bellas paginas da nossa historia contemporanea” e “um trabalho histórico”. Para o olhar já acostumado à proximidade entre história e a literatura, para a compreensão já corriqueira de que a literatura é uma outra maneira de contar a história de uma sociedade, nada há a estranhar nestes dois qualificativos conferidos a “O Velho Senado” de Machado de Assis. O que o costume e o corriqueiro nem sempre deixam perceber, no entanto, é

⁵ “Sétima sessão ordinaria em 5 de outubro de 1908”. *RIHGB*, tomo LXXI (1908), parte segunda, 1909, p. 559.

⁶ *Idem*, p. 587.

⁷ CELSO, Afonso. “Nota”. *RIHGB*, tomo LXXI (1908), parte primeira, 1909, p. 201.

que história e literatura são nomes que não designam sempre as mesmas coisas. E, neste sentido, cabe interrogar o que está em jogo nessa reedição.

O IHGB acolhe em sua *Revista* um texto de um escritor. Este ato não é, em si próprio, evidente nem casual. Afinal, textos literários não estão entre as publicações habituais de uma revista de história, que edita normalmente documentos e textos historiográficos (as “memórias históricas”). Há aí algo que merece ser perscrutado. Pois há, por um lado, essa decisão de editar um texto *de Machado de Assis*. É certo que, ao fazê-lo, o IHGB propicia-se a oportunidade de preencher convenientemente o nome “Machado de Assis”. Quem é Machado de Assis para os historiadores do final do século XIX-início do século XX? Qual o valor de sua obra? E como isto se relaciona, pois certamente o faz, com aquilo que designam por “história”? E há também, por outro lado, a escolha de “O Velho Senado”. Por que este texto específico? Os próprios historiadores respondem-no, já o vimos: trata-se de “uma das mais bellas paginas de nossa historia contemporanea” e de “um trabalho historico”. E obrigam-nos novamente a indagar: como são preenchidos estes nomes? O que chamam de “história” e permite afirmar ser “O Velho Senado” uma página “de [...] historia contemporanea”? Que concepção de história autoriza qualificar este escrito de “trabalho historico, que [...] está perfeitamente em acordo com os designios da *Revista*”? O que entendem os historiadores por “histórico”, para que possam encontrá-lo nesse texto de 1895?

Um conjunto de questões, a promover um encontro entre historiadores e escritor, em face dos nomes da história. Na tentativa de respondê-las, retornemos, inicialmente, à *Revista* do IHGB e às diversas outras respostas que deram os historiadores a esta pergunta fundamental: o que é a história?

1.2. A concepção de história dos historiadores

A morte de Machado de Assis veio encontrar o IHGB às portas de completar 70 anos. Fundado em 1838 e funcionando “debaixo da immediata proteção de S.M.I. O Sr. D. Pedro II” durante o II Império, o Instituto acabara de eleger para sua presidência o Ministro das Relações Exteriores da República, Barão do Rio Branco. Sétimo presidente da instituição, José Maria da

Silva Paranhos Júnior tomara posse em 30 de janeiro de 1908. Sua admissão ocorrera bem antes, em novembro de 1867, e fora justificada com o trabalho *Esboço biographico do general José de Abreu, barão do Serro-Largo*, que se somou a outros escritos cujo tema eram as guerras da região do Prata, na década de 1820.

Em seu primeiro discurso como presidente, Rio Branco, a exemplo de outros sócios, enfatiza o caráter apartidário do Instituto Histórico, “calmo recinto” em que não penetram as paixões políticas.⁸ Exigências do momento. Já na primeira sessão magna aniversária realizada após o 15 de novembro, o então primeiro secretário interino, Dr. José Alexandre Teixeira de Melo, iniciava o seu relatório anual com uma construção em paralelo cujos opostos “aqui” e “lá fora” e as metáforas a eles relacionadas se tornariam recorrentes nos discursos dos anos seguintes. “Aqui”, um “campo neutro”, “o silencio de que [sic: quem] medita”, “a paz e a serenidade”, “a calma dos desambiciosos, que tudo antepõem ao conhecimento da verdade”, “a porfia incruenta e desinteressada”. “Lá fora”, “o ruído dos interesses descontraídos e antagonistas; o sorriso que mascara o rancor e o despeito”, “a paixão doudejante correndo atrás de phantasmas illusórios que a razão fria desvanece”.⁹ As quase duas décadas passadas desde a Proclamação da República não eram ainda garantia de estabilidade do regime e o IHGB, tido por “reduto monarquista”, esforçava-se por demonstrar a sua imparcialidade frente aos grupos em luta, insistindo nas imagens de serenidade, de culto da verdade e da justiça.

Se os tempos republicanos trouxeram novidades na relação do IHGB com o poder, impondo cautelas inéditas, as mudanças não pareciam afetar, porém, a visão do ofício do historiador. Rio Branco demonstra que os quarenta anos que o separavam do trabalho da juventude não alteraram significativamente a concepção de história subjacente a um livro denominado *Esboço biographico do general José de Abreu, barão do Serro-Largo*. Em 1908, justificando o prestígio do IHGB junto aos governantes e à população, afirma ser ele explicado “pela importancia, pela nobreza e desinteresse da missão, que elle se impoz, de ir registrando (...) os feitos honrosos dos contemporaneos e pesquisando e divulgando tanto as acções gloriosas de

⁸ “Sessão de posse da directoria e das commissões permanentes em 30 de janeiro de 1908”. *RIHGB*, t. LXXI, parte segunda, 1908, p. 422-425.

⁹ MELO, José Alexandre Teixeira de. “Relatorio dos trabalhos annuaes de 1889 e 1890 lido na sessão magna anniversaria do Instituto Historico e Geographico Brasileiro”. *RIHGB*, t. LIII, parte segunda, 1890, p. 561-562.

nossos maiores como os desvios e erros que a nós e às gerações futuras possam servir de estímulo e ensinamento”.¹⁰

Não era certamente a primeira vez que se ouvia, em discursos pronunciados no Instituto, a associação entre história, registro e divulgação dos feitos dos grandes homens e ensinamento. A primeira fora justamente no momento da fundação da associação, quando o primeiro secretário perpétuo do IHGB, cônego Januário da Cunha Barbosa, recitou um discurso em que, a par das justificativas da criação de um Instituto Histórico brasileiro, teceu variadas considerações sobre o que é a história e qual a função do historiador¹¹.

Segundo o cônego Januário, a fundação do IHGB encontrava sua razão de ser no zelo pela glória da pátria, que não podia mais tolerar o esquecimento em que jaziam os fatos notáveis de sua história. Escrever a história é, então, antes de tudo, um ato de amor pela pátria, uma contribuição à glória da nação. Isto porque, diz-nos inicialmente Cunha Barbosa, uma história do Brasil escrita pelos membros de um grêmio como o IHGB estará “livre dos erros e das inexactidões que (...) a mancham em muitos impressos, tanto nacionaes quanto estrangeiros”.¹² Mas as razões que fazem da escrita da história um ato de patriotismo dizem respeito antes e mais fundamentalmente ao próprio conceito de história do que à possibilidade de corrigir erros em obras dedicadas ao Brasil. É em função do que a história é, depreende-se do discurso de Januário, que cultivá-la torna-se uma demonstração de zelo patriótico.

O secretário perpétuo do Instituto expressava assim, logo de início, a estreita vinculação entre história e nação, que fez da história a história da nação e cuja configuração brasileira a historiografia tem investigado detidamente. Cunha Barbosa já apresenta algumas indicações do caminho que viria a ser trilhado, ao fazer alusão à ação dos bandeirantes e às guerras contra os inimigos externos, mais tarde convertidos em alguns dos pilares da construção da nacionalidade¹³. O que nos interessa aqui, todavia, não é tanto a concepção de história *nacional* erigida a partir do IHGB, mas apenas a *concepção de história* partilhada pelos historiadores brasileiros do século XIX. É inegável que, naquele momento, o Instituto era a principal instituição produtora do discurso historiográfico no Brasil, o que faz de sua *Revista Trimensal*

¹⁰ “Sessão de posse da directoria e das commissões permanentes em 30 de janeiro de 1908”. *Op. cit.*, p. 423.

¹¹ BARBOSA, Januario da Cunha. “Discurso”. *RIHGB*, t. I, n. 1, 1º trimestre de 1839, 2ª edição, 1856, p. 10-21. Para uma análise pormenorizada desse discurso ver CEZAR, Temístocles. “Lições sobre a escrita da história: historiografia e nação no Brasil do século XIX”. *Diálogos*. Maringá, v.8, n. 1, p.11-29, 2004a. Disponível em: <http://www.dialogos.uem.br/viewarticle.php?id=142&layout=abstract> Acesso em: 01 de julho de 2008.

¹² BARBOSA. “Discurso”, *Op. cit.*, p. 10.

¹³ *Idem*, p. 12.

uma fonte fundamental para a caracterização daquela concepção. E isto, como já dissemos, desde o seu primeiro número, o que nos leva de volta ao “Discurso recitado no acto de estatuir-se o Instituto Historico e Geographico Brasileiro, pelo secretario perpetuo Januario da Cunha Barbosa”.¹⁴

A história é aí definida nos termos de Cícero: ela é “*a testemunha dos tempos, a luz da verdade e a escola da vida*”.¹⁵ Termos preenchidos por sentidos bastante precisos no trecho seguinte, em que o cônego Januário indica quais as funções que, para uma instituição a ela dedicada, derivam de tal doutrina: “eternisar pela historia os factos memoraveis da patria, salvando-os da voragem dos tempos e desembaraçando-os das espessas nuvens que não poucas vezes lhes agglomeram a parcialidade, o espirito de partidos, e até mesmo a ignorancia”.¹⁶ O testemunho dos tempos oferecido pela história identifica-se ao registro dos fatos memoráveis da pátria, liberados de qualquer inexatidão. A preocupação com a verdade toma aqui a forma de um protesto contra o silêncio diante dos julgamentos injustos e dos erros divulgados, sobretudo, nas obras de estrangeiros. Ainda uma vez, portanto, o erro é condenado não somente por ser um erro, mas principalmente por afetar a honra da nação.

Os apelos do cônego Januário seriam prontamente atendidos, como se pode perceber no mesmo tomo I da *Revista*. Ele traz o “Juízo sobre a *Historia do Brazil* publicada em Paris pelo Dr. F. S. Constancio”. Trata-se de um parecer sobre aquela obra, elaborado por dois membros do Instituto: o desembargador Rodrigo de Sousa da Silva Pontes e Cândido José de Araújo Viana, futuro Visconde e mais tarde Marquês de Sapucaí, e então presidente da Câmara dos Deputados. Logo ao início do texto, lemos que “a commissão de historia não pode deixar de fazer patente o vivo desgosto, e dissabor, que sentiu ao ler tantos, e tão notaveis erros de geographia espalhados por cada pagina assim d’aquella Introducção, como da mesma História”.¹⁷ Esta profusão de erros geográficos, diz o mesmo parecer, leva a desconfiar da veracidade e da imparcialidade do historiador português Dr. Francisco Solano Constâncio. E com razão, pois, continua, o que se vê nas páginas seguintes são “alteração da verdade historica, injustiça para com os homens e politica

¹⁴ Esta é a maneira pela qual o “Discurso” aparece designado no Índice. *RIHGB*, t. I, *Op. cit.*, p. 385. Temístocles Cezar sublinha o caráter normatizador do discurso do cônego Januário e sua inauguração do projeto de uma nova historiografia sobre o Brasil. Segundo o historiador, a análise de Cunha Barbosa “produz um conjunto de noções que se tornam normas para as ações práticas no IHGB, bem como um referencial teórico para saber o que é histórico e o que não é”. In: CEZAR, Temístocles. *Op. cit.*, 2004a, p. 12-13.

¹⁵ *Idem*, p. 11.

¹⁶ *Idem*, *Ibidem*.

¹⁷ PONTES, Rodrigo de S. da Silva; VIANA, C. J. de Araújo. “Juizo sobre a Historia do Brazil publicada em Paris pelo Dr. F. S. Constancio”. *RIHGB*, t. I, n. 2, 2º trimestre de 1839, 2ª edição, 1856, p. 103-104.

absolutamente errada”.¹⁸ Tais características estão presentes principalmente na abordagem da Independência brasileira e dos homens que para ela contribuíram, vítimas dos insultos e calúnias do dr. Constâncio, cuja análise parcial é devida, segundo os pareceristas, ao seu sentimento de despeito face à separação entre Brasil e Portugal.

Se a história associa-se ao erro, na forma da negativa, visto ser obrigação do historiador depurá-la de inexatidões (como as cometidas por F. S. Constâncio) e buscar a verdade, uma outra associação negativa revela-se no discurso de Cunha Barbosa. Trata-se daquela entre história e obscuridade. Uma associação que nos remete à própria definição de história, como podemos observar diversas vezes nesta profissão-de-fé dos historiadores brasileiros:

Nós vamos salvar da indigna obscuridade, em que jaziam até hoje, muitas memórias da patria, e os nomes de seus melhores filhos.¹⁹

[...].

A fama dos grandes homens, rompendo as trevas da antiguidade, tem chegado a nós com os documentos de seus meritos acrisolados pela historia: ella assim premia a virtude muitas vezes perseguida, restituindo à veneração dos homens a memoria daquelles que della se fizeram dignos.²⁰

[...].

E será pouco arrancar do esquecimento, em que jazem sepultados, o nome e feitos de tantos illustres Brasileiros, que honraram a patria por suas lettras e por seus diversos e brilhantes serviços? O desejo de dar vida aos benemeritos, que o nosso descuido tem deixado mortos para a gloria da patria e a estima do mundo, já se tem apoderado de alguns dos illustres socios deste nosso Instituto.²¹

“Salvar da indigna obscuridade”, “romper as trevas da antiguidade”, “arrancar do esquecimento”, “dar vida aos benemeritos”. Escrever a história é expulsar a obscuridade dos lugares aos quais ela não pertence, onde somente subsiste por descuido, por negligência, por uma indiferença repreensível. Escrever a história é fazer justiça aos nomes que são históricos porque pertencem àqueles que não podem ser esquecidos, porque pertencem àqueles que não podem morrer, ainda que já estejam mortos.

Esta associação negativa revela uma vinculação estreita entre a história e o memorável – vinculação tanto ou mais persistente que aquela entre história e nação. A história dos historiadores brasileiros do século XIX é o registro dos feitos memoráveis, dignos de viverem vida eterna. Um privilégio – o de ser digno de escapar à voragem dos tempos – cuja explicação

¹⁸ *Idem*, p. 105.

¹⁹ BARBOSA. “Discurso”, *Op. cit.*, p. 12.

²⁰ *Idem*, p. 16-17.

²¹ *Idem*, p. 17.

também podemos encontrar no discurso do cônego Januário. Memoráveis, ilustres, beneméritos são todos aqueles que, por seus feitos e serviços à pátria, podem servir de exemplo às gerações seguintes. São todos aqueles que, modelos de virtude, a inspirarão em quem deles tomar conhecimento. São todos aqueles cujas ações merecem ser retidas porque devem ser imitadas. Sua dignidade para a história advém desta identidade entre memorável e exemplar, que faz da história o recolhimento dos grandes exemplos, dignos de serem imitados.

Vinte anos mais tarde, na Sessão Magna Aniversária de 15 de dezembro de 1858, o supracitado Visconde de Sapucaí claramente retoma o discurso inicial do cônego Januário da Cunha Barbosa. Repete os seus elogios ao historiador, por sua missão de “dar vida a beneméritos que culpável descuido tem deixado mortos para a glória da nossa terra e para a estima do mundo”.²² Também enfatiza o caráter exemplar do registro histórico, que, ao salvar da morte a vida dos grandes homens, oferece às próximas gerações modelos de honra, glória e coragem. Sapucaí, já então presidente do IHGB, repete até mesmo – sem atribuí-las a ele – as próprias formulações do cônego, ao dizer que “o Brasil abunda de modelos de virtudes” e que, se sua história ainda não foi escrita, isso se explica pelo fato de que “faltava quem os apresentasse em bem ordenada galleria, collocando-os segundo os tempos e os lugares, para que fossem melhor percebidos pelos que anhelão seguir os seus passos no caminho da honra e da glória nacional”.²³ Repercussão de termos que indica a persistência de uma concepção.

Concepção reiterada pelo próprio Januário, em seu relatório das atividades realizadas ao longo do ano de 1839. Então, ele faz menção à tarefa a que prometem se dedicar os sócios da instituição: “arrancar á voracidade dos annos, e ao desprezo da ignorancia os nomes e feitos de tantos Brasileiros, que tem honrado a patria, e que por isso devem viver em eterna lembrança”²⁴ – revelando, então, que a tarefa primeira do historiador não é a de contar os fatos como eles realmente aconteceram ou contar a história do passado da nação. Nem todos os fatos e nem todos os homens merecem a atenção do historiador. Somente aqueles que honraram a pátria têm direito àquela atenção. Restariam por definir quais seriam os feitos merecedores de tal qualificação, que credenciariam seus sujeitos a figurar nos livros de história. Uma definição, aliás, sempre passível

²² VISCONDE DE SAPUCAÍ. “Discurso do Presidente”. *RIHGB*, t. XXI, 1858, p. 504.

²³ *Idem*, p. 504.

²⁴ BARBOSA, Januário da Cunha. “Relatorio do Secretario Perpetuo”. *RIHGB*, t. I, n. 4, 4º trimestre de 1839, 2ª edição, 1856, p. 272.

de mudança, como se veria após o 15 de novembro, mas sempre necessária enquanto se mantivesse a adesão àquela idéia de história.²⁵

Em um outro relatório anual, desta vez de 1856 e de autoria de Joaquim Manoel de Macedo, é possível observar uma ligeira mudança em relação às afirmações de Cunha Barbosa. O autor de *A Moreninha* exerceu o cargo de primeiro secretário do Instituto entre 1852 e 1856 e de orador entre 1857 e 1882, data de sua morte. Foi pródigo em afirmações sobre a história, os historiadores, o IHGB e seus objetos e funções. No relatório mencionado, compara o IHGB às Vestais da Roma Antiga: assim como estas deviam velar pela perpetuidade do fogo sagrado, com igual desvelo deve fazê-lo o Instituto pela perpetuidade dos feitos da nação.²⁶

As referências à Idade Antiga – e, como não poderia deixar de ser, à eternidade – repetem-se nas reflexões sobre a história, equiparada a Prometeu por também roubar uma chama divina para dá-la aos homens: a chama da imortalidade. A história é a única na terra a deter o poder de fazer o homem derrotar a morte, permanecendo sempre vivo sob o veredicto de benemérito ou ingrato, conforme o julgamento de suas ações face à pátria. Diferentemente de seu antecessor, portanto, Macedo entende que devem figurar nos livros de história não somente aqueles que honraram a pátria, mas também os que se notabilizaram por seus feitos reprováveis, como o traidor Domingos Fernandes Calabar. Este seria, aliás, objeto de estudo de Macedo em “Duvidas sobre alguns pontos da historia patria”, memória lida ao longo de sessões de 1858.²⁷

Um outro “cultor das Musas”, o pintor, dramaturgo e diretor da Academia Imperial de Belas-Artes (1854-1857) Manoel de Araújo Porto-Alegre demonstra que não é somente nos discursos e relatórios oficiais do Instituto que se pode encontrar a expressão da concepção de história vigente. Em seu “Iconographia Brasileira”, publicado no mesmo ano do relatório supracitado, Araújo Porto-Alegre insiste na identificação entre história e memorável e na função que a ela daí advém, de servir de ensinamento às novas gerações²⁸.

²⁵ Para as alterações na concepção de história nacional, trazidas pela Proclamação da República, ver HRUBY, Hugo. *Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a história do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUC-RS, 2007. [Dissertação de mestrado] Elas são o objeto de seu terceiro capítulo, intitulado “As histórias para a História do Brasil”.

²⁶ MACEDO, Joaquim Manoel de. “Relatorio do 1º Secretario”. *RIHGB*, t. XIX (6º da 3ª série), Suplemento ao tomo XVII, 1856, p. 91-122.

²⁷ *Idem*, p. 92.

²⁸ PORTO-ALEGRE, Manoel de Araújo. “Iconographia Brasileira”. *RIHGB*, t. XVII (6º da 3ª série), n. 24, 1856, p. 349-375.

Em tom panfletário, o autor de *Colombo* invectiva contra o que chama de “criminoso egoísmo” e que consiste em não reconhecer devidamente o legado dos antepassados, em não demonstrar gratidão pelos serviços das gerações precedentes, em não combater o esquecimento dos mortos. É, por outras palavras, o que Joaquim Manoel de Macedo havia dito em seu relatório anual de 1854: “O povo que não exalta seus heróis é indigno de os possuir”.²⁹

Essas tendências desagregadoras têm sido combatidas, entende Porto-Alegre, por instituições como o Instituto Histórico, cuja criação coloca o Brasil entre “as grandes nações, que são aquelas que tem severos e proveitosos pensadores, estabelecem premios para os vivos e um culto especial para os mortos, estabelecem pantheões diversos, afim de que estes fallem às vistas do povo, e ao coração do homem intelligente”.³⁰ Enganam-se, todavia, aqueles que pensam que os panteões são apenas de pedra e cal, que são apenas os monumentos, jazigos ou mausoléus. Eles “são também compostos de livros especiaes, cujas narrações edificam, como a palavra solemne da historia”.³¹ – Certamente não se enganam aqueles que identificam aí a concepção de história já expressa por Januário da Cunha Barbosa.

A história, um panteão feito de papel. E superior aos seus congêneres de pedra ou metal. Porquanto também o tempo é a sua matéria. Não o tempo presente, mas um tempo idêntico ao seu contrário, idêntico à sua supressão: a eternidade. As estátuas podem ser fruto da adoração ou do fanatismo político – do tempo, poder-se-ia dizer. A história, porém, a verdadeira história, escrita muitos anos depois de decorridos os acontecimentos e fundamentada em documentos originais e incontestáveis, emite o seu julgamento, demonstra a verdade e tem o poder de fazer “desaparecer um exemplo da maior das corrupções”.³² Sem contar que a destruição das estátuas e monumentos dedicados aos homens de valor não extingue uma memória que esteja perpetuada pelos escritos, porque perpetuada pelo tempo, porque “baseada sobre a justiça eterna, sobre idéas uteis”.³³

Identificado por Lúcia Guimarães³⁴ como o membro com o maior número de contribuições historiográficas na *Revista* do IHGB, no período entre 1839 e 1889, Manoel Duarte

²⁹ MACEDO, Joaquim Manoel de. “Relatorio do Primeiro Secretario”. *RIHGB*, t. XV (4º da 3ª série), p. 49.

³⁰ PORTO-ALEGRE. “Iconographia Brasileira”. *Op. cit.*, p. 350.

³¹ Idem, *ibidem*.

³² Idem, p. 353.

³³ Idem, *ibidem*.

³⁴ Dezessete memórias. – O cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro vem em segundo, com quinze, e Tristão de Alencar Araripe em terceiro, com cinco. Ver GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “Debaixo da imediata proteção

Moreira de Azevedo aborda em “O Combate da Ilha do Cabrita”³⁵ um episódio da Guerra do Paraguai. Mas não o faz sem antes expor brevemente sua concepção de história.

Passados mais de trinta anos desde a fundação do Instituto Histórico, a associação entre a história, o memorável e o exemplar permanece, como se pode perceber a partir destas observações do historiador: “essa luta, essa guerra gigantesca (...) ainda não chegou a seu termo; mas os grandes combates, os feitos guerreiros, as acções de valor, os actos de heroísmo que se não praticado, pertencem já á história”.³⁶

“Os grandes combates, os feitos guerreiros, as acções de valor, os actos de heroísmo”: é por ser esta matéria a matéria da história que ela pode ser comparada aos peregrinos da lenda, que enxergam os primeiros sinais da aurora por voltarem as costas ao sol nascente. Como eles, a história permite distinguir a luz que conduz ao futuro, ao dirigir o olhar para as sombras do passado. Assim exprime-se o Conselheiro – futuro Barão – Homem de Melo, em carta que em 1871 endereçou a Olegário Herculano de Aquino e Castro, parabenizando-o pela biografia do Conselheiro Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, personalidade paulista que se destacou nos eventos da Independência.³⁷

A luz que conduz ao futuro, as lições oferecidas pela história podem já ser entrevistas no Brasil, apesar de ser esta ainda uma jovem nação. É que, diz Homem de Melo revelando sua adesão a esta concepção de história que vimos delineando, ela já dispõe de “exemplos dignos de fixar a mais seria atenção do pensador político”.³⁸ São os dos “Caravellas, Andradas, Feijó, Paula Sousa, Lino Coutinho, Evaristo, Alves Branco, que nos deram o molde das instituições que nos deviam reger”.³⁹ Modelos de patriotismo cujos nomes é dever da história recomendar e eternizar.

Conforme se avança pelas páginas da *Revista*, ouvem-se as vozes de dezenas de membros do Instituto a nos dizerem o mesmo, e nem sempre com palavras diferentes, que nos disseram Januário da Cunha Barbosa, Joaquim Manoel de Macedo, Manoel de Araújo Porto-Alegre,

imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1889)”. *RIHGB*, ano 156, n.388, p.459-613, jul./set. 1995.

³⁵MOREIRA DE AZEVEDO, Manoel Duarte. “O Combate da Ilha do Cabrita”. *RIHGB*, t. XXXIII, parte segunda, 1870, p.5-20.

³⁶*Idem*, p. 5-6.

³⁷HOMEM DE MELO. “Carta dirigida pelo Exm. Sr. Conselheiro Homem de Mello ao autor”. In: “Biographia dos Brasileiros Illustres por Armas, Letras, Virtudes, etc. – O Conselheiro Manoel Joaquim do Amaral Gurgel: elogio historico e noticia dos successos politicos que precederam e seguiram-se á proclamação da Independencia na provincia de S. Paulo, pelo Dr. Olegario Herculano d’ Aquino e Castro”. *RIHGB*, t. XLI, parte segunda, 1878, p. 237-239.

³⁸*Idem*, p. 237.

³⁹*Idem*, p. 238.

Moreira de Azevedo, Homem de Melo. Assim Benjamin Franklin Ramiz Galvão, que em 1872 afirmava ser a história “a mestra da vida e a testemunha dos tempos”.⁴⁰ Ou Luiz Francisco da Veiga, para quem a história é a “rememoração, o registro e a perpetuação dos altos factos sociaes e politicos dos povos ou de cada povo em particular”.⁴¹ Em 1880, Olegário Herculano de Aquino e Castro louvava a “nobre e elevada missão que cabe á historia ao registrar os factos memoraveis que abrilhantam a vida das nações”.⁴² Sete anos mais tarde, Moreira de Azevedo encontra na discussão sobre a veracidade da tradição sobre o paulista Amador Bueno a ocasião para apontar a missão do historiador: registrar nos anais da história, que são os da posteridade, os “factos grandiosos, façanhas illustres, actos de valor e de virtude”⁴³ que conferem glória e renome à vida de um povo.

Quando chega o momento de apreciar aquele que já em vida consagrou-se como um dos maiores da literatura brasileira, não seria de se espantar que se manifestasse essa concepção de história tão fundada na distinção e no elogio aos grandes da pátria. Ainda assim, há com o que se espantar no artigo que sobre a “individualidade” do escritor redigiu o Conde de Afonso Celso.⁴⁴

O historiador, futuro presidente do IHGB, começa por defender que tanto da vida de Machado de Assis quanto das demonstrações públicas de pesar diante de sua morte “promanam elevados ensinamentos moraes”. Tratando de um escritor, de um “insigne operario da penna”, Afonso Celso destaca, em primeiro lugar, não os seus escritos, mas a sua vida e os seus funerais. Escolha cuja explicação encontra-se, talvez, no início do segundo parágrafo: “Foi-lhe a existência correta e pura como a obra literaria”. Não há por que enfatizar a obra, porque a obra é como a vida. Não há naquela “o mais ligeiro eclipse da castidade”, não se encontram aí concessões à sensualidade ou aos instintos animais. São de tal maneira decorosos os seus livros que não se precisa temer deixá-los ao alcance de uma donzela: eles não são ameaça ao seu pudor. “Serenidade, delicadeza, elevação” são os timbres da produção de Machado de Assis, que não cedeu jamais – nem mesmo quando do predomínio da escola naturalista, nem mesmo quando colaborou em jornais, escreveu comédias ou cultivou gêneros propícios à licenciosidade – às

⁴⁰ GALVÃO, Benjamin F. Ramiz. “Discurso do Orador”. *RIHGB*, t. XXXV, parte segunda, 1872, p.620.

⁴¹ *RIHGB*, t. XLII, parte segunda, 1879, p. 262.

⁴² *RIHGB*, t. XLIII, parte segunda, 1880, p. 458.

⁴³ MOREIRA DE AZEVEDO, M. D. “Amador Bueno”. *RIHGB*, t. L, parte segunda, 1887, p. 10.

⁴⁴ Conforme dito anteriormente, o artigo acompanhou a reedição de “O Velho Senado” na *Revista do IHGB*. Ver *RIHGB*, t. LXXI, parte primeira, *Op. cit.*, p. 201-204.

obsценidades, à pornografia, à impudicícia. E isto porque havia “egual dignidade no procedimento”.⁴⁵

Neste artigo de três páginas, Afonso Celso dedica duas a analisar a personalidade de Machado de Assis. Põe em relevo seus “costumes severos”, sua habilidade em conservar-se sempre “fino e grave” – a despeito de conviver com boêmios e de frequentar salões de redação –, de uma gravidade “sorridente, afável, elegante”. Não deixa de mencionar a conhecida timidez e o pertinaz retraimento, causas da recusa em defender a si ou a sua obra, de sua abstenção em entreter polêmicas. Elogia o “empregado público pontualissimo no desempenho de suas fastidiosas obrigações” e perdoa-lhe o ceticismo, que não é daquele que “nega ou zombeteia”. É que era Machado “um idealista, um insatisfeito com o actual, com o contingente, com o trivial, com o baixo e rude, um insaciado da terra, um permanentemente minado pelo desejo de se libertar, de bater azas brancas, de pairar nas ethereas alturas, de fugir”.

Essa ênfase na vida e na personalidade de Machado de Assis pode encontrar sua explicação na referência aos seus funerais. Foram eles “superiores aos de um príncipe”, os funerais desse “homem pobre, de origem humilde e sem relações importantes”. A construção do texto induz à pergunta, que Afonso Celso não se furta a formular: “Porque [sic] tudo isto? Quaes os motivos de tamanha consagração?” para alguém que, de ordinário, não o mereceria? O que fez este homem “singelo, desaffectedado, despido de pretensões” para se tornar digno de “ineffaveis effluvios de acatamento e admiração, emanados de todo um grande povo”? Em sua resposta, neste texto publicado sob a chancela do IHGB, o Conde de Afonso Celso parece revelar as motivações de sua escrita: justamente explicar as razões da consagração de Machado de Assis. Apesar de aparecer somente no final do artigo, a pergunta ressalta como o guia de sua redação. A resposta é a síntese de tudo o que se afirmou ao longo do texto:

É que Machado de Assis demonstrou a efficacia do esforço, da perseverança, da probidade intellectual e moral; demonstrou que, longe da politica, das *coteries*, do tumulto, se póde triumphar; demonstrou que o trabalho honesto, aperfeiçoador indefesso dos dons outorgados pela Divina Munificencia, alcança, mesmo no mundo, o justo galardão; demonstrou a irresistivel força do escrupulo, da mansidão e da bondade.

⁴⁵ O que não pensaria Afonso Celso diante da afirmação de John Gledson de que, embora impossível de “comprovar pela própria natureza do assunto”, é evidente que há no capítulo LVIII, (“O tratado”) de *Dom Casmurro*, “o relato de uma masturbação adolescente”? Ver GLEDSON, John. *Machado de Assis: impostura e realismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999, p.82.

A consagração de Machado de Assis não é a consagração devida por sua obra. Ou, melhor dizendo, ela é sim devida à sua obra. Somente que obra, aqui, não designa o conjunto de seus escritos, mas uma propriedade que se encontra em seus livros e que lhe dirigiu a vida: a probidade moral. Machado é grande não por ter sido o autor de escritos excepcionais, surpreendentes, geniais – cujos títulos, aliás, não são sequer uma vez mencionados por Afonso Celso – mas por ter demonstrado em si próprio, em sua individualidade, em sua conduta ao longo da vida, em seus livros, “a irresistível força do escrupulo”.

Esta irrisão da obra, transformação da obra em obra de vida, teria alguma relação com o fato de que não há na literatura machadiana uma representação nacional típica? Diante da impossibilidade de encontrar o Brasil que procurava, o historiador praticamente abstém-se de tratar da produção literária de Machado de Assis?⁴⁶ Tome-se, a título de comparação, o texto que José Veríssimo escreveu sobre o escritor, originalmente para uma revista portuguesa, e publicado em 1906 na *Renascença*. O crítico enfatiza seguidamente que Machado de Assis é um escritor: “essencialmente um poeta”, “soube ser principalmente e antes de mais nada [...] um homem de letras”, “é não só o principal escritor brasileiro vivo, mas também português”. Natural, vindo de um crítico literário? Pode ser. Mas o fato é que Veríssimo não deixa de se imiscuir no campo dos historiadores, sustentando que: “Os romancistas são a seu modo historiadores e sociólogos e não sei se não serão melhores”.⁴⁷

Noção, certo, familiar aos historiadores, sobretudo após Sir Walter Scott. E que aparece também nas páginas da *Revista do IHGB*: em 1856, em seu relatório anual como primeiro secretário, Joaquim Manoel de Macedo escrevia: “Um poeta é muitas vezes um historiador, e alguns foram até legisladores”. A frase antecedia uma apreciação de *Confederação dos Tamoios*, poema épico de Gonçalves de Magalhães cujo tema eram as lutas entre portugueses e tamoios, no século XVI.⁴⁸ A publicação de “O Velho Senado” é justificada, como visto, mediante a atribuição de um caráter histórico ao texto. Como compreender, então, o absoluto desaparecimento de qualquer relação entre a história e a literatura de Machado de Assis em um artigo sobre o escritor, publicado em uma revista de historiadores? E essa opção por tratar da individualidade do escritor, estabelecendo, por meio do valor moral, uma homologia entre a vida

⁴⁶ Esta particularidade machadiana, o esforço da crítica para lidar com ela e suas implicações para a relação entre concepção de história e concepção de literatura em Machado de Assis serão retomadas no próximo capítulo.

⁴⁷ VERÍSSIMO, José. “Machado de Assis”. In: *Estudos de literatura brasileira*: 6ª série. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1977, p. 103-108. Citação pp. 103, 104, 105, 106.

⁴⁸ MACEDO, Joaquim Manuel de. “Relatório do 1º Secretário”. *RIHGB*, t. XIX, Op. cit., p. 101.

e a obra? Aplicando ao “autor de *Iaiá Garcia*, de *Ressurreição*, de *Brás Cubas*” sua máxima sobre os romancistas como historiadores e sociólogos, Veríssimo sentenciava: “Sem o parecer, foi ele quem deu da alma brasileira a noção mais exata e mais profunda”.

“Sem o parecer”: sinais de um debate que já se iniciava. E que recoloca a hipótese levantada: seria por esta perturbação da representação nacional, tão logo identificada à literatura de Machado, que os historiadores teriam dificuldade em abordar sua obra a partir da questão da proximidade entre literatura e história? É uma questão a se investigar. O fato é que para os historiadores do final do século XIX-início do século XX, o nome “Machado de Assis” designa um exemplo moral e não um historiador contador de histórias. Sua obra apaga-se diante do homem, a obra é o homem, que assim torna-se também, inegavelmente, um homem memorável – manifestação, certo, desta concepção de história tão ciosa em distinguir dignos e indignos de memória. Machado é memorável pelo que fez, pelo que foi, não pelo que escreveu. Ao mesmo tempo, identificam em sua obra um texto que é “um trabalho histórico”. Como explicar esta aparente contradição? Que história é essa que não se encontra na obra, mas encontra-se em “O Velho Senado”?

Presidente da instituição entre 1891 e 1906, o conselheiro Olegário Herculano de Aquino e Castro fornece boas pistas para a resposta a esta questão. Com intensidade e frequência inéditas, Aquino e Castro transformou os discursos presidenciais em veículos para a reflexão sobre a história. E se revelou fiel aos preceitos de vinte anos antes. No discurso de 1892, citando Cícero e vários historiadores contemporâneos, atribui à história a tarefa de registrar, com imparcialidade e exatidão, “os factos e acontecimentos mais notáveis que se tem dado na vida das nações”,⁴⁹ o que lhe confere a ela a propriedade de espancar “as trevas da ignorancia e do erro, abrindo claro espaço ao vivificante influxo da civilização e do progresso”.⁵⁰

O poder instrutivo da história seria novamente mencionado, agora com destaque, no discurso publicado em 1899 – mesmo ano, portanto, da edição em livro de “O Velho Senado”. Proferido na sessão de 15 de dezembro do ano anterior, ele edifica-se na certeza de que não há melhor guia para a razão e o homem, orientados no caminho do desenvolvimento, do progresso e da civilização, que a história, porquanto ela recolhe e transmite os exemplos de glória e de opróbrio, de sabedoria e de irreflexão. Seus pais são os “homens notáveis por seus feitos, os

⁴⁹ CASTRO, Olegario Herculano de Aquino e. “Discurso do Prezidente do Instituto”. *RIHGB*, t.LV, parte segunda, 1892, p. 427.

⁵⁰ *Idem, ibidem*.

espíritos esclarecidos pela verdade”, já que ela nada mais é que a continuação da vida, a sucessão dos acontecimentos sob a influência “dos homens de carácter, dos grandes chefes, reis, sacerdotes, sábios, estadistas e patriotas que formam a sagrada legião do talento, a legítima aristocracia do género humano”.⁵¹

“A legítima aristocracia do género humano”. Enquanto o Brasil assistia às tentativas de consolidação da República, o regime por excelência da promoção da democracia e da igualdade, os historiadores louvavam a história como o lugar de efetivação das desigualdades, das hierarquias. Não se tratava, evidentemente, de implicância com o novo regime ou de expressão da nostalgia em relação ao antigo. Mas nem por isso se deve ver aí – ou nos demais textos citados – uma compreensão que diga respeito unicamente à ordem do saber. Estes enunciados de uma disciplina que se quer científica possuem forte significado político. A sólida tradição historiográfica que se constituiu no Brasil desde os últimos vinte anos não deixou de chamar a atenção para isso. Para o fato de que, conforme defende Manuel Salgado: “O nascimento da História como uma disciplina científica não pode ser [...] dissociado de um projeto político em gestação”. Talvez se pudesse mesmo dizer que todo seu esforço concentrou-se em evidenciar o papel preponderante exercido pela história na consolidação de um certo projeto político. No interior desse empreendimento, dessa reflexão sobre os significados políticos dos usos da história no Brasil, “política” foi tomada como sinônimo de “nação”. Em outras palavras, a interrogação sobre “as profundas relações entre a disciplina e a vida social” assumiu a forma da análise de como a história e os historiadores participaram do movimento de invenção moderna da Nação brasileira.⁵²

Em outro momento deste trabalho, já se disse que não se trata aqui da concepção de história nacional, mas somente da concepção de história dos historiadores. Esta opção por um “a menos”, por se abdicar do “nacional” não é, contudo, uma opção pela exclusão do político. Pelo contrário. É uma opção por um outro conceito de político. Trata-se ainda de indagar a respeito das “profundas relações entre a disciplina e a vida social”, compreendendo-se, porém, “vida social” não como uma concepção de nação, mas como uma concepção de sociedade – ou, para sermos conceitualmente mais precisos, de comunidade, quer dizer, os modos de *être-ensemble*

⁵¹ CASTRO, Olegário Herculano de Aquino e. “Discurso do Presidente do Instituto”. *RIHGB*, t. LXI, parte segunda, 1899, p. 733.

⁵² GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. “A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar”. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História Cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 9-24. Citação p. 12-13.

humanos. Jacques Rancière argumenta que “há dois tipos de comunidades: as sociedades pensadas sobre o modo orgânico e funcional, o da identidade entre o ser, o fazer e o dizer; e as comunidades fundadas sobre a simples igualdade dos seres falantes, sobre a contingência de sua reunião.”⁵³ Em outras palavras, há, por um lado, as sociedades com sua ordem pré-estabelecida, designando a seus membros um certo lugar e definindo, em função deste lugar, o que eles são e o que não são, o que podem e o que não podem fazer ou dizer. Sociedades que ordenam a cada um que se ponha no seu lugar e que entendem esse lugar como o de uma destinação natural. E há, por outro, comunidades provisórias que suspendem a ordem social e que autorizam seus membros a subtrair-se ao seu lugar e à sua condição, a assumir um papel que não seria “naturalmente” o seu, a falar em uma cena que não seria propriamente a sua; comunidades fundadas sobre a igualdade, sobre a possibilidade de que qualquer um faça qualquer coisa, de que qualquer um tenha o direito de falar e de ser ouvido sobre temas, assuntos, problemas que não seriam considerados de sua competência. Rancière também sustenta que “o lugar na ordem social passa por uma designação que é da ordem do discurso”.⁵⁴

Pensando, pois, a partir destas considerações do filósofo francês, trata-se de discutir como a concepção de história dos historiadores é indissociável de uma certa compreensão de sociedade, de como essa identificação da matéria da história à “legítima aristocracia do gênero humano” não é indiferente de um pensamento sobre a ordem social. E, como a própria afirmação de Olegário Herculano de Aquino e Castro deixa perceber, esta discussão conduz inegavelmente à definição, pelos historiadores, de quem são, de quem podem ser, os sujeitos da história.

1.3. “Um fecundo seminário de heróis”

Bastaria, talvez, retomar todos os textos citados. A história definida como o registro que perpetua e ensina, como a escola da vida, como o Prometeu que entrega aos homens a chama da imortalidade, como um panteão de papel, como um guia seguro do homem e da razão: ela só pode sê-lo na medida em que seja feita por uma categoria específica de seres.

⁵³ RANCIÈRE, Jacques. “Histoire des mots, mots de l’histoire (entretien avec Martyne Perrot e Martin de la Soudière)”. In: *Communications: l’écriture des sciences de l’homme*. Paris: Seuil, n. 58, p. 87-101, 2004. Citação p. 98.

⁵⁴ *Idem*, p. 95.

Neste âmbito, e como não poderia deixar de ser, já Januário da Cunha Barbosa oferece uma formulação lapidar. Não bastassem as suas seguidas referências aos melhores filhos da pátria, aos ilustres brasileiros, aos beneméritos, o primeiro secretário do IHGB ainda afirma, em seu discurso de 1838, “que a historia é um fecundo seminario de heróes”. São eles, esses homens excepcionais, que se destacam por seus feitos⁵⁵, os que fazem a história e que merecem por isso ser eternizados através da pena dos historiadores.

Esta restrição que afeta a definição de sujeitos da história é explicitada por Manuel de Araújo Porto-Alegre, em sua memória de 1856. Ele o faz logo ao início, ao contar que concebeu a “Iconographia Brasileira” como um complemento a *O Plutarco Brasileiro*⁵⁶. Ao longo do texto, vemo-lo expressá-la ao enumerar os futuros integrantes de um panteão tradicional, edifício destinado a abrigar os restos mortais de “nossos benemeritos”: José Bonifácio de Andrada, Visconde de Cairú, Visconde de São Leopoldo, padre Caldas, José Maurício. Ou ao supor que tais idéias generosas sofreriam a oposição dos invejosos, que pretextariam “difficultades no processo de escolha dos *varões dignos de uma tão justa apotheose*”⁵⁷. E contra-argumentar com o mencionado recurso ao tempo fora do tempo: ele, “o grande mestre das cousas humanas, comsummará a obra se o juizo humano fluctuar, ou for injusto”⁵⁸.

Mesmo suas afirmações de que no panteão brasileiro paisano e general repousarão um a par do outro ou de que em uma obra como a sua “Iconographia Brasileira” há lugar para os representantes dos mais diferentes ofícios, para os cultores das letras e para os empresários, para o padre como para o banqueiro, e “todas as outras alavancas da machina social, não esquecendo a mulher”,⁵⁹ mesmo esta visibilidade garantida ao soldado, ao marinheiro, ao artífice, mesmo elas não nos devem confundir. Não saímos aqui do registro do exemplar que abandona o exemplo em

⁵⁵ Em “‘Plutarco Brasileiro’ – a produção dos vultos nacionais no Segundo Império”, *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, n. 20, p. 41-61, 2000, Armelle Enders estabelece uma distinção entre grandes homens e homens ilustres. Aqueles seriam os homens marcados por um selo de exceção, como os monarcas, os santos e os heróis, enquanto estes se definiriam por seus feitos meritórios, das mais diversas naturezas. Aqui, utilizamos as duas expressões como sinônimos, na medida em que indicativas da concepção segundo a qual há sujeitos e não-sujeitos da história, dignos e indignos dela.

⁵⁶ Porto-Alegre refere-se ao livro publicado originalmente em 1847 por João Manuel Pereira da Silva. Ele seria revisto e ampliado, recebendo novo título – *Os varões illustres do Brazil nos tempos coloniais* – quando de sua nova edição em 1858. Para uma análise sobre este livro de Pereira da Silva e sobre a *Galeria de Brasileiros Ilustres (Os contemporâneos)*, de Sébastien Auguste Sisson (1861), bem como sua estreita relação com o projeto historiográfico delineado a partir do IHGB, ver CEZAR, Temístocles. “Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX”. In: *Métis: história e cultura*. Caxias do Sul, v. 2, n. 3, p. 73-94, jan./jun. 2003.

⁵⁷ PORTO-ALEGRE. “Iconographia Brasileira”. *Op. cit.*, p. 351. Grifos nossos.

⁵⁸ *Idem, ibidem.*

⁵⁹ *Idem*, p. 354.

nome do representativo. Todas essas “alavancas da machina social” só figurarão na obra proposta por Porto-Alegre na medida em que tiverem sido úteis ao Brasil e puderem servir de incentivo às novas gerações. Não basta que tenham existido em uma determinada época e que sua existência seja atestada por documentos. Eles só se tornarão objetos da história na medida em que tiverem sido “vultos grandiosos, sentinellas que guardam as sagradas avenidas do futuro, e servem de ostensores aos que o tempo vai incorporando na marcha dos acontecimentos”.⁶⁰ E, como se para nos socorrer se ainda faltassem indícios, diz Porto-Alegre: “conhecida a biographia de todos os homens salientes de uma época, seja qual fôr a sua acção civilisadora, está conhecida a historia daquelles tempos”.⁶¹

A história é a história daqueles que fazem a história. E os que fazem a história são os homens salientes de uma época. São os historiadores, na formulação um tanto quanto curiosa de Luiz Francisco da Veiga. Uma curiosidade que se explica à luz de sua proposta de fazer do general Manoel Luís Osório, Marquês de Herval, mais um dos objetos do elogio fúnebre do orador do Instituto. Osório foi um historiador – não um historiador da pena, mas daqueles que “escreveram paginas immortaes nos annaes da idolatrada patria, sacrificando em seus altares todas as faculdades soberanas de sua alma, as aptidões meritorias de seu vigor physico e até da propria vida”.⁶² Há dois tipos de historiador, porque há dois tipos de história: a primeira e a segunda. A primeira é a real, viva e palpitante, ao passo que a segunda nada mais é do que a narração da primeira. Uma é a “successão dos acontecimentos, grandes feitos e factos da humanidade”;⁶³ a outra, a história contada, narrada com o máximo de fidelidade, “reproducção photographica” da primeira. Distintas, elas possuem distintos autores, que as escrevem utilizando-se de distintos objetos. A pena, mas também o pincel, e o escopo e o cinzel, para os historiadores da segunda história. E suas próprias ações, nos mais diversos campos, para os da primeira. O mesmo verbo, “escrever”, desdobra-se em dois outros: registrar e fazer. Os historiadores de ofício são registradores de fatos e feitos *alheios*. Os outros, objetos desses homens de letras, fazem a *verdadeira história*. Homens como o Marquês de Herval, autor de “paginas admiraveis da historia d’este paiz, paginas que serão documentos de ufanía e titulos de nobreza de todas as gerações por vir n’este portentoso Imperio americano”. Homens como ele,

⁶⁰ *Idem*, p. 353.

⁶¹ *Idem*, *ibidem*.

⁶² *RIHGB*, t. XLII, parte segunda, p. 264.

⁶³ *Idem*, p. 262.

“um dos nossos mais preclaros historiadores”,⁶⁴ são membros de direito de um Instituto histórico, defende Francisco da Veiga, e como tais, merecedores, ao morrerem, do elogio histórico que tem de ser realizado pelo orador na sessão aniversária.⁶⁵

Dois tipos de historiadores. Duas maneiras de se escrever a história que são duas maneiras de tomar parte na história. E que pressupõem a existência de seres que não escrevem a história, que não tomam parte nela. Há os que a fazem e há os que a registram e há os que não são autores nem do primeiro nem do segundo tipo de história. Que não empunham nem a espada nem a pena. Seres cujos atos não redundam em “páginas rutilantes de heroísmo de glória da nossa história”⁶⁶ e não dão direito à chama divina da imortalidade. Seres cujas obras são obras do acaso, destinadas à duração de um dia, ao esquecimento, à obscuridade. Seres sem-parte na eternidade. Sem-parte, é preciso insistir, na história.

Essa humanidade dividida entre os que tomam e os que não tomam parte na história, pressuposto da concepção de história dos historiadores brasileiros do Segundo Reinado, já havia feito sua aparição nas páginas da *Revista* do IHGB. Em 1852, em discurso de Manoel de Araújo Porto-Alegre. O pintor, então no cargo de orador do Instituto, assinala a existência de “tres classes de homens de que se compõe a humanidade: os que fazem a historia, os que a testemunham, e aquelles que a perpetuam ás gerações vindouras”.⁶⁷ Os não-historiadores de Francisco da Veiga aparecem aqui retrospectivamente reintegrados, participando da história sob a forma de testemunhas. A reintegração é, porém, apenas aparente. Pois Porto-Alegre logo sublinha a sua inutilidade para a história: “os segundos levaram para o tumulo o que viram nos acontecimentos (...); passaram na grande vida humanitaria como letras mudas, sem cômpor uma frase, sem gravar os seus nome [sic] no alvo da historia”.⁶⁸ Meros espectadores da história, não participam dela.

⁶⁴ *Idem*, p. 264. Todos os grifos são de Luiz Francisco da Veiga.

⁶⁵ A proposta acaba rejeitada pela comissão composta por Tristão de Alencar Araripe e Manoel Jesuíno Ferreira. Em seu parecer, avaliam que admitir o general Osório exigiria a criação de uma nova classe de sócios, já que as existentes pressupunham que a admissão se fizesse estando o candidato vivo, e que tal criação configuraria infração aos Estatutos. Infração que abriria perigoso precedente. O veto à inclusão do general no elogio histórico reservado aos consócios do Instituto não impede, assinala a comissão, que se honre por outro meio a memória do herói da Guerra do Paraguai. Poder-se-ia, por exemplo, encarregar um dos membros da associação de redigir e apresentar, ao longo de algumas sessões, a biografia do ilustre brasileiro, então recém-falecido. *RIHGB*, t. XLII, parte segunda, p.275-277.

⁶⁶ *Idem*, p. 264.

⁶⁷ PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. “Discurso do Orador”. *RIHGB*, t. XV (2º da terceira série), n. 8, 1852, p. 513.

⁶⁸ *Idem, ibidem*.

A tripartição de Porto-Alegre, em contraposição à divisão entre historiadores e não-historiadores, explicita, por outro lado, a desigualdade que os grifos de Luiz Francisco da Veiga insinuam. Não há equivalência entre historiadores de primeiro e de segundo tipo como não há entre escrever a história com atos e escrevê-la com a pena. Porque apenas os primeiros são de fato sujeitos da história. Apenas os “brasileiros distintos”, os de “nome illustre”, os “nossos maiores”, os “espíritos elevados, que só aspiram á gloria conferida pelo verdadeiro merito e pela pratica de acções nobres”, os “grandes homens”, cujos feitos cabe à posteridade memorar e oferecer em exemplo, os “benemeritos”, os “distintos servidores, cujos nomes symbolisam a honra e a grandeza do Imperio”, os “cidadãos notaveis”, de “vida (...) admiravel e exemplar”. Em suma, apenas aquele que é “verdadeiramente grande e digno de ser louvado”⁶⁹ é sujeito da história. Não é qualquer um. Não pode ser alguém cuja vida assemelhe-se à de milhares de outros. É na medida em que se distingue, que adquire um nome illustre, que revela um espírito elevado, que pratica ações nobres, que se notabiliza, que se torna um grande, enfim, que um homem interfere no curso dos acontecimentos e torna-se assim um nome da história. A concepção de história existente no século XIX brasileiro não apenas pressupõe uma humanidade dividida. Pressupõe que a desigualdade é o que faz com que haja história. É porque há ilustres e anônimos, memoráveis e condenados ao esquecimento, gloriosos e banais, ordinários e extraordinários, comuns e incomuns, que há história. Fieis à história verdadeira, os historiadores não devem registrar senão o que for histórico, isto é, memorável, illustre, glorioso, extraordinário, incomum. Os anônimos não fazem a história. Os homens comuns não são dignos do registro histórico.

Esta concepção de história é, como já foi dito, inseparável de uma concepção de sociedade. A partilha, na ordem do saber historiográfico, entre histórico e não-histórico, dignos e indignos da história, é constitutiva de uma sociedade fundada sobre a desigualdade. De uma sociedade que distingue quem pode fazer a história como seleciona quem pode participar da política.

⁶⁹ Todas as expressões estão presentes em um único texto, a “Biographia dos Brasileiros Illustres por Armas, Letras, Virtudes, etc. – O Conselheiro Manoel Joaquim do Amaral Gurgel: elogio historico e noticia dos successos politicos que precederam e seguiram-se á proclamação da Independencia na provincia de S. Paulo. Ao Instituto Historico e Geographico Brasileiro pelo Dr. Olegario Herculano d’Aquino e Castro”. *RIHGB*, t. XLI, parte segunda, 1878, p. 241-279. Não obstante, elas encontram-se presentes em vários outros textos, aparecendo sempre que se trata de refletir sobre a história e seus sujeitos.

Em seu estudo sobre o IHGB entre 1839 e 1889, Lúcia Guimarães aponta a existência de um desequilíbrio na publicação de documentos e memórias históricas na *Revista*: são muito mais numerosos os que se referem ao período entre 1500 e 1816 do que aqueles que tratam de eventos ocorridos entre 1817 e 1838. Para a historiadora, essa rejeição do passado imediato explica-se por seu caráter conturbado: “Nele estavam inscritos conflitos internos mal resolvidos, que se arrastavam desde antes do Primeiro Reinado, conseqüências dos embates das províncias com o governo central, na sua luta por mais autonomia”.⁷⁰ Integrados a história e os historiadores ao esforço de levar adiante o projeto político iniciado em 1822, fazia-se necessário silenciar sobre os eventos que o colocaram em xeque e ameaçaram a unidade nacional.⁷¹ Mas é possível pensar essa rejeição diversamente. Se as rebeliões regenciais constituíram um escândalo para a historiografia oitocentista, fizeram-no não só por terem ameaçado a unidade nacional, mas também por terem sido o momento em que aqueles que não têm qualificação para participar da política e para fazer a história tenham tido a ousadia de fazê-lo. A ousadia de querer subtrair-se ao seu lugar e ao papel que este lhes assinala. Aliás, já que é de papéis que se trata, nada mais significativo que este discurso, proferido muitos anos depois do período regencial, um ano após a proclamação da República:

Senhores! O individuo que lastimava, que n'este mundo não fossem todos iguais, cedo conheceo o engano em que laborava da crença de uma felicidade homogenea e universal, quando o genio que lhe appareceu igualou com as pancadas da sua magica vara todas as condições. Então certificou-se elle de que a *harmonia da sociedade dependia da desigualdade das classes*. Serve-nos também a lição da lenda. A nossa associação não podia se eximir á lei da harmonia. Já em nosso tirocinio nos mostrou a sua falta a pouca estabilidade, que se deo do desequilibrio em que se achára. *Vem cada qual de nós á terra destinado a um mister*, mas nos associando, ganhamos a força que

⁷⁰ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “Debaixo da imediata proteção imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1889)”. *Op. cit.*, p. 517.

⁷¹ Ilmar Mattos compreendeu em termos semelhantes a abordagem das rebeliões regenciais na historiografia nascente, ligada ao IHGB: “Assim, os acontecimentos do Período Regencial, ao insistirem em contrariar um ‘desenvolvimento natural’ (isto é, período colonial – Reino Unido – emancipação política – Estado nacional centralizado e território unificado), devem ser entendidos como ‘ilógicos’, expressão de uma ‘crise’ (ou seja, de um perigo) que deverá ser superada para que o destino nacional se possa cumprir”. Ver MATTOS, Ilmar Rohloff de. “Luzias e saquaremas: liberdades e hierarquias”. In: *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. 2ª edição, São Paulo: Editora Hucitec, 1990, p. 103-191. (Citação p. 128). Temístocles César, por seu turno, discorda da explicação exclusivamente político-ideológica de Lúcia Guimarães, defendendo a necessidade de se tomar em consideração também as questões epistemológicas em jogo nessa escolha de não se fazer história contemporânea. “De modo mais profundo, ela é a expressão de uma tendência teórico-metodológica, segundo a qual não é desejável se fazer história do imediato, pois ela é perigosa para a objetividade do historiador, logo para a melhor maneira de se escrever a história”. Ver CEZAR, Temístocles. “Presentismo, memória e poesia. Noções da escrita da história no Brasil oitocentista”. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *Escrita, linguagem, objetos: leituras de história cultural*. Bauru, SP: EDUSC, 2004b, p. 43-80. (Citação p. 55-56).

não tinhamos como o feixe de varas dos lictores romanos, prezo pelo laço da união. O cêgo que carregava o côxo, e lhe dava o motor em troca da vista se harmonizando, tornavam-se de inuteis até ali, aptos como um só homem para se dirigirem a seo objectivo.⁷²

Discurso tanto mais significativo quanto diz respeito à importância do próprio IHGB, sobre cujos membros o presidente Joaquim Norberto de Sousa Silva diz serem obreiros que trabalham, “gravando nas paginas de bronze as letras de ouro da historia da patria”.⁷³

De volta ao período regencial, preciosas indicações podem ser encontradas em Ilmar Rohloff de Mattos.⁷⁴ O historiador relata como luzias e saquaremas, em seus depoimentos sobre os movimentos políticos que estouraram no Império entre 1831 e 1848, distinguiram entre aqueles “levados a efeito pela ‘flor da sociedade brasileira’ [...] e os demais, da escória da população”. Foi o que fez o luzia Francisco de Salles Torres Homem em seu *Libelo do Povo*.⁷⁵ Ao falar das revoltas subsequentes à abdicação, identifica nelas “o desencadeamento das paixões, dos instintos mais grosseiros da população”, ao passo que os movimentos liberais de 1842 e de 1848 seriam fruto da ação de “tudo que as províncias contavam de mais honroso e eminente em ilustração, em moralidade e riqueza”.⁷⁶ O saquarema Paulino José Soares de Sousa, futuro Visconde de Uruguai, faz um diagnóstico semelhante, tomando as rebeliões ocorridas no Pará, Maranhão e Piauí como momentos lamentáveis em que ocorreram horrores originados da barbaridade, da lascívia e de “outras paixões alheias à política”. Horrores inevitáveis quando se rebela “uma massa de homens ferozes, sem moral, sem religião e sem instrução alguma, eivados de todos os vícios de barbaridade”.⁷⁷ Homens cujas qualidades são as de não ter qualidades para participar da política. Cujas qualidades são “alheias à política”. Do mesmo pensamento compartilhava o jornalista e historiador João Francisco Lisboa, com sua diferenciação entre “as grandes massas da população” e a “camada superior”, ao tratar dos “Partidos e Eleições no Maranhão”.⁷⁸

⁷² SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. “19ª Sessão Ordinaria em 28 de novembro de 1890”. In: *RIHGB*, t. LIII, parte segunda, 1890, p. 528. Grifos nossos.

⁷³ *Idem*, p. 530.

⁷⁴ MATTOS, Ilmar Rohloff de. “Luzias e saquaremas: liberdades e hierarquias”. *Op. cit.*, p. 103-191.

⁷⁵ Cabe lembrar que Torres Homem foi um dos editores da *Nitheroy, Revista Brasiliense*, ao lado de Domingos José Gonçalves de Magalhães e de Manoel de Araújo Porto-Alegre.

⁷⁶ TORRES HOMEM, Francisco. “O Libelo do Povo”. In: MATTOS. *Op. cit.*, p. 110.

⁷⁷ SOUSA, Paulino José Soares de. “Relatorio do ministro da Justiça, 1841”. In: MATTOS. *Op. cit.*, p. 111.

⁷⁸ LISBOA, João Francisco Lisboa. “Partidos e eleições no Maranhão”. In: MATTOS. *Op. cit.*, p. 110.

Avaliação semelhante encontra-se no poeta romântico e historiador Gonçalves de Magalhães. Em sua “Memória histórica e documentada da Revolução da Província do Maranhão”, publicada em 1848 na *Revista*, Magalhães deplora esse tempo de transição (entre a abdicação e a pacificação do II Império) em que se faz

da política uma ciência oculta, misteriosa e empírica, sem regras fixas, sem princípios; uma ciência estratégica de ataque, e não de defesa, e na qual são iniciados certos adeptos com quase exclusão da honra, de modo que quando se quer dizer que alguém é político, diz-se indiferentemente que se é fino ou velhaco.⁷⁹

Um tempo de descalabro em que os critérios, as regras, os princípios, as *desigualdades* foram suspensos. Um tempo tal que impede a escrita da história, no raciocínio revelador de Joaquim Manuel de Macedo, que se discutirá adiante. E que autoriza a pensar em outros termos a escolha de Dom Pedro II para imediato protetor do IHGB.

Os membros do Instituto e, em um movimento que mereceria alguma atenção, a historiografia dos últimos anos, tomam esta proteção como prova da ilustração e do amor pelas letras do monarca brasileiro, esse “Carlos Magno do século XIX”. Pedro II torna-se protetor do grêmio histórico em 1849. O início de sua assistência às sessões do Instituto ocorre em 15 de dezembro daquele ano, data que será em seguida tomada como a da refundação do IHGB – tanto que, conforme indicado, as sessões aniversárias passaram a ser celebradas aos 15 de dezembro, e não mais a 21 de outubro. É possível ver também aí a marca da forte solidariedade entre uma concepção de história e uma concepção de sociedade. A história se faz – acontece e é escrita – sob os auspícios do imperador.

Um pensamento expresso com clareza em discussão ocorrida na quarta sessão ordinária de 1863.⁸⁰ Nela debate-se a proposta de criação de “um livro com o título de Fastos do feliz e glorioso reinado do Sr. Dom Pedro II, no qual se escreverão todos os factos de importancia politica, social, moral e religiosa á juizo do Instituto”. Ao longo da apresentação do parecer da comissão de história e da discussão do mesmo, explicitam-se as concepções acerca dos sujeitos da história, dos documentos e das condições de cientificidade ou parcialidade da história vigente

⁷⁹ MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. “Memória histórica e documentada da Revolução da Província do Maranhão”. In: *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 23, p. 14-66, março de 1989. (Citação p. 15). Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/>. Acesso em 10 de novembro de 2008.

⁸⁰ “Quarta Sessão em 8 de maio de 1863”. In: *RIHGB*, t. XXVI, 1863, p. 854-860. Para uma análise desta discussão em termos das questões epistemológicas presentes, ver CEZAR, Temístocles. Presentismo, memória e poesia. Noções da escrita da história no Brasil oitocentista. *Op. cit.*, p. 43-80.

entre os historiadores. Interessante que, conforme se discute, nos pareceres (são lidas duas versões distintas) sobre em que efetivamente consistiriam estes “Fastos”, passa-se a identificá-los à história do Brasil e esta à história do Imperador!⁸¹ Outro trecho que merece atenção é aquele em que se afirma que os fatos do reinado de Dom Pedro II são de tal maneira importantes e gloriosos que sequer necessitam ser escritos, pois não correm o risco de desaparecer.⁸² A proposta é arquivada, por se considerar que um trabalho de tal natureza careceria de imparcialidade. O proponente, Felizardo Pinheiro de Campos, não desiste e, duas sessões mais tarde, reapresenta a proposta reformulada, com alterações que, percebe-se, destinam-se a sanar os problemas apontados. À acusação de parcialidade, ele responde sugerindo que sejam encarregados do trabalho sócios com idade superior a 60 anos “e que pela sua alta e a mais elevada posição social se possa razoavelmente entender que não nutrem mais aspirações algumas”. Às dúvidas sobre em que consistiriam os tais “Fastos”, sobre como selecioná-los, Pinheiro de Campos rebate precisando que tratar-se-ia de “exactamente tudo quanto o imperador disser e fizer digno de menção interessante para o bem do Estado”.⁸³ Quer dizer, precisa-se que uma história do que ocorreu sob o reinado de Pedro II só pode ser uma história do próprio imperador – outra maneira de dizer que o corpo do povo é o corpo do Rei, que a história do Brasil é, em primeiro lugar, a de seu soberano.

Uma concepção que, em seu essencial, vigora até mesmo entre os mais republicanos. Pois se certamente não endossam que a história do Brasil seja a de D. Pedro II, mantêm a compreensão de que seu movimento é fruto da ação de homens excepcionais. Tristão de Alencar Araripe, autor de várias memórias publicadas na *Revista* ao longo da década de 1890, é um dos mais decididos defensores do novo regime. Em “Trez cidadãos benemeritos da Republica”,⁸⁴ dedica-se a desmentir que a Proclamação da República tenha sido um ato de surpresa para o espírito público e de violência para a maioria dos brasileiros. Pelo contrário, desde o século XVIII vinham estes lutando pela instauração do regime republicano.⁸⁵

⁸¹ Os termos do parecer, assinado por Joaquim Norberto de Sousa e Silva e Joaquim Manoel de Macedo, são os seguintes: “O digno auctor da proposta pensou como todos, e como não podia deixar de pensar, que o Sr. Dom Pedro II e a nação brasileira tem uma só historia”. In: *RIHGB*, t. XXVI, 1863, p. 856.

⁸² A afirmação está na segunda versão do parecer. In: *Idem*, p. 859.

⁸³ CAMPOS, Felizardo Pinheiro de. “Sexta Sessão em 5 de junho de 1863”. In: *Idem*, p. 870-871. A nova proposta é também recusada.

⁸⁴ ARARIPE, Tristão de Alencar. “Trez cidadãos benemeritos da Republica”. *RIHGB*, t. LX, parte primeira, 1897, p. 385-396.

⁸⁵ *Idem*, p. 389.

A própria história comprovava a antigüidade e a permanência das aspirações republicanas entre os brasileiros. Paradoxalmente, contudo, não há referência à ação de brasileiros quaisquer em favor da implantação do novo regime político. Pelo contrário, e como o próprio título do artigo o indica, trata-se ali de prestar homenagem aos “illustres Brasileiros [...] cujo concurso na Proclamação da Republica brasileira no dia 15 de novembro de 1889 foi valiozissimo e decisivo”.⁸⁶ Cada fato social tem seus heróis, aos quais cabe prestar honras e recomendar à posteridade – assim justifica Araripe o seu empreendimento.

A idéia não era evidentemente nova – nem mesmo no próprio Alencar Araripe, que em 1894, em memória sobre os patriarcas da Independência, afirmara: “As grandes cauzas têm os seos protagonistas”.⁸⁷

A alentada reflexão sobre a história que no mesmo ano Araripe publica na *Revista* do IHGB demonstra igualmente a longevidade de uma concepção.⁸⁸ Em primeiro lugar – e não poderia ser diferente – estabelece-se uma íntima relação entre história e nação. A história serve antes de tudo para explicar o estado presente da nação: como ela se tornou o que é. Mas também o que ela poderá vir a ser. O passado é útil tanto à compreensão do presente como ao esclarecimento do futuro. Trata-se igualmente de uma história que instrui, por pôr em relevo as grandes ações de patriotismo e advertir contra os “perigos dos erros politicos e das ambições malsofridas”.⁸⁹ Uma história pensada segundo os padrões clássicos – a citação de Cícero é indício inquestionável, bem como a enumeração dos “dois fins supremos da lição da história”: premiar o mérito dos benfeitores do gênero humano – os heróis – e estimular a imitação dos exemplos de patriotismo.⁹⁰

⁸⁶ *Idem*, p. 386.

⁸⁷ Essa memória foi originalmente uma conferência, proferida em 12 de março de 1876. ARARIPE, Tristão de Alencar. “Patriarcas da Independencia Nacional”. In: *RIHGB*, t. LVII, parte primeira, 1894, p.167-184. (Citação p. 167).

⁸⁸ ARARIPE, Tristão de Alencar. “Indicações sobre a istoria nacional”. *RIHGB*, t. LVII, parte segunda, 1894, p. 259-290. Araripe era adepto da ortografia fonética, em oposição à comum ou etimológica, que tinha a preferência da maioria dos membros do Instituto Histórico. Vários de seus textos foram publicados seguindo esse padrão, mesmo após se ter discutido e deliberado que a *Revista* não o adotasse. Em 1892, já havia o presidente do Instituto, Conselheiro Olegário Herculano, chamado a atenção da Comissão de Redação, da qual Araripe era membro, para o desrespeito da norma. Ver “Segunda Sessão Ordinaria em 2 de abril de 1892”, *RIHGB*, t. LV, parte segunda, 1892, p. 277. Segundo observação de Araripe ao final do texto, ele foi inicialmente escrito para uma conferência também de 1876. Entretanto, a referência a conflitos no sul do Brasil (provavelmente a Revolução Federalista de 1893-1895) indica que o autor revisou o texto para sua publicação na *Revista*.

⁸⁹ ARARIPE. “Indicações sobre a istoria nacional”. *Op. cit.*, p. 260.

⁹⁰ *Idem.*, p.263.

Mesmo a contraposição entre a história antiga e a história moderna, que sinaliza para uma inovação no pensamento sobre a história, acaba por recolocar a divisão entre histórico e não-histórico. Araripe sustenta que o historiador atual não pode recair nos erros da historiografia clássica, que se restringiu às individualidades ou a uma certa ordem de fatos mais ou menos memoráveis:

Os historiadores de então celebravam os indivíduos pelas proezas belicas e as guerras pela estenção do horror e do estrago. [...]. O espírito moderno não encara a humanidade dentro de tão estreitos limites, ele a quer conhecer em toda a sua plenitude, e para esse fim estuda os fatos de todos os generos e analisa-os por todas as faces.⁹¹

A frase soa familiar aos historiadores de hoje, filhos das revoluções historiográficas do século XX. A afirmação, tornada banal, do igual interesse de tudo e de todos ao olhar do historiador é o que se manifesta já em Araripe? Serão os ecos do futuro o que ouvimos aqui? A resposta tende para a afirmativa, conforme a leitura avança. A história moderna, escreve Araripe, não se ocupa apenas das “peripecias ruidozas”, narrando tanto os feitos de capitães e reis quanto as ações dos operários. Mas a afirmativa converte-se em negativa, à proporção em que se revelam e se consolidam ecos do passado. Se há uma voz a ser ouvida nessa conferência, ela é mais provavelmente a do cônego Januário da Cunha Barboza e de seu do “Discurso recitado no acto de estatuir-se o Instituto Historico e Geographico Brasileiro”. Se parece brilhar pela ausência na argumentação original sobre a superioridade da história moderna, sua presença é cristalina na reflexão sobre como se deve escrever a história.

Pois se Araripe deplora a restrição dos historiadores antigos, sua preferência por “atos mais estrondozos”, não o faz porque defenda uma história feita igualmente por todos; se se revela contrário a este privilégio aos “erões da guerra”, não é porque defenda uma história das ações e do pensamento das pessoas comuns. Seu elogio à história moderna assenta-se em que ela tem “os éroes da paz, aqueles que no silencio dos gabinetes regem com sabedoria os povos, e aqueles que nos milagres da industria melhoram as condições dos omens, santificando assim os esforços do trabalho e da moral”⁹². O defeito da história antiga não é o da partilha que estabelece entre homens de glória e vidas perdidas no anonimato. É o do seu critério de partilha. Num tempo em que os povos eram rivais, grandes eram os guerreiros e os generais, e nenhuma linha era

⁹¹ *Idem*, p. 265.

⁹² *Idem*, *ibidem*.

destinada aos estadistas, aos sábios e aos industriais. Imbuídos do erro que consiste em considerar como heróis somente os autores de façanhas bélicas e políticas, os historiadores antigos legaram ao esquecimento os sábios e os artistas, eles também verdadeiros heróis. O mérito da história moderna, sua superioridade advém do fato de reconhecer que “o mérito das obras da paz é superior aos resultados do gênio dos combates”.⁹³ De perceber que nem Alexandre Magno, nem Júlio César, nem Napoleão Bonaparte, admiráveis talentos da guerra e da política, equiparam-se a George Washington, “o tipo verdadeiro do herói”, porquanto sua obra não se constitui de façanhas de guerra, mas da fundação de um povo.⁹⁴

Nem por isso, porém, a história antiga perde de todo seu papel de modelo para a história moderna. Isto porque ela desempenhou com maestria a missão maior da história: a de glorificar os grandes homens. Assim, diz Araripe – como Januário da Cunha Barbosa, antes dele – é dever de todo escritor estudar as biografias paralelas de Plutarco. Aí os retratos dos heróis são feitos de maneira a proporcionar ao leitor uma escola de moral e patriotismo. Ao escrever a história nacional, o historiador brasileiro deve atender a essa finalidade.

Nessa dupla relação com a historiografia antiga delineia-se o ideal de historiador de Tristão de Alencar Araripe. Para ser historiador, deve seguir Plutarco em sua maneira de escrever a história, retratando nossos grandes cidadãos a fim de produzir novos patriotas; para ser moderno, deve saber superar a limitação de suas (de Plutarco e da história antiga) vistas: os heróis da modernidade não são somente os autores de “façanhas belicosas ou políticas”, mas também e principalmente aqueles que se assinalam por “façanhas pacíficas e proveitosas à humanidade”, como o são a descoberta das leis da gravidade, das combinações da matéria, da invenção do tear ou da energia elétrica.⁹⁵ Transportado tal raciocínio para a história do Brasil, nossos grandes heróis serão antes os introdutores da cana-de-açúcar e do gado do que os exterminadores de tribos indígenas. Homens como Martim Afonso e Duarte Coelho, fundadores de São Vicente e Olinda, ou o capitão-mor José de Xerez, introdutor do cultivo do café, em 1740. O essencial é a persistência das façanhas e dos heróis, desses beneméritos que a história *requer* e comemora e que o Brasil haverá de ter em todas as áreas.⁹⁶ Araripe chega mesmo a esboçar um panteão nacional – do qual estão excluídos os monarcas. Compõem-no exploradores como Aleixo

⁹³ *Idem*, p. 276.

⁹⁴ *Idem*, p. 278.

⁹⁵ *Idem*, p. 274.

⁹⁶ *Idem*, p. 285, 281. Grifos nossos.

Garcia, Gabriel Soares, Robério Dias; os líderes da guerra contra os holandeses: Fernandes Vieira, André Vidal, Felipe Camarão, Henrique Dias – símbolos do patriotismo das raças e memoráveis por sua obra comum de ter livrado o Brasil dos holandeses, restaurando-lhe a integridade; chefes da Revolução Pernambucana de 1817, eleita o movimento precursor da Independência: João Ribeiro e Domingos Teotônio; grandes nomes da Regência: Diogo Feijó, Carneiro Leão, Martiniano de Alencar, etc., os quais subjugarão a anarquia que ameaçava a integridade do país.⁹⁷

Um panteão levemente distinto. Distinção que não é realmente uma, para a problemática a respeito da identidade dos sujeitos da história. Seria essa afinal a única marca diferenciadora de uma idéia republicana de história? A resposta é, novamente, negativa. Há nas “Indicações sobre a historia nacional” uma referência continuada ao povo, à história, à vida, à formação do povo ou dos povos, que demarca certas diferenças entre Araripe e os historiadores da primeira geração do IHGB. Instrutiva para um e para outros, a história não possui, contudo, os mesmos destinatários. Para o primeiro, ela deve ensinar ao povo a eficácia das máximas políticas e esclarecê-lo sobre a marcha das coisas públicas. Para os segundos, as lições da história destinam-se, antes de tudo, a outros grandes homens: aos homens de Estado, ao ministro, ao legislador, ao diplomata e a outros membros da elite dirigente do Império. É a eles, aos iguais, que a história fala, porque são eles os que melhor a entendem, são eles os que podem aplicar os ensinamentos que ela lhes traz.⁹⁸

Modelo para um e para outros, a historiografia antiga é passível de censura apenas para Araripe. O cônego Januário vê nas *Vidas Paralelas*, de Plutarco, o retrato de toda a Antigüidade, e Manuel de Araújo Porto-Alegre planeja sua “Iconographia Brasileira” sob os moldes do historiador grego. Para o republicano, por sua vez, nenhum escritor antigo escreveu “a vida inteira de um povo” – defeito capital que os modernos, ocupados com a história dos povos, souberam evitar.⁹⁹ Já se sabe como se desdobram a censura e a exigência de uma abordagem mais ampla da história: na reivindicação de outros critérios para a eleição dos heróis. Mas mesmo nessa coincidência há algo a se notar: o grande feito do maior herói moderno não é outro senão a fundação de um povo.

⁹⁷ *Idem*, p. 281-285.

⁹⁸ Januário da Cunha Barbosa, “Relatorio do secretario perpetuo”. *Op. cit.*, p. 283, e em Joaquim Manoel de Macedo, “Relatorio do primeiro secretario interino”. *Op. cit.*, p. 486.

⁹⁹ ARARIPE, Tristão de Alencar. “Indicações sobre a historia nacional”. *Op. cit.*, p. 266-267.

Uma história cuja finalidade é a instrução do povo, cuja ambição é contar a vida inteira de um povo e cujos grandes heróis têm por obra a fundação de um povo. A República impunha algumas inovações à concepção de história dos historiadores, sem contudo deslocar-lhe o núcleo principal. Afinal, o povo aparece para ser instruído e para ser fundado, não para atuar diretamente ou para fundar a si próprio. Sua entrada na história é necessariamente uma entrada esconjurada.

Uma evidência dessa maneira de se inscrever historicamente o povo é oferecida em “Um atomo da historia patria: historico da Sociedade Amante da Instrucção”.¹⁰⁰ Trata-se do mais decidido elogio à ação popular na história que se pode encontrar na *Revista* no período analisado. Alfredo do Nascimento Silva aí proclama que “hoje é directamente o proletariado que surge por sua vez na arena da Historia”.¹⁰¹ Uma inovação que, avalia ele, tornou mais justo e verdadeiro o ponto de vista dos estudos históricos, anteriormente limitados a “chronica dos reis, dos nobres e dos vultos mais salientados pelos seus titulos de gloria”.¹⁰² O gigante, o colosso de Alfredo do Nascimento Silva é, no entanto, composto por enfermos, desvalidos da fortuna, viúvas, órfãs, prostitutas, criminosos, miseráveis, os “naufragos do mundo” que um dia, sim, na França, sacudiram seus ombros e fizeram tremer os tronos. Mas a história do povo – ao menos do povo no Brasil – não é a história do povo como sujeito, e sim a da sua civilização, a do seu saneamento. Assim que trazer todo esse contingente para a história equivale, na compreensão de nosso historiador, a fazer a história de uma associação caridosa dedicada a instruir os pobres e a acolher as órfãs. Equivale a louvar a iniciativa dos até então obscuros e pobres fundadores da instituição, bem como as ações de todos aqueles que – em sua maioria, importantes membros da elite imperial – pugnaram pela sobrevivência e ampliação da *Sociedade Amante da Instrucção*. Todos esses cujos nomes são sublinhados para serem conhecidos. Os beneficiários dessas ações beneméritas são, por sua vez, coletivos sem nome: são os “dez meninos pobres da vizinhança”, as “dez predestinadas victimas das prodrições sociaes, que se fizeram, no emtanto, desse modo amparadas, virtuosas donzelas”, o “bando de avesinhas que encontraram nesse ninho o refugio aos mundanos vendadaes”, “as pobres meninas rodeadas de tantos beneficios”.¹⁰³ Ao final, os únicos nomes cuja ausência Alfredo do Nascimento Silva sente-se compelido a justificar são os de vários outros benfeitores. Só foram mencionados, explica ele, aqueles que mantinham relação

¹⁰⁰ SILVA, Alfredo do Nascimento. “Um atomo da historia patria: a Sociedade Amante da Instrucção”. *RIHGB*, t. LV, parte segunda, 1892, p. 97-140.

¹⁰¹ *Idem*, p. 105.

¹⁰² *Idem*, p. 102.

¹⁰³ *Idem*, p. 114, 119-120, 132, 138.

direta com os fatos narrados, com a história contada: a da associação, e não a de seus benfeitores. E muito menos a de seus beneficiados, poder-se-ia acrescentar.

Seria exagero dizer que nosso autor constitui um excelente exemplar do ideal de historiador elaborado por Tristão de Alencar Araripe? Afinal, sua memória toma por tema uma dessas ações promotoras do progresso dos povos, e não façanhas ruidosas de grandes heróis da guerra; foi escrita de modo a satisfazer a principal missão da história: converter-se em máquina de produção de patriotas beneméritos, pelo mecanismo do estímulo à imitação; finalmente, o povo aparece aí no lugar que lhe é adequado: o de objeto de instrução.

Que o povo apareça legitimamente em um outro lugar, tal é o impensado da concepção de história dos historiadores brasileiros. Pois sua ação será sempre objeto de veto: seja por aqueles que não admitem que o povo possa ou queira participar da história (e da política); seja por aqueles que desejam inseri-lo na(s) mesma(s). Aqueles tomam tal desejo como sinal de descabro, de anarquia, de suspensão da história; estes inscrevem-no historicamente sob a condição de conjurar sua potência de atuação: o povo é sempre objeto de uma ação exercida pelos verdadeiros agentes históricos. Aqueles e estes referendam uma desigualdade de capacidades que se encontra no cerne da divisão entre histórico e não-histórico. O povo, presa das paixões, falto de instrução, incapaz de fazer justiça, demanda a tutela dos que são senhores de sua razão, instruídos, juízes perfeitos e imparciais.¹⁰⁴

Divisão essa que se pode também encontrar em um livro cujo fim explícito foi o de contestar um dos fundamentos da desigualdade social brasileira: a manutenção da escravidão. Trata-se, naturalmente, de *O Abolicionismo*. Neste livro-programa de 1883, Joaquim Nabuco dedica os quatro primeiros capítulos a explicar em que consiste o abolicionismo, quais os seus objetivos, o seu modo de ação e os seus interlocutores. Ao fazê-lo, ele retraça o círculo que deixa os escravos fora do espaço da política. Que lhes veta qualquer poder de ação sobre o seu próprio destino, mantendo-os como os agradecidos e inertes objetos de uma ação benemérita. Porque não é a eles que se dirige a propaganda abolicionista, não é a esta “população mantida até hoje ao

¹⁰⁴ A associação povo, falta de instrução e indistinção entre justiça e injustiça está em Tristão de Alencar Araripe: “Como porém fazer justiça e avaliar d’ela sem instrução? É tão necessaria a instrução para a existencia e pratica da justiça, que os sagrados livros ensinam-nos como impreterivel a luminoza maxima: *Erudimini, vos qui judicatis Terram*. [...]. Um povo na sua maxima parte sem illustração, nem póde por si praticar a justiça, nem avaliar os atos dos poderes sociaes para os compelir ao exáto cumprimento dos seos deveres. Daqui rezulta grave perigo. Os povos sem luzes, em vez de conterem o poder social por atos de prudencia e sabedoria, quando vitimas de alguma injustiça, irrompem por assomos de inflexão em lamentaveis catastrofes”. Tal o caso do povo brasileiro, analfabeto em sua grande maioria. Ver ARARIPE, Tristão de Alencar. “Indicações sobre a istoria nacional”. *Op. cit.*, p. 260-262.

nível dos animais e cujas paixões, quebrando o freio do medo, não conheceriam limites no modo de satisfazer-se”.¹⁰⁵ O abolicionista fala a seus iguais, aos homens que ocupam por direito o terreno da política: “É, assim, no Parlamento e não em fazendas ou em quilombos do interior, nem nas ruas e praças das cidades, que se há de ganhar ou perder, a causa da liberdade”.¹⁰⁶ E uma vez ganha esta causa justa, irão os seus abnegados advogados ocupar um lugar no panteão da história brasileira.

Retomando-se a *Revista* do IHGB, é ainda um Alfredo – Alfredo Augusto da Rocha – que demonstra a persistência desta compreensão à época da morte de Machado de Assis. Na mesma sétima sessão de 1908, Augusto da Rocha expressa, em seu discurso de posse, a preferência pela história das instituições de previdência, em detrimento da das epopéias, batalhas e guerras. Pois, posto grandiosas sejam as façanhas de seus heróis e brilhantes as suas glórias, não obliteram os rios de sangue derramado, as hecatombes causadas.

Na historia da previdencia social, pelo contrario, a alma humana se consola das suas dôres e se retempera nesta escola de sacrificios, porque vê como se procura alliviar os soffrimentos da miseria, como se procura fortalecer os fracos; como se inventam mil combinações para amparar os enfermos, a infancia e a velhice;¹⁰⁷

Daí o seu voto de que seja esta a história pela qual se interessarão os historiadores do futuro, atraídos pelas conquistas realizadas por estas instituições, empenhadas, desde a segunda metade do século XIX, na vitória das idéias cristãs em um “ambiente amorfo”, em que várias classes sociais se achavam “completamente desorientadas e combalidas pelas illusões do socialismo e por principios subversivos da ordem e da liberdade”.¹⁰⁸

1.4. Tradicional ou moderna?

Um olhar em retrospecto permite perceber que foram em vão os votos de Alfredo Augusto da Rocha. A história que atraiu os historiadores do futuro não foi a das instituições de previdência social constituídas a partir da segunda metade do século XIX. A historiografia do futuro

¹⁰⁵ NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 17-18.

¹⁰⁶ *Idem*, p. 18.

¹⁰⁷ “Setima Sessão Ordinaria em 5 de outubro de 1908”. *RIHGB*, t. 71, parte segunda, 1909 (1908), p. 570.

¹⁰⁸ *Idem*, p. 571.

distanciou-se, aliás, em larga medida, da que era praticada no Oitocentos: seus temas, problemas e abordagens são outros. No interior dessa produção historiográfica mais recente, a história dos historiadores oitocentistas não deixou, todavia, de ocupar um lugar importante. Isto porque constituiu-se, conforme dito anteriormente, uma sólida corrente de investigação sobre os problemas ligados à formação da nação no Brasil. Nesse âmbito, demonstrou-se como o pensamento brasileiro do século XIX integrou-se ao esforço político de construção da nacionalidade brasileira: na literatura, nas artes, na história, buscava-se definir uma certa imagem do Brasil e uma certa identidade dos brasileiros. Em outras palavras, foi o próprio objeto maior da atenção dos historiadores do século XIX o que interessou aos historiadores do futuro: a nação. Com a diferença fundamental de que, nesses últimos trinta anos, esse enfoque da nação é fruto de uma dobra da história sobre si mesma, isto é, de uma investigação da própria história sobre a sua constituição enquanto disciplina.¹⁰⁹ Uma investigação que, centrada em discernir as concepções de história nacional então elaboradas, bem como seus pressupostos e suas inseparáveis implicações políticas, preocupou-se igualmente em indagar a respeito da concepção de história vigente.

A análise incidiu ora sobre o IHGB, ora sobre um historiador específico, identificado ou contraposto àquela instituição. Assim, Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) foi tomado muitas vezes como duplo do Instituto, portador de uma concepção de história que era também a do grêmio fundado em 1838.¹¹⁰ João Capistrano de Abreu (1853-1927), por sua vez, é de maneira geral considerado o historiador que se afastou da concepção tradicional presente no IHGB e nas obras de Varnhagen, sendo a encarnação do ideal moderno de história. É destarte em torno desses conceitos – tradicional ou moderna – que se desenvolve o debate sobre a natureza da(s) idéia(s)

¹⁰⁹ O mencionado texto de Manoel Salgado constitui um bom exemplo desse auto-questionamento da história ou, nas palavras do próprio historiador, de um “diálogo da História com a História”. Ver SALGADO, “A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar”. *Op. cit.*, 2003.

¹¹⁰ Tal interpretação baseia-se – em grande parte, mas não só – na consideração de sua *História Geral do Brasil* como uma efetivação do plano de escrita da história do Brasil elaborado por Karl Friedrich Phillip von Martius. Intitulado “Como se deve escrever a História do Brasil”, o plano do naturalista alemão foi eleito, em 1847, o vencedor de um concurso que a esse respeito propôs o IHGB. Ver, entre outros, GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n.1, p. 16-18, 1988; REIS, José Carlos. “Varnhagen, o elogio da colonização portuguesa”. In: *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 25-28; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “Francisco Adolfo de Varnhagen, *História Geral do Brasil*”. In: MOTA, Lourenço Dantas. *Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos*, 2. 2ª edição, São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002, p. 96. Capistrano de Abreu já endossava essa visão: “Com o plano de Martius, Varnhagen atirou-se francamente ao estudo”. ABREU, João Capistrano de. “Sobre o Visconde de Porto Seguro”. In: *Ensaios e estudos* (crítica e história), 1ª série. 2ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975, p. 131-147. (Citação p. 133).

de história existente(s) no Brasil do século XIX. Mas o que está em questão nesta oposição tradicional x moderna? O que define uma concepção tradicional de história? Em que se distingue dela a concepção moderna?

A emergência de uma concepção moderna de história foi objeto da atenção do historiador alemão Reinhart Koselleck em “*Historia magistra vitae: sobre a dissolução do topos na história moderna em movimento*”.¹¹¹ Nesse influente texto, referência obrigatória e esclarecedora para o problema em questão, Koselleck analisa como a emergência de um novo conceito de história tornou caduca a idéia de qualquer finalidade pedagógica da escrita da história. O pressuposto de uma “história mestra da vida” deixou de fazer sentido quando a história passou a ser pensada em outros termos, numa transformação que se inicia em meados do século XVIII e se consolida no período imediatamente posterior à Revolução Francesa.

A concepção moderna de história é a que a singulariza: fala-se a partir de então da “história”, e não mais de “histórias”. É a história designada em alemão pelo termo *Geschichte*, que triunfa sobre o até ali habitual “*Historie*”. Nesse triunfo, está em jogo o estabelecimento de uma indistinção entre a narrativa e os acontecimentos – ou, nas palavras de Koselleck, de uma “concentração lingüística em único conceito”.¹¹² A história como um acontecimento único ou como um complexo único de acontecimentos aposenta a distinção entre *res gestae* e *historia rerum gestarum*, própria de uma concepção tradicional de história. Em seu conceito moderno, a história é, em um só movimento, os acontecimentos e sua narração. Pois a história fala, e não expressa senão a si própria. Donde adviria a fórmula de Gustav Droysen segundo a qual a história não é nada mais que o conhecimento de si própria. Por outro lado, é a história pensada nesses termos que autoriza o uso do termo sem sujeito ou objetos complementares. Ou seja, que se possa referir-se à “história”, pura e simplesmente, e não mais “à história de”, ou referir-se a essas como um momento ou parte daquela. Novamente, Koselleck recorre a Droysen como a expressão cristalina desse novo conceito. “Acima das histórias, está a história” – afirmara o historiador alemão do século XIX. A história torna-se um coletivo singular, um macro-processo que engloba todos os acontecimentos particulares, uma força presente em cada um deles, um poder oculto que a tudo reúne e impulsiona por meio de um plano, oculto ou manifesto. É essa concepção moderna

¹¹¹ KOSELLECK, Reinhart. “*Historia magistra vitae: sobre a dissolução do topos na história moderna em movimento*”. In: *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 41-60.

¹¹² *Idem*, p. 49.

de história que subjaz às reivindicações, correntes desde então, de se agir em nome da história ou para executar as tarefas que ela impõe.

Segundo Koselleck, a ocorrência dessa nova idéia de história foi também o resultado de uma aproximação entre a história e a poética, conduzindo à transposição das exigências de uma à outra e vice-versa. Assim, passou-se a esperar também da narrativa histórica que ela oferecesse o nexo de inteligibilidade por trás dos acontecimentos. Ora, isto significava superar a concepção aristotélica segundo a qual a história, mero relato cronológico do acontecido, é inferior à poesia. Somente se pode exigir unidade épica à narrativa histórica se a história for tomada como uma força que comanda a ocorrência dos fatos, como a estrutura oculta na seqüência aparentemente caótica dos acontecimentos – estrutura que a narrativa do historiador deve dar a ver e à qual ele deve ser fiel.

Pois o conceito moderno de história impõe uma outra tarefa ao historiador. A história tradicional, assentada na separação entre narrativa e acontecimentos, é a que afirma que a história se escreve para propiciar o aperfeiçoamento moral e intelectual das futuras gerações. Denomina-se de história justamente a narrativa dos feitos exemplares dos homens do passado, realizada com a finalidade expressa de promover a sua imitação ou o seu repúdio. Ocorre que a vigência da “história mestra da vida” é, sublinha Koselleck, inseparável de uma estrutura temporal que delimita um espaço contínuo no qual ocorre toda experimentação possível. Para que o passado possa servir de guia ao futuro, não pode haver descontinuidade entre eles. Não se trata tanto de que o futuro repita o passado, mas sim de que, de um a outro, os pressupostos e as premissas da ação humana não tenham se alterado de maneira substantiva. Justamente essa certeza da constância da natureza humana foi abalada – de maneira irremediável – no momento que assistia à emergência do conceito alemão da história como um coletivo singular. Aquele final do século XVIII foi dominado pela consciência geral de que se vivia em um tempo radicalmente novo, para o qual a tradição não podia oferecer precedentes, para o qual os exemplos do passado revelavam-se inúteis. Neste sentido, Koselleck argumenta que: “Foi a Revolução Francesa que colocou em evidência o conceito de história [*Geschichte*] da escola alemã. Tanto uma quanto a outra foram responsáveis pela erosão dos modelos do passado”.¹¹³ Uma história que não expressa senão a si mesma não pode ensinar da mesma maneira que a velha história. É possível, a princípio, transferir tal função da narrativa histórica para a própria história como conjunto único de

¹¹³ *Idem*, p. 52.

acontecimentos. Todavia, a descoberta de um tempo especificamente histórico, ou seja, a temporalização da história tornaria mesmo tal transferência sem sentido. Face à relativização de todos acontecimentos, à certeza da singularidade irredutível do processo histórico e da possibilidade de sua progressão, o passado já não pode pretender orientar o presente. O estabelecimento de um tempo determinado exclusivamente pela história, diz Koselleck, foi obra da filosofia da história da segunda metade do século XVIII. Por trás dele encontra-se essa nova experiência do tempo, que, ao reorganizar de maneira nova a relação entre o passado e futuro, revogou o papel magistral da história. A Revolução Francesa e as transformações econômicas, sociais e técnicas em curso por volta de 1800 disseminaram a percepção de um tempo progredindo de maneira acelerada, aberto em direção a um futuro imprevisível, tornando obsoletos os modelos provenientes do passado e formulando outras justificações para o trabalho do historiador. Diante dessa “história-*Geschichte*, processo e progresso”¹¹⁴, o historiador deve se restringir a “contar os fatos como eles realmente aconteceram”.

Citada habitualmente no quadro das críticas à ingenuidade epistemológica dos historiadores oitocentistas, a célebre frase de Ranke é um indício inegável da emergência de um outro conceito de história. É somente uma história pensada como sistema, cujos acontecimentos resultam de um embate de forças singulares e genuínas, que impõe ao historiador a modesta tarefa de se limitar à descrição dos fatos passados – uma vez que cessaram suas (dos fatos) potencialidades instrutivas. Em outras palavras, a coincidência entre as figuras do historiador e do crítico, a constituição de um aparelho de referências, das notas de rodapé, do método crítico, enfim, é inseparável da emergência de uma concepção moderna de história.¹¹⁵

Diante do exposto, parece relativamente fácil conceituar a concepção de história vigente no Brasil do século XIX. As referências constantes ao poder instrutivo da história, a sinonímia reiterada entre história, memorável e exemplar não deixariam dúvidas de que se tratava de uma concepção tradicional de história. A questão é, entretanto, bem mais complexa do que aparenta. Em primeiro lugar, há que se considerar que a própria finalidade justificadora da fundação do Instituto Histórico, expressa no artigo primeiro de seus estatutos – “colligir, methodisar, publicar ou archivar os documentos necessários para a historia e a geographia do Imperio do Brasil” – é

¹¹⁴ HARTOG, François. Querelles du récit. In: *Évidence de l'histoire: ce que voient les historiens*. Paris: Éditions de l'École de Hautes Études en sciences sociales, 2005, p. 163-173. (Citação p. 173). O texto de Koselleck ora discutido é tomado como referência por Hartog.

¹¹⁵ VEYNE, Paul. *Acreditavam os gregos em seus mitos?* Lisboa: Edições 70, 1997, p. 15.

própria de um conceito moderno de história, o que complica a tarefa de adjetivação. Prova disso fornecem as análises que se detiveram na concepção de história presente no IHGB.

Em um texto fundamental da nova historiografia brasileira, Manoel Salgado Guimarães argumenta que a constituição do campo da história no país se deu em um momento de passagem, o que fez com que se articulassem uma visão antiga e uma visão moderna de história. A modernidade historiográfica, contudo, não é por ele relacionada à preocupação com a pesquisa documental. Ela diz respeito à tarefa principal que a história então se colocou: escrever a gênese da Nação brasileira. Como tal tarefa efetivou-se, porém, no interior de uma instituição cujo modelo são as academias de ilustrados, próprias do Iluminismo, a historiografia do IHGB seria marcada pela adesão a categorias próprias de um conceito tradicional de história.¹¹⁶

Da história, enquanto palco de experiências passadas, poderiam ser filtrados exemplos e modelos para o presente e o futuro, e sobre ela deveriam os políticos se debruçar como forma de melhor desempenharem suas funções. A história é percebida, portanto, enquanto marcha linear e progressiva que articula futuro, presente e passado; só partilhando uma tal concepção, como nos indica Koselleck, pode-se pretender aprender com a história, dando-lhe um caráter pragmático.¹¹⁷

Sinal da presença dessa concepção exemplar de história, assinala Salgado, era a existência na *Revista* da seção “Biographia dos brasileiros distintos por letras, armas, virtudes, etc.”, cuja finalidade era fornecer exemplos às futuras gerações, contribuindo igualmente para a construção de uma galeria de heróis nacionais.¹¹⁸

Uma perspectiva semelhante à de Salgado estava presente em um texto bem anterior. Trata-se de “Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX”.¹¹⁹ Nele, e ainda que não lance mão dos conceitos “tradicional” e “moderna”, Pedro Moacyr Campos desenha a imagem de um IHGB ligado simultaneamente às duas concepções de história. A primeira pode ser associada ao que Campos aponta como um dos traços da história feita no Instituto: o “pragmatismo”. Segundo ele, a intenção, tantas vezes enunciada, de se buscar modelos na história era um “sinal do prestígio que cercava os autores da Antiguidade Clássica, através de uma educação em que tão

¹¹⁶ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. *Op. cit.*. Este texto de Salgado é um marco na reflexão sobre as relações entre a escrita da história e a construção da nação.

¹¹⁷ *Idem*, p. 15.

¹¹⁸ *Idem, ibidem*.

¹¹⁹ CAMPOS, Pedro Moacyr. “Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX”. In: GLÉNISSON, Jean (org.). *Iniciação aos estudos históricos*. 2ª edição, Rio de Janeiro-São Paulo: Difel, 1977, p. 249-293.

grande era o seu papel”.¹²⁰ Campos observa também que tal “pragmatismo louvaminheiro”, cuja expressão é a seleção e o elogio de vultos do passado, tomados como exemplos para o futuro, foi longeva na mentalidade dominante no Instituto. Ele não deixa, por outro lado, de assinalar a consciência da necessidade de pesquisa documental, juntamente com a constante referência à história filosófica, como uma outra faceta característica dos fundadores do IHGB. Esse cuidado permanente com a busca de documentos, sem prejuízo do pragmatismo, ligava o Instituto Histórico, em seu entender, ao que de mais moderno se fazia então no campo da história: “Todo o empenho em organizar coleções de documentos-fontes colocava-se na linha de pesquisa histórica, tal como se estava orientando na Europa, especialmente na Alemanha”.¹²¹

Em uma análise contemporânea à de Salgado, Arno Wehling oferecia uma compreensão um pouco distinta da daquele e da de Pedro Campos. Escrevendo sobre a concepção de história vigente à época da fundação do Instituto, Wehling sustentou que “o historicismo foi a influência intelectual mais importante nas origens do Instituto Histórico”.¹²² O nacionalismo, o romantismo e as concepções unitaristas e monárquico-constitucionais expressas com frequência nas páginas da *Revista* seriam expressões dessa influência, que pode ser identificada em três aspectos: “a afirmação da história contra o naturalismo anti-histórico; a afirmação da concepção teleológica de processo contra a concepção mecanicista de sistema; a busca da lógica do processo, representada pela investigação de leis históricas”. Wehling baseou sua argumentação em textos dos primeiros volumes da *Revista* do IHGB – principalmente no primeiro discurso de Januário da Cunha Barbosa (1839) e na monografia “Como se deve escrever a história do Brasil”, de Martius, publicada em 1844 – e não utiliza explicitamente nem um dos dois termos preferidos para a caracterização das concepções de história. Não obstante, era claramente de extrato moderno, em sua avaliação, o conceito de história dos fundadores do IHGB. Moderno, porém não científico. Segundo o historiador, a história para eles definia-se como filosófica, pragmática e crítica. Ou seja, interpretativa, buscando distinguir as grandes tendências ocultas nos acontecimentos; útil à orientação do presente; e ciosa da verdade objetiva, passível de se estabelecer através de métodos confiáveis. Tal concepção não era científica porque esta, afirmada a partir de 1820 com Ranke, constituía uma evolução em relação ao pensamento sobre a história típico no IHGB. O aspecto

¹²⁰ *Idem*, p. 258.

¹²¹ *Idem*, p. 260.

¹²² WEHLING, Arno. “Historicismo e concepção de história nas origens do IHGB”. In: WEHLING, Arno (coord.). *Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: idéias filosóficas e sociais e estruturas de poder no Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1989, p. 43-58.

filosófico passava a se restringir à própria “compreensão” histórica, a aplicação do conhecimento histórico tornava-se uma conseqüência extracientífica do mesmo e o aspecto crítico expandia-se, obtendo o status de saber próprio dentro da história – a sua metodologia.

Divergências e dificuldades semelhantes encontram-se nas interpretações a respeito do historiador que, conforme indicado, foi tantas vezes considerado um duplo do IHGB: Varnhagen. Seu pioneirismo na pesquisa arquivística e sua prática de crítica e de citação das fontes valeram-lhe o ser considerado, por inúmeros estudiosos, o Ranke brasileiro.¹²³ Não obstante essa associação, que sugere a identificação, no autor de *Florilégio da Poesia Brasileira*, de um conceito moderno de história, é Capistrano de Abreu quem é considerado o grande historiador moderno, isto é, científico do Brasil. A modernidade de Varnhagen aparece assim como uma modernidade insuficiente, incompleta.

Insuficiência relacionada, por José Carlos Reis, a uma concepção compósita de verdade. Segundo Reis, Varnhagen é já moderno, sendo ainda clássico. Isto porque “a verdade moderna, que se baseia na dúvida e na crítica documental, torna-se nele uma verdade clássica, baseada em valores éticos. A crítica documental, moderna, leva à ação segundo a tradição”. Na medida em que defende que o futuro do Brasil deve repetir o passado português, diz Reis, Varnhagen sustenta uma concepção clássica de verdade histórica e de tempo histórico, utilizando o método crítico não para criticar, mas sim para resgatar a tradição.¹²⁴ Tal não acontece, por outro lado, em Capistrano de Abreu. O historiador cearense duvida da tradição, utiliza-se do método crítico para fazer uma revisão radical do passado, inaugurar um novo futuro. – O que faz dele, e ainda que Reis não o diga explicitamente, o verdadeiro historiador moderno brasileiro.¹²⁵

Um historiador moderno, o historiador moderno do Brasil: essa, aliás, a auto-imagem que Capistrano construiu para si e que marcou sua avaliação da obra de Varnhagen como insuficientemente moderna.¹²⁶ Uma avaliação que tornaria amplamente aceita pela historiografia,

¹²³ REIS, José Carlos. “Varnhagen, o elogio da colonização portuguesa”. In: *As identidades do Brasil*: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 23-50; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “Francisco Adolfo de Varnhagen, *História Geral do Brasil*”. In: MOTA, Lourenço Dantas. *Introdução ao Brasil*: um banquete nos trópicos, 2. 2ª edição, São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002, p. 95. RODRIGUES, José Honório. “Rodolfo Garcia e Afonso Taunay”. In: *História e historiografia*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1970, p. 151; CAMPOS, Pedro M. “Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX”, *op. cit.*, p. 263.

¹²⁴ REIS, José Carlos. “Varnhagen, o elogio da colonização portuguesa”, *op. cit.*, p. 48-49.

¹²⁵ REIS, José Carlos. “Capistrano de Abreu, o surgimento de um povo novo: o brasileiro”. In: *As identidades do Brasil*: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 83-114.

¹²⁶ PEREIRA, Daniel Mesquita. “Quatro séculos depois”. In: *Descobrimientos de Capistrano*: a história do Brasil “a grandes traços e largas malhas”. Rio de Janeiro, 2002, p. 23-35. Tese de doutorado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

como se verá a seguir. Ela assenta em duas dimensões o ideal moderno de história: exigência de tratamento crítico das fontes e discernimento de um sentido subjacente aos acontecimentos. Para Capistrano, não havia dúvidas da presença em Varnhagen da primeira dessas dimensões:

Códices corroídos pelo tempo, livros que jaziam esquecido ou extraviados, arquivos marcados com o selo da confusão, tudo viu, tudo examinou. Pelo terreno fugidío das dúvidas e das incertezas caminhava bravo e sereno, destemido bandeirante à busca da mina de ouro da verdade.¹²⁷

O pioneirismo de Varnhagen na pesquisa arquivística e a amplitude de suas conquistas foram amplamente reconhecidos por Capistrano.¹²⁸ Ao fazê-lo, este definia um ideal do ofício do historiador, da correta maneira de praticá-lo, e colocava-se como um grande defensor dessa dimensão metodológica da concepção moderna de história.¹²⁹ Sua incansável e profícua atuação na descoberta, atribuição e publicação de documentos, que lhe valeram o reconhecimento de um papel preponderante na pesquisa histórica brasileira, demonstram-no de maneira inquestionável.

No que concerne, por seu turno, à composição da narrativa histórica, Capistrano lamenta que a Varnhagen faltassem os pré-requisitos para fazê-lo. Ignorante ou desdenhoso das teorias sociológicas, o grande descobridor de fatos da história brasileira não conseguiu nem conseguiria perceber “as relações que ligam os momentos sucessivos da vida de um povo, compreender [...] tais fatos em suas origens, em sua ligação com fatos mais amplos e radicais de que dimanam, generalizar ações e formular-lhes teoria; representá-las como consequência de duas ou três leis basilares”.¹³⁰ Falta em Varnhagen uma faceta da história – falta que o impediu de ser um historiador digno “do século de Comte e de Herbert Spencer”.¹³¹

E é este o historiador que Capistrano quer ser, esta a razão justificadora de seu empreendimento intelectual. Desde a publicação da *História Geral do Brasil*, a história, como disciplina, havia se modernizado. A grande obra da história nacional encontrava-se, portanto, em

¹²⁷ ABREU, João Capistrano de. “Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro”. In: *Ensaios e estudos* (crítica e história), 1ª série. 2ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975, p. 81-91. (Citação p. 82-83).

¹²⁸ Segundo José Honório Rodrigues, Capistrano foi, aliás, peça-chave do processo de reabilitação de Varnhagen e de afirmação de sua importância maior no desenvolvimento da historiografia brasileira. Ver RODRIGUES, José Honório. “Capistrano de Abreu e a historiografia brasileira”. In: *História e historiadores do Brasil*. São Paulo: Fulgor, 1965, p.34-35; e “Rodolfo Garcia e Afonso Taunay”. *Op. cit.*, p. 151.

¹²⁹ PEREIRA, Daniel M. “Quatro séculos depois”. *Op. cit.*, p. 26-27.

¹³⁰ ABREU, Capistrano de. “Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro”. *Op. cit.*, p. 90.

¹³¹ *Idem*, p. 91.

defasagem em relação ao perfil moderno da história. O espaço vago da necessária atualização da história nacional é o que Capistrano ambiciona ocupar.¹³² Ele toma para si este projeto: o de renovar a historiografia brasileira, o de fazê-la participar do “movimento do pensar contemporâneo”, por meio da demonstração da “unidade que ata os três séculos que vivemos [...] [da] *rationale* de nossa civilização, [...] [da] interdependência orgânica dos fenômenos”.¹³³

Tarefa hercúlea, certo, de que Capistrano foi não apenas o enunciador, como também o executor. Segundo a historiografia brasileira, o projeto do historiador cearense foi duplamente bem-sucedido – no que concerne tanto à afirmação de sua auto-imagem como a encarnação do ideal moderno de história quanto à superação da importância de Varnhagen na escrita da história nacional. Não são poucos os textos que referendam a tese de que o desconhecimento das teorias sociológicas fez de Varnhagen um historiador incompletamente moderno.

A principal referência sobre Capistrano de Abreu, hoje, parte justamente do julgamento de que o historiador de Maranguape foi quem melhor se identificou à concepção moderna de história, para proceder à análise de como ele enfrentou um dos problemas principais dessa concepção: o das relações entre objetividade e posicionamento intelectual. Trata-se de “Ronda Noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu”, de Ricardo Benzaquem de Araújo.¹³⁴ Em sua abordagem minuciosa e bem conduzida do dilema principal da história moderna em Capistrano, Araújo retoma o “Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro”, para demonstrar como seu autor esteve “solidamente vinculado” à concepção moderna de história. “Por um lado, ele é o historiador que talvez tenha melhor encarnado entre nós o ideal da busca ‘moderna’ da verdade, dedicando-se incansavelmente à tarefa de procurar documentos inéditos, ocupando-se de sua tradução e publicação [...]. Por outro”, os trabalhos de sociólogos franceses e ingleses, como Taine, Comte, Buckle e Spencer sempre despertaram-lhe grande interesse, e a perspectiva sociológica foi considerada por ele fundamental na etapa da interpretação, como demonstra a crítica a Varnhagen. – O par “por um lado, por outro” demonstra como o ideal moderno de história desdobra-se em duas exigências,

¹³² PEREIRA, Daniel M. “Quatro séculos depois”. *Op. cit.*, p. 23-25.

¹³³ ABREU, Capistrano de. “Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro”. *Op. cit.*, p. 91.

¹³⁴ ARAÚJO, Ricardo Benzaquem de. “Ronda Noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 28-54, 1988.

ambas satisfeitas por Capistrano: pesquisa documental e narrativa orientada pelas doutrinas sociológicas.¹³⁵

Benzaquem de Araújo não foi, porém, o primeiro a acolher a perspectiva de Capistrano. O estudo de Ângela de Castro Gomes sobre os historiadores homenageados no suplemento “Autores e Livros”, do jornal estadonovista *A Manhã*, evidencia a presença, já nos anos 1940, da avaliação inaugurada no Necrológio.¹³⁶ Varnhagen e Capistrano estão, naturalmente, entre os que se considera terem contribuído para os estudos históricos nacionais. Cada um deles é, assim, objeto de um dos números do suplemento, o qual é composto de textos de perfis variados: biográfico, confessional – isto é, depoimentos de pessoas que conviveram com o homenageado – e “estudos” sobre suas obras. No dedicado a Varnhagen, “o segundo em mérito de nossos historiadores”, Oliveira Lima nega-lhe o perfil de historiador “moderno”, sob a justificativa de que “não foi elaborador de ‘sínteses luminosas’, [...] não possuía [...] a ‘extrema habilidade de reconstruir com um aglomerado de pormenores um caráter humano ou dele deduzir uma lei da evolução’, de um Taine”.¹³⁷ Esta foi, por outro lado, a inovação de Capistrano de Abreu, apreciado por Humberto de Campos. A historiografia brasileira é dividida em antes e depois de Capistrano, considerando-se que com ele “nasce o saber histórico no Brasil”.¹³⁸ Ele teria sido o primeiro a conferir um sentido moderno, isto é, científico à história. Isto porque, ao contrário de João Francisco Lisboa, não havia usado “a história como um ‘espaço de experiências’” e, ao contrário de Varnhagen, “formulava teorias e [...] ‘compreendia’ os fatos”, mais do que simplesmente estabelecê-los.¹³⁹

As análises a que deram ensejo o centenário do nascimento de Capistrano de Abreu, em 1953, revelam um tom um pouco distinto do que se observou antes e depois e servem para problematizar o lugar conferido a ele na historiografia brasileira. Na ocasião, o IHGB organizou um “Curso Capistrano de Abreu”, entre cujos ministrantes contavam-se Barbosa Lima Sobrinho, Rodrigo Otávio Filho, Gustavo Barroso, Múcio Leão, José Honório Rodrigues, Afonso Taunay, Edgar de Castro Rebelo, entre outros. Todos os textos e dois discursos – um pronunciado no Senado e outro na Câmara dos Deputados – foram publicados na *Revista* do IHGB.

¹³⁵ *Idem*, p. 33-34.

¹³⁶ GOMES, Ângela de Castro. “Os historiadores e seu métier”. In: *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 75-124.

¹³⁷ *Idem*, p. 81.

¹³⁸ *Idem*, p. 90.

¹³⁹ *Idem*, p. 94-95.

Sem deixar de reconhecer a originalidade da contribuição de Capistrano à concepção de história do Brasil, os textos enfatizam preferencialmente a frustração da expectativa de que fosse o autor de uma História do Brasil, “analítica e completa”, conforme a expressão de José Veríssimo citada por mais de um comentarista.¹⁴⁰ Tratando da conversão de Capistrano aos estudos históricos (inicialmente ele havia dedicado-se à crítica literária), Castro Rebelo chega a escrever: “O pensamento de consagrar-se à história do Brasil, a *idéia* de escrevê-la advieram-lhe da leitura de Buckle, de Taine de Agassiz; essa história jamais fora escrita. Fez-se, no entanto, historiador”.¹⁴¹ Não se observa o reputar-se a Capistrano o título de “o maior historiador brasileiro”. Em seu lugar, aparece a nomeação dos “mestres” da história pátria: para Lima Sobrinho, eles são Varnhagen e Capistrano, “pela segurança do trabalho realizado, como pela documentação descoberta, revista, criticada”.¹⁴² Finalmente, ao invés de acolhida, a avaliação sobre a falta de teorização em Varnhagen é posta sob exame. Lima Sobrinho é da opinião de que a crítica de Capistrano pode ser voltada contra ele próprio:

De resto, da obra histórica de Capistrano de Abreu se poderia dizer o mesmo que êle argüia a Varnhagen: que se preocupara demasiadamente com a excavação [sic] de documentos e verificação de sua autenticidade, do que com as generalizações que os abrangessem. Mais histórias do que História, como várias vêzes lhe disseram.¹⁴³

Castro Rebelo, por sua vez, defende que a própria experiência encaminhou Capistrano a uma maior severidade no trato das fontes e ao abandono das “generalizações fáceis dos primeiros tempos”. E observa que, a despeito disso, de Capistrano

não se conhece passo nenhum em que se tenha retratado ou penitenciado da crítica feita à obra de Varnhagen, da falta, de que a acusa, de uma concepção orgânica da vida social, da carência de ‘uma intuição de conjunto’, em que se mostre no todo a ‘convergência das partes’, da ignorância ou desdém da sociologia.¹⁴⁴

Em outras palavras, se Varnhagen não realizou grandes generalizações em sua escrita da História do Brasil, tampouco o fez Capistrano. Se foi capaz de reorientar o foco da história pátria, não o

¹⁴⁰ É o caso de Gustavo Barroso. “Capistrano de Abreu e a interpretação do Brasil”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 221, outubro-dezembro de 1953, p. 96-97.

¹⁴¹ REBELLO, E. de Castro. “Capistrano de Abreu”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 221, outubro-dezembro de 1953, p. 204-213. (Citação p. 208).

¹⁴² LIMA SOBRINHO, Barbosa. “Capistrano de Abreu – historiador”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 221, outubro-dezembro de 1953, p. 67-91. (Citação p. 91)

¹⁴³ *Idem*, p. 77.

¹⁴⁴ REBELLO, E. de Castro. “Capistrano de Abreu”. *Op. cit.*, p. 208-209.

foi o historiador cearense de escrever uma verdadeira História do Brasil, uma História do Brasil digna desse nome.

Colega de Lima Sobrinho e de Castro Rebelo no “Curso Capistrano de Abreu”, José Honório Rodrigues sustentou, ao contrário deles, um elogio incondicional da obra do homenageado. Indício claro nesse sentido é a apreciação sobre a omissão da Inconfidência Mineira nos *Capítulos de História Colonial*. Lima Sobrinho vê aí mais uma ocasião em que a crítica de Capistrano a Varnhagen pode ser aplicada ao próprio crítico. Este censurara àquele, em 1878, a severidade e a prevenção com que encarara os movimentos prenunciadores da nossa Independência, mas acabou fazendo igual – ou pior, já que Varnhagen ao menos mencionava os eventos, não obstante os condenasse. Capistrano sequer o fez e a justificativa que ofereceu – de que não fora voluntária a omissão, e sim resultado da pressa em terminar o trabalho – não convence Barbosa Lima Sobrinho. Para ele, o próprio trecho dos *Capítulos* em que a Inconfidência deveria aparecer demonstra que a omissão era fruto de crítica, e não de esquecimento.¹⁴⁵

Totalmente outra é a posição de José Honório Rodrigues. Além de acatar a razão dada por Capistrano, reforça-lhe o acerto em excluir o movimento de 1789, que não deveria mesmo entrar no tipo de história presente nos *Capítulos*. Esta era uma obra de síntese, cujas proporções não comportavam a Inconfidência. Além disso, completa ele, Capistrano não havia escrito uma história das idéias e dos movimentos ideológicos. Ele não era um subjetivista, contava a história do que havia realmente acontecido. Ora, “a Inconfidência não foi um fato, um acontecimento: foi um pensamento quase sem ação e, como tal, pertence à história das idéias formadoras da consciência nacional”.¹⁴⁶

Tão marcante quanto o esforço de legitimação das escolhas de Capistrano é o afinco em demonstrar o papel excepcional que ele teria desempenhado na historiografia brasileira - movimento este identificável desde o início do texto. Objetivando respaldar sua avaliação de que Capistrano provocou uma “reviravolta no pensamento histórico” com seu necrológio de Varnhagen, José Honório Rodrigues começa por citar trechos de uma conferência de Tristão de

¹⁴⁵ LIMA SOBRINHO, Barbosa. “Capistrano de Abreu – historiador”. *Op. cit.*, p. 85.

¹⁴⁶ RODRIGUES, José Honório. “Capistrano de Abreu e a historiografia brasileira”. In: *História e historiadores do Brasil*. São Paulo: Fulgor, 1965, p. 34-53. (Citação p. 45).

Alencar Araripe, “Como Cumpre Escrever a História Pátria”.¹⁴⁷ Proferida em 1876, ela continha uma avaliação dos historiadores brasileiros: desde Rocha Pita, segundo Araripe, havíamos tido dois grandes: Robert Southey e o conselheiro Pereira da Silva. Varnhagen era colocado em segundo plano, com justificativas que a esta altura soam familiares:

Francisco Adolfo de Varnhagen escreveu sem crítica e sem estímulo, consumindo largas páginas com assuntos de somenos, quando deixava nas sombras de ligeiros traços acontecimentos dignos de mais desenvolvida notícia. É porém autor de grandes serviços de investigação de antigos documentos em bem da história nacional. Se como investigador de fontes históricas tem mérito, como historiador as suas obras *História Geral do Brasil e Holandeses no Brasil* não o realça.¹⁴⁸

Um juízo não muito distante, note-se, do que Capistrano realizaria em suas duas séries de artigos sobre o Visconde de Porto Seguro. A censura a uma avaliação defeituosa do valor dos acontecimentos apareceria, como visto, nos textos mais duros de 1882, ao passo que o reconhecimento de seu papel como pesquisador encontrar-se-ia no necrológio de 1878, acompanhada da crítica à incapacidade de construir generalizações e de deduzir leis a partir dos fatos tão habilmente descobertos. Não obstante essa coincidência – que não menciona, como tampouco cita quaisquer trechos de crítica de Capistrano a Varnhagen –, Rodrigues prefere enfatizar o papel revolucionário daquele na promoção deste ao mais alto degrau da historiografia pátria. Ação esta inseparável da “verdadeira compreensão das tarefas da historiografia brasileira cumpridas ou a cumprir”, que ninguém antes de Capistrano revelara tão precocemente e de que são fruto os ensaios de 1878 e 1882, “os melhores que até hoje se escreveram”.¹⁴⁹

Chama igualmente a atenção o argumento de Rodrigues a respeito daquele aspecto apontado tanto por Barbosa Lima Sobrinho quanto por Edgar de Castro Rebelo: a reorientação de Capistrano – da forte influência inicial das teorias sociológicas, mormente do positivismo e do spencerianismo, para o realismo histórico.¹⁵⁰ Naqueles, a análise vinha acompanhada de uma reavaliação das condenações dirigidas a Varnhagen: se pendera para o realismo histórico, para a “excavação dos fatos”, abandonando “as generalizações fáceis do primeiro tempo”, Capistrano

¹⁴⁷ Publicada na *Revista* do IHGB em 1894 sob o título “Indicações sobre a historia nacional”, já recebeu atenção neste trabalho. Ver, atrás, “Um fecundo seminário de heróis”, p. 35-37.

¹⁴⁸ In: RODRIGUES, José Honório. “Capistrano de Abreu e a historiografia brasileira”. *Op. cit.*, p. 34.

¹⁴⁹ RODRIGUES, José Honório. “Capistrano de Abreu e a Historiografia Brasileira”. *Op. cit.*, p. 35.

¹⁵⁰ Cabe observar que a conferência de Rodrigues procedeu a de Lima Sobrinho e precedeu à de Edgar de Castro Rebelo, permitindo que o primeiro e o terceiro referissem-se aos textos dos que lhes antecederam. Assim faz Rodrigues em relação a Sobrinho e Rebelo, em relação a Rodrigues.

deveria ou observar que as mesmas críticas lhe poderiam ser feitas ou penitenciar-se das que fizera a Varnhagen. Não fez nem uma, nem outra coisa. Em “Capistrano de Abreu e a historiografia brasileira”, não há palavra a esse respeito. José Honório Rodrigues empenha-se em assinalar o acerto de Capistrano em adotar a concepção “dos teóricos alemães, e sua tarefa de narrar o que realmente aconteceu”.¹⁵¹ Porque “só a arte da interpretação e a crítica podem dar bons resultados no manêjo dos antigos textos”. Desde a historiografia crítica de Niebuhr, Ranke e Humboldt, “não se buscavam mais leis e fatos sujeitos a leis, mas a compreensão baseada na segurança dos dados”.¹⁵² Taine, com sua teoria da raça, e Buckle, com sua subordinação do homem à natureza “submetem a vida histórica a uma assombrosa simplificação dos problemas”.¹⁵³ Tanto melhor que Capistrano deles se afastasse. Aproximava-se então do Varnhagen que antes condenara? Ou, por outra, revia as posições dos ensaios do início da carreira, as quais deixavam de ter validade? Ficava em questão o juízo de que aqueles eram “os melhores que já se escreveram”? Novamente, silêncio – o qual só será quebrado para se afirmar que: “O próprio Capistrano supriu muitas das deficiências notadas na historiografia brasileira da época de Varnhagen e apontadas no seu artigo de 1882”. A confirmação de um lugar ambicionado.

O que conduz a um último e significativo ponto em que ressaltam as diferenças entre José Honório Rodrigues e outros participantes do “Curso Capistrano de Abreu”: justamente o do lugar do historiador cearense na historiografia brasileira. Rodrigues aplica-se a deslocar o foco tradicionalmente orientador da avaliação: da obra sobre a história do Brasil para as contribuições oferecidas à concepção e ao conhecimento da história pátria. Desse modo, enfatiza como os prefácios, ensaios e edições críticas esclareceram períodos obscuros da história do Brasil, principalmente nos séculos XVI e XVII; como forneceram sugestões úteis de pesquisas futuras, as quais acabaram sendo efetivadas; como representaram a inovação na abordagem da história: da política para a econômica e social. O que lhe permite asseverar que: “A contribuição de fato e interpretativa que nos deu Capistrano para o conhecimento dos séculos XVI e XVII não é pequena na extensão, como se pode imaginar à primeira vista”.¹⁵⁴ Além disso, continua Rodrigues, não se deve esquecer que Capistrano, “como todo grande historiador”, procurou

¹⁵¹ *Idem*, p. 41.

¹⁵² *Idem*, p. 38.

¹⁵³ *Idem*, p. 39.

¹⁵⁴ *Idem*, p. 48.

abarcam a vida humana em seus múltiplos aspectos, não se contentando em fazer um único tipo de história – econômica, política, administrativa, biográfica. Isto sem contar que seu profundo conhecimento da historiografia nacional permitiu que procedesse a uma “radical transformação” em nosso saber histórico, ao promover novos temas de pesquisa – a história das sesmarias, das municipalidades, dos bandeirantes, dos jesuítas, das minas – e ao acrescentar-lhe novos conceitos: o de cultura, em lugar do de raça; a afirmação da história social e dos costumes e da importância do sistema da casa-grande e senzala. Finalmente, reorientou o foco da história nacional ao atribuir preponderância inédita à conquista e ao povoamento do sertão, que estudara detida e incansavelmente e baseado em farta documentação. Tudo somado, torna-se inevitável perguntar: “Será realmente tão modesto seu espólio literário diante de tantas contribuições definitivas, de ensaios tão originais, da seriedade e novidade do método, das perspectivas novas que abriu aos caminhos da historiografia?”¹⁵⁵

É de se notar que o grande estudioso e divulgador de Capistrano de Abreu tampouco descuidou-se de justificar as proporções da principal obra do historiador. Ali onde Castro Rebelo vira “história de menores proporções e menor profundidade”, Rodrigues vê “uma obra única, exemplar e modelar como síntese e composição”.¹⁵⁶ Seu valor e seu lugar são inquestionáveis: “Não é um livro que se compara, é um livro que se distingue na historiografia brasileira”.¹⁵⁷ Não há razão para lhe criticar a extensão, até porque se coadunava com a personalidade do autor: Capistrano sempre fora um homem de síntese e seus *Capítulos de História Colonial* “são a mais perfeita síntese jamais realizada na historiografia brasileira”. Ao invés de reivindicar grossos volumes, conclui Rodrigues, o que se deve é prestar atenção ao que Capistrano realizou e ao que desejou realizar, pois daí relevam sua singularidade e seu método incomparável.

Ora, que outro lugar ocupará um historiador que tanto fez e a cuja obra não há reparo que se possa justamente fazer, senão o posto mais alto da historiografia nacional? A atribuição explícita não se encontra, contudo, nessa conferência de 1953, mas em um artigo publicado em 1958: Capistrano “tornou-se, com o tempo, o maior historiador que o Brasil já possuiu”. Posição cuja justificativa passa, aí, novamente pela comparação com Varnhagen, de que se distingue e a

¹⁵⁵ *Idem*, p. 51.

¹⁵⁶ *Idem*, p. 43.

¹⁵⁷ *Idem, ibidem*.

quem supera por aliar as qualidades de pesquisador a uma “extraordinária capacidade teórica”.¹⁵⁸ Os ecos de 1878 repetem-se para revelar a presença de Capistrano na construção de seu lugar na historiografia brasileira e na problemática sobre a emergência de uma concepção moderna de história no Brasil. Se a Varnhagen foi assinalada uma posição secundária nestes dois âmbitos, isto se deve em larga medida à adesão à concepção capistraneana sobre a dupla dimensão de um conceito moderno de história e aos juízos que dela decorrem – sobre a obra de seu predecessor e sobre o que seria a sua própria.

Não se objetiva com isso questionar a modernidade de Capistrano – inquestionável, aliás. Tampouco se busca “fazer justiça” a Varnhagen, restituindo-lhe sua condição de historiador moderno. Trata-se isto sim de demonstrar que a discussão sobre a emergência de uma concepção moderna de história no Brasil tornou-se antes um momento do processo de monumentalização do autor dos *Capítulos de história colonial*.¹⁵⁹ Do esforço de conversão de Capistrano no maior historiador brasileiro, da ênfase a seu caráter excepcional, singular, inovador, era parte importante a maximização de suas diferenças face a Varnhagen e, conseqüentemente, à concepção de história existente até então. Daí essa singular redução do campo da história a dois historiadores e a suas obras, sem consideração, por exemplo, pelo papel que a produção historiográfica veiculada no e pelo IHGB desempenhou nesse processo – a não ser no que respeita à elaboração de uma concepção de história nacional de que Varnhagen foi o executor.

Assim, embora se considere que o Instituto foi o principal lugar de produção da história até a criação das Faculdades de Filosofia, na década de 1930, a historiografia a ele ligada só é objeto de análise para o período 1839-1869. Identifica-se aí a gênese e a afirmação dessa historiografia tradicional contra a qual Capistrano se posicionou e da qual quis e conseguiu se diferenciar. Supõe-se que ao longo desses cem anos em que manteve a preeminência, o IHGB permaneceu fiel aos princípios delineados entre sua fundação e a década de 1850, com alterações apenas marginais. De maneira que, para acompanhar o impulso da historiografia nacional era desnecessário mencioná-lo como mais do que o contraponto fossilizado que se buscou superar. A discussão feita atrás, sobre “A concepção de história dos historiadores”, não deixa de referendar em alguma medida esse diagnóstico. Afinal, demonstrou-se como, ao longo de oitenta anos,

¹⁵⁸ RODRIGUES, José Honório. “Rodolfo Garcia”. In: *História e historiadores do Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1970, p. 155-162. (Citação p. 156).

¹⁵⁹ A expressão “monumentalização”, aplicada a Capistrano de Abreu, encontra-se em VAINFAS, Ronaldo. “Capistrano de Abreu: Capítulos de História Colonial”. In: DANTAS, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. 3ª edição, São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001, p.189.

manteve-se nos textos publicados na *Revista* do IHGB a referência aos padrões clássicos de justificação e de pensamento da escrita da história. Contudo, uma vez que se tratasse de uma abordagem mais ampla sobre o processo de constituição disciplinar da história, isto mesmo que funciona como uma justificativa poderia transformar-se em uma indagação: como foi possível ou o que explica o fato de que o IHGB não tenha acompanhado – dando-se como certo que não o fez – as inovações no campo da história?

Tal não é, porém, a ambição deste trabalho. A investigação das razões da persistência no IHGB dos padrões clássicos de pensamento sobre a história ultrapassa os limites que ele se impõe. A investigação da concepção de história em Machado de Assis tem como momento fundamental a compreensão da concepção de história dos historiadores de sua época. E, como adiantado, a discussão sobre concepção de história não abdica de uma perspectiva política. Deseja-se interrogar as “profundas relações entre a disciplina e a vida social”, entre a ordem do discurso e a ordem social. Uma problemática que não deixa, contudo, de afetar as posições (e oposições) consagradas no campo da historiografia brasileira oitocentista. Porque permite tornar menos invisíveis os fios que ligam o inovador Capistrano de Abreu à historiografia produzida sob os auspícios do Instituto Histórico.

1.5. O povo como sujeito? – Capistrano de Abreu e o IHGB

As reflexões de Jacques Rancière voltam, assim, a nos fornecer indicações fundamentais. Já se viu como o filósofo francês leva a tomar em consideração não a idéia de nação, mas a de comunidade implicada em certa concepção de história nacional. Seus textos sobre história e cinema acrescentam novas questões e permitem uma ampliação da problemática. Neles, Rancière propõe uma outra maneira de associar as duas atividades. A maneira clássica transforma um em objeto do outro. Assim, por um lado, a história no cinema – para utilizar os termos de Marc Ferro – considera o cinema em sua capacidade de dar conta de uma maneira de viver em certa época; por outro, tomado o cinema por objeto da história (história do cinema), esta dedica-se a estudar o aparecimento desse novo tipo de diversão, as formas de sua indústria, sua transformação em arte, etc. Demarcando-se dessa abordagem, Rancière prefere apreender os dois termos de maneira conjunta, ver como os dois se entre-pertencem e compõem juntos uma história. Daí sua hipótese

de que “o tempo do cinema é o tempo de uma história e de uma historicidade determinadas”, isto é, o cinema é uma arte de um tempo dominado por uma certa idéia de história.¹⁶⁰

A história, explica Rancière, se diz em vários sentidos. Há a história no sentido tradicional do termo: como prática de memória, que já tomou por objeto os grandes homens e seus fatos exemplares e que atualmente se ocupa dos pequenos fatos representativos de um tempo ou de um modo de vida. Há, em segundo lugar, a história que pertence ao conceito das artes da representação: a história como intriga, como conjunto de ações ordenadas – o *muthos* aristotélico ou a *istoria* da pintura. E há a história em um sentido moderno: como potência do destino comum. Essa idéia de história comporta, por sua vez, duas outras. A idéia de um tempo orientado para uma realização, um fim específico; um tempo portador de promessas para aqueles que souberem compreender as condições de sua sucessão e as tarefas que elas impõem, e portador de ameaças para aqueles que desconhecem essas condições, ignorarem as tarefas que lhes estão associadas e quiserem antecipá-las indevidamente. É também a idéia de uma potência reversível: é a história que é feita pelos homens, por eles construída em conjunto e com igual responsabilidade, quando deixam de remeter seus destinos à providência divina ou à sabedoria dos príncipes. Mas é igualmente o que os faz, o que lhes imprime uma marca específica. É portanto a história na acepção moderna que está presente quando se considera que os homens fazem a história e são também feitos por ela.

A historicidade própria do cinema, explica Rancière, é a articulação dessas três histórias – diferentemente do que se passava com a pintura histórica. Esta era a coincidência de duas histórias: a história como *istoria* e a história como inscrição do memorável. Ou seja, a natureza das personagens escolhidas, sua disposição na tela e seus modos expressivos deveriam confluir na representação de um exemplo. O artista deveria imitar, isto é, representar de acordo com as regras do gênero, não um ato qualquer de um sujeito qualquer, mas um ato imitável de uma grande personagem. Pois a pintura de história, como todo o sistema das belas-artes e das belas-letras, é própria de um tempo anterior à emergência da história como potência de destino comum.

Outrora, no tempo da pintura histórica, pintava-se a imagem dos grandes e de suas ações. Sem dúvida, a multidão e os humildes podiam estar sobre a tela. Concebe-se mal um general sem tropas e um rei sem súditos. Algumas vezes o herói se dirigia a eles. Algumas vezes mesmo os papéis eram invertidos e o velho soldado reconhecia com uma

¹⁶⁰ RANCIÈRE, Jacques. “L’historicité du cinéma”. In: BAECQUE, Antoine de; DELAGE, Christian (dir.). *De l’histoire au cinéma*. Bruxelas: Complexe, 1998, p. 45-60. (Citação p. 45).

emoção aflita seu general, Belisário, no mendigo agachado a seus pés. Mas não havia, apesar disso, nenhuma comunidade de destino entre o homem de glória submetido ao revés da glória e o homem “infame” excluído de sua ordem, entre os generais caídos no infortúnio e estes nascimentos de antemão perdidos no anonimato. A imagem do velho soldado podia partilhar a tela com a de Belisário. Mas ele não partilhava a história da grandeza e da decadência de Belisário. Essa história pertencia apenas aos semelhantes de Belisário, aos quais ela devia relembra duas coisas que não tinham interesse senão para eles: que a fortuna é inconstante mas que a virtude, ela, jamais falta àquele que a cultivou. Chamava-se “história” o recolhimento destes grandes exemplos, dignos de serem aprendidos, representados, meditados, imitados. Cada um não ensinava senão a sua própria lição, igual através do tempo, e destinada aos únicos que tinham vocação para deixar memória de suas ações e portanto para tirar exemplo dos feitos memoráveis dos outros homens de memória.¹⁶¹

Essa distinção entre grandes e pequenos – fundamental à pintura histórica – o cinema não a faz. A máquina cinematográfica toma ilustres e anônimos juntos, ela os torna iguais. Mas o faz não em virtude de uma suposta capacidade da técnica ou da ciência de suspender as hierarquias e aproximar nobres e vis. Se ela os torna suscetíveis de partilhar a mesma imagem, isso deve-se ao fato de que a própria existência do cinema só é possível na medida em que grandes e pequenos pertençam já a um mesmo tempo,

precisamente este que se chama história – um tempo que [é] [...] o estofamento mesmo do agir humano em geral; [...] um tempo que iguala todos os que lhe pertencem. A história sempre foi a história daqueles que ‘fazem a história’. O que muda é a identidade dos ‘fazedores da história’. *E a idade da história é aquela na qual qualquer um pode fazê-la, porque todos são já feitos por ela.*¹⁶²

Ao tratar da emergência de um novo conceito de história, Rancière interessa-se, pois, não tanto pela superação das tarefas tradicionais da historiografia ou pelo processo de cientificação da disciplina, mas sim pela nova idéia de agente histórico suposta por ele. Sua ênfase à singularidade do tempo histórico, à capacidade de realização da história não se articula antes de tudo à discussão sobre a dissolução do *topos* clássico, mas sim à abertura desse tempo em que se acredita que os homens devam fazer a história, em que se os convocam para que a façam. Esse tempo que possibilita a inscrição histórica no cinema porque foram revogadas as distinções entre históricos e não-históricos, memoráveis e condenados ao esquecimento, ilustres e anônimos, pela promoção de todos à condição de sujeitos da história, construtores dos destinos coletivos, propulsores do movimento em direção ao futuro. Esse tempo em que qualquer vida obscura pode

¹⁶¹ RANCIÈRE, Jacques. “L’inoubliable”. In: COMOLLI, Jean-Louis; RANCIÈRE, Jacques. *Arrêt sur histoire*. Paris: Centre Georges Pompidou, 1997, p. 50.

¹⁶² *Idem*, p. 51. Grifos nossos.

carregar o verdadeiro sentido da história. Em que a representação de vidas quaisquer é que se torna a manifestação exemplar da história.¹⁶³

Ora, se a idade do cinema é a idade da história em sua acepção moderna, visto que ele “se revela eminentemente próprio a figurar essa história que é o destino de todos, e que todos fazem igualmente”, como se relaciona a disciplina da história com o advento desse novo conceito de história?¹⁶⁴ É em relação a tal problemática que se torna pertinente a confrontação entre a concepção de história de Capistrano de Abreu e aquela presente nos textos da *Revista* do Instituto Histórico.

Anteriormente buscou-se demonstrar como, segundo esta, a história é uma questão de sujeitos específicos. Manuel de Araújo Porto-Alegre, com sua divisão da humanidade em três categorias de homens (1852), Luís Francisco da Veiga, distinguindo historiadores e não-historiadores (1879), bem como Olegário Herculano de Aquino e Castro, para quem a história é a sucessão dos acontecimentos sob o influxo da legítima aristocracia do gênero humano (1899), são representativos de uma concepção de acordo com a qual a desigualdade é o que faz com que haja história. Se todos os homens fossem iguais, se não lhes fossem assinaladas funções e potencialidades diferentes, não seria só a harmonia da sociedade que estaria a perigo – para retomar o raciocínio de Joaquim Norberto em 1891 –, seria a própria evolução da história. Porque esta se move impulsionada pelos homens que se destacam, que se elevam acima dos outros, que adquirem o direito à eterna lembrança.

Tal concepção encontra-se em Capistrano? O historiador cuja auto-imagem era a de um praticante moderno do ofício pensou a história como fruto da ação de que sujeitos? Também neste âmbito foi ele responsável por uma renovação na nossa história?

Sem dúvida, responderam seus estudiosos. A promoção de um novo sujeito é tomada como consequência necessária do fato de Capistrano possuir uma nova concepção de história nacional. A preocupação com temas como as bandeiras, as minas, as estradas, a criação de gado indica que ele atribuía um outro enredo à história do Brasil: não mais o da formação do Estado imperial, mas o da formação do território e do sentimento nacional. Abandonava a história político-administrativa por uma história econômica e social. Enquanto Varnhagen buscava a nacionalidade na esfera estatal, Capistrano busca-a no povo e, em particular, no sentimento

¹⁶³ RANCIÈRE, Jacques. “Sens et figures de l’histoire”. In: *Face à l’histoire: l’artiste moderne devant l’événement historique*. Paris: Flammarion; Centre Georges Pompidou, 1996, p. 21-22.

¹⁶⁴ RANCIÈRE, Jacques. “L’historicité du cinéma”. *Op. cit.*, p. 50.

nacional que ele viesse a expressar. Concebia a história não como uma história dos reis e gerais, mas como a da formação de um povo, de uma nação.¹⁶⁵ Tal o novo sujeito da história do Brasil, a partir da interpretação inovadora de Capistrano: o povo. Foi ele o primeiro a se preocupar “com o povo durante três séculos capado e recapado, sangrado e ressangrado”.¹⁶⁶

Porém, ao se examinar mais detidamente a bibliografia sobre Capistrano e, sobretudo, ao se confrontar a obra do grande historiador à historiografia que lhe foi contemporânea, o problema dos sujeitos da história torna-se mais complexo. Por um lado, o absoluto contraste com a concepção de história de Varnhagen, afirmada em certos momentos de maneira inequívoca, dá lugar a um juízo menos decidido, às vezes hesitante, às vezes contraditório.

Após anunciar que Capistrano elaborou seu plano de uma história do Brasil em oposição à de Varnhagen, cujo caráter “oficial”, elitista, laudatório dos vencedores ele recusava, Ronaldo Vainfas reconhece que o historiador seguiu em muitos pontos o seu predecessor. Não deixou de adotar certa ordem cronológica nem de tratar dos “grandes fatos”, foi fiel aos “fatos institucionais” e se ocupou da história “oficial” – tendo introduzido, não obstante, novos temas e novas abordagens.¹⁶⁷ José Carlos Reis apresenta inicialmente a história de Capistrano como sendo em tudo oposta à de Varnhagen: “anti-portuguesa, anti-reinol, anti-européia, anti-Estado Imperial, anti político-administrativa”. Ao invés de fazer o elogio da vitória dos portugueses, o autor cearense fez o elogio da rebelião brasileira.¹⁶⁸ Em seguida, ao analisar os *Capítulos de História Colonial*, Reis é levado a admitir que, na maior parte do livro, seu autor faz uma história de tipo varnhageniano, “velha história político-administrativa”.¹⁶⁹ Em seu balanço final, qualifica Capistrano de antivarnhageniano, entre outros motivos por ele não fazer mais somente história político-administrativa, embora ainda não faça uma história plenamente econômico-social-mental. Na mesma página, enumera os pontos em que aquele se aproxima de Varnhagen: “faz ainda uma história factual, relatando os feitos dos portugueses em sua conquista, uma história

¹⁶⁵ VAINFAS, Ronaldo. “Capistrano de Abreu: Capítulos de História Colonial”. *Op. cit.*, p. 174-176. PEREIRA, Daniel Mesquita. “Quatro séculos depois”. *Op. cit.*, p. 46-47.

¹⁶⁶ Essa passagem de sua correspondência foi destacada originalmente por José Honório Rodrigues e tornou-se um exemplo dessas citações obrigatórias associadas a um autor. O trecho é referenciado, a partir de José Honório Rodrigues (Capistrano de Abreu e a Historiografia Brasileira), por Pedro Moacyr Campos, José Carlos Reis e Ronaldo Vainfas. E diretamente de Capistrano em Daniel Pereira Mesquita. Ver CAMPOS, Pedro Moacyr. “Esboço da Historiografia Brasileira nos séculos XIX e XX”. *Op. cit.*, p.279; REIS, José Carlos. “Anos 1900: Capistrano de Abreu”. *Op. cit.*, p. 96; VAINFAS, Ronaldo. “Capistrano de Abreu: Capítulos de História Colonial”. *Op. cit.*, p. 176; PEREIRA, Daniel Mesquita. “Quatro séculos depois”. *Op. cit.*, 2002, p. 47.

¹⁶⁷ VAINFAS, Ronaldo. “Capistrano de Abreu: Capítulos de História Colonial”. *Op. cit.*, p. 174-176; 185.

¹⁶⁸ REIS, José Carlos. “Anos 1900: Capistrano de Abreu”. *Op. cit.*, p. 97.

¹⁶⁹ *Idem*, p. 104.

cheia de nomes e datas, de eventos contados em ritmo quase diário”.¹⁷⁰ Um historiador antivarnhageniano que faz muita história à Varnhagen; o autor de uma história anti-portuguesa que relata os feitos dos portugueses em sua conquista; o promotor do povo à condição de sujeito e que é ao mesmo tempo fiel à história “oficial” e largamente cioso dos “grandes fatos”: curiosa imagem esta que se estabeleceu de Capistrano na historiografia brasileira. E cuja ambigüidade obriga a perguntar de maneira direta: que papel, afinal de contas, Capistrano atribuiu ao povo? Como concebeu sua atuação na história brasileira?

A resposta pode ser alcançada de maneira indireta, recorrendo-se mais uma vez a seus estudiosos. Segundo Daniel Mesquita Pereira, para quem o deslocamento entre Varnhagen e Capistrano é evidente – um associa nacionalidade e Estado e o outro, nacionalidade e povo –, o segundo busca na população que se formou durante três séculos os elementos definidores da nacionalidade.¹⁷¹ Ou seja, a palavra povo dubla população. Em sua história do Brasil, Capistrano tentou desvendar a formação da *população* brasileira. Uma outra passagem do mesmo autor assinala como tal objetivo se materializou na obra de Capistrano: na caracterização dos modos de vida próprios dos cinco núcleos de povoamento existentes no Brasil ao final do século XVIII. Ao se ocupar da economia, da alimentação, das características físicas, do vestuário, dos costumes de baianos, paulistas, pernambucanos, mineiros, gaúchos, Capistrano demonstrava possuir um olhar menos orientado para os poderosos e mais preocupado com o povo,

no sentido romântico da expressão, daqueles elementos que distinguem uma identidade própria do brasileiro. [...]. Nos *Capítulos*, a síntese de suas reflexões sobre a História Pátria, a palavra povo parece derivar quase que naturalmente de população, povoadores e de povoado. Resultado da convivência forçada de três raças irredutíveis e de sua mestiçagem em condições ambientes de cinco regiões.¹⁷²

Ocorre que essa preocupação com a formação da população é inseparável, em Capistrano, do estabelecimento de uma relação íntima entre Nação e território. O historiador associa a formação da Nação ao estabelecimento de uma contigüidade territorial – daí seu interesse em investigar as bandeiras, as minas, os caminhos antigos do povoamento, por meio dos quais se promoveu a expansão territorial a partir dos núcleos originais de ocupação litorânea. A ocupação progressiva do território, aproximando esses núcleos, ocorre paralelamente a um processo de

¹⁷⁰ *Idem*, p. 113.

¹⁷¹ PEREIRA, Daniel Mesquita. “Quatro séculos depois”. *Op. cit.*, p. 66.

¹⁷² *Idem*, p. 47.

formação de uma identidade regional, de um sentimento de diferenciação entre colonos e reinóis.¹⁷³ Nesse sentido, o processo de formação da Nação estará completo quando o estabelecimento do pleno contato e da relação entre esses grupos conduzir ao surgimento da consciência de ser não baiano, pernambucano, paulista, mineiro ou gaúcho, mas sim de ser brasileiro. A questão importante é, pois, esta: que papel o povo desempenha nesse processo? Quem são os sujeitos desses movimentos cruciais para a formação da nacionalidade brasileira: a abertura de caminhos entre os núcleos originais de povoamento, a expansão territorial e a Independência (sinal da presença de uma consciência nacional e não apenas regional)?

Nos *Caminhos antigos e povoamento do Brasil* (1899), Capistrano identifica os autores/atores do desbravamento e da expansão territorial ao estabelecer uma distinção entre conquistadores e bandeirantes. Enquanto estes seriam de fato despovoadores, por trazerem índios de seus locais de origem e causarem sua morte, aqueles seriam os verdadeiros agentes do povoamento.

Homens audazes, contratados pelos poderes públicos para pacificar certas regiões em que os nativos apresentavam mais rija resistência. Os conquistadores podiam pacificar legalmente a indiada, recebiam vastas concessões territoriais, eram autorizados a distribuir hábitos e patentes aos companheiros mais esforçados. Estevão Ribeiro Baião Parente, Matias Cardoso, Domingos Jorge Velho e outros fixam êste curioso tipo; geralmente não tornavam à pátria e deixaram sinais de sua passagem e herdeiros de seu sangue em Minas Gerais, na Bahia, em Alagoas e alhures; mas o maior serviço que prestaram consistiu em ligar o Tietê e o Paraíba do Sul ao São Francisco, através da Mantiqueira”.¹⁷⁴

Ao longo desse estudo sobre os focos originais de povoamento, sua expansão sobre o território contíguo – combatendo-se índios e valendo-se de caminhos fluviais ou vencendo-se obstáculos da natureza – e o esforço de abertura de comunicações entre eles, relevam os nomes desses “homens audazes”, desses governadores sábios e determinados, desses sertanistas façanhudos que, por vias fluviais e terrestres, promoveram a ligação do país: Duarte Coelho, Jerônimo de Albuquerque, Martim Afonso de Sousa, Domingos Jorge Velho, Manoel Félix de Lima, José de Sousa Azevedo, Conde de Azambuja, Domingos Afonso, Álvaro Rodrigues Adorno, Braz Rodrigues Arzão, Estevão Ribeiro Baião Parente, João Peixoto Viegas, Pantaleão Rodrigues, o capitão-mor Marcelino Coelho Bittencourt, seu filho o coronel Dâmaso Coelho de

¹⁷³ *Idem*, p. 73-76.

¹⁷⁴ ABREU, João Capistrano de. “Caminhos antigos e povoamento do Brasil”. In: *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu; Livraria Briguiet, 1960, p. 76.

Pina e seu genro André da Rocha Pita, as famílias da Torre e de Antônio Guedes de Brito, Vital Maciel Parente, o governador Inácio Coelho da Silva, o governador Gomes Freire de Andrada, João Velho do Vale, Manuel Alves Grande, Antônio Francisco dos Reis.¹⁷⁵ Seu trabalho foi complementado pelos tratados de limites negociados entre as monarquias portuguesa e espanhola e entre o Brasil e seus vizinhos – objeto da última parte do texto e que seria depois retomado nos *Capítulos de História Colonial*, sob o título “Formação dos limites”.

Poder-se-ia, contudo, contra-argumentar: é a obra-síntese, e não o estudo de 1899, que demonstra a originalidade da compreensão de Capistrano sobre os sujeitos da história brasileira. Seus dois capítulos mais importantes, “O Sertão” e “Três Séculos Depois”, por constituírem um inédito exercício de história da cultura material e história social, efetuaram a promoção do povo à categoria de sujeito. O raciocínio é o referido anteriormente: por elaborar um balanço da história do Brasil que salienta a vida da população espalhada pelas diferentes regiões do país, Capistrano fez o povo entrar na história. Nesses capítulos, escreve mesmo José Carlos Reis, “as elites saem da história, entra o povo brasileiro, conquistando o sertão, vivendo longe do rei”.¹⁷⁶

A narrativa capistraneana da abertura dos caminhos de povoamento levanta sérias dúvidas sobre essa saída das elites da história. Conforme assinalado, é pela ação de grandes homens – os conquistadores – que se faz este que Capistrano considera um movimento decisivo para a formação da nação. É deles ou dos governadores que os contratam que parte o impulso inicial. Além disso, eles não só conquistam território aos indígenas ou abrem novas vias de comunicação como também promovem seu povoamento – por exemplo, ao estabelecerem fazendas nas regiões desbravadas. E essa é uma perspectiva comum aos *Caminhos* e a “O Sertão”.¹⁷⁷

Todavia, a objeção fundamental à tese de que Capistrano transformou o povo em sujeito encontra-se justamente em “Três Séculos Depois”, um dos dois capítulos que se considera inovadores. Capistrano o conclui de maneira bastante cética, afirmando o predomínio das forças dispersivas: “as manifestações coletivas eram passageiras”. Para ele, “a vida social não existia, porque não havia sociedade”, como não havia interesse por questões públicas. A própria existência de uma consciência capitaneal era duvidosa – o que não se dirá de uma consciência nacional? De um povo com tais características não se podia esperar que fizesse a Independência,

¹⁷⁵ *Idem*, p. 64, 73, 76, 78, 79, 82, 83, 95, 104, 105, 108, 110-111, 114, 122, 123.

¹⁷⁶ REIS, José Carlos Reis. “Anos 1900: Capistrano de Abreu”. *Op. cit.*, p. 104.

¹⁷⁷ ABREU, João Capistrano de. “Caminhos antigos e povoamento do Brasil”. *Op. cit.*, p. 114; ABREU, João Capistrano de. “O Sertão”. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000, p. 134.

“tão vagamente inquirida”, menos ainda planejada, “tão avessa a índole do povo para questões práticas e concretas”.¹⁷⁸ O povo brasileiro de 1800 é para Capistrano um povo incapaz de agir, incapaz de efetivar a formação da nação. Ora, se há no historiador cearense um novo sujeito da história, o povo, como explicar que o povo não seja sujeito da Independência?

As tentativas de José Carlos Reis de responder a essa questão são assaz esclarecedoras. Ao início de sua análise sobre o historiador de Maranguape, Reis sustenta que ele aderiu ao projeto político do povo brasileiro.¹⁷⁹ Isto após ter dito que Capistrano de Abreu identifica o povo brasileiro, um povo que “no período colonial e mesmo imperial não sabe bem o que é, o que faz e o que deveria fazer”.¹⁸⁰ Como um povo cuja condição característica é a inconsciência pode ter projeto político? Ou ele não é inconsciente ou não tem projeto político. A compreensão de Capistrano já se sabe qual é, está manifesta no trecho referenciado de “Três séculos depois”. Ainda assim, cabe citar um registro eloqüente de sua “adesão ao projeto político do povo”.

Em sua notícia biográfica sobre o Duque de Caxias, publicada no tomo LXIX da *Revista do IHGB*, Capistrano comenta a primeira revolta reprimida pelo futuro patrono do Exército: a Balaiada (1838-1841), do Maranhão. E avalia que aí a desordem não teve “alguma coisa de política”, ao contrário do que ocorreu no Piauí. “No Maranhão foi obra social ou, se a palavra parecer muito ambiciosa, ethnographica”. Isto porque os pobres desamparados, negros, índios, brancos miseráveis, gente dessa “não se inspira em política, porque *sua acção é contra a política*. [...]. Sua verdadeira inspiração é matar, destruir, queimar e deixar-se matar como tinha sido na Cabanagem do Pará e entre os Cabanos de Pernambuco [...] e ainda não há muito verificou-se nos santos de Canudos”.¹⁸¹ Para Capistrano, como para seu consócio Gonçalves de Magalhães sessenta anos antes, o povo não tem projeto político, não entende de política, age mesmo contra a política.

As próprias formulações de Reis acerca do diagnóstico final dos *Capítulos* evidenciam como o historiador cearense não fez do povo o autor/ator dos movimentos da história: “Capistrano talvez esperasse mais desse povo que soube acompanhar ao longo de três séculos, que ele fosse sujeito de fato de sua autonomia, que ele fosse um sujeito historicamente eficaz”.¹⁸²

¹⁷⁸ ABREU, João Capistrano de. “Três Séculos Depois”. *Op. cit.*, p. 241-242.

¹⁷⁹ REIS, José Carlos. “Anos 1900: Capistrano de Abreu”. *Op. cit.*, p. 104.

¹⁸⁰ *Idem*, p. 97.

¹⁸¹ ABREU, João Capistrano de. “Duque de Caxias”. In: *RIHGB*, t. LXIX, parte segunda, 1906 (1908), p. 73-92. (Citação p. 80). O artigo foi publicado originalmente na *Gazeta de Notícias*, em agosto de 1903. Grifos nossos.

¹⁸² *Idem*, p. 112.

Certamente, isto é algo que Reis esperava que Capistrano tivesse feito: visto no povo um sujeito historicamente eficaz.

Um outro indício de que não o fez está no fato de ter omitido nos *Capítulos* os dois movimentos independentistas ocorridos ao final do século XVIII: a Inconfidência Mineira (1789) e a Conjuração Baiana (1798). Omissão impossível em um historiador que escrevesse a história do povo como sujeito – ainda que a Inconfidência tenha sido obra de homens importantes da terra –, incompreensível naquele que, segundo Daniel Pereira, buscou no povo os sinais da nacionalidade. Não por acaso, aliás, tal omissão tornou-se objeto de várias tentativas de explicação e mesmo de justificação.¹⁸³

Não sendo o povo tampouco o agente da Independência, quem, de acordo com Capistrano, desempenhou esse papel? Na periodização proposta nos ensaios de 1882, Capistrano atribui a Dom João VI o golpe inicial na decomposição do sistema colonial: a abertura dos portos. Dom Pedro I aparece como o continuador da obra, por ter proclamado a Independência. As Regências e Dom Pedro II concluíram-na ao debelarem as rebeliões separatistas.¹⁸⁴ Em artigo anterior, “Sete de Setembro”, sustenta que esse dia “lógico e coletivo” teria ocorrido “quaisquer que fossem as circunstâncias”, visto ser a diferenciação entre colônia e metrópole um “fato inevitável”. Mas, ainda que se fizesse mais cedo ou mais tarde, tal qual se fez, com a manutenção da unidade territorial, a Independência foi obra de D. Pedro I: ele sonhou com ela e “transportou-a da região dos sonhos para a região da realidade. [...]. Os brasileiros devem ser gratos à sua memória, porque ele prestou-nos um grande serviço, talvez o único”.¹⁸⁵

Essa transformação da Independência em um processo necessário, consequência inescapável da passagem do tempo, bem como a idéia de que se tratou de um evento coletivo, encontrar-se-ia igualmente no citado “Patriarcas da Independência Nacional”, publicado em 1894 na *Revista* do IHGB.¹⁸⁶ Tristão de Alencar Araripe defende aí que “a idéia de independência surgiu espontânea no animo de todos os Brasileiros” e que sua ocorrência era infalível.¹⁸⁷ Ou seja, mesmo quando uma idéia possui um caráter coletivo, quando é encarnada em todo o povo

¹⁸³ Ver VAINFAS, Ronaldo. “Capistrano de Abreu: Capítulos de História Colonial”. *Op. cit.*, p. 187-188; PEREIRA, Daniel Mesquita. “Diálogos entre Capistranos”. *Op. cit.*, p. 167-171.

¹⁸⁴ ABREU, João Capistrano de. “Sobre o Visconde de Porto Seguro”. *Op. cit.*, p. 141-142.

¹⁸⁵ ABREU, João Capistrano de. “Sete de Setembro”. In: *Ensaio e Estudos: crítica e história* (4ª série). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1976, p. 284-287. O artigo foi publicado na *Gazeta de Notícias* em sete de setembro de 1881.

¹⁸⁶ Relembre-se que o artigo foi originalmente uma conferência realizada em 1876.

¹⁸⁷ ARARIPE, Tristão de Alencar. “Patriarcas da Independência Nacional”. In: *RIHGB*, t. LVIII, parte primeira, 1894, p. 169, 175.

brasileiro, nem assim ela é tomada como expressão de uma vontade popular conscientemente dirigida. Trata-se de um desejo que surge quase como surge o de comer ou o de dormir. Moreira de Azevedo deu-nos a manifestação mais clara desse pensamento: “A libertação do Brazil foi obra mais da natureza do que dos seus filhos”.¹⁸⁸ O anseio de se separar de Portugal, uma vez surgido em todos os brasileiros, demanda beneméritos que o executem. Se para Capistrano de Abreu D. Pedro ocupa sozinho essa posição, Alencar Araripe e Moreira de Azevedo elegeram três protagonistas ou patriarcas da Independência: além do príncipe, José Bonifácio e José Clemente.

Também em relação a essa interpretação de Capistrano, a análise de José Carlos Reis funciona a contracorrente de sua argumentação primeira. O autor de *Identidades do Brasil* inicialmente qualifica de “paradoxal” o final dos *Capítulos*, uma vez que Capistrano teria feito ao longo do texto o elogio da expansão e conquista do território brasileiro pelos brasileiros e o concluído com brasileiros incapazes de fazer a Independência. Em seguida, avalia que se trata, não obstante, de um final “lúcido”, recorrendo ao possibilismo histórico para justificar o seu juízo: os brasileiros não fizeram a Independência porque o tempo não permitia que o fizessem. Capistrano foi sábio em percebê-lo: “Poderia ter sido acelerado o tempo histórico do Brasil, pelos brasileiros, no final do século XVIII, produzindo uma verdadeira Independência econômico-social-mental, além de política? Seu ceticismo [de Capistrano] revela a compreensão dessa impossibilidade histórica”. Em outras palavras, a única Independência possível foi a que se realizou: a decorrente da vinda da família real para o Brasil e levada a cabo por D. Pedro, não pelos brasileiros, que não tinham ainda condições de fazer a sua história. Assim se explica a atitude de Capistrano:

É um sentimento posterior à exaltação que se frustrou: uma recusa apaixonada, decepcionada do sonho. E depois uma constatação do que de fato aconteceu, a vinda da Corte para dentro e a consolidação da unidade brasileira em termos lusos-brasileiros, aceitando-a e legitimando-a. Era essa a única a revolução independentista possível? Pelo menos esta, felizmente, se realizou, e nação brasileira se concretizou antes de se esvaír em sonho.¹⁸⁹

Em suma, não se pode esperar que Capistrano transforme o povo em sujeito, porque ele não pode ser sujeito. Mas o próprio Reis afirmara que Capistrano fez aquilo que agora conclui ser

¹⁸⁸ MOREIRA DE AZEVEDO, Manoel Duarte. “A Independencia do Brazil”. In: *RIHGB*, t. LX, parte segunda, p. 97-104. (Citação p. 98).

¹⁸⁹ REIS, José Carlos. “Anos 1900: Capistrano de Abreu”. *Op. cit.*, p. 112.

historicamente impossível! À figura de um historiador inovador conjuga-se a de um consciente das impossibilidades históricas. Só não se explica como fica a primeira se a segunda assenta-se na própria impugnação de uma das inovações de Capistrano. Inovador, ele promoveu o povo à condição de agente histórico. Consciente, percebeu que o povo ainda não podia alçar-se à condição de agente histórico. A crer em Reis, Capistrano escreveu toda a obra baseado em uma pressuposição que, ao final, descobre ser impossível. O que poderia induzir a questionar por que, então, ele não a reescreveu baseado nessa impossibilidade. Mas, justamente, o que emerge daí é a constatação de que Capistrano de fato escreveu os *Capítulos de História Colonial* sem neles conferir ao povo o papel de sujeito da história nacional. A não ser que se queira compreender donatários como Duarte Coelho e governadores como Gomes Freire de Andrada como membros do povo brasileiro – o que significa conferir à palavra povo um sentido bastante distinto do presente na concepção que faz do povo também um sujeito da história. Naquela idéia de povo, este deixa de dizer respeito especificamente às pessoas comuns, aos anônimos, aos pobres, àqueles que Alfredo do Nascimento Silva identificou como tal, para significar o conjunto dos habitantes do território, sua população.

Tal foi a perspectiva de Capistrano, segundo Daniel Pereira. Ocorre que essa interpretação termina por invalidar a tese que veio defender: a da inovação de Capistrano. Há que se ter claro que se o povo (população) torna-se sujeito, forçosamente o povo (anônimos) não pode sê-lo, já que essa concepção recoloca a divisão entre ilustres e anônimos ao limitar aos primeiros a responsabilidade pela marcha da história. Ou seja, inexistente aí, como no IHGB, a idéia da história como potência de destino comum. Fundamentalmente, porém o juízo final sobre o povo “brasileiro”, nos *Capítulos*, evidencia que nem mesmo esse povo-população era para Capistrano capaz de assumir o papel de sujeito da história nacional. De uma maneira ou de outra, é inescapável a conclusão de que não se sustenta a tese de um Capistrano em ruptura com a historiografia do IHGB.

Certo, não se trata de negar as singularidades e inovações do historiador em relação àquela. Afinal, diferentemente do que permanece comum entre os historiadores do Instituto Histórico, Capistrano não referenda os modelos clássicos de pensamento sobre a história. O *topos* da *historia magistra vitae* não tem vigência em sua obra. A história para ele não se escreve para proporcionar o aperfeiçoamento moral de seus destinatários ou para glorificar os homens memoráveis, transformando-os em exemplos a se imitar. Ocorre, porém, que na história deste

problema específico – o de uma nova idéia de agente histórico, tal como o enfatizou Jacques Rancière – Capistrano permanece perfeitamente integrado à concepção de história vigente entre os seus consócios do IHGB. O que demonstra que a disciplina pôde se modernizar sem ser acompanhada de uma modificação na concepção da identidade dos sujeitos históricos.

Assim, tal como para Olegário Herculano ou Gonçalves de Magalhães, é impensável para o historiador cearense que a história seja o campo de atuação de outros que não os melhores, os grandes, os audazes. Inaceitável que o povo (anônimos) queira fazer a história ou participar da política. Porque o povo não pode imiscuir-se em negócios outros que não os seus próprios: sobreviver, trabalhar, reproduzir-se.¹⁹⁰ Esse povo de atuação conjurada é que pode entrar na história. Por um lado, como um povo (população) que é reserva de nacionalidade e sujeito de soberania sob a condição de que sua ação seja posta em reserva. A Independência pode então tornar-se um desejo de todos os brasileiros, um desejo do povo, na interpretação de Tristão de Alencar Araripe, de Manoel Duarte Moreira de Azevedo e do Capistrano de 1881. Mas o povo (população) se deseja, não age nem fala. Há sempre um benemérito para agir em seu nome, para falar em seu lugar.¹⁹¹ Por outro – e esta é uma possibilidade inexistente em Capistrano – como um povo (anônimos) que é requerente de caridade, de tutela, de governo, vez que sua condição própria é a da falta de instrução e da incapacidade de praticar a justiça. Seja pela recusa escandalizada, seja pela admissão de uma participação anódina, uns e outros encontram-se no veto efetivo à idéia de que o povo faça a história, faça a sua própria história a partir de uma vontade racional e conscientemente dirigida a um fim.

Um veto que se encontra em funcionamento na escolha de “O Velho Senado”. Pois não se trata somente de que seu tema são figuras históricas, no sentido de terem existido. Mais importante, elas são figuras históricas, no sentido de serem sujeitos da história. Esse texto de 1895 é provavelmente a única produção machadiana disponível para atender às exigências da concepção de história dos historiadores, cujos traços marcantes são, além da concepção de sujeito da história, a vinculação entre história e verdade e entre história e passado. Um rápido exame da produção histórico-literária dos próprios historiadores corrobora com essa hipótese. Desde a

¹⁹⁰ Não é desse modo, afinal de contas, que ele aparece em “Três Séculos Depois”?

¹⁹¹ Foi o que, segundo Moreira de Azevedo, fez José Clemente Pereira, nos acontecimentos de 1822: “Principal personagem do dia do *Fico*, foi elle em escolho o dia 9 de Janeiro, e quem guiou e dispoz o modo da representação do povo chegar ao Príncipe. Por esse acto iniciou elle a revolução da independencia. *Foi elle a boca do povo* que falou em todos os acontecimentos grandiozos do ano de 1822.” MOREIRA DE AZEVEDO, Manoel Duarte. “A Independencia do Brasil”. *Op. cit.*, p. 101. Grifos nossos.

Confederação dos Tamoios (1856), de Gonçalves de Magalhães, passando por *Amador Bueno* (1858), de Varnhagen, *Colombo* (1866), de Manuel de Araújo Porto-Alegre, até *O martírio de Tiradentes, ou frei José do Desterro* (1882), de Joaquim Norberto de Sousa e Silva, o que se nota é a inseparabilidade entre o caráter histórico e a eleição de um grande homem para protagonista do enredo. O mesmo se passa com aquele que é considerado nosso maior romance histórico. Em *O Guarani* (1851), de José de Alencar, o senhor de todos os destinos é o fidalgo Dom Antônio de Mariz, herói das lutas pela fundação da cidade do Rio de Janeiro, guerreiro vitorioso contra franceses e índios, súdito fiel e exemplo de virtude cristã. O lastro histórico das obras literárias é dado por homens como ele.

Assim, é possível supor que um conto como “Pai contra Mãe” não se qualificava para receber o atributo de “histórico”. Saído em 1906 no volume *Relíquias de Casa Velha*, ele abre-se com um prólogo sobre a escravidão. “A escravidão levou consigo aparelhos e ofícios, como terá sucedido a outras instituições sociais”. Aparelhos como o ferro ao pescoço ou a máscara de folhade-flandres, ofícios como o de pegador de escravos fugidos. O que se segue a essa descrição histórica é a narração da história de um pegador de escravos. Cândido Neves – “em família, Candinho” – é uma personagem ficcional. Caso não o fosse, seria este o escrito escolhido para publicação na *Revista* do IHGB? Mereceria ele a adjetivação de “histórico”, mesmo tratando de um pegador de escravos e, principalmente, de um pegador de escravos qualquer?

Por outro lado, como compreendem os historiadores de hoje o valor histórico de “O Velho Senado” e de “Pai contra Mãe”? Endossariam a atribuição realizada em 1908? Renegariam a este o qualificativo conferido àquele? Ao estudarem o Brasil do Segundo Reinado, a qual desses dois textos dariam preferência? Em suma, sua avaliação revelaria a persistência de uma concepção de história?

Desenha-se, portanto, um novo conjunto de questões a enlaçar Machado de Assis, os historiadores e a história. Não nos encontramos, evidentemente, no mesmo ponto do início. Não somente porque já agora os historiadores são outros, e sim porque um outro nome insinuou-se em nossa problemática. Os nomes da história, para os historiadores do final do século XIX e início do XX, encontram-se plenamente presentes em Machado de Assis. Sendo ele próprio um desses nomes, por ser antes de tudo um exemplo de vida, o presidente da Academia Brasileira de Letras não deixou de tomar por temas outros nomes da história: Marquês de Paranaguá, Visconde do Rio Branco, Duque de Caxias, Nabuco de Araújo, Eusébio de Queirós, Visconde de Itaboraá,

Visconde de Uruguai. Os grandes nomes da política imperial, os atores da história do Segundo Reinado, responsáveis por suprimir a ameaça à integridade e à soberania nacionais, em xeque nas rebeliões regenciais e nas invasões paraguaias, e pelos lances decisivos para o fim da escravidão (proibição do tráfico e lei do Ventre Livre). Mas esse outro exemplar da literatura machadiana, da obra deixada de lado por Afonso Celso, aponta para uma outra direção. Abrindo-se sob uma perspectiva histórica, o conto machadiano toma por protagonista um sujeito qualquer, um pegador de escravos sem eira nem beira, amigo de patuscadas e pouco chegado ao trabalho fixo. Um anônimo, em suma. Isto que é impensável para os historiadores de sua época encontra-se já na literatura. Este o outro nome que precisa ser levado em consideração: literatura. Que outros nomes ligam-se a esse, em Machado de Assis, e permitem esboçar uma concepção de história? Cândido Neves não é do reino da história, por não ser sujeito histórico, por não ter existido? Já sabemos como os historiadores responderiam a essa questão. Resta agora indagar que respostas oferece a obra de Machado de Assis. Esta a história a que se liga o segundo capítulo.

2.

O ACONTECIMENTO MACHADO DE ASSIS

2.1. Um Machado de Assis historiador

À procura da concepção de história entrelaçada na literatura e na concepção de literatura de Machado de Assis, deparamo-nos com um outro encontro entre o escritor e os historiadores. Noventa e cinco anos após a homenagem do Instituto Histórico, aparece um livro inteiramente dedicado à presença da história em Machado de Assis. As três páginas de Afonso Celso dão lugar ao volume de trezentas e quarenta e cinco páginas de Sidney Chalhoub. A ênfase na trajetória de vida, na imagem de um homem que se destacou por suas qualidades morais é trocada por uma análise da obra – a vida, a atuação profissional, comparece apenas para referendar a interpretação da obra. Ao invés de um grande homem que escreveu sobre outros grandes homens, é-nos apresentado o literato que interpretou a história da sociedade brasileira oitocentista; desaparece o autor de um “trabalho histórico” em nome do escritor cuja obra constrói-se integralmente sob o signo da representação histórica: “Ao contar suas histórias, Machado de Assis escreveu e reescreveu a história do Brasil do século XIX”; ao Machado de Assis, exemplo de vida, vem substituir o *Machado de Assis, historiador*.¹⁹²

Em que assenta tal qualificação? Como se apresenta esse contar e recontar, por meio da literatura, a história do Brasil oitocentista? Para Chalhoub, Machado de Assis fez de suas histórias – dos romances, destacadamente – um veículo para desenvolver sua própria interpretação do sentido do processo histórico da segunda metade do Oitocentos brasileiro. O romancista teria uma visão própria do sentido das mudanças políticas e sociais ocorridas entre aproximadamente 1850 e 1871, tendo elaborado seus romances de modo a externá-la.¹⁹³ O que se decidiu naqueles anos e está presente na literatura machadiana foi o destino de uma hegemonia política e de seu projeto de dominação – o paternalismo, calcado em uma relação pessoal com os dependentes (livres e escravos) e no pressuposto da inviolabilidade da vontade senhorial. Essa

¹⁹² CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 17.

¹⁹³ *Idem*, p. 17-19, 64-65, 91-93.

política de domínio, seu funcionamento e a maneira como os dependentes atuavam explorando-lhe a lógica, mas em benefício próprio, estariam presentes em romances tanto da primeira quanto da segunda fases do escritor. De *Helena* (1876) a *Dom Casmurro* (1899), sustenta Chalhoub, Machado escreveu a história da crise e da falência desse projeto de domínio. Com narrativas situadas na década de 1850, *Helena* e *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881) representam o período áureo de vigência da hegemonia senhorial – o chamado “tempo saquarema”, com a elite proprietária certa de exercer o seu poder e de impor o seu domínio de alto a baixo da sociedade escravista. Daí heróis como Estácio e Brás Cubas, titulares desse poder, tão certo de si mesmos.¹⁹⁴ Em *Iaiá Garcia* (1878), o enredo se desloca para os anos fundamentais de 1866 a 1871, em que se evidenciou a crise do paternalismo. Não é por outra razão que nesse romance os diálogos entre senhores e subalternos, como Valéria e Luís Garcia, tornam-se mais tensos: os antagonismos sociais estão mais evidentes, a classe senhorial conscientizou-se das resistências que os dependentes opõem à efetivação de sua vontade. Não é por outra razão, tampouco, que Brás agoniza e morre entre 1870 e 1871, “anos de intensa movimentação em torno da questão do ‘elemento servil’”;¹⁹⁵ ou que Bentinho dá-se conta do adultério de Capitu em março de 1871, momento da ascensão do gabinete Rio Branco, responsável pela aprovação da Lei do Ventre Livre. Essa lei significou a derrota da classe senhorial. Uma derrota sobre a qual os senhores não deixaram de refletir, fazendo-o sempre segundo os hábitos de pensamento de sua própria classe. Perceberam então a ingenuidade em que se engolfavam, incapazes de notar a dissimulação dos subordinados, que perseguiram seus próprios objetivos enquanto davam a entender que apenas obedeciam. Esta a alegoria política por trás de *Dom Casmurro*, obra de acusação em que um representante da família abastada demonstra sua incapacidade de reconhecer como legítima a ação autônoma dos subordinados. Ao interpretar retrospectivamente os acontecimentos, apenas consegue vê-la como traição.¹⁹⁶

Várias questões sobrepõem da argumentação de Chalhoub. Em primeiro lugar, não somente “O Velho Senado” já não é o único texto “histórico” na obra machadiana como tampouco é guindado ao lugar de veículo por excelência de um conteúdo histórico. Mais ainda, não é sequer mencionado em *Machado de Assis, historiador*. O lastro histórico da literatura desvincula-se da presença de personagens históricas entre os protagonistas. Seu aparecimento

¹⁹⁴ *Idem*, p. 17-44,72-83.

¹⁹⁵ *Idem*, p.67-83.

¹⁹⁶ *Idem*, p. 83-91.

ocasional no enredo – como a menção ao gabinete Rio Branco, em *Dom Casmurro* – é tomado como mais um indício da significação histórica da narrativa, que passa a carregar, ela sim, uma interpretação histórica elaborada pelo escritor.¹⁹⁷ E isto a despeito de as personagens serem inteiramente ficcionais e de as narrativas não terem por pano de fundo nenhum acontecimento histórico em particular: não se passam durante a Guerra dos Mascates ou a Inconfidência Mineira, as Bandeiras ou a Independência. Que se possa, não obstante, enxergar história na literatura deve-se ao fato de esta ser vista como um “testemunho histórico”.

Tal pressuposto metodológico, explicitado alhures, responde em primeiro lugar a um outro questionamento. Enunciado na “Apresentação” de uma obra publicada ao final da década de 1990,¹⁹⁸ é aos desafios impostos à história pelo chamado *linguistic turn* que ele busca fazer frente. Trata-se, no dizer de Sidney Chalhoub e Leonardo Affonso Pereira, de enfatizar obra, autor e contexto, rejeitando análises focadas na intertextualidade e na morte do autor. Contra o pressuposto de autonomia da literatura, propõe-se historicizar a obra literária, “inserir-la no movimento da sociedade, investigar as suas redes de interlocução social, destrinchar não a sua suposta autonomia em relação à sociedade, mas sim a forma como constrói ou representa a sua relação com a realidade social – algo que faz mesmo ao negar fazê-lo”. Contra a tese de que tudo é texto, defende-se o postulado de um referencial externo ao texto: as interpretações históricas devem conformar-se às fontes e a literatura reveste-se de caráter histórico por poder ser interrogada enquanto fonte, isto é, enquanto evidência de um contexto histórico. Contra uma abordagem essencialista das relações entre história e literatura, trata-se de relacionar autores e obras específicas a contextos históricos determinados. É em função do que dizem sobre o “seu tempo” e o “seu país”, do que expressam aos seus contemporâneos, do que revelam do “sentimento íntimo” de homens e mulheres de uma dada época que autores e obras interessam aos historiadores.¹⁹⁹

É notória a transformação na maneira de se compreender a presença da história na literatura. Os historiadores do IHGB – para quem Machado de Assis, ao redigir “O Velho Senado”, havia escrito um trabalho histórico – associavam história e conteúdos históricos explícitos. Ou seja, era “histórica” a literatura que havia tomado por tema um objeto da história –

¹⁹⁷ *Idem*, p. 84.

¹⁹⁸ CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso M. de (orgs.). *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

¹⁹⁹ *Idem*, p. 07-09.

grandes homens e seus feitos – elaborando um enredo a partir desses elementos. Historiadores atuais, que concebem a existência de um “Machado de Assis, historiador”, liberaram a literatura de uma tal exigência. Para ser “histórica” ela não precisa eleger uma temática específica. Que tenha personagens reais ou ficcionais, que situe suas narrativas no passado ou no presente, em seu país ou em terras distantes, qualquer obra literária pode funcionar como um “testemunho histórico” – e é esta a razão porque ela é “histórica”. O “testemunho histórico” da literatura é portanto a história que abandona a superfície da obra. É a história que está presente a despeito de não estar presente explicitamente, pois se revela pela significação profunda do enredo e das personagens – significação essa que o historiador vem expor, que ele conhece como ninguém, porque enraizada na realidade concreta da época do escritor. Essa nova compreensão da relação entre história e literatura assenta-se no princípio da alegoria: as personagens – seu pensamento, comportamento e relações pessoais – representam tipos sociais e a narrativa romanesca constitui uma interpretação da sociedade. Assim, a urdidura de *Helena* (1876) revela-se uma interpretação da sociedade brasileira durante o período de hegemonia da ideologia senhorial: Estácio, um representante da classe senhorial; e Helena, uma representante do grupo dos dependentes livres.²⁰⁰

A emergência de um “Machado de Assis, historiador” atesta, além disso, uma modificação na própria concepção de história dos historiadores. A história como sentido histórico profundo da narrativa, como acessível por meio da significação sócio-histórica das personagens, quaisquer que sejam elas, é indício inequívoco de que já não se concebe a história como campo de ação dos únicos grandes homens. Para que se possa enxergar história em uma literatura que narra a trajetória de vidas quaisquer, é mister que o conceito de história tenha se alterado.

O próprio Sidney Chalhoub evidencia-o ao relatar as circunstâncias de seu reencontro com a obra de Machado de Assis. Uma pesquisa sobre as últimas décadas da escravidão na Corte forneceu-lhe o ensejo de retornar às páginas do escritor, onde, para sua surpresa, encontrou aquilo por que como historiador desde sempre se interessara: o “*resto*” da sociedade imperial, isto é “escravos, agregados, caixeiros, operários, cortiços, febre amarela, varíola...”. A literatura machadiana mostrou-se recheada de uma exposição da política de domínio própria à sociedade

²⁰⁰ CHALHOUB, Sidney. Paternalismo e escravidão em Helena. *Op. cit.*, 2003, p. 17-57.

escravista do Brasil da época e de uma reflexão sobre “a experiência social de escravos, dependentes e *outros sujeitos* que, dizia-se, não estavam no centro” de sua obra.²⁰¹

“Escravos, dependentes e *outros sujeitos*”. O uso da expressão não é casual. Como historiador do Brasil do século XIX, Chalhoub tem-se dedicado a investigar a ação histórica daqueles que Alfredo do Nascimento chamou “os naufragos do mundo”. Sua primeira análise de um texto machadiano, a crônica de 19 de maio de 1888, fez-se no quadro de um estudo cujo objetivo maior era demonstrar a ação autônoma dos escravos e seu papel fundamental na abolição.²⁰² *Visões da Liberdade* toma por protagonistas gente como Bonifácio e Bráulio, Carlos e Ciríaco, Felicidade, Cristina e Fortunata – escravos, analfabetos, criminosos alguns deles, anônimos todos – e sustenta que eles são “exemplos seguidos de sujeitos históricos que conseguiram *politizar* a rotina e, assim, transformá-la”.²⁰³ Seguindo lógica e racionalidades próprias, baseando-se em experiências e tradições históricas particulares e originais, perseguindo objetivos inteiramente seus, os donos dessas vidas minúsculas impuseram uma tensão insustentável no interior da propriedade “e ajudaram decididamente a cavar a sepultura” da escravidão.²⁰⁴ A lei de 28 de setembro de 1871, primeira lei abolicionista do Brasil, longe de ter sido um feito do Visconde do Rio Branco – como se costumava repetir no IHGB –²⁰⁵ “foi de certa forma uma conquista dos escravos”.²⁰⁶ Ela significou o reconhecimento legal de uma série de direitos costumeiros que ao longo dos anos os cativos haviam conseguido arrancar de seus proprietários “e a aceitação de alguns objetivos das lutas dos negros”.²⁰⁷ Contribuiu, assim, para a corrosão decidida e irremediável daquele que era um dos pilares da instituição escravista: a

²⁰¹ CHALHOUB, Sidney. Prólogo e agradecimentos. *Op. cit.*, 2003, p. 09-10. Grifos nossos.

²⁰² CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. A primeira edição é de 1990. Em uma entrevista recente, Chalhoub explicita sua orientação: “Do ponto de vista da representação da escravidão, abordei em *Visões da liberdade* a construção da teoria do escravo-coisa, essa dificuldade em investigar o escravo como sujeito político”. Ver BERGAMINI, Atílio; TIBURSKI, Elite Lucia; BITTENCOURT, Ícaro. Entrevista com Sidney Chalhoub. *Aedos: revista do corpo discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre*, v. 1, n. 1, 2008, p. 315.

²⁰³ CHALHOUB, Sidney. *Op. cit.*, 2001, p. 253. Grifos nossos.

²⁰⁴ *Idem*, p. 59.

²⁰⁵ Assim exprime-se o primeiro secretário, conselheiro José Ribeiro de Sousa Fontes, em seu relatório de 1880 – ano da morte de Rio Branco: “avivando nossas chagas ainda tão recentes, [o orador] fallar-nos-ha d’esse politico, litterato e estadista, o visconde do Rio-Branco, que professando idéas de maxima liberalidade pelejou alistado nas fileiras conservadoras, pela causa mais nobre e humanitaria, e, escudado com leis, e apoiado nos direitos adquiridos, e nos interesses da patria, soube alcançar essa miraculosa e benefica esponja com a qual se começou a limpar para nunca mais se reproduzir a nodoa da escravidão, fazendo que fosse livre todo o que nascesse no torrão brasilico;” – Evidentemente, os “direitos adquiridos” são os dos proprietários. FONTES, José Ribeiro de Sousa. Relatório do sr. 1º secretario. *RIHGB*, t. XLIII, parte segunda, 1880, p. 504-505.

²⁰⁶ CHALHOUB, Sidney. *Op. cit.*, 2001, p. 161.

²⁰⁷ *Idem*, p. 159.

autoridade moral dos senhores sobre os escravos. Até então, vigia de maneira inquestionável o princípio da inviolabilidade da vontade senhorial: cada conquista escrava – cultivo de uma roça própria, constituição da família, formação do pecúlio, alforria, etc. – figurava como um privilégio individual concedido pelo senhor, a requerer dedicação e a produzir gratidão. Com a lei de 28 de setembro, várias concessões tornaram-se direitos, que os senhores eram obrigados a reconhecer e impedidos de contrariar.²⁰⁸

Segundo Chalhoub, há em Machado de Assis uma perspectiva semelhante. Em *Visões da Liberdade*, a crônica de maio de 1888 é considerada a interpretação machadiana do processo histórico de extinção da escravidão. A atribuição, longe de ser inédita, dava lugar, porém, a uma análise inovadora. Ao passo que outros intérpretes do texto haviam-no considerado uma prova de que Machado de Assis via a abolição como um não-acontecimento, a permanência da exploração travestida em novas roupas, com o trabalhador sempre cativo da opressão, Chalhoub desenvolve uma tese diametralmente oposta.²⁰⁹ Defende que, nesse exemplar da série “Bons Dias!” (1888-1889), o escritor oferece uma explicação para as *mudanças* que redundaram na Lei Áurea. E que ele teria identificado, entre elas, uma transformação na atitude dos próprios escravos, que, a partir de 1870, adotaram posições mais firmes na luta pela liberdade. Em outras palavras, já Machado distinguia os cativos como sujeitos históricos do processo emancipacionista.²¹⁰

Da mesma maneira, os três primeiros capítulos de *Machado de Assis, historiador* acentuam a imagem de um escritor ciente da ação histórica e política dos pequenos. Como visto, Chalhoub vê em Machado um “intérprete incansável do discurso político possível aos dominados” em seus diálogos com membros da classe dominante.²¹¹ Um escritor que construiu personagens como Helena e Luís Garcia, que demonstram, em suas relações com senhores como Estácio e Valéria, plena consciência de que estes se assumem como os únicos sujeitos dos acontecimentos. Personagens dotados da perspectiva crítica que distingue os dependentes e que

²⁰⁸ Sobre os debates acerca da primeira lei abolicionista e seu significado em relação às lutas dos escravos, ver, especialmente: CHALHOUB, Sidney. “Visões da Liberdade”. *Op. cit.*, 2001, p. 95-174; CHALHOUB, Sidney. “Escravidão e cidadania: a experiência histórica de 1871”. *Op.cit.*, 2003, p. 131-291; e MATTOS, Hebe Maria. “Laços de família e direitos no final da escravidão”. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da vida privada no Brasil: Império: A corte e a modernidade nacional*. Vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 337-383.

²⁰⁹ Para uma análise mais detalhada do debate sobre a visão machadiana da escravidão e do escravo e suas relações com a historiografia sobre a escravidão, permito-me remeter a meu texto: CAMPOS, Raquel Machado Gonçalves. “Tolo ou todo-poderoso? – leituras em torno de Machado de Assis e a escravidão”. *Revista de Letras*, São Paulo, v. 48, n.2, pp. 113-129, jul./dez. 2008.

²¹⁰ CHALHOUB, Sidney. *Op. cit.*, 2001, p. 95-102, 181-182.

²¹¹ CHALHOUB, Sidney. *Op. cit.*, 2003, p. 62.

lhes permite atuar habilmente no interior da lógica senhorial, mas com o fim de subvertê-la. Sinuosa ou sutilmente – ou, à maneira de Capitu, que superaria grandes distâncias não com um grande e único pulo, mas “aos pulinhos” – alcançam seus próprios objetivos mantendo os senhores presos à crença enganosa de que tudo deriva exclusivamente da vontade deles senhores. Assim, corroem os alicerces da política de domínio paternalista, embora na aparência a estivessem reforçando.²¹²

Um adepto da história social encontra em um escritor morto há cem anos uma perspectiva histórica semelhante à sua. Como o historiador de hoje, o romancista do passado percebeu a sofisticada compreensão política dos dependentes e sua ação consciente e racional em prol de seus (deles) objetivos; reconheceu a possibilidade de os subordinados serem sujeitos em uma sociedade que não o admite; demonstrou como os subalternos livres e escravos foram sujeitos na sociedade escravista brasileira. O fenômeno chama a atenção: segundo Chalhoub, há em Machado de Assis uma concepção que não é de maneira alguma habitual entre os historiadores que lhe foram contemporâneos: os dependentes, os escravos, os pobres, os anônimos foram os verdadeiros atores históricos e políticos do processo de dissolução da ordem social própria ao Brasil do Segundo Reinado. Curiosamente, porém, Chalhoub não desenvolve uma reflexão acerca dessa singularidade machadiana. – O que não é o mesmo que não estar atento a ela.

Em seu “capítulo tradicional de história” – “Escravidão e cidadania: a experiência histórica de 1871” – o historiador analisa as representações da escravidão e do escravo construídas por três escritores: Machado de Assis, Joaquim Manoel de Macedo e José de Alencar. Os dois primeiros, favoráveis à emancipação e o terceiro, contrário.²¹³

Machado comparece com “Mariana”, conto de 1871 que conta a trágica história da personagem-título, escrava criada como filha da casa pela família de Coutinho. Como tal, Mariana tivera uma educação bastante semelhante à das filhas de sua senhora – aprendera bordado e francês – e era tratada como pessoa da família, com a exceção de que não podia comer à mesa com os demais nem comparecer à sala quando houvesse visitas. Ocorre que ela acaba apaixonando-se pelo senhor moço, Coutinho, e, ciente da impossibilidade de concretizar o seu amor, foge, atraindo sobre si duras acusações de ingratidão. Encontrada por seu amado e instada

²¹² *Idem*, p. 62-83.

²¹³ *Idem*, p. 131-137, 155-164, 192-203.

por ele, Mariana retorna a casa, mas foge novamente, incapaz de suportar a idéia do casamento próximo de Coutinho. Este a reencontra às portas do suicídio, que termina por se concretizar.²¹⁴

De Joaquim Manoel de Macedo é analisado “Lucinda – a mucama”, terceiro romance de *Vítimas-algozes. Quadros da escravidão*, de 1869. Trata-se da história de Cândida, filha de um honrado negociante e agricultor do interior do Rio de Janeiro, e das influências nefastas exercidas sobre ela por Lucinda, mucama que ganhara de presente em seu aniversário de onze anos e destinada a substituir Joana, mulher pobre, livre e virtuosa que cuidara de Cândida até então, mas que partira em função de um novo casamento. Lucinda é construída como uma personagem devassa, traçoira, falsa e ambiciosa que manipula sua senhorinha Cândida e promove o seu defloramento. Tal é, segundo, Macedo, a conseqüência inevitável da escravidão: a coisificação moral dos escravos que, filhos da opressão social, são incapazes de possuir sentimentos puros e desinteressados, presas que são dos vícios mais ferozes e bestiais. Causam, assim, grandes males aos senhores e à família senhorial, exposta ao convívio cotidiano e íntimo com seres depravados.²¹⁵

Chalhoub contrapõe Machado e Macedo, demonstrando como um objetivo comum – condenar a escravidão – efetua-se segundo estratégias distintas, reveladoras de concepções políticas igualmente díspares. Em sua escolha por abordar os males que os escravos causam a seus senhores, Macedo elabora uma descrição dos cativos “tão impiedosamente desfavorável que se torna difícil pensar na possibilidade de que essas pessoas, uma vez libertas, possam usufruir de direitos de cidadania e participar da vida política”.²¹⁶ A violência da escravidão desumanizava os cativos, impedia-os de adquirir cultura e de aderir às regras de comportamento e aos valores morais, donde a irrisão dos laços familiares, a sexualidade bestializada e o ódio feroz contra os senhores. Seres tais que não só não eram como não deveriam ser sujeitos políticos.

Com uma perspectiva completamente oposta, José de Alencar endossava, contudo, a avaliação de Macedo. Deputado conservador, o escritor José de Alencar buscou com *O tronco do ipê* inspirar nostalgia por um mundo supostamente perdido: o mundo idílico da grande e próspera propriedade rural escravista. Os escravos que o habitam são muito distintos de Lucinda: longe de serem inimigos dos seus senhores, estão sempre velando por eles, ajudando-os, cultivando sentimentos de gratidão e respeito. Alencar fazia assim da escravidão “a chave de todo um modo

²¹⁴ *Idem*, p. 131-134.

²¹⁵ *Idem*, p. 157-161.

²¹⁶ *Idem*, p. 161-162.

de vida” cuja continuidade não podia ser comprometida pela emancipação.²¹⁷ E anunciava sua oposição nos debates parlamentares que se seguiriam: a emancipação pela via legal destruiria aquele mundo de relações harmoniosas e geraria um verdadeiro caos social, pois significava não somente promover o ódio racial como lançar no seio da sociedade seres despreparados para o exercício da liberdade. A única emancipação aceitável era a que partisse de uma iniciativa individual e exclusiva do senhor em relação a um seu escravo julgado digno de a receber, capaz de reconhecer os sentimentos de gratidão que ela lhe impunha. Pois, como demonstraria em *Til*, romance de finais de 1871, homens livres pobres destituídos de laços de dependência e gratidão “percorre[m] o campo como bestas-feras”.²¹⁸

Abolicionistas e escravocratas encontravam-se em sua visão comum de uma necessária tutela sobre esses seres de instintos animalescos e paixões bestiais. Uma visão que, demonstra Chalhoub, não está em Machado de Assis, ele que escolheu o caminho contrário ao de Macedo: retratar os males que os senhores causam aos escravos, e que esculpiu sua Mariana como o oposto de Lucinda. Ainda que dilacerada pelo cativo, ela é “portadora de cultura, capaz de atos de dignidade e autonomia”. O amor que nutre por Coutinho é puro e sincero e ela tem plena consciência dos vetos que sua condição de escrava lhe impõem, deixando-lhe como única alternativa o suicídio. Mariana apresenta-se como sujeito apesar da escravidão.²¹⁹

Contudo, não basta apontar a diferença. Falta explicá-la. E, ao fazê-lo, Chalhoub abre mão de uma perspectiva que se detenha na singularidade que seu estudo aponta: a de uma outra concepção de história em Machado de Assis. O que separa o autor de “Mariana” do de “Lucinda – a mucama”, ambos favoráveis à emancipação, é simplesmente a conjuntura política.²²⁰ Macedo escreveu seus “quadros da escravidão” em 1869, quando o país era governado por um gabinete conservador, obstinado em barrar qualquer lei abolicionista. Seu romance, verdadeira peça de propaganda, desenhada para ganhar corações e mentes de escravocratas, exprime “a disposição de lutar contra aquilo que se percebia como o abandono dos projetos de emancipação que vinham sendo discutidos havia três ou quatro anos”.²²¹ Machado, por sua vez, criou a história de Mariana em janeiro de 1871, quando um gabinete francamente abolicionista havia ascendido ao poder e

²¹⁷ *Idem*, p. 196.

²¹⁸ *Idem*, p. 200.

²¹⁹ *Idem*, p. 162.

²²⁰ O juízo é hipotético, mas à falta de outro, assume lugar de explicação: “os textos talvez expressem as diferentes conjunturas políticas em que foram escritos”. *Idem*, p. 163.

²²¹ *Idem*, *ibidem*.

todo o país estava na expectativa da abertura dos trabalhos legislativos. Seu conto, ao fechar com senhores espantosamente céleres em esquecer o sofrimento causado aos escravos, transmitia, argumenta Chalhoub, a mensagem de que era inútil tentar mudar a mentalidade senhorial. Para que houvesse alguma modificação nas relações escravistas, era indispensável a intervenção do Estado.²²²

Não somente a singularidade não é examinada: ela dissolve-se no contexto. A explicação não sublinha a distinção antes evidenciada entre as concepções políticas derivadas das duas histórias, preferindo mencionar seu posicionamento no debate imediato acerca de uma primeira lei abolicionista no Brasil. Além disso, seguindo-se rigorosamente o raciocínio proposto, é de se supor que outro escritor que, em janeiro de 1871, elaborasse uma representação literária do mundo que a escravidão criou, o fizesse nos mesmos termos de Machado de Assis: sugerindo a necessidade de interferência estatal no domínio privado das relações escravistas. A não ser que se tratasse de um literato escravista – nesse caso, sua representação seria conforme à de José de Alencar, cujos romances são igualmente tomados como testemunhos do momento político em que foram escritos.²²³

Ao lado da referência ao contexto, o próprio percurso explicativo anula qualquer desvio potencial da concepção de história, porque depende, em primeiro lugar, de uma normalidade da literatura machadiana. Seja conservador ou liberal, escreva sob uma conjuntura pró ou anti-abolicionista, o fato é que qualquer escritor do século XIX concebe a literatura como arena de luta política, como veículo para a expressão de uma visão de sociedade. Como escritor, Machado de Assis faz o que qualquer escritor faz. Sua diferença, se não é a do momento histórico, é a da experiência pessoal. Daí a investigação do seu exercício funcional no Ministério da Agricultura, iniciado em 1873. Se Machado figurou em seus livros a ideologia senhorial e o comportamento que ela impunha aos dependentes, bem como a crise daquela pela ação destes, é porque vivenciou de perto a experiência histórica que se associou a tal processo: como funcionário da Seção de Agricultura do Ministério, esteve diretamente envolvido na aplicação da lei de 1871, testemunhando as resistências e fraudes dos proprietários e laborando em favor da liberdade – como provam os despachos que deu.²²⁴ A ruptura operada com as *Memórias Póstumas de Brás*

²²² *Idem*, p. 163-164.

²²³ *Idem*, p. 196-203.

²²⁴ *Idem*, p. 206-240, 271-282. O eixo explicativo é explicitado logo ao início do capítulo: “Em 1873, Machado de Assis tornou-se funcionário do Ministério da Agricultura; a partir de meados de 1876, passou a chefiar a seção desse

Cubas, publicadas em folhetim na *Revista Brasileira* ao longo de 1880 e em livro em 1881, explica-se, por sua vez, por uma conjunção entre experiência pessoal e momento político. Machado elaborava o romance enquanto estavam em curso os debates parlamentares sobre a reforma eleitoral, proposta pelo gabinete do liberal Visconde de Sinimbu. Aprovada em 1881, a nova lei suprimiu a eleição indireta e proibiu o voto dos analfabetos, o que conduziu a uma redução drástica do já minúsculo percentual de eleitores no Brasil. Ao “estado de espírito político” do escritor deve-se o fato de Brás abrir suas memórias com um prólogo “Ao leitor” no qual anuncia dar pouca importância aos leitores, certamente poucos, que seu livro teria. Porque Brás, sendo membro da elite proprietária, agia em literatura como em política. “Barrados os cidadãos da política, restava imaginar uma literatura da qual os leitores estavam excluídos”.²²⁵

Ao aparar as arestas de uma possível distinção do escritor Machado de Assis em relação a outros escritores de sua época, ao reduzir o desvio de uma literatura – o desvio de uma concepção de história – a uma peculiar trajetória individual, Chalhoub não fez mais que demonstrar uma afirmação constante na primeira nota ao primeiro capítulo do livro: “Ao conceber a literatura como modo de ler a história, Machado apenas compartilhava visão bastante comum à época”. Desde o início, abdica-se de insistir em uma novidade na relação história-literatura em Machado de Assis. Pelo contrário, trata-se de comprovar seu pertencimento a sua época. É este pertencimento, aliás, o que autoriza a interpretação do historiador. O lugar da afirmação supracitada assume, por isso, um caráter significativo. Ela está ali, no início, como para responder de antemão às objeções que se possa fazer a uma leitura histórica da obra de Machado de Assis. Qualquer que seja ela, qualquer que seja a minha – parece dizer-nos Sidney Chalhoub –, trata-se de uma leitura pertinente. Mais do que isso, de uma leitura requerida pela concepção de literatura da época do autor de *Helena*, quando era comum conceber a literatura como modo de ler a história.

Neste sentido, merece atenção o fato de, a despeito dessa afirmação inicial, Chalhoub ainda julgar necessário ancorar sua leitura no próprio escritor. Uma análise sócio-histórica da

ministério encarregada de estudar e acompanhar a aplicação da lei de emancipação. O romancista formou-se e transformou-se ao longo dos anos 1870 em diálogo constante com a experiência de funcionário público e de cidadão. De fato, é possível até mesmo investigar as relações entre a experiência do funcionário e a famosa virada narrativa do romancista, ocorrida entre 1878 e 1880, ou entre *Iaiá Garcia* e *Memórias Póstumas de Brás Cubas*”. *Idem*, p. 138-139. Cabe assinalar que não se trata, aqui, de questionar a validade da interpretação de Chalhoub sobre os impactos, na literatura machadiana, da atuação do escritor como funcionário ou de criticar o que seria uma redução da literatura ao contexto, e sim de demonstrar a sua opção (do historiador) por não se deter em uma singularidade que ele mesmo evidenciava e as maneiras pelas quais tal opção se efetiva.

²²⁵ *Idem*, p. 285-288.

obra de Machado não somente é autorizada ou requerida pela concepção de literatura vigente no século XIX, ela é exigida pela própria compreensão machadiana das relações entre literatura e sociedade. Ao depreender uma interpretação da história do Brasil dos romances e contos de Machado, Chalhoub não estava apenas explorando uma disponibilidade do texto literário, mas respondendo à intenção mesma do escritor. Foi ele quem reivindicou para a literatura o âmbito da realidade, ao proclamar, em 1878: “Voltemos os olhos para a realidade, mas excluamos o Realismo...”. Retomando esse trecho da crítica de Machado a *O primo Basílio*, de Eça de Queirós, Chalhoub confere-lhe um sentido preciso:

Ou seja, a literatura busca a realidade, interpreta e enuncia verdades sobre a sociedade, sem que para isso deva ser a transparência ou o espelho da “matéria” social que representa e sobre a qual interfere. A Machado de Assis, como John Gledson já sugeriu, interessava desvendar o sentido do processo histórico referido, buscar as suas causas mais profundas, não necessariamente evidentes na observação da superfície dos acontecimentos. A representação literária desses sentidos mais cruciais da história exigia uma narrativa mais sinuosa, cheia de mediações e nuances; na experiência do leitor, assim como na do dependente, a verdade não se lhe apresentava tal qual, o sentido dos acontecimentos não era evidente – distanciamento crítico e observação perseverante tornavam-se requisitos básicos.²²⁶

Realidade vira sociedade e, em seguida, sentido do processo histórico, sem que saibamos em que são ancoradas tais equivalências. Seja como for, o que está em jogo nessa afirmação de que o impulso para uma leitura histórica parte do próprio Machado, o que aí se evidencia, é a integração da análise de Sidney Chalhoub a uma tradição da crítica machadiana. É sua filiação a ela o que impede Chalhoub de realmente visualizar a singularidade da concepção de história existente na literatura machadiana. O historiador mesmo o diz: “é verdade que não veria História nenhuma nas histórias de Machado de Assis sem a experiência de ler outros intérpretes dele. [...]. Refiro-me, principalmente, a John Gledson e a Roberto Schwarz”.²²⁷ Há uma história que só se torna visível a partir do contato com certa crítica e suas interpretações sobre a relação entre literatura e sociedade brasileira em Machado de Assis. Mas, como se verá, essa visibilidade se alcança sob o preço de se apagar uma perturbação da concepção de literatura em Machado. E o que assim também se apaga é a singularidade de uma concepção de história. A fim de compreendê-lo, faz-se necessário entender o que está em questão na emergência da noção moderna de literatura e as relações que ela entretém com a política e a história.

²²⁶ *Idem*, p. 92-93.

²²⁷ CHALHOUB, Sidney. *Op. cit.*, 2003, p. 13.

2.2. Literatura, revolução estética e concepção de história

O conceito de literatura, tal como o utilizamos atualmente, é de fato muito recente. Uma consulta ao *Dicionário Filosófico*, de Voltaire, permite-nos constatar a diferença. Ali, o autor do *Cândido* explica que a literatura corresponde, nos Modernos, àquilo que os Antigos denominavam “gramática”: ela “designa em toda a Europa um conhecimento das obras de gosto, uma tintura de história, de poesia, de eloquência, de crítica”. No século XVIII, a palavra “literatura” correspondia, pois, a um saber dos letrados, àquilo que lhes permitia julgar e apreciar as belas-letas, as artes da poesia e da eloquência.²²⁸

No século XIX, literatura já não designa um saber, e sim o objeto daquele saber. Ela se torna a arte dos escritores, a atividade daquele que escreve. O conceito parece se impor, pois, por um simples deslizamento lexical, ao qual se ligaria apenas uma mudança de nome e de ponto de focalização. Ao que antes se chamava belas-letas, passa-se a dar o nome de literatura; à ênfase no saber do apreciador sucede o interesse pelo conhecimento da peculiaridade do escritor. E assim, da Grécia Antiga à atualidade, todas as obras de arte da língua passam a integrar o patrimônio da literatura mundial: uma tragédia de Sófocles, como a epopéia camonianiana ou um romance de Victor Hugo – diferentes textos que compartilham de uma mesma natureza, a literária.²²⁹

Mas é preciso não se deixar levar por esses atos de interpretação retrospectiva, que vão fazer dos saberes retóricos e dos gêneros poéticos, como dos romances modernos, elementos de um mesmo conjunto, sempre apto a receber os mais variados tipos de obras da linguagem escrita. A literatura “não é aquilo que sucede as belas-letas, porém aquilo que as suprime”. É somente no momento em que o sistema das belas-letas é arruinado que a literatura torna-se nomeável como a atividade daqueles que escrevem.²³⁰

O sistema das belas-letas e das belas-artes, sistema poético ou representativo das artes, assenta-se em quatro princípios. O primeiro é o princípio da ficção, estabelecido por Aristóteles no primeiro capítulo da *Poética*: “O que faz a essência de um poema [...] é [...] que ele é uma imitação, uma representação de ações”. Ou seja, o poema, no sistema representativo, não se

²²⁸ In: RANCIÈRE, Jacques. De la représentation à l’expression. In: *La parole muette*: essai sur les contradictions de la littérature. Paris: Hachette, 2005a, p. 09.

²²⁹ RANCIÈRE, Jacques. A literatura impensável. In: *Políticas da Escrita*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995, p. 25-26.

²³⁰ *Idem*, p. 26.

define por ser um modo da linguagem, mas sim uma história.²³¹ É este princípio que funda a generalidade da poética como norma das artes em geral e torna possíveis as comparações entre as artes – tão comuns desde a promoção teórica da pintura, no Renascimento, até Lessing e o seu *Laocoonte*.²³²

O segundo princípio é o princípio do gênero. Além de se anunciar como tal, a ficção deve ser conforme a um gênero. E o que o define é a natureza do que é representado, do que é tema da ficção. Princípio estabelecido, também ele, pela *Poética* de Aristóteles: “o gênero de um poema – epopéia ou sátira, tragédia ou comédia – liga-se em primeiro lugar à natureza do que ele representa”. Epopéia para os heróis, tragédia para os nobres, comédia ou sátira para a plebe. A existência dos gêneros é indissociável de uma escala de valores que lhes define uma hierarquia, conforme o valor do objeto que se resolve representar. Os imitadores de maior valor escolhem representar as ações admiráveis dos grandes: fazem-se poetas épicos ou trágicos. Os de menor virtude escolhem contar as pequenas histórias da gente miúda ou censurar os vícios dos seres medíocres: fazem-se poetas cômicos ou sátiros. Da mesma maneira, as pinturas históricas, obras dos grandes mestres, eternizam os atos memoráveis dos homens de glória. Às pinturas de gênero e seus artistas de menor talento cabem a vida dos anônimos.²³³

Determinado pelo sujeito representado, o gênero define modos específicos de sua representação. Configura-se assim um terceiro princípio do sistema representativo: o princípio de conveniência. Ele impõe ações e discursos adequados à natureza do sujeito, correspondentes ao gênero ao qual ele filia o poema. Se se preferiu tratar de reis ao invés de pastores, e assim se escolheu um gênero ao invés de outro, deve-se saber discernir de que maneira tais personagens devem falar e que ações e comportamentos se lhes pode atribuir. Também aqui Voltaire é elucidativo. Em seus *Comentários sobre Corneille*, os problemas que aponta nas obras do poeta dizem sempre respeito à não-conveniência. Assim, *Théodore* é criticada porque, embora tragédia, possui intriga própria à comédia: um jovem que não quer a mulher que lhe oferecem e que ama uma outra que não quer saber dele. Em *Pulchérie*, Martian fala antes como um velho pastor que como um velho capitão, nos versos em que declara seu amor. Não se trata, certamente, de um problema de cor local ou de reprodução fiel, mas de verossimilhança ficcional. Que um capitão

²³¹ RANCIÈRE, Jacques. *Op. cit.*, 2005a, p. 20.

²³² Para uma discussão sobre a promoção social das artes – que fez com que elas se submetessem às regras poéticas da *inventio*, da *dispositio* e da *elocutio* – e o paralelo das artes, ver LICHTENSTEIN, Jacqueline. *A pintura – Volume 7: O paralelo das artes*. São Paulo: Ed. 34, 2005.

²³³ RANCIÈRE, Jacques. *Op. cit.*, 2005a, p. 21.

não se diferencie de um pastor, quando apaixonado, não é isto o que está em questão, e sim que um capitão de tragédia não pode falar como um pastor, não é verossímil que o faça. Nesta verossimilhança, encontram-se sobrepostos quatro critérios de conveniência:

é, em primeiro lugar, a conformidade à natureza das paixões humanas em geral; é, em seguida, a conformidade aos caracteres ou costumes de tal povo ou de tal personagem, tal como os bons autores nos fazem conhecê-los; é, depois, o acordo com a decência e o gosto que convêm aos nossos costumes; é, enfim, a conformidade das ações e palavras com a lógica mesma das ações e caracteres próprios a um gênero.²³⁴

Não é, porém, a estrita observância das regras o que garante a perfeição do poema. É antes a atuação do gênio que sabe articular essas quatro conveniências – natural, histórica, moral e convencional – em uma só, ordenando-as segundo o mais adequado em cada caso preciso. Assim, em seu *Britannicus*, Racine nos mostra um imperador, Nero, em uma atitude que, dizem os gramáticos, não convém absolutamente a um imperador, que não convém a uma tragédia: escondido, a fim de surpreender uma conversa amorosa. Ora, só há nisso uma falta para aqueles que não leram Tácito e são por conseguinte incapazes de sentir que aquela situação é um retrato fiel da corte de Nero, tal como o historiador nos a dá a conhecer. Sim, a conveniência é, antes de tudo, algo que se sente. É o prazer proporcionado o que atesta a sua presença. E isto porque este terceiro princípio da poética representativa repousa sobre uma harmonia entre três personagens: o autor, o personagem representado e o espectador da representação. Uns e outros são homens da palavra bela e atuante, homens que agem pela palavra. Os primeiros espectadores de Corneille ou de Racine não são um simples público de homens e mulheres quaisquer, mas gerais, pregadores e magistrados, que ali vão se instruir a falar dignamente. São eles, em primeiro lugar – e não os literatos, isto é, os gramáticos – que são aptos a asseverar a conveniência, porque são atores da palavra, a palavra é o seu negócio próprio. De maneira que o edifício hierárquico da representação – em que a linguagem se submete à ficção, o gênero ao tema e o estilo aos personagens e situações representados – apenas impõe sua lei por meio de uma relação de igualdade entre o autor, seu personagem e seu espectador. Mas esta relação está ela própria suspensa, como se pode notar, a um quarto e último princípio: o princípio da atualidade. É o

²³⁴ *Idem*, p. 23.

primado da palavra como ato, da performance da palavra, que regulamenta o edifício da representação.²³⁵

“O sistema da representação depende da equivalência entre o ato de representar e a afirmação da palavra como ato”. Este quarto princípio não contradiz o primeiro – segundo o qual o poema é uma ficção e não uma modalidade da linguagem – e sim revela a existência de uma dupla economia do sistema: a autonomia da ficção, cujas atividades próprias são representar e proporcionar prazer, é colocada sob a dependência de uma outra cena de palavra: uma cena da palavra eficaz. Mais do que agradar através de histórias bem-construídas e discursos admiráveis, o poema importa em relação a uma cena “real”, na qual se trata de “ensinar os espíritos, de salvar almas, de defender inocentes, de aconselhar reis, de exortar povos, de arengar a soldados, ou, simplesmente, exceler na conversação em que se distinguem as pessoas de espírito”.²³⁶

O escândalo da nova poética, à qual se liga a emergência da literatura, é a subversão da ordem hierárquica que rege o edifício da representação, “essa república platônica em que a parte intelectual da obra (a invenção do tema) prescreve a sua parte material (a conveniência das palavras e das imagens”. Demonstra-o a crítica de Gustave Planche a *Notre-Dame de Paris*, saída na *Revue de Deux Mondes* em 1838. Ao deplorar a obra de Victor Hugo como um poema de prosa dedicado à pedra, que somente a humaniza sob a condição de petrificar a palavra humana, Planche põe a nu “o coração do escândalo: a ruína da alma e do corpo ligada ao desequilíbrio das partes da alma, a potência material das palavras no lugar da potência intelectual das idéias”. Uma subversão que é a ruína de toda uma cosmologia poética. Em seu lugar, instala-se uma poética nova, que se caracteriza pela subversão de cada um dos princípios do sistema representativo: ao primado da ficção, ela opõe o primado da linguagem; ao princípio genérico, o princípio anti-genérico da igualdade de todos os temas; ao princípio de conveniência, a indiferença do estilo face ao sujeito representado; ao ideal da palavra em ato, o modelo da escrita.²³⁷

O que está em jogo aí é igualmente a emergência de um novo regime de identificação das artes. As artes, ou “a arte” – explica Rancière – não existem sempre, não basta, para tanto, que exista poesia, pintura, escultura, dança, teatro, música. Para que a arte exista, são necessários um olhar e um pensamento que a identifiquem. Tal foi o feito de Aristóteles em relação a Platão, para quem uma estátua, por exemplo, devia ser tomada e apreendida como uma imagem da divindade.

²³⁵ *Idem*, p. 22-25.

²³⁶ *Idem*, p. 25-26.

²³⁷ *Idem*, p. 27-28.

Isso significava abordá-la a partir dessa relação: é possível construir uma imagem da divindade? Tal imagem é falsa ou verdadeira? Qual o seu valor? No regime platônico, nota-se, não existe propriamente arte. Existem seres, as imagens, avaliados a partir de questões sobre a sua validade ou o seu efeito sobre os indivíduos e a forma de ser da comunidade. É em função disso que Rancière propõe chamar esse regime de indistinção da arte de regime ético das imagens.²³⁸

Aristóteles, por seu turno, individualiza as artes, torna-as visíveis enquanto tais, ao identificá-las no par *poiesis/mimesis*. Se, para Platão, não há arte, apenas artes, isto é, maneira de fazer, Aristóteles isola no domínio geral das artes (das maneiras de fazer) artes particulares que executam coisas específicas: imitações. “É o *feito* do poema, a fabricação de uma intriga que orchestra ações representando homens agindo, que importa, em detrimento do *ser* da imagem, cópia interrogada sobre seu modelo”. Esse princípio de delimitação de um domínio das artes é indissociável de um princípio normativo de inclusão: não apenas se definem as artes como maneiras de fazer que executam imitações como, ato contínuo, estabelecem-se maneiras de fazer e de apreciar imitações bem-feitas – os princípios de gênero, conveniência e atualidade, vistos anteriormente, respondem por tais normas. Compreende-se assim a razão de esse regime ser denominado representativo: é a noção de representação ou de *mimesis* que organiza essas maneiras de fazer, de ver e de julgar. Mas, alerta Rancière, a *mimesis* não é a lei que obriga as artes a executar cópias parecidas com seus modelos. “Não é um procedimento artístico, mas um regime de visibilidade das artes. Um regime de visibilidade das artes é, ao mesmo tempo, o que autonomiza as artes, mas também o que articula essa autonomia a uma ordem geral das maneiras de fazer e das ocupações”.²³⁹

Em outras palavras – e aqui se explicitam, além do interesse e da originalidade do pensamento rancieriano sobre a arte, seu valor para a análise da literatura machadiana –, um regime de arte é não só um regime de identificação e de pensamento da arte como também uma forma de inscrição do sentido da comunidade. As formas artísticas tal como definidas no interior de um certo regime “revelam-se comprometidas de saída com um certo regime da política”. Tal indissociabilidade compreende-se, por sua vez, a partir da reflexão rancieriana sobre a política – de que já foram avançados alguns traços.²⁴⁰

²³⁸ RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: EXO experimental org.; Ed. 34, 2005b, p. 28-29; RANCIÈRE, Jacques. *Malaise dans l'esthétique*. Paris: Galilée, 2004b, p. 15, 43.

²³⁹ RANCIÈRE, Jacques. *Op. cit.*, 2005b, p. 30-32.

²⁴⁰ *Idem*, p. 18.

Para Rancière, a política, como a arte, não está dada. Ela não se confunde com as instituições do poder ou com a luta pelo poder. Ela diz respeito ao comum da comunidade, à maneira como esse comum se presta à participação. Diz respeito a uma certa partilha do sensível. Uma partilha do sensível é uma configuração da comunidade que “fixa, ao mesmo tempo, um *comum* partilhado e partes exclusivas”. As partes delimitam-se em função do lugar ocupado, do espaço e do tempo da atividade que se exerce. E é esse próprio de cada um, essa parte exclusiva, que define quem pode tomar parte no comum da comunidade, quem pode ver e ser visto, ouvir e ser ouvido na cena pública. “Assim, ter esta ou aquela ‘ocupação’ define competências ou incompetências para o comum. Define o fato de ser ou não visível num espaço comum, dotado de uma palavra comum, etc.”. Na base da política há, portanto, uma estética,

Um recorte dos tempos e dos espaços, do visível e do invisível, da palavra e do ruído que define ao mesmo tempo o lugar e o que está em jogo na política como forma de experiência. A política ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades do espaço e dos possíveis do tempo.²⁴¹

A política advém nos raros momentos em que se produz uma reconfiguração da partilha do sensível, redistribuindo-se os lugares e introduzindo-se, no comum da comunidade, sujeitos e objetos novos, tornando visíveis os que não o eram, fazendo ouvir como falantes aqueles que se considerava incapazes de possuir a palavra comum.²⁴²

É em função dessa estética primeira que as práticas artísticas e as formas de visibilidade da arte “fazem política”: elas intervêm na partilha do sensível, na distribuição dos lugares e das identidades. A condenação platônica dos poetas funda-se, antes de tudo, na impossibilidade de que se faça duas coisas ao mesmo tempo. O poeta introduz a desordem do duplo na vida da comunidade. Esse duplo que Platão condena ao afirmar que o trabalhador não tem tempo de estar em outro lugar que o do seu trabalho. Este outro lugar é, certo, a assembléia do povo. A “ausência de tempo” é o veto que o impede de tomar parte no comum, a partilha do sensível que assimila o espaço-tempo de sua atividade ao estrito âmbito privado, é a condenação da democracia. A cena do teatro, como a assembléia do povo, “embaralha essa partilha das identidades, atividades e ocupações”: aí o poeta fala com outra voz que não a sua própria, o ator encarna uma personalidade que não a sua própria. O princípio de uma comunidade bem

²⁴¹ *Idem*, p. 16-18.

²⁴² RANCIÈRE, Jacques. *Op. cit.*, 2004b, p. 38.

organizada, da vida orgânica da comunidade, que Platão quer fundar, é o de que cada um não faça senão o que lhe é próprio, não ocupe senão o lugar que sua função lhe destina. É desta maneira que Aristóteles, mesmo sem ter tido a intenção de fazê-lo, altera a politicidade da cena trágica: ao transformar a *mimesis* em técnica, ele estabiliza a exceção artística. O poeta assume um lugar próprio na comunidade e a tragédia é circunscrita em uma lógica de gêneros. Assim, de portadora da síndrome democrática, a cena trágica passa, no sistema clássico da representação, “a cena da visibilidade de um mundo em ordem, governado pela hierarquia dos temas”.²⁴³

Ao se contrapor a esse sistema, o regime estético das artes não apenas redefine as artes como funda uma comunidade nova. Ao substituir o plural das artes pela arte no singular e liberá-la de qualquer regra específica, ele pressupõe uma outra partilha do sensível, um outro modo de ser da comunidade. “Estética” não é, portanto, para Rancière, o nome de uma disciplina, uma teoria geral da arte ou do gosto. Ela remete ao novo modo de ser sensível dos objetos da arte, que deixam de ser pensados como o resultado de uma técnica. Frente a uma obra, já não se trata de julgar sua adequação a critérios pré-definidos, de verificar sua exata correspondência às regras que comandam sua execução, mas sim de contemplar a sua singularidade. O isolamento das obras no espaço dos museus e sua correlata criação de um público novo, indiferenciado, no lugar dos destinatários específicos das artes representativas, é próprio desse regime. O “pulo para fora da *mimesis*”, que o caracteriza, não é, por conseguinte, a recusa da figuração. É a afirmação da absoluta singularidade da arte e a destruição de qualquer critério pragmático dessa singularidade. O regime estético das artes “funda, a uma só vez, a autonomia da arte e a identidade de suas formas com as formas pelas quais a vida se forma a si mesma”.²⁴⁴

É assim que se torna possível relacionar, como Hegel o faz, a história das formas da arte à história das formas do espírito. Ou conceituar a arte como a identidade de um processo consciente e de um processo inconsciente (Schelling). Ou, ainda, considerar a literatura em suas relações com as instituições sociais (Madame de Staël). O sistema representativo das artes supunha, ao individualizar as artes, uma separação entre o mundo das imitações da arte e “o mundo dos interesses vitais e das grandezas político-sociais”.²⁴⁵ Ele não estabelecia qualquer relação entre as obras e a vida ordinária, entre a arte e um certo momento da história de um povo. Com sua lógica normativa, ele tomava as obras no interior de um círculo de produtores e

²⁴³ *Idem*, p. 38, 40. RANCIÈRE, Jacques. *Op. cit.*, 2005b, p. 17, 24-25, 64-65.

²⁴⁴ *Idem*, p. 32-34, 36-37.

²⁴⁵ *Idem*, p. 23.

destinatários autorizados que as percebiam, classificavam e julgavam em função do que elas deveriam ser. Era em relação a esse círculo, que separava aqueles a quem elas concerniam daqueles a quem elas não concerniam, que as artes eram tomadas.²⁴⁶ A ruína desse modo de pensamento está em jogo quando ao invés de se ocupar com o que a obra deve ser para agradar seus juízes autorizados, considera-se que ela “é o que deve ser enquanto língua do espírito de um tempo, de um povo ou de uma civilização” e se a torna disponível para o olhar, a leitura, a apreciação de qualquer um.²⁴⁷

Com efeito, “a revolução estética é, antes de tudo, a glória do *qualquer um*”. Se suprime a divisão entre uma humanidade “artística” e uma “não-artística”, criando um público indiferenciado, é que ela suprime a lógica hierárquica dos gêneros e promove qualquer pessoa ou coisa vil ao templo da arte.²⁴⁸ Nada mais significativo, quanto a isso, que o fato de a literatura ter-se dado como próprios os gêneros desprezados do romance e da poesia lírica. Pois não obstante as tentativas de fundar sua especificidade frente aos gêneros antigos, o fato é que um gênero não o é se não for estritamente determinado por um tema. E o romance é um gênero sem gênero, uma forma desprovida de qualquer princípio de apropriação, que acolhe indiferentemente, por considerar igualmente interessantes, os adultérios da filha de um camponês (*Madame Bovary*) e os amores de uma princesa cartaginesa (*Salammô*).²⁴⁹

Igualmente interessantes. A revolução estética, afirmação da igualdade de todos os temas, reconfigura a partilha do sensível própria ao sistema representativo, cuja ordem artística hierárquica era análoga à ordem político-social. A essa lógica que coloca cada coisa em seu lugar – a cada tema, o seu gênero; a cada tipo de sujeito, o modo de discurso conveniente – a estética opõe-se então como “o pensamento da desordem nova”. Ora, o regime da igualdade e da desordem não é outro senão a democracia. A democracia é o regime no qual a fratura das identidades e dos lugares instaura a igualdade de todo ser falante com todo ser falante. É o regime no qual os trabalhadores estão desordenadamente onde não deveriam estar, rejeitando a divisão entre pensamento e trabalho, intelecto e sensação, razão e paixão, sobre a qual se assenta a lógica da dominação social.

²⁴⁶ Uma divisão que Voltaire, sempre ele, evidencia: “O homem de gosto [...] tem outros olhos, outras orelhas, outro tato que o homem grosseiro”. RANCIÈRE, Jacques. *Op. cit.*, 2004b, p. 17-18, 22-24.

²⁴⁷ RANCIÈRE, Jacques. *Op. cit.*, 2005a, p. 47-48.

²⁴⁸ RANCIÈRE, Jacques. *Op. cit.*, 2005b, p. 47-48.

²⁴⁹ RANCIÈRE, Jacques. *Op. cit.*, 2005a, p. 28-29.

E sobre a qual também se assenta, como o vimos, a concepção de história dos historiadores brasileiros do século XIX, também eles ciosos de que o povo não esteja em outro lugar que o da reprodução dos seus modos de vida. No capítulo anterior, discutiu-se como o cinema é a arte de um tempo dominado pela história em seu sentido moderno. O cinema, diz-se então, não faz distinção entre grandes e pequenos. Ele toma ilustres e anônimos juntos, ele os torna iguais. Acontece que o cinema como arte só é possível depois da literatura. Para que ele possa dar visibilidade ao anônimo, é preciso que seja reconhecido como arte, que seu tema seja considerado um tema da arte. Ora, a promoção dos anônimos é o que caracteriza propriamente o regime estético das artes, cujo momento inaugural é a literatura. Que o anônimo (as massas ou o indivíduo anônimo) “seja não só capaz de se tornar objeto da arte, mas depositário de uma beleza específica” é, antes de tudo, um programa literário.²⁵⁰ A literatura supõe, pois, uma outra concepção de história, por possuir uma solidariedade constitutiva com a banalidade democrática. “A absolutização do literário, escreve Rancière, fica no mesmo nível do advento aleatório do anônimo”.²⁵¹

Uma solidariedade que foi enfatizada também por Jacques Derrida:

Aconteceu-me com frequência [...] insistir sobre a necessidade de distinguir entre a literatura e as belas-letras ou a poesia. A literatura é uma invenção moderna, inscreve-se em convenções e instituições que, para não reter senão estes traços, lhe asseguram em princípio o *direito de dizer tudo*. A literatura liga assim o seu destino a uma certa não-censura, ao espaço da liberdade democrática (liberdade de imprensa, liberdade de opinião, etc.). Não há democracia sem literatura, não há literatura sem democracia.²⁵²

Princípio de igualdade de qualquer representável e “direito de dizer tudo”. Deter-se sobre a invenção da literatura permite-nos colocar em outros termos a relação entre concepção de literatura e concepção de história. Em lugar de se interessar pelas possíveis figurações da estrutura social e dos movimentos da história brasileira encontráveis na literatura machadiana, trata-se então de investigar como ela se colocou frente a estes dois princípios literários que são também, indissociavelmente, princípios de uma outra partilha do sensível, própria de um tempo em que todos – e qualquer um – são pensados como contribuindo com a tarefa de “fazer a história”.

²⁵⁰ RANCIÈRE, Jacques. *Op. cit.*, 2005b, p. 45-49.

²⁵¹ RANCIÈRE, Jacques. *Op. cit.*, 1995, p. 15.

²⁵² In: BAPTISTA, Abel Barros. *Autobiografias: solicitação do livro na ficção de Machado de Assis*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003b, p. 186.

2.3. Literatura brasileira, nacionalismo literário e Machado de Assis

O que nos conduz ao momento inaugural da literatura brasileira, porque aí se decidiu a sua singular relação com aqueles dois princípios. Uma relação que, posta sob ameaça na literatura de Machado de Assis, engendrou a tradição da crítica machadiana à qual Sidney Chalhoub se filia.

Com Rancière, vimos que é somente a literatura, entendida como tal, que se supõe ser “a língua do espírito de um povo, de um tempo ou de uma civilização”. Ou, na formulação de Abel Barros Baptista, cuja argumentação aqui seguimos, a noção moderna de literatura articula uma dimensão estética e uma dimensão institucional e social. É próprio da literatura um impulso da modernidade, isto é, “a procura de uma realidade exterior à poesia capaz de sustentar a recusa do passado e satisfazer a paixão do novo e do começo radical”.²⁵³ No Brasil, a constituição da literatura encontra o momento da Independência política, o começo do Brasil enquanto nação independente. “A literatura fundava-se, afirmando uma aventura literária original, e acompanhava, numa coincidência de destinos, a fundação do país, também ele diferente e original”.²⁵⁴ Isto fez com que os românticos brasileiros vivessem o seu romantismo de acordo com o presente, diferentemente do que ocorreu na Europa. Para ser nacional, a literatura brasileira precisava orientar-se para as exigências do presente, para a invenção da nação. De maneira que a consciência da modernidade assumiu no Brasil a consciência da nacionalidade. Neste sentido, diz Baptista, o principal mérito do romantismo brasileiro não foi a criação de um programa de nacionalização literária, mas sim a fundação da “literatura brasileira enquanto projeto moderno”.²⁵⁵ Ao fazê-lo, por seu encontro com a Independência política, o romantismo foi buscar no exterior da tradição literária européia, além de no exterior da literatura, o fundamento e a finalidade para a construção de uma literatura nacional. A questão é que, com isso, a originalidade e a diferença do Brasil tornaram-se garantes da originalidade e da diferença da literatura brasileira. O romantismo definiu, assim, uma solidariedade obrigatória entre literatura brasileira e uma concepção de Brasil, isto é, obrigou “o destino da literatura a depender

²⁵³ BAPTISTA, Abel Barros. O episódio brasileiro. In: *A formação do nome: duas interrogações sobre Machado de Assis*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003a, p. 28. Baptista é professor de literatura brasileira na Universidade Nova de Lisboa e deteve-se na obra machadiana também em *Autobiografias*, op. cit., que apareceu em seu país de origem em 1998. *A formação do nome* foi originalmente publicado, em Portugal, em 1991, sob o título *Em nome dos apelos do nome*.

²⁵⁴ *Idem, ibidem*.

²⁵⁵ *Idem*, p. 29.

do processo de interpretação do Brasil”, sob pena de se perder qualquer critério seguro de aferição da especificidade nacional da literatura brasileira. E foi antes pela imposição dessa lei da nacionalidade literária, mais que por sua resposta particular a ela, que o romantismo marcou a literatura brasileira. Ele “instala a questão nacional como centro de gravidade da reflexão literária, torna ilegítima toda a tendência para encarar a possibilidade de a literatura resistir ao Brasil”. Impõe a ameaça de que ou há literatura nacional, expressão de um caráter nacional – independentemente de como se o interprete no momento – ou não há literatura brasileira.²⁵⁶

A literatura funda-se no Brasil marcada, portanto, por essa especificidade: sua subordinação a um princípio de identidade nacional. O que significa que o “direito de dizer tudo” sofre aqui, de saída, uma restrição. A literatura brasileira deve falar da realidade brasileira ou desaparecer, tornar-se indistinguível enquanto literatura autônoma.

Machado de Assis foi quem melhor comprovou a existência dessa lei nacionalista. Não porque tenha a ela se submetido, mas porque ele, o maior escritor brasileiro, passou por havê-la desconsiderado. Ao contrário de outros escritores brasileiros de sua época, Machado produziu uma obra em que não se percebe a existência da realidade brasileira nos moldes definidos pelo projeto romântico. Ao contrário de outros escritos brasileiros de sua época, não fundou sua literatura em uma idéia do Brasil ou estabeleceu, como José de Alencar em seu “Bênção paterna”, uma harmonia sem falhas entre seus romances e a diferenciação histórica e regional do país. E obrigou assim sua fortuna crítica a um esforço sempre renovado de provar a presença da realidade brasileira em sua literatura.²⁵⁷ Assim se constituiu a tradição cuja herança foi reivindicada por Sidney Chalhoub: a da crítica nacionalista. Ela transformou a acusação do pouco brasileiro em um erro, derivado da má compreensão – ou da má leitura – da obra e/ou da nacionalidade literária.

Afinal, argumentaram os primeiros críticos empenhados em desfazer o “equivoco”, as próprias circunstâncias da vida do romancista impeliaram-no ao nacionalismo literário. Em 1949, em seu *Introdução a Machado de Assis* – tido por Antonio Candido como “uma das interpretações mais maduras” da obra machadiana²⁵⁸ –, Barretto Filho descreve o escritor como “filho do povo”, cuja força secreta e “poder de comoção sobre a nacionalidade vem de uma

²⁵⁶ *Idem*, p. 30-32.

²⁵⁷ *Idem*, p. 32-33.

²⁵⁸ CANDIDO, Antonio. Esquema de Machado de Assis (1968). In: *Vários Escritos*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: Duas cidades, p. 21.

impregnação poderosa e demorada de elementos populares, e das suas constantes tradicionais”.²⁵⁹ Dez anos antes, Mário Casassanta escrevia que Machado, originário das classes modestas “que constituem o proprio cerne da nacionalidade”, era “nacional por nascimento, nacional por condição, nacional pelo meio, nacional pela escola”. Além disso, nascera em um momento (1839) marcado pelo esforço das elites letradas em fundar a nossa nacionalidade literária e pertencera a uma geração cujos membros – Casimiro de Abreu, Fagundes Varela, Junqueira Freire, Visconde de Taunay, Franklin Dória – poetaram e prosearam bem brasileiroamente.²⁶⁰ Machado não podia escapar à sua classe e à sua época. “Mestiço brasileiro bem representativo, de alma, sangue e cultura, [...] não podia fugir à moldagem do meio em que nasceu e viveu, e por isso é e foi um escritor bem brasileiro” – formula-o expressamente Afrânio Coutinho.²⁶¹ Não podia e não fugiu. Seus posicionamentos políticos e apreciações artísticas provam-no suficientemente.²⁶² – Aqui, como em Sidney Chalhoub, a trajetória pessoal do escritor serve de esteio para uma leitura de sua obra, revelando que um tal procedimento possui uma história mais antiga, quiçá intrínseca à crítica nacionalista.

Seja como for, demonstrar o nacionalismo do cidadão e do homem de letras Machado de Assis não cumpre toda a tarefa, sobretudo se o engajamento diz respeito às décadas de 1850 e 1860, período muito anterior à publicação dos romances realmente notáveis de Machado, os da dita segunda fase. É mister apontar a maneira segundo a qual o nacionalismo se faz presente nessas obras em que o programa romântico brilha pela ausência.

Uma corrente tratou de mostrar que, embora faltassem índios e natureza americana ou tipos e modos de vida regionais, havia na literatura de Machado de Assis o retrato completo do Brasil do Segundo Império. O crítico marxista Astrojildo Pereira foi o grande nome dessa vertente, tendo defendido pioneiramente, em 1939, a imagem de um Machado de Assis “romancista do Segundo Reinado”, de um escritor cuja obra é plena de referências a acontecimentos históricos e tipos sociais da época: a escravidão e a abolição, a Guerra do Paraguai, a questão religiosa, a proclamação da República, o encilhamento, “políticos militantes, deputados, candidatos, publicistas, os quais expõem e debatem os problemas de mais agudo

²⁵⁹ BARRETTO FILHO, José. *Introdução a Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Agir, 1980, p. 26.

²⁶⁰ CASASSANTA, Mário. Machado de Assis, escritor nacional. In: *Machado de Assis* (conferências). Rio de Janeiro: Federação das Academias de Letras do Brasil; F. Brigueit e Cia. Editores, 1939, p. 146, 148-152.

²⁶¹ COUTINHO, Afrânio. Machado de Assis na literatura brasileira (1960). In: *Machado de Assis na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1990, p. 48.

²⁶² CASASSANTA, Mario. *Op. cit.*, p. 152-153.

interesse para a opinião pública”.²⁶³ Consoante sua filiação teórica, Astrojildo Pereira postulou a existência de uma relação íntima entre a obra machadiana e o “sentido da evolução política e social do Brasil”, tornando-se assim o precursor reivindicado da tradição de análise sócio-histórica da literatura de Machado de Assis.²⁶⁴ Segundo ele, o escritor teria retratado em seus romances a vigência e a dissolução de uma concepção patriarcal de família, bem como as mudanças na percepção social da escravidão até a perda de legitimidade que conduziu à abolição – indicativas ambas da passagem do tipo patriarcal ao tipo burguês de civilização.²⁶⁵

Motivados principalmente pelo desejo de questionar a tese do absentismo político de Machado de Assis, não raro acusado de ter sido um espectador desinteressado de sua época, Brito Broca e Raymundo Magalhães Júnior não deixaram de contribuir para a consolidação da imagem construída por Astrojildo Pereira.²⁶⁶ Vinte anos mais tarde, em 1974, Raymundo Faoro escreveu um volumoso livro, que pareceu encerrar de vez a polêmica: não somente há notação local na literatura machadiana, como ela é abundante e permite acompanhar a passagem, no Brasil, de uma sociedade estamental para uma sociedade de classes.²⁶⁷

Entretanto, como bem observou Roberto Schwarz, essa posição tem contra si a percepção de que a notação local ocupa um lugar secundário em uma obra cujo interesse maior residiria na análise de sentimentos e comportamentos que são do homem, antes de ser do brasileiro.²⁶⁸ Podiam “ser situados tanto em Minas como na Tartária”, teria dito João Ribeiro dos romances machadianos. Em resposta a essa crítica, constituiu-se a tese de que Machado é brasileiro porque é universal e é universal porque é brasileiro. Um de seus adeptos foi Mário Casassanta, para quem o questionamento do caráter nacional de Brás Cubas impunha “demonstrar preliminarmente que a nossa terra é diferente das demais, e que a vida humana não se tece aqui

²⁶³ PEREIRA, Astrojildo. Romancista do Segundo Reinado. In: *Machado de Assis: ensaios e apontamentos avulsos*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991, p. 14.

²⁶⁴ Sidney Chalhoub cita-o na mencionada primeira nota de *Machado de Assis historiador*: “A tradição de interpretar os sentidos históricos da obra machadiana é evidentemente mais antiga [que os trabalhos de John Gledson e Roberto Schwarz], basta lembrar Astrojildo Pereira, *Machado de Assis: ensaios e apontamentos avulsos*”. CHALHOUB, Sidney. *Op. cit.*, 2003, p. 293.

²⁶⁵ *Idem*, p. 14-36.

²⁶⁶ BROCA, Brito. *Machado de Assis e a política e outros estudos*. Rio de Janeiro: Organização Simões Editora, 1957. Raymundo Magalhães Júnior foi grande pesquisador da obra de Machado de Assis, tendo publicado dezenas de volumes de recolha de textos machadianos, além de estudos sobre o escritor. Em relação à problemática apontada, destaca-se: MAGALHÃES JÚNIOR, Raymundo. *Machado de Assis desconhecido*. Rio de Janeiro: São Paulo: LISA – Livros Irradiantes S.A., 1971, cuja primeira edição é de 1955.

²⁶⁷ FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. 4ª edição revista, São Paulo: Ed. Globo, 2001.

²⁶⁸ SCHWARZ, Roberto. Duas notas sobre Machado de Assis (1979). *Que horas são?: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 167-168.

do bem e do mal de que se faz o tecido da história”.²⁶⁹ Brás Cubas é brasileiro porque os sentimentos universais que exprime têm lugar também entre os brasileiros. Astrojildo Pereira, Barretto Filho, Lúcia Miguel-Pereira, Antonio Candido e outros críticos das décadas de 1940 e 1950 aderiram igualmente a essa explicação do brasileiro de Machado, de que Afrânio Coutinho oferece outra formulação esclarecedora: “Para atingir o universal, há o escritor que ser nacional e popular, pois é no magma de sua região, absorvendo o legado nacional que ele encontra a seiva nutritiva que lhe veicula a grandeza e a universalidade, em uma palavra, a humanidade”.²⁷⁰ Com sua apreensão única e profunda da alma brasileira, Machado atingiu a universalidade.

Ao substituir por um enquadramento social os termos abstratos em que seus predecessores conceberam a dialética entre o universal e o nacional, Roberto Schwarz escreveu, em finais da década de 1970, um novo, decisivo e influente capítulo da crítica nacionalista. Em lugar da representação da alma brasileira, o crítico encontra na literatura machadiana a representação da estrutura social do Brasil oitocentista. Este, aliás – e como não poderia deixar de ser – o seu ponto de partida, exposto no primeiro capítulo de seu primeiro estudo sobre Machado de Assis: a identificação de uma singularidade nacional, com a qual a literatura procurou lidar. Tal singularidade consistia na convivência entre os princípios liberais e a escravidão e o favor.²⁷¹ A posição subordinada do país na ordem capitalista mundial impunha a “ambivalência ideológica da elite brasileira”, dividida entre o ideário liberal, o favor e o chicote, servindo-se de cada um deles conforme lhe fosse conveniente.²⁷² A diferença entre a primeira e a segunda fase de Machado de Assis, argumentou o autor de *Ao vencedor as batatas*, explica-se pelas mudanças na representação dessa “inscrição ‘teratológica’ do país na cena contemporânea”.²⁷³ A primeira fase distinguir-se-ia pela rejeição do escritor à ideologia liberal. Ciente de que o liberalismo e seus dilemas próprios não possuíam inscrição efetiva na vida nacional, Machado teria preferido analisar a situação dos dependentes, examinados em sua relação com a família abastada. A narrativa tinha assim o mérito de ser orientada para a análise da bem brasileira “prática

²⁶⁹ CASASSANTA, Mario. *Op. cit.*, p. 168.

²⁷⁰ COUTINHO, Afrânio. Machado de Assis na literatura brasileira. In: MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Obra completa*. Organizada por Afrânio Coutinho. Volume I. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1997, p. 34.

²⁷¹ SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. In: *Ao vencedor as batatas*: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. 5ª edição (2000), São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2001. 1ª reimpressão, p. 9-31.

²⁷² SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo*: Machado de Assis. 4ª edição, São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000, p. 42.

²⁷³ *Idem*, p. 46.

multiforme e quase universal do paternalismo”.²⁷⁴ Mais que insossas histórias romanescas, *A Mão e a Luva* (1874), *Helena* (1876) e *Iaiá Garcia* (1878) seriam, pois, figurações do lugar dos homens livres na ordem escravocrata brasileira: submetidos à lógica da submissão pessoal, sempre sujeitos à “conduta arbitrária e caprichosa de algum proprietário”.²⁷⁵ Mas, perpassados por um tom conformista, seriam romances “enjoativos e abafados”, dominados por uma intenção civilizadora do escritor, que teria idealizado a família como esfera reparadora das desigualdades sociais e insistido “no respeito e no decoro com o que os conflitos devem se solucionar”.²⁷⁶ Neste sentido, a reviravolta a partir das *Memórias Póstumas de Brás Cubas* – examinada em *Um mestre na periferia do capitalismo* (1990) – teria origem em uma desilusão de Machado com este “paternalismo esclarecido”, o que o conduziria a abandonar a visão moralizante e adotar o ponto de vista do inimigo: nos romances da segunda fase, o narrador é um membro da família abastada. A arbitrariedade da elite brasileira, sua alternância entre os princípios liberais e o favor ou a escravidão, é exposta em toda a extensão de sua destrutividade. O que Machado alcançou pela transformação, em princípio formal, do que era assunto. “As condutas reprováveis (mas não reprovadas)” da elite reaparecem promovidas a procedimento narrativo. Trata-se do princípio da volubilidade do narrador. Seu comportamento esnobe e caprichoso, a recusar critérios que acabara de adotar, a se servir de toda a tradição ocidental para em seguida desprezá-la, é uma estilização do comportamento necessário da elite nacional. “O dispositivo literário capta e dramatiza a estrutura social do país”, sustenta Schwarz.²⁷⁷ O “Romancista do Segundo Reinado” se particulariza em “romancista da desfaçatez das elites brasileiras”. – Sem prejuízo do enraizamento nacional, certo.

Avaliando que Roberto Schwarz havia encontrado a chave para a compreensão da literatura machadiana, John Gledson adotou seu pressuposto de leitura e o desenvolveu em um sentido decisivo para o surgimento da abordagem de Sidney Chalhoub. Para o crítico inglês, cuja obra apareceu em meados da década de 1980, não se tratava apenas de que os romances machadianos retratavam a estrutura social do Brasil da época. Mais do que isso, a própria arquitetura da ficção posterior a 1881 e a sucessão das obras haviam sido pensadas para transmitir uma visão da história do Brasil do Segundo Reinado. Segundo Gledson, “Machado, como muitos

²⁷⁴ SCHWARZ, Roberto. *Op. cit.*, 2001, p. 94.

²⁷⁵ SCHWARZ, Roberto. “Um mestre na periferia do capitalismo” (entrevista). In: *Seqüências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

²⁷⁶ SCHWARZ, Roberto. *Op. cit.*, 2001. p. 87, 93.

²⁷⁷ SCHWARZ, Roberto. *Op. cit.*, 2000, p. 11.

outros romancistas do século XIX, desejava retratar a natureza e o desenvolvimento da sociedade em que vivia”.²⁷⁸ Suas obras da maturidade teriam sido concebidas em obediência a uma visão particular de conjunto, que as fazia funcionar em pares, a fim de que cada um destes abordasse uma etapa do desenvolvimento social e político do país naquele século. No interior de cada par, o primeiro romance traria uma visão mais “panorâmica”, ao passo que o segundo, uma abordagem mais concentrada, focada em um ou dois anos, do processo examinado. Assim, *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1880) e *Casa Velha* (1885), cujas tramas situam-se, respectivamente, entre 1805 e 1869 (com ênfase nas décadas de 1840 e 1850) e em 1839, enfocariam o domínio de uma oligarquia escravista segura de si. *Quincas Borba* (1891) e *Dom Casmurro* (1899), cujos enredos enfatizam o período entre o final da década de 1860 e o início da de 1870, retratariam o período de crise que mais teria fascinado Machado, “quando pela primeira vez se percebeu que ia acabar a escravidão, com uma nova classe comercial, ligada ao capital internacional, representando uma ameaça para o poder tradicional da classe dominante”.²⁷⁹ Finalmente, *Esauí e Jacó* (1904) e *Memorial de Aires* (1908) tratam da história para além de 1871 e objetivariam mostrar a impossibilidade de uma transformação do Brasil que beneficie seu povo.

Aprender, a partir daí, a visão machadiana da história do Brasil passa por compreender as razões do lugar central dos anos de 1867-71 no desenvolvimento da ficção do escritor. Gledson sustenta que, para Machado, se tratou de um momento em que esteve em jogo o próprio destino do sistema social brasileiro, injusto e opressor. E em que as tentativas de transformação fracassaram – as reformas que realmente ocorreram, como a aprovação da Lei do Ventre Livre, não trouxeram as modificações esperadas. E não o fizeram porque – e nisto reside a lição de história do Brasil oferecida pelo autor de *Dom Casmurro* – o país é marcado por

um rígido sistema de classes, baseado na escravidão, que produz uma classe dominante incestuosa, incapaz de renovação vinda dos escalões inferiores [...] e um capitalismo superficial, explorador, com raízes no exterior, incapaz de beneficiar a nação em conjunto, em parte porque esse “conjunto” é uma ficção.²⁸⁰

As semelhanças e diferenças da abordagem de Sidney Chalhoub face às de Roberto Schwarz e John Gledson tornam-se, neste ponto, perfeitamente reconhecíveis. Com o primeiro, o historiador compartilha a visão de que os romances machadianos são representações da estrutura

²⁷⁸ GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 16.

²⁷⁹ *Idem, ibidem*.

²⁸⁰ *Idem*, p. 22.

social brasileira, figurações de um sistema de domínio calcado no paternalismo. Ao contrário de Schwarz, contudo, ele encontra no Machado de Assis da primeira fase, tanto quanto no da segunda, uma perspectiva crítica em relação à ideologia senhorial, desvelada no comportamento perspicaz e político dos dependentes. Do segundo, o autor de *Machado de Assis, historiador* retomou a certeza de que, através de suas obras, o escritor procurou escrever (e mesmo reescrever) a história do Brasil da segunda metade do Oitocentos. Mas, diferentemente de Gledson, Chalhoub estende essa intenção para romances da década de 1870 e, principalmente, avalia que 1871 significou de fato uma mudança – a ruína do paternalismo – e uma mudança causada pela ação conseqüente dos subalternos.

Interessa-nos, contudo, não tanto esse balanço comparatista, mas observar como as tentativas que, desde os anos 1940, se fizeram no sentido de encontrar a história na obra de Machado de Assis supõem, como momento inescapável, o enraizamento de sua literatura em uma concepção de Brasil. A questão sobre uma concepção de história na literatura do maior escritor brasileiro torna-se indistinta da questão de uma concepção de país por ele supostamente expressa. Falar em um *Machado de Assis, historiador* torna-se possível quando já não se discute, já não tem sentido discutir, se Machado de Assis realmente pensou sua literatura como meio de expressão de uma visão de Brasil. Já não tem sentido, porque já não se têm dúvidas de que a resposta é afirmativa. A fórmula de Chalhoub é, a este respeito, significativa. Ao asseverar que Machado “apenas compartilhava de uma visão bastante comum à época”, o historiador diz que Machado pertencia à sua época e diz também que, sendo isto evidente, todo o debate em torno de seu brasileirismo não tinha razão de ser. Diz que bastava conhecer um pouco da concepção de literatura da época para encerrar rapidamente a questão. Só não diz por que, então, o debate arrastou-se por tantos anos, por que todo crítico filiado à tradição nacionalista se sentia (e se sente ainda, mesmo quando sabe, como ele, que o debate é sem sentido) compelido a reafirmar a evidência. Não diz, fundamentalmente, por que é necessário, como ele mesmo o faz, recorrer ao próprio Machado de Assis como garantia; por que é necessário fazer de uma sua intenção o argumento inapelável em favor da leitura empreendida.

É necessário porque somente assim se completa a restituição de Machado à lei nacional. A normalização de sua posição perturbadora não se realiza plenamente a não ser quando se mostra que o vínculo entre sua literatura e o Brasil não é involuntário ou inconsciente, mas fruto de um desejo expresso pelo próprio escritor. Machado anunciou com sua própria voz um projeto próprio

de nacionalismo literário, reivindicou “o melhor do legado romântico – seu sentimento de historicidade – contra a aliança em voga de pitoresco e patriotismo”.²⁸¹

Não é outra a razão da celebridade de um ensaio escrito por Machado em 1873, muito antes dos grandes romances da maturidade, quando sua obra de romancista contava apenas com *Ressurreição* (1872). Trata-se de “Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade”.²⁸² Ele foi convertido na prova definitiva do brasileirismo de Machado, garante último da validade da leitura normalizadora. Considera-se que ali, através de duas ou três passagens decisivas – que a crítica nacionalista cita incansavelmente –, Machado de Assis afirmou em seu próprio nome o compromisso de sua literatura com a originalidade brasileira. O escritor em pessoa se apresentou para dizer que, como outros escritores de sua época, fundou sua obra em uma imagem do Brasil.

De maneira que a crítica nacionalista não faz nada mais que responder ao impulso que move a literatura machadiana. Não há apagamento de um desvio, simplesmente tal desvio não existe. Como outros escritores de sua época, Machado de Assis referendou a restrição constitutiva da literatura brasileira: a que se impõe ao princípio do “qualquer representável” e ao “direito de dizer tudo”.

Acontece que essa certeza se conquista sob o preço de se obstaculizar a compreensão de outras questões em jogo na literatura machadiana. Para impor como único problema legítimo o de demonstrar a presença do Brasil na obra de Machado de Assis, a crítica nacionalista precisa obliterar um compromisso fundamental da literatura machadiana: o compromisso com a própria literatura, com os dois princípios que a distinguem.

Um compromisso que se revela de maneira inequívoca justamente na “Notícia da atual literatura brasileira”. Remetendo a trechos determinados do ensaio, a crítica nacionalista fez dele o fundamento último da validade de sua leitura; converteu-o na exposição machadiana de um projeto próprio de nacionalidade literária. Uma leitura minuciosa evidencia, pelo contrário, que Machado recusou qualquer projeto nacional, isto é, recusou qualquer restrição ao princípio do “qualquer representável” e ao “direito de dizer tudo”, ao mesmo tempo que se recusou a abdicar do compromisso com a construção de uma literatura brasileira. Uma leitura minuciosa evidencia

²⁸¹ SCHWARZ, Roberto. *Op. cit.*, 2000, p. 09.

²⁸² MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. “Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade”. *Obras Completas*. Organizada por Afrânio Coutinho. Volume III. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1997, p. 801-809.

que, por meio dessa dupla recusa, Machado se desviou de sua época. Afirmou o impensável de sua época: a igualdade da indiferença.

Passemos, então, ao célebre ensaio.

2.4. O acontecimento Machado de Assis: uma análise da “Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade”²⁸³

Tratando-se de submeter o texto a uma leitura cuidadosa, o primeiro ponto ao qual conceder atenção é o da linguagem escolhida por Machado de Assis. Falar em “instinto de nacionalidade”, ao se referir à literatura brasileira, não era certamente usual no quadro crítico sobre o problema da nacionalidade. Mas, se a metáfora parece indicar afastamento, o quadro de coisas por ela descrito aparece como bastante familiar, próprio a confirmar a validade da leitura nacional:

Quem examina a atual literatura brasileira reconhece-lhe logo, como primeiro traço, certo instinto de nacionalidade. Poesia, romance, todas as formas literárias do pensamento buscam vestir-se com as cores do país, e não há negar que semelhante preocupação é sintoma de vitalidade e abono de futuro. As tradições de Gonçalves Dias, Porto-Alegre e Magalhães são assim continuadas pela geração já feita e as que ainda agora madrugam, como aquelas continuaram as de José Basílio de Gama e Santa Rita Durão.²⁸⁴

Com sua referência às “cores do país” e a menção de representantes da primeira geração romântica e de nomes da tendência nativista do século XVIII, o primeiro parágrafo parece destinado a apagar qualquer estranhamento gerado pela metáfora do “instinto”. Elas indicariam que o “primeiro traço” da literatura brasileira é a insistência na questão da nacionalidade literária e demonstrariam que o sentido da metáfora é transparente.

Uma impressão reforçada pelo otimismo de Machado em relação à preocupação da literatura brasileira em se “vestir com as cores do país” - preocupação que considera ser “sintoma

²⁸³ A leitura do ensaio machadiano apropria-se, de maneira praticamente integral, da análise proposta por Abel Barros Baptista em “O episódio brasileiro”, primeira parte de *A formação do nome*, op. cit, p. 45-111.

²⁸⁴ MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Op. cit.*, 1997, p. 801.

de vitalidade e abono de futuro”. Otimismo que se apresenta ainda mais inequívoco no trecho seguinte:

Escusado é dizer a vantagem deste universal acordo. Interrogando a vida brasileira e a natureza americana, prosadores e poetas acharão ali farto manancial de inspiração e irão dando fisionomia própria ao pensamento nacional. Esta outra independência não tem Sete de Setembro nem campo de Ipiranga; não se fará num dia, mas pausadamente, para sair duradoura; não será obra de uma geração nem duas; muitas trabalharão até perfazê-la de todo.²⁸⁵

A passagem não deixa margem às dúvidas: Machado esteve de fato muito distante de qualquer indiferença face ao problema da nacionalidade literária. A questão nacional foi também para ele um problema incontornável, a que parece responder, aí, manifestando plena concordância com o projeto vigente de construção da literatura nacional. Encara a originalidade do Brasil – “a vida brasileira e a natureza americana” – como garantia de originalidade da literatura brasileira, que por essa via irá adquirindo “fisionomia própria”. E, além disso, expressa a convicção de que o projeto nacional terminará por se cumprir – certo, exigirá o empenho de várias gerações de poetas e prosadores, mas não há dúvida de que alcançará êxito.

Ao lado dessa verdadeira declaração de fé no projeto nacional, o próprio modo de apresentação da metáfora do “instinto” e da relação que ele faz supor entre “cores do país” e “cor local” corrobora com a leitura normalizadora. Recuperemos a primeira frase do ensaio: “Quem examina o atual estado da literatura brasileira *reconhece-lhe* logo, como primeiro traço, certo instinto de nacionalidade”. Machado apresenta a metáfora dissolvendo-lhe a originalidade, já que sugere que seu texto trata de algo plenamente conhecido: justo aquilo que a metáfora designa, o “primeiro traço”. E quando a menciona pela última vez, ao afirmar: “Meu principal objeto é atestar o fato atual; ora, o fato é o instinto de que falei, o geral desejo de criar uma literatura mais independente”, novamente o faz evocando uma realidade facilmente reconhecível. O ensaio não se apresenta como uma reflexão nova, original, seu objeto é apenas “atestar o fato atual”. O “fato atual”, o “certo instinto de nacionalidade”, tampouco se apresenta aí como um dado que se deva demonstrar. Ele aparece, pelo contrário, como perfeitamente acessível a quem quer que examine o atual estado da literatura brasileira. De maneira que à metáfora não caberia mais que um sentido retórico, expressão entre outras para se referir a um estado de coisas familiar: aquele em que a literatura busca “vestir-se com as cores do país” – que assim não se diferencia, ou não se

²⁸⁵ *Idem, ibidem.*

diferencia ainda, de “cor local”. “Aparece como variante, uma forma entre outras para referir esta última, tal como o ‘instinto de nacionalidade’ será uma forma entre outras para referir o projeto de construção de uma literatura verdadeiramente brasileira”.²⁸⁶

Mas, se, desde o início, o ensaio sugere uma familiaridade garantidora da leitura nacional, é igualmente desde o início que ele fornece elementos para contestá-la. O primeiro deles respeita ao sentido da metáfora do “instinto” e a uma outra relação, por ele suposta, entre “cores do país” e “cor local”.

Retomando-se o início do texto, encontramos uma definição do “instinto”. Machado escreve que:

Quem examina a atual literatura brasileira reconhece-lhe logo, como primeiro traço, certo instinto de nacionalidade. Poesia, romance, todas as formas literárias do pensamento buscam vestir-se com as cores do país, e não há negar que semelhante preocupação é sintoma de vitalidade e abono de futuro.

Conforme aponta Abel Barros Baptista, a metáfora é apresentada em meio a outras, o que reforça o estranhamento. É possível, não obstante, extrair dali uma certeza: “o ‘instinto de nacionalidade’ é uma busca. O primeiro traço não consiste numa busca governada pelo instinto – o próprio instinto é a própria busca”. Certeza que gera uma nova indagação: sendo o “instinto” uma busca, ao falar em “instinto de nacionalidade”, Machado estava se referindo à forma vigente de busca da nacionalidade, aquela em que a literatura busca “vestir-se com as cores do país”, ou a qualquer forma de busca da nacionalidade?²⁸⁷

Problema que se resolve pela compreensão do valor e do alcance da expressão “vestir-se com as cores do país”. Uma primeira possibilidade é pensá-la como metáfora da nacionalidade, o que conduz a tomar “instinto de nacionalidade” por toda busca da nacionalidade, qualquer que seja ela. Isto é, pode-se entender que “buscar a nacionalidade” significa invariavelmente buscar “vestir-se com as cores do país”. Por outro lado, é possível pensar “cores do país” como metonímia da nacionalidade – caso em que a expressão designaria a “cor local”, ou seja, aspectos considerados característicos da vida nacional, tornados garantia da nacionalidade. De acordo com essa hipótese – que, como se acabou de ver, é a da leitura nacional – Machado estaria utilizando a

²⁸⁶ BAPTISTA, Abel Barros. *Op. cit.*, p. 56.

²⁸⁷ *Idem*, p. 50.

metáfora “instinto de nacionalidade” para designar a busca da nacionalidade tal como dominante em sua época – uma proposta que ele teria rejeitado em nome de um “nacionalismo interior”.²⁸⁸

Acontece essa coincidência entre “cores do país” e “cor local” acaba inviabilizada – embora não de maneira absoluta – por outras passagens do texto.

Já vimos que, no primeiro parágrafo do texto, a busca de “vestir-se com as cores do país” estabelece uma continuidade entre poetas setecentistas, primeiros românticos e a geração contemporânea de Machado. Relacionando-a à discussão sobre os poetas árcades, é possível avançar um sentido para a expressão em causa. Ao tratar do juízo sobre Gonzaga e seus parceiros, Machado procura se distanciar daqueles que os condenam por considerarem que “não souberam desligar-se das faixas da Arcádia nem dos preceitos do tempo”.²⁸⁹

Não me parece todavia justa a censura aos nossos poetas coloniais iscados daquele mal; nem igualmente justa a de não haverem trabalhado para a independência literária, quando a independência política jazia ainda no ventre do futuro e, mais que tudo, quando entre a metrópole e a colônia criara a história a homogeneidade das tradições, dos costumes e da educação. As mesmas obras de Basílio da Gama e Durão quiseram antes ostentar certa cor local do que tornar independente a literatura brasileira, literatura que não existe ainda, que mal poderá ir alvorecendo agora.²⁹⁰

Se a busca de “vestir-se com as cores do país” supõe uma continuidade de Basílio da Gama e Santa Rita Durão à geração daquele último quartel do século XIX; se os primeiros apenas “ostentaram certa cor local”; segue-se daí que “cores do país” e “cor local” coincidem e que o “instinto de nacionalidade” designa apenas a forma vigente de busca da nacionalidade. Todavia, o último aparecimento da metáfora no corpo do texto ocorre em meio a uma “sinonímia glosante” que invalida essa hipótese. Machado escreve: “o fato é o instinto de que falei, o geral desejo de criar uma literatura mais independente”.²⁹¹

A mera presença da “cor local” não assegura a existência do “instinto” e não há, portanto, coincidência total entre as “cores do país” e a “cor local”. Entretanto, é certo que o “geral desejo de criar uma literatura mais independente” passa por esta última, já que do contrário não se poderia falar em continuidade de tradições, a ligar os poetas setecentistas, a primeira geração romântica e os literatos da época de Machado. Donde se depreende que a “cor local” é um motivo

²⁸⁸ *Idem*, p. 50-51.

²⁸⁹ MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Obra Completa*. Op. cit., p. 802.

²⁹⁰ *Idem*, *ibidem*.

²⁹¹ *Idem*, *ibidem*.

literário, significa orientação para a realidade local, orientação que não implica necessariamente um projeto de nacionalidade – sendo possível até mesmo antes de emergirem quaisquer sentimentos de diferenciação entre a colônia e a metrópole. A solidariedade entre uma e outro, a atribuição à “cor local” do papel de garante da nacionalidade literária é própria às gerações posteriores à Independência política.²⁹²

Duas conseqüências advêm daí. A primeira é a de que, segundo Machado, não há “instinto de nacionalidade” em Basílio da Gama ou Santa Rita Durão. Falta-lhes o traço decisivo que é a finalidade. A tradição por eles iniciada e continuada pelas gerações seguintes não é a da busca da nacionalidade, neles inexistente, mas a de um motivo literário, a orientação para a realidade local.²⁹³

A segunda é a que responde à questão inicial sobre se o “instinto de nacionalidade” designa toda busca da nacionalidade ou apenas a forma vigente no contexto de 1873. Uma vez que as “cores do país” são a “cor local” entendida numa nova condição – a de garante da nacionalidade literária – condição esta que somente surge com a Independência política; uma vez que o “instinto de nacionalidade” aparece, por isso, como força que transforma a “cor local” em “cores do país” ao investir-lhe de um novo sentido, conclui-se que, com a metáfora titular, Machado estava designando a forma vigente de busca da nacionalidade literária. Fica ainda por saber, entretanto, se deixará espaço para uma outra busca da nacionalidade, no exterior do “instinto de nacionalidade”²⁹⁴

Conclusão que recoloca o problema do sentido do uso da metáfora. Afinal, como entender que para se referir ao projeto legado pelo romantismo, Machado se utilize de uma expressão que indica ação imediata, espontânea e mesmo cega? Como entender que sugira essa distinção entre voluntário e involuntário para tratar de um projeto – que, como tal, distingue-se por seu caráter exposto, orientado, racional? Como entender, mais uma vez, essa profunda distância entre os termos com que os próprios românticos designaram seu projeto – Alencar evocava uma missão patriótica – e o termo escolhido por Machado?²⁹⁵

O questionamento conduz à percepção de que, desde o início, o escritor quis se distanciar do projeto nacional legado pelos românticos. Contra ela, porém, levanta-se a outra linha de

²⁹² BAPTISTA, Abel Barros. *Op. cit.*, p. 52.

²⁹³ *Idem*, p.53.

²⁹⁴ *Idem*, p. 53-54.

²⁹⁵ *Idem*, p. 54.

apresentação da metáfora, aquela que, também desde o início do ensaio, sugere que Machado aderiu àquele projeto.

O impasse não ilude, porém, uma questão essencial: lá onde a leitura nacionalista não vê nada a ser questionado, onde ela vê mesmo a garantia de compromisso com o projeto nacional – na escolha da metáfora “instinto de nacionalidade” –, vislumbra-se um desejo de afastamento. Uma leitura minuciosa, se não invalida, de saída, a perspectiva da crítica nacionalista, ergue contra ela a conveniência de um exame mais detido, demonstra a necessidade de se resolver aquilo que ela toma por certo.

Na busca pela resposta, retomemos os dois momentos decisivos de apresentação da metáfora. O primeiro é a primeira frase do ensaio, momento em que aquela surge no corpo do texto: “Quem examina o atual estado da literatura brasileira, reconhece-lhe logo, como primeiro traço, certo instinto de nacionalidade”. O segundo é aquele no qual Machado a menciona pela última vez:

Reconhecido o instinto de nacionalidade que se manifesta nas obras dos últimos tempos, conviria examinar se possuímos todas as condições e motivos históricos de uma nacionalidade literária; esta investigação (ponto de divergência entre literatos), além de superior às minhas forças, daria em resultado levar-me longe dos limites deste escrito. Meu principal objeto é atestar o fato atual; ora, o fato é o instinto de que falei, o geral desejo de criar uma literatura mais independente.²⁹⁶

Em ambos, dois termos ressaltam: os verbos examinar e reconhecer. Mas, diferença fundamental, aparecem a princípio numa ordem – “Quem examina [...] reconhece” – e em seguida na ordem contrária – “Reconhecido [...], conviria examinar” – e aí as coisas se complicam. Isto porque o objetivo do segundo exame – examinar “se possuímos todas as condições e motivos históricos de uma nacionalidade literária” – já deveria estar suposto no primeiro (exame do “atual estado da literatura brasileira”), com resposta positiva, e seria ele a levar ao reconhecimento do “instinto de nacionalidade”.

O nó do problema está em que nas conclusões a que se pôde chegar a respeito da metáfora do “instinto”, em ambas as possibilidades aventadas, “parecia estar implícita a presença do Brasil enquanto nome próprio de ‘todas as condições de motivos históricos de uma nacionalidade literária’, e a metáfora da ‘cor local’, tanto na sua diferença com as ‘cores do país’, como na sua suposta coincidência, seria marca disso mesmo.” Alie-se a isso o otimismo de Machado em

²⁹⁶ MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Op. cit.*, p. 802

relação ao “primeiro traço”, sua certeza de que perseverando na “cor local” os escritores irão consolidar o projeto de literatura nacional, e torna-se inevitável a conclusão de que o romancista toma o “instinto de nacionalidade” como evidência de que possuímos “todas as condições e motivos históricos de uma nacionalidade literária”, os quais se condensam no Brasil como garantia. E, além do mais, como é possível “examinar o atual estado da literatura brasileira” sem “examinar se possuímos todas as condições e motivos históricos de uma nacionalidade literária”, isto é, sem examinar se tal literatura é de fato uma literatura autônoma? Como reconhecer o “instinto de nacionalidade” e expressar fé em suas promessas sem se decidir sobre aquelas condições e motivos, sem indicar quais são e por que eles garantirão a consolidação de nossa nacionalidade literária?²⁹⁷

Sejam quais forem as respostas, é impossível evitar o confronto com a metáfora – com o seu sentido e com o sentido do seu uso – quando se percebe que a presença do “instinto de nacionalidade” como “primeiro traço” da literatura brasileira não é tomada por Machado como equivalente à transformação do Brasil em garantia suficiente da nacionalidade literária. É impossível não se questionar: ora, qual então o sentido dessa metáfora; o que é o “instinto de nacionalidade”; para que Machado serviu-se dessa expressão?²⁹⁸

Questões que suscitam outras, já que se torna claro que várias delas apenas aparentaram estar de antemão respondidas.

O que mostra a metáfora da perspectiva crítica de Machado sobre o estado de coisas vigente? O que entende Machado por “examinar a atual literatura brasileira”? Até que ponto se limita a atestar “o fato atual”? Até que ponto, em contrapartida, não propõe uma nova ordem de interpretação da literatura brasileira?²⁹⁹

Retornemos ao que Baptista denominou de “quiasmo” entre os verbos examinar e reconhecer. Segundo ele, é esse quiasmo que coloca em questão a leitura normalizadora, ao impedir que a metáfora “instinto de nacionalidade” pressuponha a harmonia entre a literatura brasileira e o Brasil. Isso ocorre porque o modo como Machado se coloca frente ao exame das “condições e motivos da nacionalidade literária” revela que o verbo, sendo o mesmo da primeira frase do ensaio, não remete, porém, ao início, sugerindo um outro sentido para “examinar a atual literatura brasileira”. Afinal, se o escritor assinala a conveniência de investigar “se possuímos

²⁹⁷ BAPTISTA, Abel Barros. *Op. cit.*, p. 58.

²⁹⁸ *Idem*, p. 59.

²⁹⁹ *Idem*, p. 60-61.

todas as condições e motivos da nacionalidade literária”, já reconhecido o instinto de nacionalidade, evidencia-se que o reconhecimento deste último, desta força que faz a literatura buscar “vestir-se com as cores do país”, animada do “geral desejo de criar uma literatura mais independente”, prescinde de uma discussão sobre a existência de “todas as condições e motivos da nacionalidade literária”. O examinar do segundo termo não possui, por conseguinte, o mesmo sentido do examinar do primeiro termo: enquanto aquele pressupõe uma investigação sobre a concepção de Brasil implicada na literatura brasileira (a fim de verificar se funda satisfatoriamente a nossa nacionalidade literária), este indica uma abordagem da literatura brasileira independentemente de uma visão de Brasil – ainda que não ignore que, no estado atual, ela implica uma tal visão. E Machado diz claramente que não vai se ocupar do “examinar” do segundo termo, os limites do seu ensaio sendo dados pela caracterização do “primeiro traço”, a qual não passa por uma discussão ou interpretação do Brasil; não passa, em suma, por qualquer referência ao Brasil enquanto garantia de nacionalidade literária.³⁰⁰

Compreende-se, então, o sentido do uso da metáfora: “é metáfora do que ainda não fora designado”. Anteriormente, vimos que o “instinto” aparece como a força que transforma a “cor local” em “cores do país” ao investir-lhe um novo sentido, no interior de um novo projeto literário nacional. O quiasmo demonstra que o “instinto de nacionalidade” só pode ser uma força que nasce da própria literatura. Sua ligação com fatores extraliterários, como a Independência política, não significa que seu fundamento e sua origem sejam exteriores à literatura: o “instinto de nacionalidade” não é algo que o Brasil imponha à literatura, algo com que ela tenha se conformar. Daí Machado não falar em missão patriótica, como fazia Alencar, para quem a nacionalidade literária impunha essa obrigação de restituir a literatura brasileira à realidade brasileira.

A originalidade da metáfora de Machado entende-se se se aceitar que assenta na negação da trave mestra da retórica nacionalista, na ruptura do vínculo decisivo imposto pela lei nacional, isto é, essa idéia de que a diferença, a originalidade e a novidade do Brasil garantiam e exigiam por si sós a diferença, a originalidade e a novidade da literatura brasileira. Não que Machado negue a nacionalidade literária – já vimos, de resto, que se coloca inequivocamente na posição contrária –, mas porque prescinde da referência ao Brasil para “examinar” a situação da literatura brasileira, negando-lhe a condição de fundamento e garante do projeto de construção de uma literatura nacional.³⁰¹

³⁰⁰ *Idem*, p. 61-62.

³⁰¹ *Idem*, p. 62.

O que está em jogo no uso da metáfora é, portanto, a possibilidade de um outro discurso crítico sobre a literatura brasileira, um discurso que já não remeta para a investigação das condições da nacionalidade. Machado demonstra não se interessar por essa discussão – ele parece estar certo de que se alcançará a Independência literária, a formação de uma literatura propriamente brasileira. Sua opção por examinar o “primeiro traço” da literatura brasileira, tendo já se subtraído àquela discussão, indica que o “instinto de nacionalidade” não constitui para ele uma missão ou obrigação do escritor brasileiro, mas apenas uma tendência literária entre outras igualmente possíveis. Ciente de que em seu estado atual a literatura brasileira é dominada por essa força que a faz buscar “vestir-se com as cores do país”, animada do “geral desejo de criar uma literatura mais independente”, reconhecendo-lhe mesmo as vantagens, Machado não se vê, contudo, “obrigado a aceitar esse caminho como missão reivindicando a possibilidade e a legitimidade de outro tipo de trabalho literário”. Para tanto, adota a estratégia de separar a discussão e a reflexão sobre a literatura brasileira da discussão e reflexão sobre o Brasil. A escolha da metáfora “instinto de nacionalidade” constitui o primeiro passo nessa direção.³⁰²

Em outras palavras, a primeira questão colocada por uma leitura pormenorizada do ensaio resolve-se contra as certezas da crítica nacionalista. A metáfora do “instinto” não designa um projeto nacional com o qual Machado estaria em pleno acordo. Ela revela que, desde o início do texto, o escritor procura se desvencilhar da submissão às exigências do “instinto de nacionalidade”. Desde o início do texto, ele situa sua reflexão em um universo liberado da referência nacional. Desde o início do texto, ele anuncia que seu exame da “atual literatura brasileira” prescindirá de uma interpretação do Brasil, integra-se ao âmbito do propriamente literário.

Uma integração que se torna ainda mais clara, conforme se avança na análise do ensaio. E que redundará na afirmação de um inquestionável compromisso com a literatura. Tal é a conclusão fundamental permitida pela análise do segundo passo da mencionada estratégia machadiana.

Esse passo articula-se à demonstração da incapacidade da “opinião” para se afastar do “instinto de nacionalidade”; diz respeito àquilo que o “instinto” não vê, ou seja, à cegueira que faz do projeto nacional um “instinto de nacionalidade”. Já no segundo parágrafo do texto, Machado escreve:³⁰³

³⁰² *Idem*, p. 63.

³⁰³ *Idem*, p. 65.

Sente-se aquele instinto até nas manifestações da opinião, aliás mal formada ainda, restrita em extremo, pouco solícita, e ainda menos apaixonada nestas questões de poesia e literatura. Há nela um instinto que leva a aplaudir principalmente as obras que trazem os toques nacionais.³⁰⁴

Perante este quadro, Machado atribui a seu gesto crítico a função de introduzir a necessária distância, colocando-se como a consciência crítica do “instinto”. Daí a primeira parte do ensaio encerrar-se com este parágrafo:

Este e outros pontos cumpria à crítica estabelecê-los, se tivéssemos uma crítica doutrinária, ampla, elevada, correspondente ao que é em outros países. Não a temos. Há e tem havido escritos que tal nome merecem, mas raros, a espaços, sem a influência quotidiana e profunda que deveram exercer. A falta de uma crítica assim é um dos maiores males de que padece a nossa literatura; é mister que a análise corrija ou anime a invenção, que os pontos de doutrina e de história se investiguem, que as belezas se estudem, que os senões se apontem, que o gesto se apure e eduque, e se desenvolva e caminhe aos altos destinos que a esperam.³⁰⁵

A argumentação apresentada no ensaio é tomada por Machado como esclarecimento de pontos que já estariam esclarecidos se houvesse no Brasil uma crítica “doutrinária, ampla, elevada”. Sua falta explica a vigência dessas opiniões apressadas e errôneas que cumpre combater.³⁰⁶

A primeira delas é a que respeita ao problema dos “precursores” da literatura brasileira – já referido no âmbito da discussão sobre o “instinto de nacionalidade” e a relação que ele supõe entre “cores do país” e “cor local”. Vimos então que Machado relacionava-os a uma continuidade e a uma descontinuidade: inauguradores da tendência de “buscar em roda de si os elementos de uma poesia nova”, Basílio da Gama e Santa Rita Durão não procuravam, todavia, através desse motivo literário, “tornar independente a literatura brasileira” – finalidade que distingue os poetas posteriores à Independência. Agora, é questão a apreciação dos poetas setecentistas; ou seja, trata-se do problema da posição diante do passado literário.³⁰⁷

Esse problema dos precursores, esclarece Baptista, é um claro exemplo da condição paradoxal de todo projeto moderno, simultaneamente animado do desejo de ruptura com o passado e da necessidade de encontrar, nesse passado, precursores com quem estabelecer uma

³⁰⁴ MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Op. cit.*, p. 801.

³⁰⁵ *Idem*, p. 804.

³⁰⁶ BAPTISTA, Abel Barros. *Op. cit.*, p. 65-66.

³⁰⁷ *Idem*, p. 67.

linha de continuidade. Tal paradoxo é ainda mais nítido no caso brasileiro, em que o projeto de construção de uma literatura nacional, ancorado na originalidade e na diferença do próprio Brasil, se vê obrigado a romper com todas as tendências que negaram a particularização e a supor, ao mesmo tempo, que a manifestação da originalidade americana na literatura antecedeu à própria emergência do projeto. Em outras palavras, o projeto, novo, de fundação de uma literatura brasileira não pode prescindir da construção de um passado literário especificamente brasileiro. O próprio passado apresenta-se, em conseqüência, dividido entre um passado que repete o passado e um passado que anuncia o futuro – resultado de uma projeção, no seio do próprio passado, de uma oposição entre o presente e o passado da literatura.³⁰⁸

E como se posicionou Machado frente a esta apreciação do passado? Reafirmou a opção implícita na escolha da metáfora do “instinto”: recusou, em dois momentos articulados, a validade do critério de nacionalidade. O primeiro é o momento da defesa dos poetas árcades. Após afirmar que a opinião é presa de um “instinto” que a faz “aplaudir principalmente as obras que trazem os toques nacionais”, Machado escreve:

A juventude literária, sobretudo, faz deste ponto uma questão de legítimo amor-próprio. Nem toda ela terá meditado os problemas de *Uruguai* e *Caramuru* com a atenção que tais obras estão pedindo, mas os nomes de Basílio da Gama e Durão são citados e amados, como precursores da literatura brasileira. A razão é que eles buscaram em roda de si os elementos de uma poesia nova, e deram os primeiros traços de nossa fisionomia literária, enquanto que outros, Gonzaga por exemplo, respirando aliás os ares da pátria, não souberam desligar-se das faixas da Arcádia nem dos preceitos do tempo. Admira-se-lhes o talento, mas não se lhes perdoa o cajado e a pastora, e nisto há mais erro do que acerto.³⁰⁹

Como se vê, Machado reconhece a divisão entre poetas que repetem o passado com o qual se quer romper e poetas que anunciam o futuro, ou seja, o projeto nacional. Mas não endossa a condenação que daí deriva, considerando haver mais erro do que acerto na censura aos poetas que não “buscaram em roda de si os elementos de uma poesia nova” nem “souberam desligar-se [...] dos preceitos do tempo”. O romancista rejeita uma apreciação da literatura brasileira baseada em critérios de nacionalidade, em critérios outros que os literários. Sua divergência em relação às manifestações do “instinto” na “opinião” não param aí, e sua argumentação procedente denuncia o anacronismo daquele juízo:

³⁰⁸ *Idem, ibidem.*

³⁰⁹ MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Obra Completa*. Op. cit., p. 801-802.

Dado que as condições deste ensaio mo permitissem, não tomaria eu sobre mim a defesa do mau gosto dos poetas arcádicos nem o fatal estrago que essa escola produziu nas literaturas portuguesa e brasileira. Não me parece, todavia, justa a condenação aos nossos poetas coloniais, iscados daquele mal, nem igualmente justa a de não haverem trabalhado para a independência literária, quando a independência política jazia ainda no ventre do futuro, e mais que tudo, quando entre a metrópole e a colônia criara a história a homogeneidade das tradições, dos costumes e da educação. As mesmas obras de Basílio da Gama e Durão quiseram antes ostentar certa cor local do que tornar independente a literatura brasileira, literatura que não existe ainda, que mal poderá ir alvorecendo agora.³¹⁰

Não há que se condenar os poetas árcades porque eles apenas fizeram o que estava de acordo com o seu tempo. Se não trabalharam para a Independência literária, é que a Independência política sequer havia ocorrido e, até pelo contrário, havia um sentimento de identidade entre a colônia e a metrópole. Era de se esperar que os poetas da época não expressassem impulsos de particularização. Ora, como então avaliar Durão e Basílio da Gama? A se seguir esse raciocínio, eles seriam ainda mais dignos de louvor: ao “buscarem em roda de si os elementos de uma poesia nova”, romperam com o seu tempo; fizeram o que não era de se esperar; contribuíram, ao contrário dos árcades, para dar “os primeiros traços de nossa fisionomia literária”.

Acontece, e isto é decisivo, que a argumentação de Machado desdobra-se mais uma vez, para, neste segundo momento de sua reflexão, fazer de Gonzaga, Basílio da Gama e Santa Rita Durão os habitantes de um mesmo tempo, um tempo em que inexistia o projeto de “tornar independente a literatura brasileira”. Assim, ainda que uns tenham falado de pastoras e cajados e outros figurado indígenas e natureza americana, o fato é que a nenhum deles era presente o “desejo de criar uma literatura mais independente”, condição comum que os iguala perante o projeto nacional. E torna-se claro, deste modo, que este não tem precursores. Uma vez que se trate de criar uma literatura brasileira, é preciso romper tanto com Gonzaga quanto com Basílio da Gama e Durão, porque é necessário romper com o próprio tempo que é o deles. O que Machado faz, então, fundamentalmente, é revelar “ao ‘instinto’ a ignorância de sua própria novidade: mais do que insistir na necessidade de entender os poetas arcádicos na relação com o seu tempo, o argumento de Machado insiste na necessidade de *situar no seu próprio tempo o ‘instinto de nacionalidade’*”. O privilégio da “cor local” é tornado, deste modo, resultado do fato

³¹⁰ MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Op. cit.*, p. 802.

de o instinto ignorar sua novidade e se projetar em um passado de que se vê como o prolongamento. Tal privilégio não é outra coisa, para Machado, que um fruto da cegueira do instinto.³¹¹

Poder-se-ia, entretanto, contra-argumentar que, embora atribua a uma inscrição no tempo o sabor classicista dos poetas árcades, Machado não oferece nenhuma explicação de por que Basílio da Gama e Durão quiseram “ostentar certa cor local”. Logo, permaneceria a possibilidade de reintroduzir o problema da “cor local” numa perspectiva nacionalista, atribuindo-se-o a um sentimento nativista que não esperou a Independência para se manifestar na literatura. Assim se retomaria o fio de continuidade do sentimento nacional – assim, aliás, foi ele efetivamente retomado. Tratando-se, todavia, da posição de Machado, importa perceber que ele não recorre jamais ao Brasil não só para avaliar como tampouco para explicar as características da poesia colonial. Além disso, rejeita até mesmo a idéia de uma originalidade brasileira durante o período colonial, ao mencionar a “homogeneidade das tradições, dos costumes e da educação” entre a colônia e a metrópole.

Toda a questão está aí: *a reflexão de Machado não passa pelo Brasil*. Ele trata da literatura em seu desenvolvimento próprio. Em todas as etapas de sua argumentação – ao enfatizar a novidade do projeto nacional, ao insistir sobre a historicidade do “instinto”, ao não fundar no Brasil a presença da “cor local” nos “precursores” – Machado prescinde de qualquer concepção de nação que seria anterior à literatura e que lhe determinaria o destino. Examinando o momento atual da literatura brasileira, ele tem certamente que se ver com o “geral desejo de criar uma literatura mais independente”, mas trata-o sempre como um elemento da própria literatura, deixando claro, em primeiro lugar, que se trata de um fenômeno novo.³¹²

Percebe-se, desse modo, que o esforço de esclarecimento de Machado diz respeito à construção da literatura brasileira encarada em si mesma, “fora de qualquer referência a um Brasil que dela fosse o fundamento e a garantia de novidade, de originalidade, enfim, de nacionalidade”. A escolha de subtrair sua discussão ao referencial nacional revela-se aí também no fato de Machado não rejeitar em bloco a poesia colonial. O estabelecimento de noções próprias de nacionalidade literária foi, via de regra, acompanhado de decisões de inclusão no ou exclusão do cânone nacional. Assim, Sílvio Romero, que recusou o projeto romântico e a

³¹¹ BAPTISTA, Abel Barros. *Op. cit.*, p. 69.

³¹² *Idem*, p. 70.

transformação do indígena em garantia de nacionalidade literária, retirou dos poetas nativistas a posição de fundadores da literatura brasileira. Para ele, que identificou no mestiço o verdadeiro representante do caráter nacional, aquela posição pertence de fato a Gregório de Matos, o poeta baiano do século XVII.³¹³ Se Machado, a exemplo de Romero, fundasse sua reflexão em uma interpretação do Brasil, sua constatação da novidade radical do “instinto de nacionalidade” o levaria a desprezar a literatura em que ele não se manifestou. Pelo contrário, o que se nota é que o fato de a poesia colonial não ter conhecido o “desejo de criar uma literatura mais independente” não o conduz a excluí-la do patrimônio literário brasileiro. Renúncia que é o primeiro indicativo de sua posição: em nome do enriquecimento – ou da recusa do empobrecimento – da literatura brasileira, ele combate as rejeições baseadas em critérios que considera e que demonstra serem equivocados.³¹⁴

Posição reiterada e reforçada na discussão sobre o indianismo, este aspecto do romantismo brasileiro que chegou a se confundir com ele, afirmando-se como a principal contribuição do movimento para o conjunto das imagens identitárias brasileiras. Também ele é tratado por Machado fora de uma referência ao Brasil, independentemente do lugar do índio na formação nacional.³¹⁵

O escritor começa por descrever a fortuna do indianismo, concedendo a Gonçalves Dias o papel de iniciador dessa tendência literária:

A aparição de Gonçalves Dias chamou a atenção das musas brasileiras para a história e os costumes indianos. *Os Timbiras, I-Juca Pirama, Tabajara* e outros poemas do egrégio poeta acenderam as imaginações; a vida das tribos, vencidas há muito pela civilização, foi estudada nas memórias que nos deixaram os cronistas, e interrogadas dos poetas, tirando-lhes todos alguma coisa, qual um idílio, qual um canto épico.³¹⁶

E assinala em seguida o surgimento posterior de uma posição contrária ao indianismo:

Houve depois uma espécie de reação. Entrou a prevalecer a opinião de que não estava toda a poesia nos costumes semibárbaros anteriores à civilização – o que era verdade, – e

³¹³ TURIN, Rodrigo. *Narrar o passado, projetar o futuro: Sílvia Romero e a experiência historiográfica oitocentista*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005. [Dissertação de mestrado].

³¹⁴ BAPTISTA, Abel Barros. *Op. cit.*, p. 71.

³¹⁵ *Idem*, p. 72-73.

³¹⁶ MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Op. cit.*, p. 802.

não tardou o conceito de que nada tinha a poesia com a existência da raça extinta, tão diferente da raça triunfante, – o que parece um erro.³¹⁷

Falando sempre da “opinião” e de suas posições equivocadas, Machado identifica-lhe dois erros. O primeiro consiste em eleger o indianismo como único tema legítimo da poesia brasileira – exclusivismo cuja contestação é avaliada positivamente. O outro erro foi o oposto: o da rejeição absoluta do indianismo. Dir-se-ia, então, que Machado sustentou uma posição conciliadora. A continuidade de sua argumentação revela um outro posicionamento:

É certo que a civilização brasileira não está ligada ao elemento indiano, nem dele recebeu influxo algum; e isto basta para não ir buscar entre as tribos vencidas os títulos de nossa personalidade literária. Mas se isto é verdade, não é menos certo que tudo é matéria de poesia, uma vez que traga as condições do belo ou os elementos de que ele se compõe.³¹⁸

Adotando a princípio uma das posições extremas e seu pressuposto, concorda Machado que, uma vez que o indígena não contribuiu para a formação da civilização brasileira, é lícito rejeitar o indianismo como garantia da nacionalidade literária. Mas não é aí, no problema da nacionalidade literária, que se decide para ele a validade do indianismo como tema. E nesta passagem, mais do que em qualquer outra desse ensaio, vemo-nos diante de um Machado que não só situa a sua reflexão no âmbito do literário, como afirma, de maneira inequívoca, o seu compromisso com a literatura, a sua defesa do princípio do “qualquer representável”. Diante de atitudes que partem do papel do índio na construção da nação brasileira para decidir de seu valor literário, Machado opõe um outro critério, um critério literário, que não passa pela nacionalidade. Que o índio tenha ou não contribuído para a constituição da civilização brasileira, que sirva ou não como representante da identidade nacional, o que realmente importa é que “tudo é matéria de poesia”. A literatura brasileira, como literatura, deve ter o “direito de dizer tudo”.

Assim é que Machado acaba por, paradoxalmente, salvar o indianismo – a tendência do romantismo mais tenazmente fundada em uma imagem do Brasil – por meio de um critério que rejeita fundar no Brasil a dignidade de um tema, um critério que rejeita a nacionalidade em nome da literatura. E o salva não apenas como tema válido mas também como patrimônio que não se pode desprezar:³¹⁹

³¹⁷ *Idem, ibidem.*

³¹⁸ *Idem, ibidem.*

³¹⁹ BAPTISTA, Abel Barros. *Op. cit.*, p. 74.

Parece-me [...] que, depois das memórias que a este respeito escreveram os srs. Magalhães e Gonçalves Dias, não é lícito arredar o elemento indiano da nossa aplicação intelectual. Erro seria constituir-lo um exclusivo patrimônio da literatura brasileira; erro igual fora certamente a sua absoluta exclusão.³²⁰

Pode-se encontrar aqui uma das razões para o otimismo expresso por Machado no início do ensaio: o “instinto de nacionalidade” é “sintoma de vitalidade” e “abono de futuro” porque, ainda que seus critérios de nacionalidade venham a ser rejeitados em nome de novas imagens de nossa “personalidade literária”, as obras em que se manifesta terão contribuído para o desenvolvimento da literatura brasileira. Qualquer que seja o destino de cada um dos projetos de nacionalidade literária, o futuro da literatura brasileira estará assegurado, ela “se desenvolverá sem necessidade do êxito pleno do projeto nacional que lhe aponta um caminho determinado”. Convém assinalar, aliás, que, único trecho do ensaio em que usa como argumento uma interpretação do Brasil, Machado o faz apenas para demonstrar a irrelevância de qualquer uma delas para se decidir dos temas válidos e do destino da literatura brasileira. Desta maneira, ele abre a possibilidade de que se a discuta fora de qualquer relação com a realidade nacional.³²¹

É em função disso que pode retirar ao indianismo seu caráter especificamente brasileiro, bem como permitir que a “imaginação literária” se volte para um passado desprovido de caráter nacional: “Compreendendo que não está na vida indiana todo o patrimônio da literatura brasileira, mas apenas um legado, tão brasileiro como universal, não se limitam os nossos escritores a essa só fonte de inspiração”.³²²

O “elemento indiano” torna-se uma fonte de inspiração entre outras, disponível para a literatura brasileira como qualquer outro tema. E é sobre este *qualquer outro* que é necessário insistir, pois ele é resultado de toda a argumentação de Machado: esta redundante em uma

radical separação entre os destinos da literatura brasileira e as interpretações, imagens ou realidades do Brasil, que assim abre um espaço crítico em que a literatura brasileira se pode discutir fora de qualquer referência ao Brasil, do que ele é, do que foi ou seguirá sendo, em que a perda do fundamento da nacionalidade, longe de constituir prejuízo, introduz uma nova liberdade: *a liberdade para tratar qualquer tema*, independentemente da relação com o Brasil, porque “tudo é matéria de poesia, desde que traga as condições do belo ou os elementos de que ele se compõe”.³²³

³²⁰ MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Op. cit.*, p. 802-803.

³²¹ BAPTISTA, Abel Barros. *Op. cit.*, p. 74.

³²² MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Op. cit.*, p. 803.

³²³ BAPTISTA, Abel Barros. *Op. cit.*, p.75-76. Grifos nossos.

A defesa do indianismo permite ainda reivindicar à literatura a possibilidade de se construir contra a realidade histórica. Aliás, em Machado, ela não é nada mais que isso: “A piedade, a minguaem outros argumentos de maior valia, devera ao menos inclinar a imaginação dos poetas para os povos que primeiro beberam os ares desta região, consorciando na literatura o que a fatalidade histórica divorciou”.³²⁴ O que faz com que ele apareça antes como um produto da própria literatura do que como uma realidade que lhe é anterior ou como garantia de nossa nacionalidade. Mas sendo isto precisamente o que o “instinto” ignora, alimentando a ilusão de que o “consórcio” seria uma imposição da realidade histórica à literatura, o indianismo revela o ponto “em que o ‘instinto de nacionalidade’ não se conhece a si próprio *enquanto literatura*”.³²⁵

Ali onde a crítica nacionalista viu um compromisso com o projeto nacional, aparece um escritor que evidencia as cegueiras de tal projeto. Ali onde ela acreditou encontrar a prova irrefutável da adesão de Machado à restrição constitutiva da literatura brasileira, aparece, pelo contrário, um escritor que “introduz uma nova liberdade: a liberdade para tratar qualquer tema”. – Ou, nos termos da problemática deste trabalho, um escritor que reivindicou o princípio do “qualquer representável” e o “direito de dizer tudo”.

Encerra-se aqui, então, a investigação sobre a concepção de literatura e a concepção de história em Machado de Assis? Uma vez que se resolveu o problema de seu posicionamento frente aos dois princípios constitutivos da literatura, está concluída a análise do ensaio? A resposta é negativa. Não somente porque resta ainda por enfrentar a passagem crucial do ensaio, aquela que, como nenhuma outra, foi evocada na defesa do brasileirismo peculiar de Machado de Assis. Mas também porque, na interpretação dessa passagem, decidiu-se mais do que uma visão da obra machadiana; o que aí esteve em questão foi o próprio destino da literatura brasileira, o destino da restrição constitutiva que a distinguiu.

Tal restrição, tornada inicialmente uma opção literária entre outras, desconsiderada em seguida na avaliação da validade dos temas literários, é vista, em um terceiro momento, como fator de empobrecimento da literatura. Juízo que decorre da ligação entre a insistência em considerar o destino da literatura brasileira fora de uma referência ao Brasil e a exigência de heterogeneidade como fator de riqueza. Machado sugere que o “instinto de nacionalidade”, força

³²⁴ MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Op. cit.*, p. 803.

³²⁵ BAPTISTA, Abel Barros. *Op. cit.*, p. 76.

da literatura que se ignora enquanto tal, produz o empobrecimento ao impor a homogeneidade nacional. É o que se pode notar nas reflexões acerca do “assunto local”, as quais se seguem à discussão sobre o indianismo. Na seqüência do ensaio, são indicadas outras “fontes de inspiração” dos escritores brasileiros³²⁶:

Os costumes civilizados, ou já do tempo colonial, ou já do tempo de hoje, igualmente oferecem à imaginação boa e larga matéria de estudo. Não menos que eles, os convida a natureza americana, cuja magnificência e esplendor naturalmente desafiam poetas e prosadores.³²⁷

Dando notícia da atual literatura brasileira, Machado não pode deixar de apontar os temas predominantes nos escritores da época e se vê deste modo colocado diante da preferência pela representação da realidade local. Preferência sobre a qual também se posiciona, distanciando-se do que considera ser uma “opinião errônea”: “Devo considerar que neste ponto manifesta-se uma opinião, que tenho por errônea: é a que só reconhece espírito nacional nas obras que tratam de assunto local, doutrina que, a ser exata, limitaria muito os cabedais de nossa literatura”.³²⁸ Ao que acrescenta:

Não há dúvida de que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferecem sua região; mas não estabeleçamos doutrinas tão absolutas que a empobrecam. O que se deve exigir do escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem de seu tempo e de seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço.³²⁹

A exemplo do que fizera no exame do indianismo, Machado não adota a posição comum, que coloca a originalidade literária na dependência da representação da originalidade brasileira. E se reabilitara o indianismo por meio da afirmação do princípio do “qualquer representável”, aqui ele rejeita a coincidência entre espírito nacional e assunto local, ou seja, a postulação de que só há “espírito nacional em obras que tratem de assunto local”. A justificativa é ainda a de que isso significaria uma inaceitável restrição do “direito de dizer tudo”: “limitaria muito os cabedais de nossa literatura”. Daí afirmar, na passagem mais célebre do texto que, embora uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deva se alimentar de assuntos locais, não é isto que se deve

³²⁶ *Idem, ibidem.*

³²⁷ MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Op. cit.*, p. 803.

³²⁸ *Idem, ibidem.*

³²⁹ *Idem*, p. 804.

exigir dela em primeiro lugar, pois seria empobrecê-la. E já aqui, surpreendentemente, reaparece o critério nacional, como se ao invés de suplantado por um critério literário, não viesse senão se colocar ao lado deste. Retornaremos a esse problema mais adiante.

Por ora, importa assinalar que, bem observadas as coisas, encontra-se em questão nessa passagem toda a relação de Machado “com o projeto nacional e o estado de coisas vigente na literatura brasileira”. Isto porque o privilégio da “cor local” é fulcral a esse projeto, quer como força motriz, quer como critério de inclusão/exclusão de temas adequados para assegurar a nacionalidade literária. E, o que é decisivo, as restrições de Machado quanto ao privilégio que a opinião lhe concede são baseados em um argumento da riqueza e da necessidade de prevenir a “limitação de cabedais”.³³⁰

Decisivo porque, antes mesmo de qualquer passo no aprofundamento de sua discussão, Machado enfatiza as conseqüências negativas desse privilégio da “cor local”. Antes mesmo de atribuir ao “sentimento íntimo” o papel de lastro da nacionalidade, sustenta que a doutrina da exclusividade dos assuntos locais, “a ser exata”, empobreceria a literatura brasileira. Encontra-se aí “o cerne da recusa machadiana: não aceita que, em nome da nacionalidade, se limitem os ‘cabedais’ da literatura brasileira, ou, dito de outra forma, não aceita que a literatura brasileira tenha que ser pobre para conquistar o caráter nacional que procura”. Uma posição que se estrutura a partir de duas proposições.³³¹

A primeira delas é a ausência de explicitação, no ensaio, de critérios que permitam aferir a riqueza de uma literatura. Ausência que é outra maneira de dizer que não são os critérios dominantes. O que é tanto mais significativo quanto o projeto nacional, fundando-se na originalidade brasileira, torna indistinguíveis originalidade e riqueza, bem como originalidade e nacionalidade. Ou seja, postula que se a literatura se quer original, isto é, nacional, deve retratar a originalidade brasileira, a riqueza da temática propriamente brasileira – riqueza alcançada por meio da depuração, da exclusão de tudo o que não é nacional. Tal posição, expressa, entre outros, por José de Alencar – que ansiava por escritores que desvelassem a estátua americana de seus andrajos coloniais e a mostrassem ao mundo em sua “majestosa nudez” – não foi a de Machado. Para ele, “o farto manancial” da vida brasileira e da natureza americana não bastava, “a riqueza de que fala não se esgota na originalidade brasileira, nem é dela imediatamente dependente”.³³²

³³⁰ BAPTISTA, Abel Barros. *Op. cit.*, p. 79.

³³¹ *Idem*, p. 80.

³³² *Idem, ibidem*.

A segunda proposição diz respeito à maneira como Machado trata o assunto local: concede que ele seja indispensável em uma “literatura nascente”, mas considera-o da maneira como havia feito com o indianismo: não se deve excluí-lo e tampouco se deve elegê-lo à exclusão de todo o resto. Nesta posição se explica a ausência de critérios de aferição da riqueza literária: ele já fora exposto, quer na discussão sobre os precursores, quer no exame do indianismo. Trata-se da rejeição da homogeneidade. É sempre em nome da riqueza que Machado marca sua distância em relação à “opinião”; é sempre recorrendo a ela que “se opõe a uma linha de pensamento que se constituiu critério de nacionalidade, configurando homogeneamente o patrimônio literário brasileiro segundo um princípio exterior à própria literatura”. A rejeição à homogeneização, produzida pela transformação da singularidade brasileira em critério de nacionalidade não pode, esclarece Baptista, ser confundida com a exigência de diversidade. Esta não é incompatível com a “cor local”: pode-se tratar do Brasil urbano, do Brasil rural, do Brasil colonial, do Brasil Império, do Brasil da corte, do Brasil das províncias do norte, daquele das do Sul, etc. – não foi outro, aliás, o projeto de José de Alencar. Há aí diversidade, bem como homogeneização, porquanto se trata sempre de orientação para o Brasil, de dependência face a uma imagem ou interpretação do Brasil. A necessidade desse fio homogêneo e suas conseqüências empobrecedoras é que são contestadas e condenadas por Machado. Ele “exige mais que diversidade, exige heterogeneidade, condição de riqueza de uma literatura, quer dizer, exige uma literatura que não coloque a si mesma a exigência de homogeneidade”.³³³

Daí decorre esta que é uma conseqüência fundamental para a nossa problemática: “a posição de Machado será sempre incompatível com qualquer projeto, programa ou intenção nacionalista”. Qualquer critério fixo de nacionalidade será sempre exigência de homogeneidade, certeza de empobrecimento. O autor da “Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade”, o escritor de quem se disse que, como outros escritores, subordinou sua literatura às exigências de representação da sociedade brasileira, recusou-se a esgotar na nacionalidade o sentido da atividade literária.³³⁴

Uma posição que extrapolou o seu pensamento de crítico, efetivando-se no Machado romancista. Porque o que se decide no ensaio de 1873 é também o lugar de Machado de Assis na literatura brasileira. Seu esforço de esclarecimento é, indissociavelmente, um esforço no sentido

³³³ *Idem*, p. 81.

³³⁴ *Idem*, *ibidem*.

de abrir espaço para uma literatura liberta da destinação nacional. Para abrir espaço para o que será a sua própria literatura.³³⁵

O que não deixa de reforçar aquele projeto de esclarecimento. Porque para Machado não se trata de melhorar ou de corrigir o projeto nacional – sua argumentação não se apóia em uma concepção de nacionalidade – tampouco de combater o “instinto de nacionalidade”, mas sim de demonstrar os equívocos da opinião que não o relativiza, que o impõe como princípio diretor da literatura brasileira, que o transforma em lei. A discussão sobre riqueza e pobreza transporta o exame da literatura brasileira para o âmbito estritamente literário, abandonando as demandas do “instinto”. Afinal,

se é preciso aceitar que ‘tudo é matéria de poesia, desde que traga as condições do belo ou os elementos de que ele se compõe’, se é preciso reivindicar a disponibilidade da literatura brasileira para aceitar diferentes linhas de desenvolvimento e diferentes configurações, o problema decisivo não está em saber o que faz com que a literatura brasileira seja brasileira, mas o que faz com que a literatura brasileira seja literatura.³³⁶

Problemática que o “instinto” é incapaz de enxergar: instando a literatura brasileira a buscar “vestir-se com as cores do país”, ele não consegue ver que a literatura constitui uma tradição que carrega consigo suas próprias exigências. Já então o argumento da riqueza e da pobreza remete a esta oposição entre a tradição universal da literatura e o Brasil, oposição em que a promessa de conjugação harmoniosa entre a literatura e a realidade brasileiras fica para sempre perdida. “O Brasil não se pode entender como fundamento e finalidade da literatura brasileira porque atuam, na literatura, forças que estão além do Brasil: não há, por isso, harmonia possível entre o processo de edificação de uma literatura e o processo de formação da nação brasileira”.³³⁷

As reflexões machadianas sobre o patrimônio literário universal e o próprio da literatura, presentes em outros textos de crítica, reforçam essa interpretação. Ainda no “Instinto de Nacionalidade”, Machado sustentava: “Nem tudo tinham os antigos; nem tudo têm os modernos. Com os haveres de uns e de outros é que se enriquece o pecúlio comum”.³³⁸ Seis anos mais tarde, no ensaio “A nova geração”, pondera:

³³⁵ *Idem, ibidem.*

³³⁶ *Idem, p. 82.*

³³⁷ *Idem, p. 82-83.*

³³⁸ MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Op. cit.*, 809.

A nova geração chasqueia às vezes do Romantismo. Não se pode exigir da extrema juventude a exata ponderação das coisas; não há impor reflexão ao entusiasmo. De outra sorte, essa geração teria advertido que a extinção de uma grande movimento literário não importa a condenação formal e absoluta de tudo o que ele afirma; alguma coisa entra e fica no pecúlio do espírito humano.³³⁹

E, em prefácio publicado um ano antes (1878), encontramos essa passagem:

lembrar à recente geração, que qualquer que seja o caminho da nova poesia, convém não perder de vista o que há essencial nessa expressão da alma humana. Que a evolução natural das coisas modifique as feições, a parte externa, ninguém jamais o negará; mas há alguma coisa que liga, através dos séculos, Homero e *Lord Byron*, alguma coisa inalterável, universal e comum, que fala a todos os homens e a todos os tempos.³⁴⁰

Uma literatura nacional, por ser literatura, para ser literatura, integra-se antes ao universo comum do literário. Sua relação fundamental não é com o tempo e o espaço de sua produção, mas com o “essencial” que a faz falar “a todos os homens e a todos os tempos”. Na fórmula elucidativa de Baptista: “A originalidade de uma literatura opõe-se irremediavelmente à dimensão que a secundariza, mas essa dimensão é o *essencial*, porque é o que faz dela uma literatura”.³⁴¹

Neste posicionamento está implicada uma terceira recusa machadiana: a de uma ruptura da tradição literária brasileira relativamente a seu passado europeu. Com sua ênfase no “pecúlio do espírito humano”, horizonte final da literatura brasileira, patrimônio que ela está destinada a enriquecer, Machado recusa a constituição de uma tradição homogeneamente nacional que caberia opor àquela. Além disso, o próprio argumento da riqueza impede que se estabeleça uma distinção absoluta entre próprio e impróprio, nacional e alheio.

As outras duas recusas – importa lembrar – são, por um lado, a da transformação do projeto nacional em lei e, por outro, a do próprio projeto nacional (e não das formas vigentes de busca da nacionalidade). A primeira respeita à sua afirmação de que “tudo é matéria de poesia”, de que não cabe “esgotar o sentido da atividade literária nas exigências ‘autenticamente brasileiras’ de um tempo presente ‘brasileiro’”. Afirmação em que, ademais, o Machado crítico defende a legitimidade de uma literatura que será a do Machado romancista. O ensaio é também um diálogo do escritor com seus contemporâneos, reivindicando a possibilidade de uma literatura

³³⁹ MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. “A nova geração” (1879). In: *Obra Completa*. Volume III. Op. cit., p. 810.

³⁴⁰ MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. “[Francisco de Castro: *Harmonias Errantes*]”. In: *Obra Completa*. Volume III. Op. cit., p. 914.

³⁴¹ BAPTISTA, Abel Barros. *Op. cit.*, p. 93.

que não se obrigue a representar um certo caráter nacional. A segunda recusa decorre do argumento da riqueza. Ao associar a exclusividade do assunto local ao necessário empobrecimento da literatura brasileira, Machado revela que não se trata, para ele, de rejeitar um brasileirismo por outro, conforme defenderam Roberto Schwarz e a maioria dos membros da fortuna crítica machadiana. Um brasileirismo, não importa qual seja, é ainda um princípio de exclusão – uma restrição ao “direito de dizer tudo”, que Machado reclama.³⁴²

Três recusas que se articulam na afirmação da irredutibilidade da literatura brasileira à determinação nacional. Três recusas irreversíveis. “Porque remetem para a obra romanesca de Machado, porque anunciam a exigência do ‘essencial’, porque, enfim, formam um corpo coerente com o conjunto de posições críticas que Machado assumiu em diferentes ocasiões”. Assim, se se trata de tomar a “Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade” como ponto alto da reflexão oitocentista sobre o problema da nacionalidade literária – como quis a crítica nacionalista – é forçoso reconhecer que o seu contributo consistiu em “lançar a indeterminação sobre o destino da literatura brasileira enquanto literatura autônoma”.³⁴³

Emerge incontestável a singularidade de Machado de Assis. Foi em termos inéditos que realizou sua reflexão sobre o problema da nacionalidade literária: interrogou sobre como construir a literatura brasileira atendendo, em primeiro lugar, não ao que é o Brasil, mas ao que é a literatura. No interior dessa problemática, rejeitou as restrições impostas pelo “instinto de nacionalidade” e reivindicou, também para a literatura brasileira, o princípio do “qualquer representável”. Ao fazê-lo, não apenas recusou a transformação do projeto nacional em lei, como também evidenciou a existência de forças que resistem ao seu êxito. A literatura brasileira, sendo literatura, corre o risco de não se diferenciar.

Mas, aquele que aponta o risco, Machado é também o que procura eliminá-lo. As três recusas que efetuou não suprimem o problema da nacionalidade literária, deslocam-no. A argumentação que conduz a elas é acompanhada de uma dimensão ainda compromissada com a construção de uma literatura nacional – o que sugere a existência de algum critério efetivo de diferenciação. Possibilidade que remete à, entre todas, mais citada passagem da crítica nacionalista, àquela em que se decidiu a interpretação da obra de Machado de Assis e o destino

³⁴² *Idem*, p. 98-99.

³⁴³ *Idem*, p. 100-101.

da literatura brasileira. Trata-se da passagem em que aparece a metáfora do “sentimento íntimo”.³⁴⁴

Retomemos-na:

Não há dúvida de que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferecem sua região; mas não estabeleçamos doutrinas tão absolutas que a empobrecam. O que se deve exigir do escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem de seu tempo e de seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço. Um notável crítico de França, analisando há tempos um escritor escocês, Masson, com muito acerto dizia que do mesmo modo que se pode ser bretão sem falar sempre do tojo, assim Masson era bem escocês, sem dizer palavra do cardo, e explicava o dito acrescentando que havia nele um *scotticismo* interior, diverso e melhor do que se fora apenas superficial.³⁴⁵

Ora, o que vem a ser esse “certo sentimento íntimo”?

A crítica nacionalista nunca teve dúvidas da resposta: trata-se do modo peculiar pelo qual Machado de Assis afirmou seu compromisso com a representação da realidade nacional. Ou, segundo Roberto Schwarz – convocado por Abel Barros Baptista como um dos representantes dessa crítica –, Machado estava aí defendendo um brasileirismo de outro tipo, de uma “espécie interior, que até certo ponto dispensa a cor local” – brasileirismo que se encontra seguramente em sua literatura. E que o crítico avalia como um “atributo difícil de precisar, e mais ainda de explicar”.³⁴⁶ Avaliação paradoxal, que encontra sua razão de ser justamente na transformação do “sentimento íntimo” em último elemento capaz de assegurar a presença do Brasil na obra machadiana. A faltarem todos os outros, a não se encontrar “cor local”, haverá sempre o “sentimento íntimo” a ligar a literatura de Machado a seu tempo e a seu país, a autorizar sua explicação por meio de uma referência à realidade brasileira.

Essa transformação do “sentimento íntimo” em “nacionalismo interior”, é importante notar, escora-se antes no exemplo do que na proposição inicial. É a partir do exemplo que se conclui pela coincidência entre “sentimento íntimo” e “brasileirismo interior”. Havendo apenas a proposição sobre o “sentimento íntimo” como aquilo que se deve exigir de um escritor, não se concluiria tão facilmente por sua equivalência com “nacionalismo interior”.³⁴⁷

³⁴⁴ *Idem*, p. 101-102.

³⁴⁵ MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. “Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade.” *Op. cit.*, p. 804.

³⁴⁶ BAPTISTA, Abel Barros. *Op. cit.*, p. 102-103.

³⁴⁷ *Idem*, p. 103.

Uma equivalência que rasura um aspecto essencial da analogia que constitui o exemplo. Esta relaciona “o que se deve exigir antes de tudo de um escritor” com um caso de decisão crítica que estabelece uma relação entre um escritor e o respectivo país para suprir a falta de uma relação manifesta entre suas obras e seu país, e, sobretudo, para explicar essa falta. O efeito principal da analogia, segundo Baptista, é “*a transformação em exigência de um princípio de interpretação*”. Quer dizer, detendo-se na analogia, conclui-se que Machado transformou o que era um princípio de interpretação em exigência que se deve colocar ao escritor. A interpretação de Schwarz não dá conta disso, para ela o único efeito da analogia é fazer do “sentimento íntimo” a generalização do “*scotticismo interior*”. Perde-se de vista, assim, o procedimento de Machado na elaboração da metáfora do “sentimento íntimo”. Procedimento que revela que o “sentimento íntimo” não é um “nacionalismo interior” porque o “*scotticismo interior*” não é um caso particular de “sentimento íntimo” expresso pelo escritor, mas sim um caso particular de leitura que é baseada na suposição de existência do “sentimento íntimo”, que é baseada na certeza da existência de uma relação entre o escritor e seu país na situação em que essa relação não é evidente. O “*scotticismo interior*” é resultado de uma maneira de se ler o texto literário, a maneira assentada na certeza da existência do “sentimento íntimo”.³⁴⁸

Em consequência, o “sentimento íntimo”, se é algo que não está originalmente na literatura – já que se deve exigir do escritor, que se deve procurar nele – é igualmente aquilo a que só se acede pela literatura (não está dado antes dela, só se pode defini-lo ao se ler o texto literário acreditando que o “sentimento íntimo” lá está, à espera de ser desvendado), o que implica que todo texto literário – que, por definição, fala a todos os homens de todas as épocas e de todos os países – também permite o acesso a um homem de uma época e de um país. Em outras palavras, é sempre de uma concepção de literatura – e não de um princípio estável de nacionalidade – que se trata. É a partir dela que se coloca a exigência do “sentimento íntimo”, que, sendo uma exigência, faz com que a fronteira entre o nacional e o alheio dependa de um processo de leitura.³⁴⁹

Nesse sentido, a suposição de que o “sentimento íntimo” é a maneira singular pela qual Machado impôs uma exigência nacional à literatura é inseparável da transformação da garantia de nacionalidade em ponto de partida para um certo tipo de leitura. Se garante o ressurgimento da

³⁴⁸ *Idem*, p. 103-104.

³⁴⁹ *Idem*, p. 104.

“questão nacional”, o “sentimento íntimo” impõe-lhe uma alteração fundamental: ao invés de ser princípio de construção da literatura, a referência ao Brasil converte-se em princípio de interpretação; desloca-se da esfera da produção para a da recepção literária. Como se viu, a demonstração da existência de uma representação nacional em um texto que não trata de conteúdos nacionais depende da certeza de se encontrar o “sentimento íntimo”, aquilo que torna um escritor homem de seu tempo e de seu país na situação em que não fala deles.

Ou seja, a questão da nacionalidade é ainda uma forma de interrogar a literatura e assim se compreende que o “sentimento íntimo” se apresente em termos análogos aos que Machado usará poucos anos depois para o “essencial” – aquilo que não se ostenta, que não se dá a ver na superfície, que se distingue da “parte externa”.³⁵⁰

Sendo, ao mesmo tempo, uma presença que está à espera de ser demonstrada, o “sentimento íntimo” ficará afetado por uma ambivalência que está no cerne das polêmicas que gerou.

Porque é possível, de fato, vislumbrarem-se dois sentidos de “sentimento íntimo”. Por um lado, uma vez que surge como garantia da originalidade da literatura nacional, autorizando a encontrar o Brasil em todo texto literário – sem com isso impugnar o argumento da riqueza – o “sentimento íntimo” pode ser entendido como metonímia do “espírito nacional” ou do caráter nacional brasileiro. A leitura de Schwarz se faz, como facilmente se nota, segundo essa perspectiva. Por efeito da analogia com o “*scotticismo* interior”, o “sentimento íntimo” torna-se um “nacionalismo interior”, expresso pelo escritor – e não algo que se exige dele – indício de seu encontro com a nação, encontro anterior à literatura, “imune à fratura entre o processo de formação da nacionalidade brasileira e o processo de construção da literatura nacional”. Baptista assinala que o próprio Machado parece ter sido o primeiro a aplicar tal possibilidade, em discurso sobre José de Alencar, em 1879. Afirmou sobre o autor de *Iracema* que: “Nenhum escritor teve em mais alto grau a alma brasileira. E não porque houvesse tratado de assuntos nossos. Há um modo de ver e de sentir, que dá a nota íntima da nacionalidade, independentemente da face externa das coisas”. Do “sentimento íntimo”, Machado passa a “nota íntima”, mas mantém a oposição entre interior e exterior, oculto e explícito. De um a outra, a referência do tempo desaparece – a “nota íntima” respeita unicamente à nacionalidade, portanto, “a um ‘modo de ver e de sentir’, que pode entender-se como um ‘caráter nacional’ estável”.³⁵¹

³⁵⁰ *Idem*, p. 104.

³⁵¹ *Idem*, p. 105.

Por outro lado, se é metonímia do caráter nacional brasileiro, o “sentimento íntimo”, ponto de partida para uma leitura nacional, torna-se “metáfora de uma singularidade irreduzível: a singularidade do acesso a um ‘caráter nacional’ coletivo através de uma obra individual”. Garante da presença da realidade brasileira em uma obra singular, o “sentimento íntimo”, sendo íntimo, logo, oculto, não exposto, “em rigor não se ostenta, não se transmite, nem se busca”. A busca fica a cargo de quem lê: é o crítico que deve demonstrar a presença do “sentimento íntimo” e, através dele, o caráter nacional da obra. O que significa que a cada vez deve-se decidir em que consiste a identidade nacional, a originalidade brasileira que se desvendou no escritor analisado. A nacionalidade já agora se transferiu de fato para a esfera da recepção literária – não mais, entretanto, como ponto de partida e sim como possível ponto de chegada. Mas, como tal, ela está sempre em risco de se perder, dependente de uma interpretação sempre exposta à possibilidade de ter visto sentido nacional onde não o há, de não tê-lo visto onde o há – ou seja, sempre exposta ao risco do erro na definição do caráter nacional que se descobriu na obra. O “sentimento íntimo”, funcionando como garantia de nacionalidade, antes reforça do que afasta a indeterminação lançada sobre o destino da literatura brasileira.³⁵²

Distintas e mesmo incompatíveis, as duas posições sobre o “sentimento íntimo” não contradizem o argumento da riqueza. Machado mantém a recusa de uma restrição ao “direito de dizer tudo” e procura, ao mesmo tempo, assegurar a possibilidade de diferenciação da literatura brasileira. A primeira posição, afirmando a possibilidade de ser plenamente brasileiro em literatura, de se possuir um “modo de ver e de sentir, que dá a nota íntima da nacionalidade, independentemente da face externa das cousas” equivale a afirmar a irrisão do conteúdo, porque o que de fato importa é o modo de dizer, que é sempre, irremediavelmente, um modo brasileiro. A segunda, que afirma o “sentimento íntimo” como exigência e obriga à interrogação permanente do que significa ser brasileiro em literatura, tampouco impõe um conteúdo pré-determinado, uma vez que se trata do encargo de demonstrar como uma obra singular, falando o que quer que fale, exprime um caráter nacional que ali se desvelou.

Conseqüência inevitável, “o ‘sentimento íntimo’ só poderá funcionar como critério ou garantia de nacionalidade na condição de suprimir de vez a questão da nacionalidade, ou seja, de superar a própria necessidade de decidir sobre o caráter nacional de uma obra”. Afinal, se existe um “caráter nacional” imutável, manifestando-se na literatura através do “sentimento íntimo” do

³⁵² *Idem*, p.105-106.

escritor, então este é inescapável, qualquer escritor brasileiro o possuirá e, quer queira, quer não, sua obra expressará uma singularidade brasileira. Neste caso, desaparece mesmo a necessidade de se indagar sobre a questão da nacionalidade, pois ela se encontra respondida de antemão. No caso de se tomar o “sentimento íntimo” como exigência, como postulou Machado no ensaio de 1873, o “caráter nacional” será posto em disponibilidade, sempre pronto a receber uma nova definição e sempre sob o risco de ser diferente de si mesmo. “E o resultado está patente: para manter o argumento da riqueza e as recusas nele implicadas, a exigência da questão da nacionalidade obriga a colocar a nacionalidade em questão”.³⁵³

O melhor exemplo disso, indica Baptista, não é outro senão o próprio Machado de Assis. Ao se apoiar na metáfora do “sentimento íntimo” para integrar o romancista à nacionalidade literária, a leitura normalizadora se viu obrigada a reconfigurar os critérios de brasilidade. Para incluir Machado na tradição da literatura brasileira, é preciso abrir mão de todas as concepções estabelecidas de Brasil e do que significa ser brasileiro em literatura. A perturbação machadiana não é conjurada senão sob o preço dessa renúncia.³⁵⁴

O “sentimento íntimo” expõe, em suma, a ambição contraditória que move o ensaio e que faz a singularidade de Machado de Assis. Ambição de manter o compromisso com a construção de uma literatura nacional recusando critérios pré-estabelecidos de nacionalidade. Os literatos brasileiros entenderam resolver o problema da nacionalidade literária impondo à literatura o dever de exprimir o caráter nacional brasileiro, que se considerou encarnado em conteúdos/temas determinados – ainda que sujeitos a novas decisões: do índio ao mestiço, por exemplo. Machado, por sua vez, tenta resolver essa problemática de maneira singular, rejeitando a imposição de uma temática fixa. Afirma assim, inquestionavelmente, seu compromisso com a banalidade literária, com o princípio do qualquer “representável”. E, para responder ao compromisso com a nacionalidade, avança a exigência do “sentimento íntimo”. Mas este redundando na colocação da nacionalidade em questão, pois ou faz da questão da nacionalidade uma falsa questão (todo texto de escritor brasileiro exprime necessariamente a realidade brasileira) ou a coloca sempre em suspenso, a exigir a cada vez nova decisão sobre o que ela é ou como se encontra na literatura.

Quer dizer, o compromisso de Machado de Assis com a nacionalidade literária, abrindo mão de critérios de nacionalidade, coloca inevitavelmente sob risco a certeza de diferenciação da

³⁵³ *Idem*, p. 106-107.

³⁵⁴ *Idem*, p. 107.

literatura brasileira. Assevera que esta não pode renunciar à sua autonomia, apesar de não existirem índices estáveis a assegurá-la. O próprio lugar em que ocorre a metáfora do “sentimento íntimo” o atesta: segue-se à recusa de todos os critérios fixos de determinação de uma nacionalidade literária, celebrando ao mesmo tempo o vínculo com um contexto nacional – o tempo e o país do escritor. O fato é que “Machado não retira da tradição européia qualquer princípio que impeça a literatura brasileira de ser brasileira, mas também não extrai do Brasil qualquer critério ou garantia de nacionalidade”.³⁵⁵

Nesse sentido, o valor do “sentimento íntimo” é antes manter a coerência da argumentação prévia, sem abrir mão do compromisso com a nacionalidade literária, do que propor um “brasileirismo interior”. É por meio dele que Machado pode se integrar ao projeto de construção de uma literatura brasileira, “porque representa o momento em que a exigência do ‘essencial’ não pode fugir ao confronto com as exigências da atualidade histórica”. Nisto reside, aliás, a novidade da metáfora, aquilo que ela acrescenta ao argumento do ensaio: seu sentido é, antes de mais, o de uma reivindicação e de uma garantia de Machado a respeito de si próprio. O “sentimento íntimo” é “a *única exigência que[...] aceita que lhe façam enquanto escritor*”. Ele serve não como verdadeira proposta alternativa na questão nacional, e sim como único meio que disponibiliza para que o integrem à literatura nacional: se quiserem determinar o seu brasileiro, que lhe procurem o “sentimento íntimo”.³⁵⁶

Fio a que, como vimos, se agarrou a crítica machadiana, empenhada em provar que se harmonizavam as duas estratégias opostas de que o “sentimento íntimo” é instrumento: a de combater a transformação do projeto nacional em lei e a de se comprometer com o processo de construção de uma literatura brasileira. Daí advém a imagem já mencionada de um escritor que reivindicou apenas o melhor do projeto romântico; que recusou as imagens de Brasil propostas pelo Romantismo em nome de um outro brasileiro. A harmonização é impossível – nunca é demais repetir – e o que assim se consegue é apenas o apagamento da primeira estratégia – e, com ela, o apagamento da relação que aqui nos interessa: a entre uma concepção de literatura e uma concepção de história. Não é menos verdadeiro, porém, que o próprio ensaio sugere essa harmonização, autoriza a dissolver a singularidade machadiana, a convertê-la em nada mais que “uma imagem individual do destino de toda a literatura brasileira”. Como se esta como um todo

³⁵⁵ *Idem*, p. 108.

³⁵⁶ *Idem*, p. 108-109.

fosse marcada por uma certeza de diferenciação, a despeito de abdicar de critérios de diferenciação; como se soubesse que vai se consolidar como literatura autônoma, mesmo se recusando a ostentar qualquer índice inequívoco de autonomia. “Machado confronta-se com a lei nacional sugerindo que se lhe submete por decisão própria e que, a partir dessa decisão individual, a própria lei pode decidir sobre o caráter brasileiro das suas obras”. Acontece que Machado só pode se submeter porque sua reflexão já afetou irremediavelmente a lei nacional. A “Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade” afeta o próprio destino da literatura brasileira, o destino da restrição constitutiva que a distinguiu. Pois é somente lançando a indeterminação sobre a questão da nacionalidade literária, somente removendo um conteúdo que a distinga é que é possível tomar a obra machadiana como expressão de uma originalidade nacional. E o fato de que o seja indica que a lei nacional aceitou o risco, acolheu a indeterminação, concordou em se desfazer de uma temática pré-estabelecida, em superar a restrição ao “direito de dizer tudo” – e não o fez em nome de uma nova estabilidade e sim da total instabilidade, que só assegura sua ocorrência sob a condição de torná-la sempre dependente de uma nova decisão, em um processo precário e interminável.³⁵⁷

Sim, Machado garantiu a disponibilidade de sua assinatura para receber uma significação brasileira. Mas não se pode afirmar mais que isso, nada autoriza a dizer que possuía um “brasileirismo interior” ou coisa que o valha. O que se deve concluir daí, defende Baptista, é que, com seu gesto de disponibilização, Machado impõe a necessidade de uma decisão crítica que evidencie, isto é, constitua aquela significação – que ele não retornará para ratificar. Se garante a possibilidade de se encontrar um Brasil em sua literatura, o escritor não diz que Brasil seria esse – encargo da crítica – nem aparece para legitimá-lo.³⁵⁸

Razão pela qual Baptista, subvertendo de maneira eloqüente a qualificação consagrada, chega ao final da leitura da “Notícia da atual literatura brasileira” definindo Machado de Assis como “*o mais escritor de todos os escritores brasileiros*”; aquele cujo nome, aberto embora às significações brasileiras, não se esgota jamais em qualquer delas, remetendo para um horizonte em que elas deixam de fazer sentido: o horizonte exigido por sua obra romanesca, o horizonte da literatura.³⁵⁹

³⁵⁷ *Idem*, p. 109.

³⁵⁸ *Idem*, p. 110.

³⁵⁹ *Idem*, p. 111.

“O mais escritor de todos os escritores brasileiros”. Aquele que, como nenhum outro, defendeu os dois princípios fundamentais da noção moderna de literatura: o princípio do “qualquer representável” e o “direito de dizer tudo”. Aquele que não aceitou fundar a construção da literatura brasileira em uma partilha entre temas próprios e impróprios, adequados e inadequados. Que introduziu a “liberdade para tratar de qualquer tema”. Que destruiu os limites no interior dos quais a literatura brasileira se constituiu e deveria se desenvolver, reivindicando uma inédita *igualdade de todos os temas*. “Tudo é matéria de poesia”, todos os assuntos são *igualmente válidos, igualmente interessantes*.

De modo que se torna inegável a avaliação que, em 1949, fazia Barreto Filho: “Machado se transformou no acontecimento central da vida literária brasileira”.³⁶⁰ Há, sem dúvida, um acontecimento Machado de Assis. Acontecimento central não apenas da vida literária brasileira, mas também da história da concepção de história no Brasil. Ou, melhor, acontecimento central da história da concepção de história no Brasil porque acontecimento central da vida literária brasileira. E Machado de Assis o é por ser o acontecimento por excelência, a irrupção do novo, o advento do inesperado. Ele é a afirmação inédita do vínculo entre a literatura e a banalidade democrática. Sua concepção de literatura supõe uma outra partilha do sensível, distinta daquela implícita na concepção de literatura dos escritores de sua época e na concepção de história dos historiadores. Estes, como aqueles, rejeitam a possibilidade de uma igualdade da indiferença. Só há história porque há sujeitos e não-sujeitos, homens para quem a morte é a aurora da eternidade e homens cuja morte significa a travessia do Lete, na imagem de Moreira de Azevedo,³⁶¹ só há literatura brasileira porque há, reconhecidamente, temas próprios e temas alheios, temas nacionais e temas não-nacionais. A aproximação entre historiadores e escritores no Brasil do século XIX assume, então, um outro sentido. Não se trata apenas da aceitação comum do “fardo” de contribuir para a formação da nação. Mas da suposição geral de uma partilha do sensível que coloca cada coisa em seu lugar: para a história, os homens ilustres – e para a obscuridade, os anônimos; para a literatura brasileira, uma temática brasileira – e para uma literatura não-brasileira, temática universal. Ora, Machado de Assis estabeleceu a conjunção inesperada entre literatura brasileira e temática universal. Afirmou uma indefinição temática que é o correlato da estética como o “pensamento da desordem nova”. E fez assim de sua concepção de literatura o

³⁶⁰ BARRETO FILHO, José. *Op. cit.*, p. 08.

³⁶¹ MOREIRA DE AZEVEDO, Manoel Duarte. “Os tumulos de um claustro”. In: *RIHGB*, t. XXIX, parte segunda, 1866, p. 308.

momento inaugural da revolução estética no Brasil. A abertura de um tempo em que todos – e cada um – são pensados como contribuindo com a tarefa de “fazer a história”.

A existência de uma concepção de história, implícita na concepção de literatura e/ou na literatura de Machado de Assis não deixou de ser notada por seus estudiosos. Em 1939, Astrojildo Pereira opunha a obra machadiana aos “tomos da veneranda revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, alegando que a sátira própria ao romancista, servindo para desmascarar a fisionomia de certos momentos ou meios, tornava-se “elemento corretivo na verificação de certas versões demasiado bonitas da história oficial”.³⁶² Isto após ter chamado a atenção, no mesmo texto, para o fato de que os contos e romances machadianos “não abrigam heróis extraordinários, nem fixam ações grandiosas e excepcionais. Eles são constituídos com o material humano mais comum e mais ordinário, com as miudezas e o terra-a-terra da vida vulgar de todos os dias”.³⁶³

Separado de Astrojildo Pereira por mais de seis décadas, João Cezar de Castro Rocha também assinalou o distanciamento entre a concepção de história implícita na literatura machadiana e aquela vinculada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O interesse de sua análise está em prescindir de qualquer intenção de Machado de Assis. Aquele distanciamento torna-se visível ao se colocar lado a lado a literatura machadiana e a história escrita nos quadros do IHGB, sem referência a uma manifestação expressa do escritor sobre a sua concepção das relações entre história e literatura. Assim, Castro Rocha entende que há uma inversão no tratamento do tempo, no romance machadiano, que o opõe à concepção de tempo implicada na narrativa historiográfica. A narrativa machadiana, sobretudo a da segunda fase, é marcada por uma descontinuidade radical, o texto avança por saltos, ao passo que os historiadores adotavam um padrão de escrita linear, supondo a fidelidade à cronologia “natural” dos fatos. Ao colocar a história na dependência de uma decisão narrativa, a literatura machadiana desnuda a suposição de que ela se faça apenas com fatos. Além da noção de tempo, tampouco a noção de espaço presente na obra de Machado de Assis seria subscrita pelos membros do IHGB. Isto porque, argumenta Castro Rocha, ela se restringe à cidade do Rio de Janeiro, enquanto que a ambição do Instituto era coligir documentos referentes a todo o território nacional. O autor de “Machado de Assis, leitor (autor) da Revista do IHGB” também salienta que, aceitando-se a hipótese de Gledson de

³⁶² PEREIRA, Astrojildo. *Op. cit.*, p.33.

³⁶³ *Idem*, p.16.

que Machado aderiu ao projeto alencariano de apresentação da história brasileira através da ficção, não se pode, não obstante, perder de vista certas singularidades machadianas. Entre elas, o que seria o recorte temporal da representação histórica de Machado: restringindo-se ao Segundo Reinado, à história contemporânea, portanto, ele “contrariava radicalmente a orientação dominante no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, uma vez que este se desviava do tempo presente.³⁶⁴

A concepção de história implícita na concepção de literatura expressa na “Notícia da atual literatura brasileira” contraria radicalmente a orientação dominante entre os historiadores brasileiros do século XIX. Porque essa concepção de literatura contesta o que é o cerne da concepção de história dos historiadores: a desigualdade. Qualquer que tenha sido o posicionamento político de Machado de Assis, que tenha sido monarquista ou que tenha se absterido, o fato é que sua recusa da restrição ao “direito de dizer tudo” faz dele a expressão da democracia em literatura. A emergência da possibilidade de que “qualquer um” seja considerado sujeito da história, porque qualquer um – mesmo um fracassado, um traído ou um diplomata que não desempenhou papel relevante no mundo – torna-se depositário de uma beleza específica, adquire valor artístico, conquista sua condição de tema válido para a literatura brasileira.

Além de inseparável da própria concepção machadiana de literatura, a contestação da igualdade aparece de uma outra maneira na obra do autor de *Memorial de Aires* – uma maneira que reforça a argumentação aqui desenvolvida. Trata-se do momento em que está em questão a própria condição do objeto do historiador – o homem ilustre – em sua relação com o seu contrário, o anônimo. É o que veremos em seguida.

2.5. Heresias machadianas

No primeiro capítulo, discutiu-se como a escolha de “O Velho Senado” para publicação na *Revista* do IHGB relacionava-se à própria concepção de história dos historiadores brasileiros. Em sua homenagem a Machado de Assis, elegeram, não por acaso, o texto de 1895, com sua

³⁶⁴ CASTRO ROCHA, João Cezar. Machado de Assis, leitor (autor) da Revista do IHGB. In: JOBIM, José Luís (org.). *A biblioteca de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras; Topbooks, 2001, p. 315-334. (Citação p. 327).

representação de “figuras históricas”. A integração do romancista completava-se, ademais, com o artigo de Afonso Celso, a fazer dele, antes de tudo, não um escritor, mas um exemplo de vida.

Quando “O Velho Senado” vem a lume pela primeira vez, Machado de Assis está escrevendo “A Semana”. Publicada entre 1892 e 1897 na *Gazeta de Notícias*, esta série de crônicas é a mais longa de Machado, tendo sido identificada à sua maturidade no gênero. Ao longo destes pouco mais de cinco anos, não são raras as referências a acontecimentos e a personagens ditos “históricos” – característica que não é certamente exclusividade desta série. Afinal, não é por outra razão que, na década de 1950, estudiosos como Raymundo Magalhães Júnior ou Brito Broca, empenhados na contestação da imagem de um escritor “absenteísta”, aconselharam a leitura das crônicas como meio de comprovar suas posições.³⁶⁵

Nosso interesse pelas crônicas, e por esta série específica, não é naturalmente esse. A discussão sobre uma concepção de história em Machado de Assis não passa pela defesa de seu interesse em retratar a realidade brasileira – passa mesmo pelo contrário – nem pela demonstração de seu posicionamento crítico perante ela. Trata-se antes de investigar os modos pelos quais afirma-se a igualdade ou contesta-se a desigualdade. E, em “A Semana”, os momentos em que isto ocorre cruzam-se com afirmações sobre a história como atividade específica. Assim, esta série de crônicas permite identificar um posicionamento frente à história, como atividade específica que tem seus objetos, métodos e praticantes. Posicionamento que pode ser percebido através de três “procedimentos” que delineiam uma certa concepção de história – uma concepção, face à existente na história dos historiadores, fundamentalmente herética.³⁶⁶ São eles: a ironia diante das certezas da história, a afirmação de que os grandes não cabem na crônica e a equiparação entre grandes e pequenos.

³⁶⁵ MAGALHÃES JÚNIOR, Raymundo. *Op. cit.*

³⁶⁶ Não se pretende com isso afirmar a existência de um diálogo direto e intencional do escritor com o IHGB e seus membros. Não se trata de postular uma polêmica entre um e outros – o próprio fato de o Instituto ter tomado a iniciativa de publicar um texto de Machado bastaria para evidenciar que ele não era percebido como um crítico aberto da instituição. Mas, assim como o fato de o escritor não ter assinado nenhum manifesto contrário à escravidão, atacando seus defensores, impediu que seus intérpretes identificassem em sua obra uma dura contestação àquela instituição, tampouco a inexistência de menção direta aos historiadores do IHGB impede que se recolha, em sua literatura, elementos que permitam delinear um desvio em relação à concepção de história compartilhada pelos historiadores. Assim como a inexistência, em Machado, de uma declaração explícita de qualquer projeto de escrever a história nacional por meio da literatura não é entendida como entrave pelos estudiosos (Schwarz, Gledson, Chalhoub, entre outros) que interpretam os significados históricos e sociológicos de sua obra, tampouco consideramos empecilho a ausência de qualquer declaração desse tipo em relação a quem são aqueles que os historiadores brasileiros identificam como os sujeitos da história. No que respeita propriamente a uma concepção de história, a análise de João César de Castro Rocha demonstra, de resto, a dispensabilidade de uma tal declaração.

História e verdade. Este vínculo privilegiado é objeto de desconfiança em várias crônicas de “A Semana”. Em 11 de março de 1894, há uma aproximação da história com a poesia. Não porque ambas possam contar a história de uma sociedade. Mas porque elaboram ficções. A aproximação associa-se ao comentário sobre as notícias de ocupação, por um cidadão norte-americano, da ilha da Trindade. Não tendo encontrado viva alma no território, o americano, acompanhado da esposa, não tardou em reivindicar-lhe a posse e trata de iniciar a sua colonização. Transformou a ilha em principado e já elaborou o seu brasão. Consta até que já teria embarcado para Europa, a fim de se fazer reconhecer pelas potências. “Justamente o contrário do que eu faria”, diz o cronista. Entrado na ilha, não sairia mais dela: fazer-se-ia rei sem súditos.

Ficariamos três pessoas, eu, a rainha e um cozinheiro. Mais tarde, poetas e historiadores concordariam em dizer que as três pessoas da ilha é que deram ocasião ao título desta; a diferença é que os poetas diriam a cousa em verso, sem documentos, e os historiadores di-la-iam em prosa com documentos. Entretanto, não só o título é anterior, mas não haveria em mim a menor intenção simbólica.³⁶⁷

Os documentos, garantia de verdade da história, não impedem que os historiadores futuros elaborem interpretações a um só tempo errôneas e fabulosas, pois que atribuem intenções onde elas não existem.

Que a história esteja repleta de ficções é o que se diz novamente, apenas alguns meses mais tarde. A crônica, deliciosa como várias desta série, toma por ponto de partida a notícia de que os condutores de bondes subtraem para si, das passagens que recebem, mais de mil contos de réis por ano. E que as companhias têm experimentado, sem sucesso, vários meios para coibir a prática. O cronista evoca, a este respeito, um suposto dito do finado Miller, gerente da companhia de bondes do Jardim Botânico. “Dizia ele (se é verdade) que, pondo fiscais aos condutores, comiam condutores e fiscais, a assim era melhor que só comessem condutores”. Resultado da sua parcialidade, emenda o cronista. Com certeza Miller havia sido condutor em outra encarnação e andava a proteger uma classe exclusiva. Desenvolve-se a partir daí uma hilária contestação da veracidade daquele dito. “Há de ser invenção do cocheiro”, a que ninguém acusa de conivência na subtração dos mil e tantos contos, apesar de ser certo que, no organismo político e parlamentar do bonde, ele é o presidente do conselho, o chefe de gabinete; o condutor, por sua vez, é o rei constitucional e os passageiros, os contribuintes. As conjeturas, tão divertidas quanto críticas e

³⁶⁷ MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. “11 de março de 1894”. *Obras completas de Machado de Assis*. A Semana, 2º volume (1894-1895). Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre: W. M. Jackson Inc., 1959, p. 53.

verdadeiras, acumulam-se até que o cronista resolve dar um basta: “Mas deixemos de suposições gratuitas. Ninguém jura ter ouvido ao próprio Miller as palavras que a lenda lhe atribui. Que ficam elas valendo? Valem o que valem outras tantas palavras históricas. Não percamos tempo com ficções”.³⁶⁸

As ficções da história nada têm de ingênuas. Não são somente puro erro ou resultado de uma interpretação que enxerga intenções onde elas não existem. Elas servem a uma função específica: a da legitimidade política. Recorre-se à história sempre que se trata de evocar uma origem nobre ou de justificar a legitimidade de uma posse ou de um direito.

Aquele primeiro uso da história é ironizado em 1 de julho de 1894. Diante das chuvas ininterruptas, verdadeiro dilúvio que caía sobre o Rio de Janeiro, vai o cronista ocupar-se dos animais que, como Noé, trouxera consigo para casa. Todos ansiosos por notícias do fim. Não havendo notícia nem fim, ficam desconsolados. O cronista põe-se a conversar com eles e a observá-los. O espadarte agradece-lhe pela piscina, mas diz que ela não compensa o mar, onde há onda grossa e corridas de peixes grandes e pequenos, e onde eles comem-se uns aos outros, “com grande alma”. O galo reclama da idéia de trazer sete casais de cada espécie, uma vez que há ali sete galos e sete galinhas, “proporção absolutamente contrária às mais simples regras da aritmética” – ao menos as que ele conhece. O gato e o rato ensinam histórias uns aos outros. “O gato dizia que a história do rato era apenas uma longa série de violências contra o gato, e o rato explicava que, se perseguia o rato, é porque o queijo o perseguia a êle”. São a lagartixa, o lagarto e o crocodilo que nos interessam, porém. Estavam a palestrar em família.

Cousa digna da atenção do filósofo é que a lagartixa via no crocodilo uma formidável lagartixa, e o crocodilo achava na lagartixa um crocodilo mimoso; ambos estavam de acôrdo em considerar o lagarto um ambicioso sem gênio (versão lagartixa) e um presumido sem graça (versão crocodilo).

- Quando lhe perguntam pelos avós, observou o crocodilo, costuma responder que êles foram os mais belos crocodilos do mundo, o que pode provar com papiros antiqüíssimos e autênticos...

- Tendo nascido, conclui a lagartixa, tendo nascido na mais humilde fenda de parede, como eu... Crocodilo de bobagem!

- Notai que êle fala muito do loto e do nenúfar, refere casos do hipopótomo, para enganar os outros, mas confunde Cleópatra com o Kedia e as antigas dinastias com o govêrno inglês...

Tudo isso era dito sem que o lagarto fizesse caso. Ao contrário, parecia rir, e costeava a parede da arca, a ver se achava algum calor de sol.

³⁶⁸ MACHADO DE ASSIS. “2 de setembro de 1894”. *Op. cit.*, p. 171-173.

Nada muito diferente do que faz o pai de Brás Cubas, que, entre a falsificação e a inventiva, buscou apagar a origem humilde da família, descendente de um tanoeiro que prosperou no Rio de Janeiro do século XVIII. A princípio, tentou entroncar-se com a família do fundador de São Vicente, Brás Cubas, morto em 1592.³⁶⁹ Como protestasse a família deste, inventou que o apelido “Cubas” havia sido dado a um grande cavaleiro que se destacara nas jornadas da África, derrotando os mouros e arrebatando-lhe trezentas cubas. O discurso é tão eficiente que, mais tarde, ao ver o filho Brás Cubas preterido por Virgília, indigna-se contra este absurdo. Como será possível?! Com um Cubas?! “um galho da árvore ilustre dos Cubas!”³⁷⁰

O mesmo há de acontecer, conjectura o cronista, com o pai da futura imperatriz do Japão. É que, faz saber um telegrama de Viena, os embaixadores japoneses procuram uma princesa européia para se casar com o príncipe herdeiro, mas, se não a acharem, aceitarão uma grande herdeira americana. Assim é que um fabricante de papel da Pensilvânia pode acabar avô do futuro micado. Não sem a devida promoção a rei, um rei “tão amigo das letras e protetor dos livros, que os seus súditos lhe puseram o cognome de *fabricante de papel*. A história é muitas vezes isso: um trocadilho”.³⁷¹

A ironia mais impiedosa diante dos pressupostos da história está na crônica de 28 de agosto de 1892. Em face da dúvida sobre quem é o fundador da República – se Benjamin Constant, como afirma a Constituição; se Deodoro, como afirmam os discursos parlamentares da última semana –, o cronista aventa a possibilidade de apelar para a história. Mas desiste logo.

A História é pessoa entrada em anos, gorda, pachorrenta, meditativa, tarda em recolher documentos, mais tarda ainda em os ler e decifrar. Assim, pode ser que, entre 1930 e 1940, tendo cotejado a Constituição de 91 com os discursos de 92, e os artigos de jornais com os artigos de jornais, decida o ponto controverso, ou a adote a idéia de dois fundadores, senão três; mas onde estarei eu então?³⁷²

³⁶⁹ O Brás Cubas “histórico” foi na verdade o fundador de Santos. Há na literatura de Machado de Assis muitas dessas citações “errôneas”, que já se atribuiu a engano de memória e que Enylton de Sá Rego associou à tradição da sátira menipéia. Ver REGO, Enylton de Sá. *O calundu e a panacéia*: Machado de Assis, a sátira menipéia e a tradição luciânica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

³⁷⁰ MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. “Capítulo III: Genealogia”. “Capítulo XLIV: Um Cubas!” *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. In: *Obra completa*. Volume I. Organizada por Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, p. 515-516, 561-562.

³⁷¹ MACHADO DE ASSIS. “13 de janeiro de 1895”. *Op. cit.*, 1959, p. 272.

³⁷² MACHADO DE ASSIS. “28 de agosto de 1892”. *A Semana* (1892-1893). Introdução, edição e notas de John Gledson. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 111.

A passagem do tempo não é o que garante que a história diga respeito à verdade, isto é, à eternidade, mas o que faz com que ela chegue tarde demais. O correr dos anos não é o que dispersa as sombras encobridoras da verdade, e permite que o historiador atue como juiz imparcial, como acreditavam os historiadores do IHGB. Ele é o que faz com que a história não sirva para nada, ao menos no que concerne aos dilemas do presente. E mesmo a certeza de que, uma vez preenchidas estas condições, a história alcance a verdade definitiva, mesmo ela parece ser contestada. Afinal, como pode ser que, ao ler finalmente os documentos do presente, ela possa concluir por uma idéia que não estava lá? Como pode adotar a idéia de três fundadores, se em 1892 só se falava em dois?

Sejam dois ou três os fundadores da República, o certo é que este é o tipo de questão própria da história. Basta lembrar que, nessa mesma década de 1890 – mais cedo, portanto, do que imagina nosso cronista –, Tristão de Alencar Araripe publicava na *Revista do IHGB* seu “Trez cidadãos benemeritos da Republica”, abordando os “tres illustres Brasileiros (...) cujo concurso na proclamação da Republica brasileira no dia 15 de novembro de 1889 foi valiozissimo e decizivo”: justamente Deodoro, Benjamin Constant... e Floriano Peixoto. Lá estão o projeto parlamentar sobre a estátua de Deodoro, o decreto do primeiro presidente sobre a estátua de Benjamin Constant, artigos de jornal e outros documentos oficiais referentes às homenagens a Floriano Peixoto.³⁷³ A celeridade do historiador em discutir a questão não invalida as avaliações do cronista, porquanto é recorrente nos discursos dos membros do IHGB um veto à história do tempo presente.³⁷⁴

Sejam dois ou três os fundadores da República, o certo é que a história ocupa-se dos grandes homens. Em contraposição a ela, encontramos, em “A Semana”, a afirmação de que homens célebres e crônica são incompatíveis. A primeira vez em que ela aparece é em 24 de julho de 1892, a propósito da notícia de transladação do cadáver do general Osório para o

³⁷³ ARARIPE. “Trez cidadãos benemeritos da Republica”. *Op. cit.*, 1897, p. 385-396.

³⁷⁴ “A historia de uma época não pode ser escripta pelos coevos. [...] Não pertence aos contemporaneos pronunciar o julgamento definitivo da historia”. Ver CASTRO, Olegário Herculano de Aquino e. “Discurso do presidente do Instituto”. *Op. cit.*, 1892, p. 429. As afirmações desta natureza podem ser encontradas inúmeras vezes nas páginas da *Revista do IHGB* e mesmo Tristão de Alencar Araripe chegou a defendê-las, em 1880. Defendeu então que “escrever dos contemporaneos, emitindo juizo, é correr o perigo de exagerar a apologia pela amizade, ou engendrar censuras pelo odio”. E também que “os contemporaneos não são historiadores; são apenas testemunhas e organizadores do processo”. Ver: ARARIPE, Tristão de Alencar. “Guerra Civil do Rio-Grande do Sul”. *RIHGB*, t. XLIII, parte segunda, 1880, p. 115-128.

monumento na Praça XV de Novembro. O cronista recusa-se a tratar dela, alegando que “Osório é grande demais para as páginas minúsculas de um cronista”.³⁷⁵

Uma idéia que se repete praticamente sempre que os homens ilustres ganham as páginas dos jornais e credenciam-se para entrar na crônica da semana. Como naquela crônica de 28 de agosto de 1892. O Marechal Deodoro da Fonseca havia falecido em 23 de agosto, tornando-se o protagonista das últimas notícias. Ao iniciar sua conversação dominical, diz o cronista: “Para um triste escriba de cousas miúdas, nada há pior que topar com o cadáver de um grande homem”. Isto porque, explica ele, a crônica liga-se ao comum da vida e da semana, não possui o estilo solene e grave que lhe permitiria julgar ou louvar um ilustre. Nem as qualidades do morto nem a sua excepcionalidade, seja ela positiva (bravura e patriotismo) ou negativa (grandes erros) bastam para torná-lo assunto da crônica. Mas esta divisão, pode-se contra-argumentar, antes reitera do que contesta os pressupostos da concepção de história dos historiadores. A distinção entre ilustres e anônimos, grandes e pequenos, encontra seu paralelo na contraposição entre história, domínio dos primeiros, e crônica, espaço dos segundos. Acontece que, a despeito de defender o divórcio entre a crônica e os homens de glória, o cronista não se abstém de tratar deles, inserindo-os assim em um espaço que lhes seria impróprio, misturando-os com aqueles de quem deveriam se diferenciar, *igualando*, em suma, vidas ilustres e vidas perdidas no anonimato.

Uma avaliação semelhante foi feita por Gabriela Betella, em seu estudo sobre a série anterior a “A Semana”, a dos “Bons Dias!”:

É notório o fato de que a crônica de Machado (*Bons Dias!* em particular) não hesitou em colocar lado a lado de grandes figuras da política imperial gente de certa importância econômica, gente que não conta muito e também os pobre-coitados desprovidos da palavra, da ação ou da reação – na maioria das vezes, ridicularizando todos.³⁷⁶

Em 28 de agosto de 1892, por exemplo, todo o exórdio sobre a impossibilidade de a crônica tratar de um homem célebre, além de já significar a menção a um cadáver que sequer poderia figurar naquele tipo de escrito, é seguido pela discussão, já mencionada, sobre quem é o fundador da República: Deodoro ou Benjamin Constant? Já então passam a ser dois grandes homens em um espaço de assuntos mínimos e comuns. Mais adiante, o cronista volta a desrespeitar a ordem “natural” dos lugares, visto que afirma, depois de toda a arenga sobre a sua

³⁷⁵ MACHADO DE ASSIS. “24 de julho de 1892”. *Op. cit.*, 1996, p. 94.

³⁷⁶ BETELLA, Gabriela K. *Bons Dias!:* o funcionamento preciso da inteligência em terra de relógios desacertados: as crônicas de Machado de Assis. Rio de Janeiro: Revan, 2006, p. 20.

falta de estilo solene e grave: “Já agora vou falando gravemente até o fim”. Para completar, o que merece pouca atenção nesta crônica são justamente os assuntos mínimos da semana, apenas mencionados ao final: o monopólio dos níqueis, a briga dos intendentes municipais, as bruxas do Maranhão, alguns assassinatos e outras coisas alegres.³⁷⁷

A semana terminada em 17 de novembro de 1894 assistiu a duas inaugurações: a de uma estátua e a de um governo. A estátua é a do general Osório, o herói da guerra do Paraguai; o governo é o de Prudente de Moraes, primeiro presidente civil do Brasil. Sucessos que não cabem em uma crônica, reitera o cronista. “Não é para aqui que se fizeram as generalizações, nem os grandes fatos públicos. Esta é, no banquete dos acontecimentos, a mesa dos meninos”. Mas é próprio dos acontecimentos, como dos meninos, escapar aos lugares que lhes são destinados. De maneira que a posse do novo presidente tem entrada aqui, a despeito da miudeza da crônica e embora o cronista justifique-a sob o viés da filosofia leve e ridente e das sensações pessoais. É que ele a comenta a partir de sua própria ótica de espectador do acontecimento. Presente no Senado, na quinta-feira 15 de novembro, surpreendeu-se com a diferença de atmosfera, de público e de postura entre aquela sessão solene e as que ocorriam no tempo do Império.³⁷⁸

Tudo era medido, regrado e solitário. Faltava agora tudo, até a figura do porteiro, que nesses dias solenes calçava as meias pretas e os sapatos de fivela, enfiava os calções, e punha aos ombros a capa. [...]. Aquela gente numerosa, rumorosa e mesclada esperava alguém, que não era o imperador.³⁷⁹

Ao início e ao final desta crônica que fala ainda da retomada do costume de recomendar nomes ao governo, por meio de listas publicadas a pedido nos jornais, e do mistério dos candidatos que ganham apenas um voto, a estátua do general Osório não deixa de merecer algumas linhas. – Ainda que seja para repetir que não se tratará dela, seja porque a imprensa já o fez, seja porque o papel está acabando.

O assunto inicial da crônica de 14 de outubro de 1894 é a morte de um moço grego, vendedor de balas, atropelado pelo bonde elétrico. O cronista conjectura sobre a desigualdade dos destinos, em sua dependência das circunstâncias. O mocinho, se tivesse nascido antigamente e entrado nos jogos olímpicos, escapava do desastre. Fosse porém atropelado por cavalos – os bondes elétricos da Grécia Antiga – e seria mais um Hipólito, com direito a cantores célebres, ao

³⁷⁷ MACHADO DE ASSIS. “28 de agosto de 1892”. *Op. cit.*, 1996, p. 110-112.

³⁷⁸ MACHADO DE ASSIS. “18 de novembro de 1894”. *Op. cit.*, 1959, p. 225-230.

³⁷⁹ *Idem*, p. 226-227.

invés de morrer obscuramente no hospital. Mais que os próprios fatos ou feitos, o que faz de uns, célebres e de outros, obscuros, é a sorte ou o azar das circunstâncias que lhes enquadram a vida. Mas este mocinho grego, tão obscuro que o próprio cronista não consegue guardar-lhe o nome, importa tanto quanto um célebre para essas conversações de domingo.³⁸⁰ É assim que a notícia da morte do célebre humorista americano Holmes aparece na seqüência. E, embora o cronista logo a despache – “não é matéria da crônica” –, todo seu raciocínio posterior é desenvolvido a partir da citação de um comentário de Holmes.³⁸¹

“[...] e para a minha conversação dominical tanto importam célebres como obscuros.” Reaparece a afirmação da igualdade de todos os temas, já presente na “Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade”. Aqui, contudo, de uma maneira que relembra o duplo sentido da palavra francesa *sujet* (tema e sujeito) própria como nenhuma outra a exprimir esse encontro entre a concepção moderna de história e a noção moderna de literatura, isto é, a literatura propriamente dita. “*L'égalité de tous les sujets*” é a igualdade de todos os temas e a igualdade de todos os sujeitos. A promoção dos anônimos à condição de objeto da arte e de sujeito da história.

A equiparação entre grandes e pequenos aparece nas crônicas da década de 1890 não somente por meio desta inserção dos célebres no espaço dos miúdos. Há também uma afirmação aberta de sua igualdade, por meio da comparação que os iguala. Ainda que a ironia ácida do cronista esteja sempre presente, ela não põe em questão a enunciação da igualdade.

É o caso da crônica de 10 de julho de 1892. Justificando-se da acusação de que não pagaria o selo integral em seus papéis e de que o revalidaria ao ter que levar esses papéis a juízo, o cronista sai-se com uma indagação cínica: “a quem prejudico eu, tirando ao Estado?” Para responder: “A mim mesmo, porque o tesouro, nos governos modernos, é de todos nós”. E completa: não faz mais do que tirar de um bolso para pôr em outro. Para arrematar com a referência que nos interessa: “Luís XIV dizia: ‘O Estado sou eu!’ Cada um de nós é um troco miúdo de Luís XIV, com a diferença de que nós pagamos impostos, e Luís XIV os recebia...” O raciocínio como um todo serve a finalidade escusa, qual seja a de justificar a sonegação de impostos. Mas, ao ironizar esse cidadão sempre tão pronto a dar a tunga no Estado quanto a justificá-lo da maneira mais deslavada possível, a crônica coloca o mais poderoso monarca

³⁸⁰ É o próprio cronista quem o diz: “para a minha conversação dominical tanto importam célebres como obscuros”. MACHADO DE ASSIS. “14 de outubro de 1894”. *Op. cit.*, 1959, p. 201-205.

³⁸¹ Trata-se de Oliver Wendell Holmes, morto a 07 de outubro de 1894. *Idem*, p. 202.

francês e todos nós, pagadores de impostos, no mesmo patamar. Ou quase, porque nós, donos do tesouro nacional, também pagamos impostos (ou deveríamos pagá-los), ao passo que Luís XIV se limitava a recebê-los. Superioridade nossa, claro.³⁸²

A já bastante citada crônica de 28 de agosto de 1892 volta a fornecer material. Ao tratar de mais um assunto grave, a demissão do Ministro da Fazenda – subvertendo ainda uma vez o que seria o natural da crônica – ocorre ao cronista uma anedota de Cícero e, observa ele, “custa muito a um homem lembrar-se de um grande homem e não tentar ombrear com ele”. A emulação, cara aos historiadores, aparece para ser satirizada. A ação que o cronista quer imitar nada tem de nobre: diz respeito ao momento em que Cícero ocupou o poder, vago pela morte do colega, apenas vinte quatro horas antes do fim do consulado. Consta que ele teria dito aos demais senadores: “Depressa (...) depressa, antes que achemos outro cônsul no lugar”. Igualando-se a ele, diz o cronista: “Depressa, depressa, antes que haja outro ministro, e me estenda e complique o assunto desta semana.”³⁸³

Outra formulação bastante significativa, em que ilustres e anônimos são igualados, foi feita em 19 de novembro de 1893. Seu trecho inicial é cheio de afirmações de interesse. Em duas frases, o cronista gaba-se de seu espírito fino, capaz de observações tão justas que se tornam imortais, servindo aos contemporâneos e aos pósteros; eleva sua observação à condição de problema, igualando-se a Hamlet, visto tratar também ele cronista de questões da vida e da morte. E ainda ironiza: “Quando a gente não pode imitar os grandes homens, imite ao menos as grandes ficções.” Ora, indaga na seqüência, e “por que não hei eu de imitar os grandes homens?” Se Xerxes, ao contemplar, segundo consta, o seu grande exército, chorou ao pensar que dentro de um século toda aquela gente estaria morta, também nosso cronista, Xerxes do final do século XIX, chora e pela mesma razão. Somente o exército é que é outro – diferença que é o sinal para a entrada da sátira. “Não são os homens que me levam à melancolia persa, mas os remédios que os curam. Mirando os remédios vivos e eficazes, faço esta pergunta a mim mesmo: ‘Por que é que os remédios morrem?’”³⁸⁴

O registro da vida e dos percalços dos obscuros, equiparados a grandes personagens históricas, aparece novamente no comentário sobre o suicídio da bailarina Labushka. A “Cleópatra sem Egito” era amante do czar Alexandre III, recém-falecido. Metade da crônica lhe é

³⁸² MACHADO DE ASSIS. “10 de julho de 1892”. *Op. cit.*, 1996, p. 85-87.

³⁸³ MACHADO DE ASSIS. “28 de agosto de 1892”. *Op. cit.*, 1996, p. 111.

³⁸⁴ MACHADO DE ASSIS. “19 de novembro de 1893”. *Op. cit.*, 1996, p.331-333.

dedicada e o cronista começa por lamentar que “não tenha a lira de Byron para contar a (...) melancólica aventura”. O que não impede de eternizá-la e às suas dores, embora elas não tivessem aparecido nas notícias sobre a morte do czar, os grandes funerais e as lamentações públicas. “Há sempre um recanto surdo para as dores irregulares.”³⁸⁵

Como há sempre um recanto para essas migalhas da história. Nem por serem migalhas elas devem deixar de ser recolhidas, observa o cronista ao mencionar uma grande beleza que andou ligada a Eusébio de Queirós, o poderoso chefe dos conservadores no período áureo do Segundo Império.³⁸⁶

Como há na história, ou deveria haver – para retomar um trecho das *Memórias Póstumas de Brás Cubas* – espaço tanto para as bandeiras grandes, públicas, ostensivas, quanto para as “bandeiras modestamente particulares, que se hasteiam e flutuam à sombra” daquelas.³⁸⁷

Um espaço inexistente na história dos historiadores do tempo de Machado de Assis. Ausência explicitada por meio dos diversos procedimentos que analisamos acima. E abertamente condenada em 05 de agosto de 1894. Nesta data foi publicada a crônica a que Mário de Alencar atribuiu o título de “O Punhal de Martinha”.³⁸⁸ Ela inicia-se já com uma provocação: “Quereis ver o que são os destinos? Escutai”. Para respondê-la, o cronista põe-se a tratar do punhal da romana Lucrecia, a fim de compará-lo ao da baiana Martinha:

Ultrajada por Sexto Tarquínio, uma noite, Lucrecia resolve não sobreviver à desonra, mas primeiro denuncia ao marido e ao pai a aleivosia daquele hóspede, e pedelhes que a vinguem. Eles juram vingá-la, e procuram tirá-la daquela aflição dizendo-lhe que só a alma é culpada, não o corpo, e que não há crime onde não houve aquiescência. A honesta moça fecha os ouvidos à consolação e ao raciocínio, e, sacando o punhal que trazia escondido, embebe-o no peito e morre.

Esse punhal podia ter ficado no peito da heroína, *sem que ninguém mais soubesse dêle*; mas, arrancado por Bruto, serviu de lábaro à revolução que fez baquear a realeza e passou o govêrno à aristocracia romana. *Tanto bastou para que Tito Lívio lhe desse um lugar de honra na história*, entre enérgicos discursos de vingança. O punhal ficou sendo clássico. Pelo duplo caráter de arma doméstica e pública, serve tanto para exaltar a virtude conjugal, como a dar força e luz à eloquência política.³⁸⁹

Eis aí claramente explicitado o que é considerado pelos historiadores digno de ser objeto da história: os eventos e os feitos exemplares. Bastou que fosse convertido em estandarte da

³⁸⁵ MACHADO DE ASSIS. “16 de dezembro de 1894”. *Op. cit.*, 1959, p. 247-252.

³⁸⁶ MACHADO DE ASSIS. “11 de agosto de 1895”. *Op. cit.*, 1959, p. 414-419.

³⁸⁷ MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Memórias Póstumas de Brás Cubas. Obra Completa*. Volume I. Organizada por Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, p. 517.

³⁸⁸ MACHADO DE ASSIS. “05 de agosto de 1894”. *Op. cit.*, 1959, p. 152-156.

³⁸⁹ *Idem*, p. 152. Grifos nossos.

revolta que deu fim à monarquia, diz o cronista, para que o punhal de Lucrecia alcançasse a celebridade. Ficasse no peito da moça vilipendiada e não alcançaria o seu lugar de honra na história. Há espaço na história, deduz-se daí, somente para os grandes feitos ligados aos atos dos grandes homens, qual seja o da fundação de um novo regime político.

O cronista não se limita, porém, a apontar esse privilégio – mesmo exclusividade – concedido na história aos homens de glória e seus feitos memoráveis. Muito pelo contrário. No segundo parágrafo da crônica, ele manifesta abertamente a sua divergência, ao comparar a ilustre arma da personagem antiga àquela utilizada por Martinha, protagonista de uma história recolhida aos jornais da semana:

Bem sei que Roma não é Cachoeira, nem as gazetas dessa cidade baiana podem competir com os historiadores de gênio. Mas é isso mesmo que deploro. Essa parcialidade dos tempos, que só recolhem, conservam e transmitem as ações encomendadas nos bons livros, é que me entristece, para não dizer que me indigna. Cachoeira não é Roma, mas o punhal de Lucrecia, por mais digno que seja dos encômios do mundo, não ocupa tanto lugar na história, que não fique um canto para o punhal de Martinha.³⁹⁰

Da notabilidade do punhal de Lucrecia não é preciso fazer deduzir a obscuridade do de Martinha. Da imortalidade dos nomes ilustres não é preciso fazer deduzir o esquecimento dos nomes obscuros. A história não precisa assentar-se em uma divisão entre dignos e indignos de memória, sujeitos e não-sujeitos. Há nela, ou deveria haver, espaço tanto para as Lucrecias quanto para as Martinhas.

Isto não impede o cronista de reconhecer que Martinha não é Lucrecia e de passar a uma demonstração do “contraste entre as pessoas”. O trecho é carregado de ironia, não poupando sequer a própria fonte do narrador, o jornal *A Ordem*. É que este dissera ser Martinha “uma rapariga franzina, moderna ainda, e muito conhecida nesta cidade, de onde é natural”. Moça, natural de Cachoeira, vá lá, mas “moderna”? Que quer dizer isso? Que é Martinha exatamente o contrário de Lucrecia, a antiga? Pode ser. De toda maneira, “esta condição, ao invés de prejudicar o paralelo dos punhais, dá-lhe maior realce”. O contraste entre as pessoas é acompanhado de uma diversidade de circunstâncias. Martinha não hospedou moço de sangue azul ou de qualquer outra qualidade. Apenas “andava a passeio, à noite, um domingo do mês passado” quando João de Limeira, o Sexto Tarquínio da localidade entrou a agredi-la e a insultá-la. Martinha recolheu-se a

³⁹⁰ *Idem*, p. 153.

casa, seguida porém por João, que novamente agrediu-a. “Martinha, indignada, mas ainda prudente, disse ao importuno: ‘Não se aproxime, que eu lhe furo’”. Desobediente, João recebeu uma punhalada e morreu instantaneamente.³⁹¹

Narrado o acontecido, o cronista volta-se aos leitores, a quem censura a expectativa de que Martinha se matasse. “Esperaríeis o impossível, e mostraríeis que não me entendestes”. A igualdade das duas não é a da mesma ação – o suicídio – e sim a da característica que revelam: a coragem.

A romana confia a vingança ao marido e ao pai. A cachoeirense vinga-se por si própria e, notai bem, vinga-se de uma simples intenção. As pessoas são desiguais, mas força é dizer que a ação da primeira não é mais corajosa que a da segunda, sendo que esta cede a tal ou qual sutileza de motivos, natural dêste século complicado.³⁹²

Ações distintas, características semelhantes. Armas iguais, valores iguais, portanto? Nada disso. O punhal de Martinha, diz o cronista, não só não é inferior como é até certo ponto superior. Não por si próprio, mas por Martinha, que ao invés de proferir frases grandiloqüentes, típicas de Tito Lívio ou de qualquer outro grande historiador, de “ensaiar atitudes de tragédia” ou fazer “daqueles gestos oratórios que a história antiga põe nos seus personagens”, diz

Simplesmente e incorretamente: “Não se aproxime, que eu lhe furo”. A palmatória dos gramáticos pode punir essa expressão; não importa; o *eu lhe furo* traz um valor natal e popular, que vale por tôdas as belas frases de Lucrecia. E depois, que tocante eufemismo! Furar por matar; não sei se Martinha inventou esta aplicação; mas, fôsse ela ou outra a autora, é um achado do povo, que não manuseia tratados de retórica, e sabe às vezes mais que os retóricos de ofício.³⁹³

O cronista não deixa dúvidas sobre sua posição: a frase de Martinha, frase gramaticalmente incorreta, “vale por tôdas as belas frases de Lucrecia”, dado seu valor natal e popular. A crítica é explícita e, como a referência a Tito Lívio e aos gestos oratórios dos personagens da história antiga permite perceber, destina-se primeiramente à historiografia clássica e seu regime de verdade. – Que não é, aliás, estranho à historiografia brasileira, atingida mediante a citação de João Francisco Lisboa entre os grandes escritores-historiadores. Todavia, este duplo elogio do popular autoriza a extrapolar a censura, colocando em seu alvo também a

³⁹¹ *Idem*, p. 153-154.

³⁹² *Idem*, p. 154.

³⁹³ *Idem*, p. 155.

concepção de história dos historiadores brasileiros daquele final do século XIX. E é o próprio cronista quem o faz. Afinal, não é essa concepção que está em sua mira em um trecho mais adiante, quando enumera outros punhais ilustres, resguardados também eles da ferrugem da obscuridade? “O punhal de Carlota Corday, o de Ravailac, o de Booth, *todos esses e ainda outros* farão cortejo ao punhal de Lucrecia, luzidios e prontos para a tribuna, para a dissertação, para a palestra”. O punhal de Martinha, porém, e a despeito de todas as suas qualidades, “irá rio abaixo do esquecimento”.³⁹⁴

Nessa crônica de 1894, a equiparação entre ilustres e anônimos ultrapassa o caráter de procedimento literário para se tornar tema. Mais do que afirmar, em certas passagens do texto, que a bailarina russa é uma Cleópatra sem Egito ou que o mocinho grego, nascido antigamente, teria sido um Hipólito, o cronista propõe-se a refletir sobre a “desigualdade dos destinos”, isto é, sobre a distinção entre resguardados da obscuridade e lançados ao esquecimento. Sua conclusão é a de que tal desigualdade não tem razão de ser, Martinhas também devem ter direito aos encômios do mundo. Além disso, a indignação do cronista contra a “parcialidade dos tempos” tem por alvo uma concepção de história, como ele mesmo o diz. Concepção de história esta vigente entre os historiadores brasileiros. Para a argumentação desenvolvida, não há dúvida, portanto, de que “O punhal de Martinha” é um texto mais fundamental que outros em que se faz uso do procedimento citado. Por outro lado, como os outros, também ele constrói-se a partir de um sistema de citações, alusões a personagens e acontecimentos da tradição histórica e/ou literária, que servem para dublar ou traduzir pessoas, atitudes, fatos do cotidiano, do dia-a-dia do tempo presente. O uso de referências clássicas não era, evidentemente, exclusividade da obra machadiana. Ao mesmo tempo, contudo, parece não haver no Brasil escritor que tenha igualado Machado de Assis em termos da utilização sistemática e abundante desse recurso às citações, o que não deixou indiferentes os estudiosos de sua obra. Proponho, então, para finalizar, um breve olhar sobre o uso das citações, em Machado e fora dele, e sempre atento aos seus significados para a concepção de comunidade e, claro, de história.

³⁹⁴ “Arrôjo de ação, defesa própria, simplicidade de palavra”. *Idem*, p. 155. Nesta mesma página, o cronista demonstra a superioridade do punhal de Martinha face ao de Lucrecia. Grifos nossos.

2.6. A arte das traduções

Associar uma concepção de sociedade e de história ao recurso à tradição histórica e literária em Machado de Assis não é novidade. Roberto Schwarz o fez em seu clássico e influente *Um mestre na periferia do capitalismo* (1990). Ali, como assinalado, seu objetivo era estabelecer uma relação entre a originalidade da forma dos romances machadianos da segunda fase e “as situações particulares da sociedade brasileira do século XIX.”³⁹⁵ Em outras palavras, tratava-se de compreender a representação da sociedade nacional construída por Machado de Assis. Para Schwarz, Brás Cubas é a concretização da figura programática do ensaio de 1873. De fato, argumenta o crítico, o narrador de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* abusa da universalidade das matérias reivindicada pelo romancista – e este é um dos significados do uso da tradição cultural do Ocidente nesse romance divisor – , falando sobre assuntos remotos no tempo e no espaço, mas sempre como um brasileiro de sua época. Segue-se daí que, na busca pelo Brasil oitocentista, deve-se focar não o que Brás diz, mas como ele o faz, a forma de seu falar, presumida “trazer em si pautas da realidade nacional”. Esta fórmula narrativa, sustenta Schwarz, “consiste em certa alternância sistemática de perspectivas, em que está apurado um jogo de pontos de vista produzido pelo funcionamento mesmo da sociedade brasileira”. Ou seja, o princípio formal do livro é a volubilidade – que se manifesta inclusive na variação contínua de estilos, escolas, técnicas, gêneros e recursos gráficos – e é ela que “capta e dramatiza a estrutura do país”.³⁹⁶ Uma volubilidade cujo escopo é extremamente amplo, de envergadura enciclopédica, dispondo do todo da tradição ocidental. E este é o segundo e mais importante significado desta última no interior da interpretação de Schwarz: configura o falar erudito e esnobe deste narrador volúvel, exibicionista e afrontoso, o qual deve ser tomado como “estilização de uma conduta própria à classe dominante brasileira”.³⁹⁷ Ou seja, o recurso à tradição aparece como instrumento de caracterização do ilustrado membro da elite, arbitrário no uso de sua cultura geral caricata como é abusivo e desrespeitoso no trato com o leitor e com escravos e livres dependentes, membros das classes subalternas.

A relação entre a história e a literatura de Machado de Assis só pode ser, para Schwarz, a que se estabelece através da representação literária da realidade nacional de um certo período da

³⁹⁵ SCHWARZ, Roberto. *Op. cit.*, 2000, p. 09.

³⁹⁶ *Idem*, p. 11.

³⁹⁷ *Idem*, p. 20.

história brasileira. De volta ao par que constantemente reaparece neste texto, sua questão diz respeito à concepção de história nacional, e não de história, presente na obra de Machado de Assis. O valor do uso das citações advém de sua contribuição com a argumentação que faz do narrador – e, conseqüentemente, de todo e qualquer personagem – o representante de uma classe social. Seu interesse por tal procedimento não se relaciona a qualquer questão sobre a igualdade entre grandes e pequenos ou sobre uma mistura imprópria de registros significando o questionamento de uma ordem social e de uma certa concepção de história.

A questão não se encerra aí. A leitura nacionalista, além de não estabelecer qualquer relação entre o procedimento das citações e uma concepção de história, converte-se aqui em um empecilho para a percepção do desvio machadiano face aos historiadores de sua época. Deriva daí um efeito paradoxal: impondo à literatura machadiana uma significação brasileira como se essa significação fosse uma imposição de Machado a toda sua obra, a análise de Schwarz torna evidente a ligação entre uma concepção de literatura e uma concepção de história, ao impedir que esta se torne visível por efeito de um apagamento do compromisso machadiano com o “direito de dizer tudo”. Quer dizer, não vendo senão o Brasil em qualquer texto de Machado de Assis, a crítica nacionalista não consegue enxergar o momento em que, na literatura machadiana, se critica a recusa, pela história, do princípio a que aderiu de maneira plena: o da igualdade de todos os sujeitos.

O autor de *Ao vencedor as batatas* reportou-se à crônica de “A Semana” no intuito de defender a superioridade da análise nacionalista sobre a de caráter universalista, dita desejosa de cortar as relações entre a literatura de Machado de Assis e suas condições locais. Mais do que isso, a crônica seria uma dramatização intencional do escritor em que se efetivaria o questionamento do universalismo do universal e do localismo do local. A partir desses pressupostos, Schwarz propõe sua leitura do texto.

Em primeiro lugar, incorporando o precedente aberto por sua análise de Brás Cubas, o crítico dissocia autor e narrador, afirmando que quem fala na crônica é um “literato ultra-afetado do Rio de Janeiro, que diverte os leitores à custa de uma cidade modesta, que a ninguém ocorreria comparar ao padrão da Antigüidade”.³⁹⁸

³⁹⁸ SCHWARZ, Roberto. Leituras em competição. In: *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, 75, p. 61-79, julho 2006. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/>. Acesso em: 08 de abril de 2008.

“A que ninguém ocorreria”, mas que aqui ocorreu. Toda a novidade da literatura machadiana emerge aí, à revelia do crítico – como já emergira nas análises de Sidney Chalhoub. E, a exemplo do historiador, Schwarz renuncia a conceder-lhe atenção. Compromissado com a análise nacionalista, também ele apaga o desvio potencial da literatura de Machado de Assis, ao fazer da crônica de Martinha o veículo para a afirmação do mesmo: a intenção do escritor de representar a peculiaridade da sociedade brasileira enquanto sociedade periférica.

Intenção cujo primeiro indício é o fato de atribuir a crônica a um terceiro e não um terceiro qualquer. Ocorre que esse tipo de argumentação coloca problemas, e já deu lugar a polêmicas entre os estudiosos da obra, pois uma coisa é distinguir os traços do narrador de um romance e outra é atribuir unidade ao narrador de uma série de crônicas.³⁹⁹ Problema tanto maior quanto a série “A Semana” é a mais explicitamente identificada a Machado de Assis, que em vários momentos assume de maneira clara e pessoal a autoria do texto. Em que ancorar a certeza de que aqui se trata de uma construção ficcional do narrador, cujas opiniões são distintas das do escritor? Schwarz nada diz sobre isso. Por outro lado, essa comparação inusual, para a qual se tem chamado a atenção ao longo das últimas páginas, não merece reflexão enquanto tal, da parte do crítico.

Com uma argumentação ancorada na sinonímia entre Martinha e Brasil, Schwarz desenvolve algumas possibilidades explicativas da crônica. Em uma primeira abordagem, esse literato ultra-afetado estaria deplorando a sorte dos brasileiros pobres, de quem se empenha em se diferenciar. O que consegue, por meio da citação clássica que o situa ao lado dos “cosmopolitas fim-de-século”, da elite mundial. A comparação, que seria entre Roma e Cachoeira, entre

³⁹⁹ A tese da necessidade de identificar um narrador também para uma série de crônicas, desidentificando-as, portanto, do escritor e suas opiniões, foi defendida inicialmente por Leonardo Affonso de Miranda Pereira em relação à série “Bons Dias!” (1888-1889). Segundo ele, quem fala nessas crônicas e emite suas opiniões sobre o processo social em curso é o relojoeiro Policarpo, personagem criado por Machado de Assis para assumir a autoria de “Bons Dias!”. Aderindo a este pressuposto, Sidney Chalhoub ofereceu uma interpretação da crônica de 19 de maio de 1888 que vai de encontro à que dela se firmou e que foi sustentada, entre outros, por John Gledson. Este, por sua vez, questionou a interpretação por meio do questionamento do seu pressuposto analítico, afirmando que: “Falar de um narrador, como pode existir um narrador num romance ou num conto, numa série de crônicas como essa é no mínimo um exagero, no máximo uma distorção da verdade e uma complicação inútil”. Chalhoub treplicou, argumentando que, se é certo que os narradores das crônicas “não são talhados à moda de Brás Cubas e Dom Casmurro”, isto não significa que se deva descartar a idéia de uma elaboração narrativa nas crônicas, mas sim “aprofundar o entendimento das condições específicas de produção desses textos”. Ver: PEREIRA, Leonardo Affonso. Por trás das máscaras: Policarpo e os sentidos da festa. In: *O Carnaval das Letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004, p. 169-221; CHALHOUB, Sidney. Visões da Liberdade. *Op. cit.*, 2001, p. 95-174; GLEDSON, John. “Bons Dias!”. *Op. cit.*, 2006, p. 134-187 (citação p. 150); CHALHOUB, Sidney. John Gledson, leitor de Machado de Assis. In: *ArtCultura: revista de história, cultura e arte*. Uberlândia, v.8, n.13, p. 109-115, jul.-dez. 2006 (citação p. 114).

universal e local – e não entre Lucrecia e Martinha, ilustre e obscura – não deve ser levada a sério e tampouco as superioridades e inferioridades que dela derivam, dado seu caráter abstrato.⁴⁰⁰

Por outro lado, é possível pensar o cronista como assumindo a posição do intelectual posterior à Independência, ou seja, dividido entre a filiação de classe e o sentimento nacional. A primeira associa-se a sua participação na cultura européia – vide a menção a Lucrecia – e a outra a um desejo de comunhão com a gente e as localidades da ex-colônia – vide o diminutivo ao referir-se à cachoeirense. Essa Martinha, “que possivelmente seja um tanto bárbara, de má-vida e culpada de homicídio” e que é escandalosamente equiparada à virtuosa Lucrecia, em um procedimento que Schwarz avalia não dever ser levado a sério. Cabe sim deter-se no intelectual dividido, de quem se pode dizer que acaba por ceder à sua metade classista:

depois de indignar-se contra a “desigualdade dos destinos”, que só recolhe e transmite o que está nos livros canônicos e ignora o que existe na realidade – leia-se o Brasil – o escritor joga a toalha e toma o partido do opositor, o beletista amestrado que tem dentro de si: “Mas não falemos mais de Martinha”, quer dizer, não falemos no Brasil.⁴⁰¹

O processo de sinonímia revela-se em toda sua transparência e – é força dizê-lo – em toda sua fragilidade. Realidade e Martinha não são, na crônica, sinônimo de Brasil. Em nenhum momento isto é dito e o próprio Schwarz o reconhece, como se verá. Por outro lado, a crônica refere-se explicitamente aos livros de história – “o punhal de Lucrecia não ocupa tanto lugar na história...” – e, contra a sinonímia Martinha-Brasil, seria o caso de desconfiar que um conhecedor da *Revista do IHGB* como Machado de Assis escrevesse uma crônica em que se deplorasse a pouca atenção concedida, na história, ao Brasil. Até porque todos os esforços dos historiadores brasileiros eram no sentido de diminuir o desconhecimento da história nacional. Se havia uma crítica que não se podia dirigir à história era a de ignorar o Brasil. Só que essa produção historiográfica do IHGB, tão ciosa da nação quanto o é Roberto Schwarz, compartilhava de uma idéia de história que esta sim parece ser criticada pelo cronista: a de que são os seres da qualidade de Lucrecia os que devem ser metidos nos livros e nunca gente sem qualidade – até de má qualidade – como Martinha.

Presentindo Schwarz, por sua vez, que sua interpretação extrapola em muito os termos da crônica, vê-se obrigado a explicar que “palavras como pátria, nação, Brasil, etc., e também os

⁴⁰⁰ SCHWARZ, *Op. cit.*, 2006, p. 72.

⁴⁰¹ Idem, p. 74.

raciocínios sobre a questão nacional, em que insistimos, não têm presença no argumento explícito da crônica”. Esta estaria concentrada em explicar as injustiças cometidas pela fama – não pela história, note-se. Na compreensão da crônica que permanece colada à sua superfície, o que se vê, segundo o crítico, é uma moça esquecida por ser “tangível, aliás como todo mundo, e não por ser brasileira e popular”, por ser “parte da vida real, em carne e osso”, por ter “endereço e ofício conhecidos”, por falar errado e por não ter sido celebrada por poetas (poetas? Ou historiadores?). Obscuridade cuja causa pode ser resumida em uma condição: a de existir.⁴⁰² Ocorre que Schwarz não toma em consideração a referência a punhais modernos que, tendo existido, são tão ilustres como o de Lucrecia. Tal referência – não mencionada pelo crítico, frise-se – desloca a questão sobre a desigualdade dos destinos da condição de ter existido para a do caráter ilustre ou obscuro dos que são golpeados por punhais. Sendo João de Limeira um zé-ninguém e Martinha uma desconhecida, que razões haveria para tratar deles em tribunas, palestras, dissertações? O cerne do problema da desigualdade dos destinos não é o da diferença entre ficção e realidade, mas a entre glória e anonimato, a da visibilidade seletiva, em que está presente uma concepção de história e de sociedade.

É mister lembrar-se, porém, que esta é uma leitura de superfície, leitura superficial, que o leitor dotado de “antena histórico-social” saberá superar.⁴⁰³ De um lado, incluindo na categoria dos tangíveis “os nossos traços de ex-colônia”, de outro enxergando “nessa operação do espírito mais um outro exemplo de defeito nacional, pronto para figurar naquela mesma lista de atrasos, à qual a mania de transformar em pontos de filosofia as nossas mazelas históricas se integra à perfeição”. Por esta via, a ausência pode ser reintegrada à lógica da leitura local-nacionalista: tem valor histórico-social esta combinação entre uma reflexão, que se faz em termos inadequados, porque filosóficos, dos problemas brasileiros e a exclusão deliberada “do vocabulário e dos argumentos ligados à questão nacional. Esta, cuja ausência é estridente, passa a ter a presença que o leitor insatisfeito seja capaz de lhe dar por conta própria”.⁴⁰⁴

Em outras palavras, Machado de Assis nunca fala senão do Brasil, da realidade histórico-social desse nosso país periférico. Mesmo quando parece não ser o caso, a ausência é só aparente e o leitor bem-dotado é aquele que é capaz de descobrir em todos os termos explícitos o

⁴⁰² *Idem*, p. 75-76.

⁴⁰³ Sobre a solidariedade entre a leitura nacionalista e esta singular configuração de um leitor mais capaz – solidariedade que para o autor define um “paradigma do pé atrás”, ver BAPTISTA, Abel Barros. *Op. cit.*, 2003b, p. 367-425.

⁴⁰⁴ *Idem*, p. 76.

verdadeiro sentido que se esconde neles: a representação de nossa condição de ex-colônia, de nossas mazelas históricas, de nossos atrasos. Recorrer a um exemplo retirado da história antiga só pode ser coisa de quem quer passar por civilizado – ou seja, coisa da classe dominante – e diferenciar-se do povo bárbaro. Falar de uma desconhecida do interior da Bahia não pode ser apenas um instrumento para a reflexão sobre a desigualdade, mas antes de tudo e fundamentalmente uma referência ao Brasil sem cidadania e leis efetivas, de quem o brasileiro instruído quer se afastar mas ao qual se sente apegado. Metodologicamente, a regra é a do “nada é o que parece”, modalizada em “sempre há mais do que o que aparece”, com esse “mais” sendo sinônimo de questão nacional.

Assim, o intelectual dividido e o impasse em que se encontra não são um problema, mas uma solução: o escritor dramatiza aí, nesse dilema entre universalismo e localismo, uma configuração histórica particular: a nossa, claro. No interior desta, fica evidente que Martinha e Lucrécia “não têm por que ser iguais”⁴⁰⁵ e que o que está em jogo é uma “queixa contra a ordem mundial desequilibrada” e seus efeitos sobre o intelectual de periferia. Sua vida angustiosa, oscilando entre os modelos europeus e a valorização da realidade nacional, explica-se pelo fato de que aquela ordem “reconhece só o que está consagrado na cultura hegemônica, ou que se pareça com ela. E deixam a um canto as ex-colônias, que não correspondem ao padrão”.⁴⁰⁶ Em nome da crítica a uma ordem mundial capitalista, o desvio, mesmo crítica, em relação a uma concepção de história e de sociedade fincada na desigualdade desaparece.

Em sua crítica à leitura não-nacional de Machado de Assis, Schwarz argumenta que, nesse campo oposto ao seu, a pergunta é: “Por que diabo enterrar um autor sabidamente universal no particularismo de uma história nacional que não interessa a ninguém e não tem interlocutores?”⁴⁰⁷ A restrição com a leitura nacional não é tanto esta, mas sim do veto que ela impõe a abordar a literatura machadiana no horizonte exigido por sua obra romanesca, do veto que ela impõe a perguntas cujas respostas não passem pela demonstração de que o que há na literatura de Machado de Assis, ao cabo, é uma representação do Brasil. Representação que, no seu caso, alcançou o máximo de clarividência, apontando a existência de uma classe dominante cruel e arbitrária em suas relações com os subalternos não-cidadãos que compõem a massa da sociedade brasileira. Não se trata de separar literatura e particularidades brasileiras, e sim de

⁴⁰⁵ *Idem*, p. 77.

⁴⁰⁶ *Idem*, p. 78.

⁴⁰⁷ *Idem*, p. 67

apontar para problemas outros, que não girando em torno da presença do nacional na literatura, não deixam de dizer respeito à ordem social existente no Brasil. Tal é, como se pode perceber, o esforço deste trabalho. Por não se questionar: que Brasil é este que se encontra refletido na obra de Machado de Assis?, não se deve supor que se abstenha de compreender a configuração social do Brasil oitocentista.

É assim que um procedimento literário ganha em ressonância histórica. Para além do questionamento explícito sobre a “desigualdade dos destinos” há, como já foi dito, esta prática de comparar Lucrécias e Martinhas, de fazer de Martinha uma Lucrécia – melhorada? – do Brasil do século XIX. Esta arte das traduções, propugnadora da igualdade, questionadora das divisões entre visíveis e invisíveis na história é um traço da literatura de Machado de Assis. É um “expediente-chave da poética machadiana”, no dizer de Alcides Villaça,⁴⁰⁸ e encontra-se presente em crônicas, contos, romances.

De fato, em seu estudo sobre as primeiras crônicas do escritor, ainda da década de 1860, Lúcia Granja avalia que:

Ao escorar-se na tradição para elaborar o comentário miúdo, [Machado de Assis] constrói um procedimento bastante moderno, por meio do qual cria simultaneidade para registros lingüísticos e literários diferentes, sendo que a passagem de um ao outro produz um terceiro efeito, o qual traz reflexões e novidades. A desproporção entre o texto clássico e o fato comezinho passa a ser, a partir desses textos da juventude de Machado, uma chave do estilo próprio que o escritor irá desenvolver. Assim sendo, não surpreende tanto quando Brás Cubas, narrador de suas memórias, no primeiro capítulo de seu livro, tenta comparar seu texto ao de Moisés.⁴⁰⁹

E por falar em Brás Cubas, o próprio Roberto Schwarz reconhece a importância deste procedimento narrativo e sua precocidade na obra do autor das *Memórias Póstumas*, embora prefira enfatizar o elemento de capricho que ele supõe, e não tanto a mistura entre o clássico e o vil.⁴¹⁰

Evocando uma série de exemplos e detendo-se no conto “A Cartomante”, publicado em 1884 na *Gazeta de Notícias*, Alcides Villaça examina justamente este procedimento narrativo ao qual se tem chamado a atenção. Refere-se a ele como “um particularíssimo processo de

⁴⁰⁸ VILLAÇA, Alcides. Machado de Assis, tradutor de si mesmo. In: *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 51, p. 3-14, julho de 1998. Disponível em: <http://novosestudios.uol.com.br/>. Acesso em: 8 de abril de 2008.

⁴⁰⁹ GRANJA, Lúcia. *Machado de Assis, escritor em formação* (à roda dos jornais). Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: FAPESP, 2000. (Citação p. 76-77).

⁴¹⁰ SCHWARZ. *Op. cit.*, 2000, p. 230-233.

remissões”. Desdobrando-se em um plano horizontal, um “plano das traduções”, ele se faz a partir de uma contínua sucessão de considerandos e analogias que terminam por afirmar um expediente segundo o qual “isto vale aquilo”. “De valor em valor, de tradução em tradução, as vulgatas valem o original, o prosaico vale o mitológico, a curiosidade vale a metafísica, cartomancia vale o conhecimento.” Um processo, em suma – e o próprio Villaça afirma-o – de apagamento das diferenças entre sublimes e vulgares.⁴¹¹ Ou, no registro que aqui interessa, entre ilustres e anônimos. Um processo de afirmação da igualdade.

Em outras palavras: para além das já heréticas afirmações expressas sobre a história, há, na literatura de Machado de Assis, um expediente-chave que implica de maneira ainda mais fundamental o questionamento da concepção de história dos historiadores, vez que contesta a própria desigualdade que se encontra em seu cerne, a desigualdade que, para eles, faz com que haja história. Com seu processo vertiginoso de equivalências, a literatura de Machado de Assis configura um questionamento que, consciente ou não, recoloca em outros termos a compreensão da história e autoriza afirmar que uma Martinha vale uma Lucrecia. Que, em suma, disponibiliza a qualquer vida obscura a possibilidade de encarnar o verdadeiro sentido da história.

Curiosamente, por outro lado, o recurso às citações, a prática de traduzir um personagem contemporâneo por um antigo ou do passado, não é estranha aos historiadores. Muito pelo contrário, é lícito afirmar que se trata de um procedimento recorrente. Os representantes mais destacados do IHGB – Januário da Cunha Barbosa, Joaquim Manoel de Macedo, Manoel de Araújo Porto-Alegre, Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, Joaquim Norberto de Sousa Silva, Manoel Duarte Moreira de Azevedo, Olegário Herculano de Aquino e Castro, entre outros – fizeram uso dele em algum momento, às vezes de maneira reiterada. Um breve apanhado dos textos em que ele está presente demonstra sua associação a três personagens ou figuras principais: o historiador e/ou o IHGB, o imperador Dom Pedro II e os sujeitos e fatos da história. E constitui outro argumento importante na afirmação da heresia machadiana.

São particularmente abundantes as associações entre o historiador e o IHGB e personagens da tradição literária ou histórica. Joaquim Manoel de Macedo – pródigo, como se verá, na utilização deste recurso – recorre a ele várias vezes ao estabelecer uma relação entre a história do Brasil e o momento em que se poderia começar a escrever-lhe a história. Segundo ele, antes de 1838 era a própria história do Brasil quem impedia que se escrevesse a história do

⁴¹¹ VILLAÇA. *Op. cit.*, p. 6.

Brasil. Primeiro porque, até a Independência, uma parte de seus habitantes não era realmente identificada com a pátria, e a outra desconhecia a escrita. Depois, com a vinda e a partida da família real, iniciaram-se as lutas pela Independência, que exigiam dedicação antes às espadas que as penas: “os Xenophontes deviam combater antes de escrever”. Conquistada a emancipação, ocupados em escrever as leis fundamentais do país, os “mais sábios filhos” da pátria, os “Tacitos estavam pois no senado e não podiam ainda escrever a historia”. Com a minoridade e as guerras civis que ameaçavam a estabilidade das instituições, viveu-se um momento de “provação, de calamidades e de angustias”, novamente impeditivo para a criação de uma instituição dedicada à história. Mas em 1838, ainda que a tempestade continuasse a bramir, diz Macedo, “o instinto do patriotismo presentiu que breve ia chegar o prazo, em que as furias da anarchia viriam quebrar-se impotentes aos pés de um throno, cuja base assenta no coração dos Brasileiros”. Antevia-se a maioria e assim reconheciam-se criadas as condições para que não fosse repelida a fundação de um instituto dedicado à história e à geografia.

Então os benemeritos fundadores do instituto historico e geografico do Brazil comprehenderam que era finalmente chegada a sazão propicia, em que sua idéa tam querida germinaria e reverdesceria no solo da patria: apresentaram-se, novos Bias, trazendo sua immensa riqueza encerrada n’essa idéa, que haviam sabido conservar atravez dos tempos, e dos cataclismos politicos.

A escrita da história só se tornou viável com o prenúncio do reinado de Dom Pedro II. A idade da história, dos Xenofontes e Tácitos liberados de sua atuação na guerra ou no senado e dedicados exclusiva e finalmente à produção do saber histórico, é a idade de Dom Pedro II, neste texto de 1854. Não sem razão, como já visto, torna-se o imperador o protetor imediato da associação dedicada à escrita da história. Que seria também, em um futuro próximo, quando, amainadas as paixões e passado o tempo necessário, os historiadores se debruçassem sobre o século XIX, a escrita de sua história, da história do “Messias da nova especie”⁴¹², desse novo Carlos Magno⁴¹³, daquele que, melhor do que João II, “ensinou a ser rei aos reis”⁴¹⁴. Para além dessa tradução dos historiadores brasileiros por consagrados historiadores da Antigüidade, que melhor indicação de

⁴¹² MACEDO, Joaquim Manoel de. “Relatorio do primeiro secretario interino”. *RIHGB*, Op. cit., 1852, p. 512.

⁴¹³ MACEDO, Joaquim Manoel de. “Relatorio do Primeiro Secretario”. *Op. cit.*, 1853, p. 567. MOREIRA DE AZEVEDO, Manuel Duarte. “Relatorio do Sr. 1º Secretario”. *Op. cit.*, 1883, p. 650.

⁴¹⁴ SILVA, Joaquim Norberto de Sousa e. “Allocação do presidente”. *RIHGB*, t. LIII, parte primeira, 1890, p. 24.

uma concepção de história identificada aos grandes do que esse prognóstico de que a história do Brasil do século XIX não pode ser outra senão a das ações de Dom Pedro II?⁴¹⁵

Talvez a que se liga aos momentos em que os historiadores põem-se a traduzir os sujeitos e os fatos da história do Brasil por personagens e acontecimentos clássicos e outros ilustres da história ocidental.

Assim, para Joaquim Manoel de Macedo, escrevendo em 1854, o frei Francisco de Monte Alverne (1784-1858), e não só por sua cegueira, “é o Homero do pulpito brasileiro”. E um novo Ápio Cláudio, “aparecendo para realçar o pulpito abatido [...], também cego, correndo ao senado romano para levanta-lo orgulhoso aos olhos de Cineas”.⁴¹⁶ Isto por ter deixado o seu “retiro de Jos” e, atendendo ao pedido do imperador, ter novamente ocupado o púlpito da capela imperial, no dia consagrado a São Pedro de Alcântara. Novo Homero não deixa de ser, por outro lado, o seu consócio no IHGB, Domingos José Gonçalves de Magalhães, autor da *Confederação dos Tamoios*. E heróicos como os gregos antigos seus personagens (de Magalhães), retirados da história brasileira: pois mais “herculea” que a luta de Comorin com os Portugueses só haverá, talvez, “a de Jaguanharo e Tibiriçá, que lembram o Achilles e Heitor do poeta grego”.⁴¹⁷ Se as guerras entre tupinambás e portugueses, no século XVI, davam e deram uma nova *Odisséia*, cantada por esse Homero do século XIX, os mesmos pré-requisitos eram preenchidos pela guerra entre os holandeses e brasileiros, no século XVI. Contudo, lamentaria Macedo vários anos mais tarde, os “admiráveis heroes” da “*Odyssea* brasileira [...] ainda esperam o seu Homero”.⁴¹⁸ Mas não o seu Heródoto, pois Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro escrevera, em 1866, um trabalho sobre as duas batalhas dos Guararapes que, afirmara ele, “se destacam dos nossos fastos como as de Marathon, Platéia e Salamina da antiga Grecia”.⁴¹⁹

⁴¹⁵ Não foram poucas as vezes em que tal prognóstico foi feito. Eis um exemplo, do período já posterior à Proclamação da República: em seu discurso de posse, o Barão de Loreto assinala a necessidade de se realizar um trabalho histórico sobre o Imperador, a fim de se completarem as justas homenagens a ele devidas (Pedro II havia falecido em 1891). Prevê que esta história demonstrará, sem dúvida alguma, que o reinado do protetor do instituto foi “o ponto culminante do nosso progresso intellectual, moral e material”. De tal maneira que “poderia intitular-se essa historia ‘A época de Pedro II’, assim como a historia da Grecia tem o seculo de Pericles, a historia de Roma o seculo de Augusto, a historia da Italia o seculo de Leão X e a historia de França o seculo de Luis XIV”. BARÃO DE LORETO. “2ª Sessão Extraordinaria em 13 de Dezembro de 1896”. In: *RIHGB*, t. LIX, parte segunda, 1896, p. 342.

⁴¹⁶ MACEDO, Joaquim Manoel de. “Relatorio do Primeiro Secretario”. *RIHGB*, t. XVII, 1854, p. 27-28.

⁴¹⁷ MACEDO, Joaquim Manoel de. “Relatorio do Primeiro Secretario”. *RIHGB*, t. XIX, 1856, p. 102-103.

⁴¹⁸ MACEDO, Joaquim Manoel de. “Discurso do orador”. *RIHGB*, t. XLI, 1878, p. 480.

⁴¹⁹ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. “Relatorio do Primeiro Secretario”. *RIHGB*, t. XXIX, parte segunda, 1866, p. 437.

Admirador confesso do bardo grego, Joaquim Manoel de Macedo teria a honra de ser equiparado a ele. Quem o faz é Manoel de Araújo Porto-Alegre, em um comentário sobre a *Nebulosa* de Macedo. Em seu relatório como primeiro secretário, em 1857, Porto-Alegre afirma: “A *Nebulosa* é uma visão em seis cantos, é o poema do amor, da beleza e do ideal, é uma inspiração, é uma *Odisseya* de amor”.⁴²⁰

E por falar em poetas, nos ilustres da literatura nacional, Tomás Antônio Gonzaga, por escrever poemas na prisão, “como Tasso, encheu de harmonias a habitação dos gemidos”. Casimiro de Abreu, por sua vez, encontrava mais que felicidade, encontrava a glória – não em amar, simplesmente – mas, segundo Joaquim Norberto de Sousa Silva, “em amar como Dante, como Petrarca, como Tasso, como Camões, como Gonzaga”. O poeta de “Meus oito anos”, além de amar, sonhava “e novo Colombo, procurava novos mundos”. Em um registro menos lírico, Joaquim Norberto, pretendendo redimir o suicídio do poeta e inconfidente Cláudio Manoel da Costa, compara-o aos suicidas da Roma Antiga, bem como aos mártires do cristianismo. Defende que “a liberdade tem os seus heroes como a Igreja tem os seus santos, e o suicidio politico é nos carceres da tyrannia uma coragem tão digna das almas grandes como a resignação ao martyrio no Colliseu de Roma”. Coragem. Como a de Martinha? Como a de Lucrecia, responderia certamente o então presidente do IHGB – e não somente porque se trata, nos dois casos, de suicídio.

Coragem e valentia equivalentes às dos gregos e romanos antigos demonstram, segundo Moreira de Azevedo, os “vultos heroicos, illustres cabos de guerra” brasileiros no conflito contra o Paraguai. Este conflito em que se consagrou o Duque de Caxias, cuja morte, em 1880, oferece a ocasião para que Olegário Herculano de Aquino e Castro identifique-lhe os companheiros:

Além tumulo, como Napoleão, poderá celebrar com os seus companheiros de trabalho, com Osorio, Porto-Alegre, Polydoro, Triumpho, Mena Barreto e tantos outros, as glorias colhidas em honra da patria, sem contudo suppôr, como aquelle altivo e vaidoso genio das victorias, que na morada dos mortos haja medo ao serem vistos tantos guerreiros reunidos; e como Agricola, na phrase de Tacito, não morrerá, porque ha de reviver pelos seus feitos na eterna saudade das gerações que passam.⁴²¹

⁴²⁰ PORTO-ALEGRE, Manoel de Araújo. “Relatorio do Primeiro Secretario”. *RIHGB*, t. XX, 1857, p. 54.

⁴²¹ AQUINO E CASTRO, Olegário Herculano. “Discurso do Orador Interino”. *RIHGB*, t. XLIII, parte segunda, 1880, p. 527.

Que se trate de um recurso retórico, não se pode negar que este uso historiador do procedimento das traduções pode ser pensado como a perfeita correspondência de uma concepção de história que deplora qualquer idéia de que o vulgar possa valer o sublime. Um anônimo não pode ser traduzido por um ilustre. Isto que a poética machadiana toma por expediente-chave é o verdadeiro anátema dos historiadores, que só conseguem comparar grandes com grandes. Uma autêntica troca do seis por meia-dúzia em que uma concepção “aristocrática” de quem são os sujeitos da história encontra, por outro lado, sua perfeita tradução.

*

**

Resenhando o livro então recém-publicado de F. A. Pereira da Costa, *João Fernandes Vieira à luz da história e da crítica* (1907), José Veríssimo condenava a preocupação, comum aos historiadores, em efetuar o julgamento moral das personagens históricas. Não importa saber se João Fernandes Vieira foi honrado ou tratante, bom ou mal, mas sim “o que ele fez e como fez, e mais, se o que fez serviu e como serviu aos interesses que ao cabo ele representava, os interesses do Brasil”. Mas, uma vez que a história continua a se pronunciar sobre tal tipo de questão, não pode deixar o crítico de comentá-la. Em relação a Pereira da Costa, avalia Veríssimo que ele “ganhou a partida contra os que ainda continuam a fazer do vilíssimo João Fernandes Vieira um herói oferecido à nossa estima e veneração”. E completa: são tais tipos de demonstração, que se repetem todos os dias, que fazem dele “um perfeito incréu, um díscolo, um contumaz hereje na religião dos heróis”.⁴²²

A heresia de José Veríssimo tem por alvo um dogma específico: o do conteúdo moral que um grande homem deve expressar. Se em um dia ele é digno dos mais altos louvores e, no seguinte, é rebaixado à condição de mau exemplo, não há razão em crer nos julgamentos da história. Mais ainda, é mister abolir o dogma do julgamento. Índícios de uma idéia de história que se afastava cada vez mais dos modelos herdados da cultura clássica e seus preceitos de julgamento e instrução – sem, contudo, questionar a concepção de que são os grandes os que alteram o curso da história.

⁴²² VERÍSSIMO, José. “Movimento literário de 1906 a 1910. III – História, Memórias, Tradicionalismo”. In: *Últimos Estudos de Literatura Brasileira: 7ª série*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979, p. 240-241.

Na literatura de Machado de Assis, há também heresias. Heresias que têm o potencial de conduzir a um cisma. De fundar uma nova religião: não, certo, a da estrita descrição das ações dos heróis. E sim a que vai da vida do rei à do filho de carpinteiro. E que também contesta uma exclusividade. Mas em um sentido bem específico. É que a exclusividade que ela suprime não é na economia da leitura, mas na da glória. Não porque suprima a glória, e sim porque é a glória do qualquer um.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um Machado de Assis herético? A imagem surpreende. E não só aqueles que continuam a enfatizar a discricção do escritor, sua aversão a se envolver em polêmicas ou a anunciar abertamente suas posições políticas. Ela é surpreendente também para aqueles que, desde os últimos trinta anos, têm pugnado “Por um novo Machado de Assis”.

Porque esse “novo Machado de Assis” é, fundamentalmente, um escritor restituído à normalidade de seu tempo. O romancista politizado e atuante – que se interessou pelas questões sociais de sua época; que se posicionou diante do curso das mudanças históricas, que evidenciou a crueldade da escravidão; que retratou a perversa formação social brasileira; que expôs a desfaçatez de nossas elites – se constitui a partir da resolução de um problema fundamental: o da demonstração de sua intenção de representar literariamente a realidade brasileira. O “novo Machado de Assis” surge inseparável da certeza de que ele concebeu sua literatura como concebiam-na outros escritores de sua época, concebeu-a segundo uma visão “bastante comum à época”.

O Machado de Assis que emerge deste estudo é fundamentalmente um escritor que se desviou de sua época. Sua época impunha a impossibilidade de não ser nacionalista em literatura, e ele hereticamente recusou a transformação do projeto nacional em lei, recusou mesmo qualquer projeto nacional. Sua época impunha a fundação da literatura brasileira em uma distinção entre assuntos universais e assuntos locais, e ele hereticamente associou literatura nacional e temas universais. Sua época impunha a exclusividade de uma temática, e ele hereticamente defendeu o princípio do “qualquer representável”. Sua época impunha o estabelecimento de uma restrição constitutiva da literatura brasileira, e ele hereticamente destruiu os limites no interior dos quais ela deveria se desenvolver. Sua época supunha uma oposição entre história e poesia, e ele hereticamente apontou a existência de ficção nas reconstruções históricas. Sua época supunha uma distinção entre tema da história e tema da crônica, e ele hereticamente inseriu os grandes homens no espaço das “cousas miúdas”. Sua época supunha a desigualdade entre ilustres e anônimos, e ele hereticamente afirmou que a baiana Martinha vale a romana Lucrecia. Sua época supunha uma maneira específica de se estabelecer comparações com a Antigüidade Clássica, e

ele hereticamente equiparou sublimes e vulgares, mitológico e prosaico, grandes e pequenos. Sua época, em suma, supunha uma partilha do sensível em que cada um não ocupa senão o seu lugar próprio (o povo trabalha e se reproduz, a elite se ocupa da política; os escravos aguardam passivos, os abolicionistas atuam pela abolição; a literatura brasileira exprime o caráter brasileiro; os livros de história recolhem, conservam e transmitem os grandes feitos), e ele hereticamente instaurou um “pensamento da desordem nova”.

O Machado de Assis que emerge deste estudo é, fundamentalmente, um escritor. “O mais escritor de todos os escritores brasileiros”. E por isso sua literatura pertence à história do saber da história no Brasil. Afirmando a igualdade da indiferença, ela permitiu transformar em objeto da literatura, da história e também da pintura histórica aquele que era, por definição, delas excluído: o *qualquer um*.

E que melhor indicativo disto que o fato de que hoje, cem anos após sua morte, é para sua obra que se volta um historiador – declarado – dos “restos” da história; que melhor indicativo que o fato de que é ele – e não qualquer outro dos escritores de sua época, e não aqueles que objetivaram expressamente contar a história do Brasil – quem é convertido em historiador? A concepção de história dos historiadores de hoje encontra, dessa forma, a revolução que a tornou possível: o acontecimento Machado de Assis.

REFERÊNCIAS

FONTES

ABREU, João Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu; Livraria Briguiet, 1960

_____. *Capítulos de história colonial*. (1500-1800). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000, p. 134.

_____. *Ensaio e estudos: crítica e história* (1ª série). 2ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975.

_____. *Ensaio e Estudos: crítica e história* (4ª série). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1976.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *A Semana* (1892-1893). Introdução, edição e notas de John Gledson. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Obra Completa*, 3 volumes. Organizada por Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.

_____. *Obras completas de Machado de Assis*, 31 volumes. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre: W. M. Jackson Inc. 1959.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. “Memória histórica e documentada da Revolução da Província do Maranhão”. In: *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 23, p. 14-66, março de 1989. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/> . Acesso em 10 de novembro de 2008.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. São Paulo: Publifolha, 2000.

NERY, Fernando (org.). *Correspondência de Machado de Assis com Joaquim Nabuco, José Veríssimo, Lúcio de Mendonça, Mário de Alencar e outros, seguidas das respostas dos destinatários*. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1932.

REVISTA TRIMENSAL DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (1839-1908).

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

AMERICO, Pedro. “O Brado do Ipiranga ou a Proclamação da Independência do Brasil”. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; MATTOS, Cláudia Valladão de (orgs.). *O Brado do Ipiranga*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Museu Paulista da Universidade de São Paulo, 1999.

ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ARANHA, Graça. Introdução. In: Machado de Assis e Joaquim Nabuco. *Correspondência*. Organização, introdução e notas de Graça Aranha. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras; Topbooks, 2003, p. 19-86.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquem de. “Ronda Noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 28-54, 1988.

BAPTISTA, Abel Barros. *A formação do nome: duas interrogações sobre Machado de Assis*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003a.

_____. *Autobiografias: solicitação do livro na ficção de Machado de Assis*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003b.

_____. O cânone como formação: a teoria da literatura brasileira de Antonio Candido. In: *O livro agreste: ensaio de curso de literatura brasileira*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005, p. 41-80.

_____. Singular experiência: para uma revisão dos contos de Machado de Assis. In: *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v.3, n.6, p. 13-19, 1º sem. 2000.

BARRETTO FILHO, José. *Introdução a Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Agir, 1980.

BARROSO, Gustavo. Capistrano de Abreu e a interpretação do Brasil. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 221, outubro-dezembro de 1953, p. 92-101.

BERGAMINI, Atílio; TIBURSKI, Elite Lucia; BITTENCOURT, Ícaro. Entrevista com Sidney Chalhoub. *Aedos: revista do corpo discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 313-323, 2008. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/ppghist/aedos/ojs-2.2/index.php/aedos/article/viewFile/68/39>. Acesso em 15 de maio de 2009.

BETELLA, Gabriela K. *Bons Dias! o funcionamento preciso da inteligência em terra de relógios desacertados: as crônicas de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

_____. *Narradores de Machado de Assis: a seriedade enganosa dos cadernos do Conselheiro (Esaú e Jacó e Memorial de Aires) e a simulada displicência das crônicas (Bons Dias! e A Semana)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo / Nankin, 2007.

BOSI, Alfredo. *Machado de Assis, o enigma do olhar*. 1ª edição, São Paulo: Ática, 2003. 3ª reimpressão.

BROCA, Brito. *Machado de Assis e a política e outros estudos*. Rio de Janeiro: Organizações Simões Editora, 1957.

CALDWELL, Helen. *O Otelo brasileiro de Machado de Assis*. Cotia: Ateliê Editorial, 2002.

CAMPOS, Pedro Moacyr. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. In: GLÉNISSON, Jean (org.). *Iniciação aos estudos históricos*. 2ª edição, Rio de Janeiro-São Paulo: Difel, 1977, p. 249-293.

CAMPOS, Raquel Machado Gonçalves. “Tolo ou todo-poderoso? – leituras em torno de Machado de Assis e a escravidão”. *Revista de Letras*, São Paulo, v. 48, n.2, p. 113-129, jul./dez. 2008.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 6ª edição, Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000.

_____. Esquema de Machado de Assis. *Vários escritos*. 4ª edição, reorganizada pelo autor. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul; São Paulo: Duas cidades, 2004, p. 15-32.

CANDIDO, Antonio et al. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CANO, Jefferson. *O fardo dos homens de letras: o “orbe literário” e a construção do império brasileiro*. Tese de doutoramento. Departamento de História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, 2001.

CARDOSO, Rafael. “Ressuscitando um Velho Cavalo de Batalha: Novas Dimensões da Pintura Histórica do Segundo Reinado”. In: *19&20 - A revista eletrônica de DezenoveVinte*. Volume II, n. 3, julho de 2007. Texto publicado no site: <http://www.dezenovevinte.net/>. Acesso em 10 de outubro de 2007.

CASASSANTA, Mário. Machado de Assis, escritor nacional. In: *Machado de Assis* (conferencias). Rio de Janeiro: Federação das Academias de Letras do Brasil; F. Briguiet e Cia. Editores, 1939, p. 146, 148-152.

CASTELLO, José Aderaldo. *Realidade e ilusão em Machado de Assis*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Editora da Universidade de São Paulo, 1969.

_____. Ideário crítico de Machado de Assis (breve contribuição para o estudo de sua obra). In: *Revista de História*. São Paulo, volume V, número 11, p. 93-128, julho-setembro, 1952.

CASTRO ROCHA, João Cezar. Machado de Assis, leitor (autor) da Revista do IHGB. In: JOBIM, José Luís (org.). *A biblioteca de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras; Topbooks, 2001, p. 315-334. (Citação p. 327).

CEZAR, Temístocles. Lições sobre a escrita da história: historiografia e nação no Brasil do século XIX. *Diálogos*. Maringá, v. 8, n. 1, p. 11-29, 2004a. Disponível em: <http://www.dialogos.uem.br/viewarticle.php?id=142&layout=abstract> Acesso em 01 de julho de 2008.

_____. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. In: *Métis: história e cultura*. Caxias do Sul, v. 2, n. 3, p. 73-94, jan./jun. 2003.

_____. Presentismo, memória e poesia. Noções da escrita da história no Brasil oitocentista. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *Escrita, linguagem, objetos: leituras de história cultural*. Bauru, SP: EDUSC, 2004b, p. 43-80.

_____. Quando um manuscrito torna-se fonte histórica: as marcas de verdade no relato de Gabriel Soares de Sousa (1587). Ensaio sobre uma operação historiográfica. In: *História em Revista*, Pelotas, v. 6, dezembro de 2000, p. 1-11. Disponível em: http://ich.ufpel.edu.br/ndh/pdf/Volume_06_Temistocles_Cezar.pdf Acesso em 09 de abril de 2007.

_____. Varnhagen e os relatos de viagem do século XVI: ensaio de recepção historiográfica. In: *Anos 90*, Revista do Programa de Pós-Graduação em História/UFRGS, Porto Alegre, n. 11, julho de 1999, p. 38-53. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ppghist/anos90/11/11art3.pdf>. Acesso em 12 de março de 2009.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. John Gledson, leitor de Machado de Assis. In: *ArtCultura: revista de história, cultura e arte*. Uberlândia, v.8, n.13, p. 109-115, jul.-dez. 2006

_____. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo A. de Miranda (orgs.). *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. 3ª impressão, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo A. de Miranda (orgs.). *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

CHRISTO, Maraliz Vieira de Castro. *Pintura, história e heróis no século XIX: Pedro Américo e “Tiradentes Esquartejado”*. São Paulo: IFCH/UNICAMP, 2005. [Tese de doutorado].

COLI, Jorge. *Como estudar a arte brasileira do século XIX?* São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.

COUTINHO, Afrânio. *Machado de Assis na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1990.

_____. Machado de Assis na literatura brasileira. In: MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Obras completas*. Volume I. Organizada por Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1997, p. 23-65.

DE MARCO, Valéria. *A perda das ilusões: o romance histórico de José de Alencar*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993.

ENDERS, Armelle. “O Plutarco Brasileiro” – a produção dos vultos nacionais no Segundo Reinado. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 20, p. 41-61, 2000.

FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. 4ª edição revista, São Paulo: Ed. Globo, 2001.

GLEDSOON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. *Machado de Assis: impostura e realismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *Por um novo Machado de Assis: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Angela de Castro. Os historiadores e seu métier. In: *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 75-124.

GRANJA, Lúcia. *Machado de Assis, escritor em formação (à roda dos jornais)*. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: FAPESP, 2000.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. *Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século 19*. São Paulo: Nankin Editorial: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

_____. O impacto da obra de Machado de Assis na concepção de romance. *Machado de Assis em linha*: revista eletrônica de estudos machadianos, Rio de Janeiro, número 1, junho de 2008. Disponível em: <http://www.machadodeassis.net/revista.asp>. Acesso em 30 de junho de 2008.

_____. O Machado terra-a-terra de Jonh Gledson. In: *Novos Estudos CEPRAP*, São Paulo, nº 77, p. 261-271, 2007. Disponível em: <http://novosestudios.uol.com.br/indice/indice.asp?idEdicao=37#88>. Acesso em 08 de abril de 2008.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, ano 156, n. 388, 1995.

_____. Francisco Adolfo de Varnhagen: História Geral do Brasil. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil*: um banquete no trópico, 2. 2ª edição, São Paulo: Editora do SENAC São Paulo, 2002, p. 75-96.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n.1, p. 5-27, 1988.

_____. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História Cultural*: experiências de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 9-24.

HARTOG, François. *Évidence de l'histoire*: ce que voient les historiens. Paris: Éditions de l'École de Hautes Études en Sciences Sociales, 2005.

_____. *O século XIX e a história*: o caso Fustel de Coulanges. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

_____. O tempo desorientado. Tempo e história. “Como escrever a história da França?”. In: *Anos 90*, Revista do Programa de Pós-Graduação em História/UFRGS, Porto Alegre, n. 7, julho de 1997, p. 7-28.

HRUBY, Hugo. *Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra*: a história do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912). Porto Alegre: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUC-RS, 2007. 233p. [Dissertação de mestrado].

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LICHTENSTEIN, Jacqueline. *A pintura – Volume 7: O paralelo das artes*. São Paulo: Ed. 34, 2005.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. Capistrano de Abreu – historiador. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 221, outubro-dezembro de 1953, p. 67-91.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raymundo. *Machado de Assis desconhecido*. São Paulo: LISA – Livros Irradiantes S.A., 1971.

MATTOS, Cláudia Valladão de. “Algumas palavras acerca do texto “O Brado do Ipiranga” e sua ligação com a tradição acadêmica”. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; MATTOS, Cláudia Valladão de (orgs.). *O Brado do Ipiranga*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Museu Paulista da Universidade de São Paulo, 1999.

MATTOS, Hebe Maria. Laços de família e direitos no final da escravidão. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da vida privada no Brasil: Império: A corte e a modernidade nacional*. Vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 337-383.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. Luzias e saquaremas: liberdades e hierarquias. In: *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. 2ª edição, São Paulo: Editora Hucitec, 1990, p. 103-191.

MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. Machado de Assis. In: *Prosa de ficção (De 1870 a 1920)*. 2ª edição, revista. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1957, p. 59-107.

PEREIRA, Leonardo Affonso. Por trás das máscaras: Policarpo e os sentidos da festa. In: *O Carnaval das Letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004, p. 169-221

PEREIRA, Astrojildo. *Machado de Assis: ensaios e apontamentos avulsos*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Ed. 34, 1996a.

_____. Histoire des mots, mots de l'histoire (entretien avec Martyne Perrot e Martin de la Soudière). In: *Communications: l'écriture des sciences de l'homme*. Paris: Seuil, n. 58, p. 87-101, 2004a.

_____. "L'inoubliable". In: _____; COMOLLI, Jean-Louis. *Arrêt sur histoire*. Paris: Editions du Centre George Pompidou, 1997, p. 47-70.

_____. "L'historicité du cinéma". In: BAECQUE, Antoine de; DELAGE, Christian (org.). *De l'histoire au cinéma*. Paris: Editions Complexe, 1998, p. 45-60.

_____. *Malaise dans l'esthétique*. Paris: Galilée, 2004b.

_____. La parole muette. Notes sur "la littérature". In: *Communications: l'écriture des sciences de l'homme*. Paris: Seuil, n. 58, p. 481-500, 2004c.

_____. *La parole muette: essai sur les contradictions de la littérature*. Paris: Hachette, 2005a.

_____. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: EXO Experimental org.; Ed. 34, 2005b.

_____. *Políticas da escrita*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

_____. Sens et figures de l'histoire. In: *Face à l'histoire (1933-1996): l'artiste moderne devant l'événement historique*. Paris: Flammarion; Centre George Pompidou, p. 20-27, 1996b.

REBELLO, E. de Castro. Capistrano de Abreu. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 221, outubro-dezembro de 1953, p. 204-213.

REGO, Enylton de Sá. *O calundu e a panacéia: Machado de Assis, a sátira menipéia e a tradição luciânica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

REIS, João José. *Domingos Sodré, sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

REIS, José Carlos. Capistrano de Abreu: o surgimento de um povo novo: o brasileiro. In: *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 85-114.

_____. Varnhagen, o elogio da colonização portuguesa. In: *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 23-50.

REVISTA DO LIVRO. Edição comemorativa do cinquentenário da morte de Machado de Assis. Rio de Janeiro, ano III, n. 11, setembro 1958.

ROCHA, João Cezar de Castro (org.). *À roda de Machado de Assis*. Chapecó: Argos, 2006.

RODRIGUES, José Honório. Capistrano de Abreu e a historiografia brasileira. In: *História e historiadores do Brasil*. São Paulo: Fulgor, 1965, p. 34-53.

_____. *História e historiografia*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1970.

ROMERO, Sílvio. *Machado de Assis: estudo comparativo de literatura brasileira*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

SALOMON, Marlon. Regimes da arte e forma da comunidade. In: *Artcultura*, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 253-258, jan.-jun. 2007.

SANDES, Noé Freire. *A invenção da nação: entre a Monarquia e a República*. Goiânia: Ed. da UFG; Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, 2000.

SANTIAGO, Silviano. Retórica da verossimilhança. In: *Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural*. São Paulo: Perspectiva: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1978, p. 29-48.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 5ª edição (2000), São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2001. 1ª reimpressão.

_____. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. 4ª edição, São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

_____. Leituras em competição. In: *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, 75, p. 61-79, julho 2006. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/>. Acesso em: 08 de abril de 2008.

_____. Duas notas sobre Machado de Assis (1979). In: *Que horas são?: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 165-178.

_____. *Seqüências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SOUSA, José Galante de. *Fontes para o estudo de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958.

TAUNAY, Afonso de E. Capistrano de Abreu. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 221, outubro-dezembro de 1953, p. 194-203.

Teresa: revista de Literatura brasileira. Programa de Pós-Graduação da Área de Literatura Brasileira. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo: Editora 34: Imprensa Oficial, n. 6/7, 2006.

TURIN, Rodrigo. *Narrar o passado, projetar o futuro: Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005. [Dissertação de mestrado].

VAINFAS, Ronaldo. Capistrano de Abreu: Capítulos de história colonial. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos*. 3ª edição, São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001, p. 171-189.

VERÍSSIMO, José. "Machado de Assis". In: *Estudos de literatura brasileira: 6ª série*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1977, p. 103-108.

_____. Movimento literário de 1906 a 1910. III – História, Memórias, Tradicionalismo. In: *Últimos Estudos de Literatura Brasileira: 7ª série*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979, p. 240-252.

VEYNE, Paul. Quando a verdade histórica era tradição e vulgata. *Acreditaram os gregos nos seus mitos?* Lisboa: Edições 70, 1987, p.17-28.

VILLAÇA, Alcides. Machado de Assis, tradutor de si mesmo. In: *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 51, p. 3-14, julho de 1998. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/>. Acesso em: 08 de abril de 2008.

WEBER, João Hernesto. *A nação e o paraíso: a construção da nacionalidade na historiografia brasileira*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997.

WEHLING, Arno. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 153-219.

_____ (coord.). *Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: idéias filosóficas e sociais e estruturas de poder no Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1989.